
O arquétipo da tradução portuguesa da *Estoire del Saint Graal* à luz de um testemunho recente

Simona Aileni*

Universidade do Porto (Portugal) / Universidade “Alexandru Ioan Cuza”
(Roménia)

Resumo:

O fragmento da *Estória do Santo Graal* (equivocamente designado *Livro de José de Arimateia*) recentemente descoberto no Arquivo Distrital do Porto testemunha, em conjunto com os fragmentos do Livro de Merlin e do Livro de Tristan, o processo de tradução do ciclo arturiano em prosa para galego-português nos séculos XIII-XIV. Examinaremos, neste estudo, em primeiro lugar, o tipo de relação que este fragmento mantém com o testemunho português há mais tempo conhecido da Torre do Tombo; em segundo lugar, a configuração da versão (ou versões) do romance francês do qual os dois testemunhos portugueses descendem e, finalmente, o lugar dessa versão (ou versões) no seio do panorama conhecido do *stemma codicum* da *Estoire del Saint Graal*. Procederemos a uma colação sistemática dos testemunhos portugueses com os testemunhos franceses.

Palabras chave:

Literatura medieval, romance arturiano, galego-português.

Abstract:

The fragment of Estória do Santo Graal (mistakenly referred to as Livro de José de Arimateia), recently discovered in Arquivo Distrital do Porto testifies, together with the Livro de Merlin and the Livro de Tristan fragments, the translation process of the Arthurian cycle in prose from French into Galician-Portuguese in the thirteenth-fourteenth centuries. In this study, we shall start by examining the nature of the relation between this fragment and the Portuguese testimony known from Torre do Tombo; secondly, we shall examine the construction of the version (versions) of the French romance from which the Portuguese testimonies descend and, finally, the place of the version (versions) in the framework of the well-known stemma codicum panorama of Estoire del Saint Graal. We shall proceed with a systematic colation of Portuguese and French testimonies.

Key words:

Medieval Literature, Arthurian romance, Galician-Portuguese.

* Agradecemos ao Professor José Carlos Ribeiro Miranda o auxílio prestado na redacção do presente trabalho.

1. Introdução

O fragmento da *Estória do Santo Graal* (equivocamente designado *Livro de José de Arimateia* pela crítica contemporânea) recentemente descoberto no Arquivo Distrital do Porto¹ testemunha, em conjunto com os fragmentos do *Livro de Merlin* e do *Livro de Tristan*², o processo de tradução do ciclo arturiano em prosa para galego-português nos séculos XIII-XIV. Entre estes três testemunhos arturianos ibéricos –os mais antigos–, aquele que contém uma porção da *Estória do Santo Graal* (LJA) representa um caso particular por se ter conservado num fragmento pergamináceo do Arquivo Distrital do Porto (NOT / CNSTS 01 / 001 / 0012) que é possível colocar em confronto com a cópia integral, datada do séc. XVI, que se pode ler no MS. 643 da Torre do Tombo³.

O objectivo deste estudo é procurar responder às questões mais urgentes suscitadas pela descoberta deste novo testemunho, a saber: (i) que tipo de relação mantém com o testemunho português há mais tempo conhecido; (ii) como se configurava a versão (ou versões⁴) do romance francês do qual descendem; (iii) como se situava essa versão (ou versões) no seio do panorama conhecido do *stemma codicum* da *Estoire del Saint Graal*. Este último propósito apenas poderá levar-nos a conclusões preliminares visto que somente existem estudos que nos fornecem visões muito parcelares da matéria em estudo, estando editados apenas alguns dos testemunhos actualmente existentes.

Com efeito, o romance que ocupa a primeira parte do ciclo em prosa da matéria arturiana, a *Estoire del Saint Grial*, conhece versões curtas, longas e mistas, das

- 1 O historial deste bifólio pergamináceo, descoberto em 1992 e dado a conhecer ao público em 2007, pode ler-se em Dias (2007); BITAGAP: <http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon> (12.XII.2008).
- 2 Do *Livro de Merlin* e do *Livro de Tristan* conservam-se, em galego-português, testemunhos datados do séc. XIV. Cfr. Lorenzo Gradin / Souto Cabo (2001). Existem, contudo, testemunhos tardios do *Livro de Merlin* (*Baladro del Sabio Merlin*) em castelhano. Cfr. Sharrer (1977).
- 3 Passamos a designar o testemunho do séc. XIII, que encaderna um documento notarial oriundo de Santo Tirso e conservado no Arquivo Distrital do Porto, pela sigla ST, e a cópia do séc. XVI da Torre do Tombo, pela sigla TT, já adoptadas em estudos anteriores. Há ainda a considerar a porção deste romance contida no ms. de Salamanca (Biblioteca Universitaria de Salamanca, Ms. 1877), já objecto de estudo comparativo por parte de Ivo Castro, que concluiu tratar-se de um testemunho aparentado com TT (Castro 1984: 360ss).
- 4 Ao contrário do que sucede com o apuramento das relações recíprocas entre testemunhos de uma dada obra, em que se impõe a noção de “texto primeiro” como uma evidência, mesmo que se saiba que a possibilidade de o atingir é remota, uma tradução é um estágio intermédio que admite várias origens, ou seja, que essa tradução tenha resultado de mais do que uma iniciativa. No caso vertente, há ainda que ter em conta informações externas que credibilizam essa possibilidade, nomeadamente as alegações contidas num manuscrito quattrocenista castelhano, segundo as quais Afonso X “por si mismo trasladó la Estoria de Ultramar de francés en castellano e fizo trasladar la *Estoria del Sainto Grial* en gallego...” (en Márquez Villanueva 2004: 117). Nestas circunstâncias, só os instrumentos da colação podem decidir se estamos perante a descendência de uma só tradução ou de várias.

quais existem vários testemunhos franceses (Ponceau 1997, I: xxv-lix). Todavia, verificámos que as versões curta e mista são as de maior utilidade para os nossos objectivos, como adiante teremos oportunidade de mostrar. Manuscritos destas duas versões constituem também a base das edições mais importantes até agora realizadas desta obra, pelo que a nossa tarefa, tendo em atenção o seu carácter preliminar, se encontra de algum modo facilitada. Referimo-nos à edição de H. Oskar Sommer, *The Vulgate Version of the Arthurian Romances*, vol. I, *Lestoire del Saint Graal*, Washington, The Carnegie Institution of Washington, 1908-1916, com base no manuscrito 10292-10294, Londres, British Museum, datado do início do séc. XIV, que transmite a redacção curta da *Estoire del Saint Graal*; e à edição de Jean-Paul Ponceau, *L'Estoire del Saint Graal*, 2 vols., Paris, Honoré Champion Éditeur, 1997, que tem como base dois manuscritos que transmitem uma redacção mista: Ms. de Amsterdão, Biblioteca Philosophica Hermetica (sem cota), datado do início do séc. XIV, e Ms. de Rennes, Bibliothèque Municipale, 255, datado do séc. XIII.

No que diz respeito aos testemunhos portugueses, assume-se consensualmente ter a primitiva tradução sido realizada na segunda metade do séc. XIII (cfr. Castro 1983; Miranda 1998a: 17-18). Ora, tendo em conta a sua segura antiguidade, o fragmento recentemente dado a público (ST) levanta fundadas expectativas de estar muito próximo do original dessa tradução, não sendo, à partida, de arredar a hipótese de ser mesmo, materialmente, esse original. A possibilidade de este fragmento constituir, pelo menos, parte de um antecedente do testemunho mais recente (TT) foi já expressamente defendida (Nascimento 2008).

Este último testemunho, mesmo não tendo em conta as conhecidas alegações contidas na sua extensa introdução (f. 1v), segundo as quais o seu copista terá procedido a uma sistemática actualização linguística, é uma cópia tardia, que não poderá materialmente constituir um antecedente do fragmento do Porto. É de esperar que, a par com as mencionadas intervenções actualizadoras para as quais o redactor advertiu o seu público, nele se detecte um conjunto de fenómenos de degradação textual, típicos das cópias realizadas num ambiente que já não domina inteiramente nem a *littera* nem a língua dos testemunhos medievais. Mas estes fenómenos nada dizem quanto ao seu antecedente imediato, muito menos confirmam a existência de um estágio intermediário entre si e a tradução original, sobre o qual, todavia, o seu *colofon* efabula de uma forma sobejamente conhecida⁵.

Para a concretização dos nossos objectivos, procederemos, então, a uma colação sistemática dos testemunhos portugueses com os acima referidos testemunhos franceses. A nossa análise focará também aspectos da sintaxe narrativa, das fórmulas, da ocorrência de vocabulário e das estruturas sintagmáticas registadas como marcas do processo da tradução de francês para galego-português. Também aqui não é nossa

5 Sobre o assunto, ver Entwistle (1942: 118-126), Catalán (1962: 396), Castro (1984: 92-98).

intenção apresentar um estudo exaustivo, mas tão somente detectar e comentar os factos mais relevantes que os testemunhos em colação evidenciam.

Por comodidade de exposição, dividimos os textos em catorze porções que contêm os pontos críticos mais relevantes detectados. Os testemunhos portugueses foram transcritos a partir dos respectivos manuscritos⁶.

2. Análise de texto

2.1.

ST p. 60/ll. 1-9	TT p. 163/ll. 24-31	So p. 83/ll. 12-18	Po p. 173/§282.3-16
[1r][] <i>de que podya.</i> E ffezeralhe <i>hũa camara</i> [] <i>grã jdo</i>[.] que bem coydo[*u] que <i>hũa cou</i>[*ssa] terreal lhe podese achar <i>porta</i>. Entõ mãd[*ou] el-rrey fazer <i>hũu grã ffogo</i> eno paaço, ca lhe prazya de destroyr a gram traycom que tão []a e manteuera. E quando o ffogo ffoy fecto [*m] adou que <i>nẽhũu</i> nõ ffose cõ ele senom <i>Nascyam e a rraynha e Josephes</i> e leuou todos [*tre]s aa porta.	[81v]e jazia el Rey com ela carnallmête e <i>vestia muy ricamête</i> e fez lhe <i>hũa camara</i> por tal sotyleza que bem cuydava que <i>nhũa cousa</i> terreal lhe pudesse achar <i>paar</i> quãdo el-rrey <i>ysto ouuyo</i> mãdou fazer <i>huũa grã fugueyra</i> no paço por que lhe prazia destroyr a trayção que tamto tẽpo sostyvera e quãdo ho fogo foy feyto mãdou que <i>nhũ</i> nõ fosse com elle senã <i>Nascyão e a rraynha</i> e levou hos todos tres e levouos a porta	si gisoit li rois o lui carnelmẽt et le uestoit al plus richement <i>quil pooit</i> et li auoit fait faire vne cambre dont il ne quidoit mie que nus hons morteus peust trouer <i>luis</i>. Lors prinst li rois nascien et la roine et fist alumer . j . grant <i>fu</i> en la sale car il uoloit destruire la desloiaute quil auoit maint ior maintenue . et quant il fus fu alumes si commanda que nus ne remansist el palais que seulement <i>Nascien et la roine et Joseph</i> et il si firent et il les mena a cel huis	gisoit li rois carnelmẽt (...) anchois i avoit fait li rois faire un <i>huis</i> si sutil ke il ne quidoit mie ke nus hom morteus le peüst aperchevoir, tant i seüst esgarder. (...) Tot maintenant apiela Nasciens, son serourge, et la roïne et si dist qu'il lor mousteroit la grant desloiauté qu'il avoit si longement menee. Lors commanda a faire un mout grant <i>fu</i> ens en milieu du palais; et quant il fu bien espris, si commanda sa maisnie qu'il alaissent tout hors, si ke il ne remest en sa compaignie <i>ke Josephẽ et Joseph et Nascien et la roïne</i>. Lors les mena li rois a l'uis, qui el mur estoit seelẽs de pierre marbrine; et tout li murs estoit de diverses coulours tains.

6 No caso de ST, a nossa leitura diverge de Dias (2007) em alguns pontos cujo elenco fornecemos na parte final do presente estudo, imediatamente antes das conclusões.

Confrontando o texto oferecido por ST com o que é transmitido por TT, verificamos que, no fundamental, seguem uma mesma narrativa sem variantes substanciais, o que, à partida, aponta no sentido de que descendam de uma única tradução. Todavia, notam-se fenómenos de omissão e degradação de lições, sobretudo do lado de TT. Assim, onde em TT se lê “vestia muy ricamête”, ST, conquanto num ponto em que se manifesta degradação material do testemunho, deixa perceber “...de que podya”, o que vai ao encontro da lição “al plus richement quil pooit”, que se acha em So, levando a pensar que tal lição estaria já no original da tradução que ST transmitiria, necessariamente, com mais integridade do que o testemunho lisboeta. Também na parte final deste excerto, onde ST refere a presença de “Nascyam... a rraynha ... e Josephes”, concordando com ambos os testemunhos franceses chamados à colação, TT isola-se, omitindo um dos participantes (Josephes).

Vários fenómenos de actualização linguística são ainda visíveis em TT (ST: “fogo”; So “fu”; Po: “fu”; TT: “fogueira” etc.) para as quais já Aida Dias chamou sistematicamente a atenção (Dias 2007), sendo de esperar encontrá-los num testemunho que se afasta cerca de três séculos da época em que se terá realizado o texto que copia. Na linha do que dissemos na introdução, é também em TT que se detecta um maior número de lições degradadas ou de reformulações privativas, muitas delas certamente por deficiente entendimento do antígrafo. Está no primeiro caso: “pudesse achar paar” (Dias (2007: 17), que TT transmite contra “podessa achar porta” de ST, e “peust trover huis” de So. No segundo caso, o segmento “quando el-rrey isto ouyo”, constante de TT, não encontra correspondência em nenhum dos outros testemunhos. Lições degradadas, reformuladas ou objecto de actualização linguística são de tal modo frequentes no manuscrito da Torre do Tombo que nos absteremos de as elencar daqui em diante.

Uma primeira abordagem permite, todavia, formular já as hipóteses seguintes: (i) os testemunhos portugueses decorrem de uma mesma tradução; (ii) essa tradução terá sido elaborada sobre um texto que literalmente estaria mais próximo da versão breve representada por So do que da versão mista transmitida por Po. Nos exemplos seguintes procuraremos averiguar se tais hipóteses se mantêm ou se devem ser reformuladas ou matizadas.

2.2.

ST p. 60/ll. 9-21	TT p. 163/ll. 31-39	So p. 83/ll. 18-22	Po pp.173-174/§283.1-13
aa porta. <i>E aquela porta ssarraua ele moy</i> [<i>*s</i>]otilmête. <i>E ele, quando a ssarraua, caya hũu engenho per dentro que a sarraua.</i> <i>E, quando a el-rrey querya abrir, metya hũu crauo delgado per de dentro que a ssarraua.</i> <i>E, quando a el-rrey querya abrir, metya aquel crauo moy ssotylmente per antre as portas, ca as paredes e as portas eram pyntadas dessũu. E por esto nẽgua nõno podya entender.</i> <i>E despoys daua d'ũu malho ssua sarradura, ho crauo eergyasse e assy se abria.</i> Entõ entrou <i>el-rrey</i> dentro e tomou[1] <i>a lymagẽ</i>[2] ele meesmo aa[<i>*s</i>] costas e deytoua no flogõ ante todos.	a porta e <i>aquela porta se cerraua sotylmẽte que quãdo a ele cerrava caya hũu</i> engenho por dedentro que a cerrava e quãdo a querya abrir metya hũu prego delgado por amtre <i>as cores</i> porque as paredes e as portas jumtamẽte erã pýtadas e por esto nõ se podia êtemder <i>por omde se fechaua e despoys dava cõ hũu malho no cravo e erguyase ho engenho</i> dedentro e abria se e despoys que abrio êtroy demtro e elle mesmo as <i>suas</i> costas tomou <i>ha ymagem</i> e diamte todos a deytou no fogo	<i>cel huis qui fremoit trop soutilment que quant il le fremoit si chaoit vns engiens en maniere de bare et quant il le uoloit desfremer si i metoit vne clauete et le desfrema puis entra ens et il mismes prinst limagene et le porta el fu uoiant aus tous.</i>	l'uis (...).<i>Chil huis estoit si soutiement fremés ke, si tost com il clooit, si chaoit par dedens uns engiens de fier en guise de bare,(...) Et quant li rois le voloit ouvrir, si avoit une clavele de fier a mervelles tevene, et, si tost com il le boutoit par entre les jointures des coulours par qui l'entree de la clavele estoit plus desaperchevens, tantost caoit uns engiens de keuvre en samblanche d'un mail sour la premiere bare,el chief derriere, et tantost souslevoit li chiés devant et saloit hors du croket ou la bare tenoit; et en cheste maniere entroit ens li rois, (...) si prist il meismes l'ymage et si la porta el fu ardent, voiant aus tous.</i>

A porção de texto que apresentamos em segundo lugar apresenta um conjunto mais complexo de fenómenos sobre os quais é possível afinar e precisar melhor as hipóteses adiantadas quanto à relação entre os testemunhos portugueses e entre estes e a redacção francesa que lhes esteve na origem. Por um lado, não se notam variantes substanciais entre ST e TT que possam sugerir que cada um destes testemunhos tivesse tido origem em traduções diversas e autónomas de originais diferentes. Mas, por outro lado, ST transmite uma lição específica, sob a forma de um segmento

verbal duplicado, que teremos de explicar ou por lapso repetitivo ou por tentativa de, através de um processo de redundância, tornar mais claro um enunciado que punha algumas dificuldades de entendimento. Assim, lê-se em ST “hũu engenho per dentro que a ssarraua. E quando a el-rrey queria abrir, metya hũu crauo delgado” e, logo de seguida: “per de dentro que a sarraua. E quando a el-rrey querya abrir metia aquel crauo muy sotylmente...”.

Na realidade, embora o extenso segmento verbal seja quase literalmente repetido, a ocorrência, no segundo caso, de pequenos morfemas que não se encontram no primeiro (“de dentro”), ou a alteração de um artigo (“hũu”) em demonstrativo (“aquele”) leva a pensar que houve intencionalidade na escrita e não um simples fenómeno de repetição mecânica. Aliás, ST singulariza-se neste excerto por mais algumas lições privativas, possivelmente originadas na necessidade de esclarecer um enunciado ambíguo, escrito num registo linguístico demasiado próximo do texto traduzido, havendo talvez necessidade de ajustá-lo a um modelo de sintaxe narrativa já existente. Referimo-nos ao que se lê em ST “e despoys daua d’ũu malho ssua sarradura, ho cravo eergyasse” perante “depoys dava cõ hũu malho no cravo e erguyase o eghen” de TT. Esta última lição, não tendo paralelo directo nem em So nem em Po, constitui-se todavia com elementos verbais que ocorrem nos testemunhos franceses, tais como “uns engiens” (Po), o que leva a pensar que reproduzirá melhor o que se encontrava escrito no original da tradução.

Estas observações permitem avançar algumas certezas e algumas possibilidades. Em primeiro lugar, é de pôr completamente de parte a possibilidade de ST constituir um estádio anterior de TT, já que possui erros e lições privativas que dificilmente poderiam ter sido corrigidas pelo testemunho de Lisboa indo ao encontro do que se encontraria no original da tradução. Estamos, portanto e definitivamente, perante dois ramos aparentados, mas distintos da tradição manuscrita da *Estória do Santo Graal* portuguesa e ibérica, o que, logicamente, implica também que se ponha de parte a possibilidade de ST ser em si um fragmento do original da tradução.

Esta conclusão pode ainda ser reforçada e matizada de uma forma interessante se tivermos em conta o que se passa na sintaxe das frases iniciais deste trecho. Com efeito, enquanto ST transmite “E aquela porta ssarua ele moy [s]otilmente. E ele, quando a ssarraua...”, TT aduz “e aquela porta se cerraua sotylmente que quando ele a cerrava”, enquanto os testemunhos franceses afirmam: “huis qui fremoit trop soutillement que quant il le fremoit” (So), “Chil huis estoit si soutieument fremés ke, si tost...” (Po).

Torna-se visível que a ligação entre as duas proposições é feita no original francês por intermédio da conjunção “que”, apenas mantida pela versão da Torre do Tombo que, desse modo, representa a lição mais próxima do original da tradução. Tentando ajustar a frase a outros hábitos da sintaxe narrativa, possivelmente mais conhecidos e divulgados nos meios onde esta cópia foi realizada, ST substitui a conjunção

consecutiva “que” por uma coordenativa “e”, afrouxando os nexos de subordinação já presentes no original da tradução.

Assim, cremos que, uma vez mais, se confirma a impossibilidade de ST constituir um estágio intermédio entre o original da tradução e TT, ao mesmo tempo que abre a possibilidade de considerar que as cópias desse original (ou o original e uma das suas cópias) poderão reflectir hábitos de escrita literária diversos, mesmo quando efectuados dentro de um arco cronológico relativamente estreito.

Por outro lado, embora, neste excerto, os textos portugueses tenham início de uma forma literalmente próxima da versão breve contida em So, vão seguidamente incorporar matéria que está omissa nessa versão (as referências às cores e às portas), mas presente na versão mista de Po. E aqui é TT que apresenta mais consistência, verificando-se em ST confusão entre “cores” e “portas”. Todavia, nem por isso a versão portuguesa, presente em TT, passa a aparentar-se literalmente com a que se lê em Po, muito mais extensa e detalhada, diremos mesmo “retoricamente amplificada”. A versão da *Estoire del Saint Graal* que está na base do original da tradução portuguesa parece caracterizar-se por uma brevidade semelhante a So com alguns desenvolvimentos que virão a estar presentes, de uma forma muito mais detalhada, em Po.

2.3.

ST p. 60/ll. 21-28

Despoys que
ffoy queimada,
disse el-rrey que
uerdadeyramête
era Deos[3] de
gram poder, que tal
uôotade lhe dera,
ca el ño coydaua
que iamays ende o
ssee coraçom dela
podesse partyr.
Dessy conheceu
ssee pecado dante
todos aqueles
que estauã com
ele e todos sse
marauylhauã, ca
nũca oyrõ falar de
tam estranha cousa.

TT pp.163-164/
ll.39-5

e deploys que
foy queymada
dysse el-rrey que
verdadeyramête
Deos era de grã
poder poys tal
vontade lhe dera
que ele ño cuydaua
que jamays ẽ seu
coraçã podesse
ẽtrar e deploys
diamte de todos
hos que hy estaũa
conheceo seu
pecado e todos
se marauylharã
que numca de tã
estranha cousa
ouuyra falar.

So p. 83/ll. 21-26

et quant ele fu arse
si dist li rois que
uoiement estoit
Jhesu Cris[t] de
grant pooir qui
tel corage li auoit
enuoie car il ne
quidoit mie quil
en peust iamais
estre ostes. Apres
conut il mismes
ses pechies si que
tout loient si en
orent moult grant
merueille car il
nel quidoient mie
ne onques mais
nauoient oi de tel
cose parler.

Po p. 174/§283.
13-19

Et quant ele fu
toute arse, et la
reube ke ele avoit
vestue et li fust
dedens, si dist li
rois ke mout estoit
de grant pooir
Nostre Sire, qui
chest corage li
avoit envoiet, car
il ne quidoit mie ke
jamais ses cuers
en peüst estre ostés
par nule paine.
Apriés counut il
meisme son pechié,
si ke tout l'oïrent,
si s'en mervillierent
mout durement, car
il n'avoient onques
mais de tel pechié
oï parler.

Neste segmento, a narrativa contida nos testemunhos peninsulares da *Estoire del Saint Graal* coincide. Todavia, embora os testemunhos portugueses transmitam literalmente a lição francesa deste segmento narrativo, observa-se que ST e TT apresentam alguma dificuldade em encontrar a equivalência para a estrutura verbal “estre ostés”, fazendo-o de um modo diferenciado. Ou seja, enquanto ST transmite “el nō coydaua que iamays ende o sseu coraçom dela podesse partyr.”, TT nota “ele nō cuydaua que jamays ã seu coraçã podesse êtrar”. Os testemunhos franceses registam: “il ne quidoit mie quil en peust iamais estre ostes.” (So), “il ne quidoit mie ke jamais ses cuers en peüst estre ostés” (Po). Embora não se mantendo fiel à letra de nenhuma das versões francesas, ST produz um sentido convincente e próximo, enquanto TT, procurando corrigir “partyr” em “êtrar”, se afasta mais ainda do sentido original.

No segmento destacado, repara-se, também, na ausência do sintagma nominal “o sseu coraçom”, na versão breve So, enquanto a redacção mista Po o contém e os testemunhos portugueses também o registam. Esta observação confirma a ideia segundo a qual ST e TT terão tido origem numa versão da *Estoire del Saint Graal* caracterizada por alguns desenvolvimentos que virão a estar presentes, de uma forma muito mais amplificada, em Po.

2.4.

ST pp. 61-62/ll. 13-31	TT p. 164/ll. 15-26	So pp. 83-84/ll. 35-9	Po pp. 174-175/ §285.9-§286.6
Entõ sse partyrom deles e <i>eles</i> <i>tornarõsse</i> <i>coydaudo e</i> <i>chorãdo</i> como aqueles a que ssemelhaua que o auyã por toda guissa perdydo. Assy se ffoy Josephes e ssua cõpanha pelo encomẽdamẽto de Jhesu Christo, m□a□ays [4] <i>de</i> <i>ssuas jornadas</i> <i>e de ssua ssayda</i> nõ deuyssa mais o cõto, <i>ante quer</i> <i>ffalar d'el-rrey</i> <i>Mordaõ</i> e de ssua conpanha. Aquy dyz o conto que	ẽtam se partyo deles e <i>eles se</i> <i>tornarã</i> muito <i>chorãdo e</i> <i>sospyrãdo</i> como aqueles que lhes parecy a que pera s[e]mpre ho vyã perdido asy se foy Josefes e sua c[o] mpanhia por ho mãdamẽto de Jhesu Cristo mas hora ho comto nõ comta <i>de suas jornadas</i> <i>antes torn[a] a</i> <i>falar del rrey</i> e da sua cõpanha. CAP. L ta biij DA VISÃO QUE EL REY Mordaõ vyo e do que passou cõ cuydar Nascyão.	Atant sen torna daus et <i>chil</i> <i>sentornerent moult</i> <i>pensif</i> comme chil a qui il estoit auis qui auoient <i>le tout</i> perdu <i>pu[i]s quil</i> <i>sen aloit</i> . Ensi sen parti Josephe et sa compaignie de la cyte de Sarras. mais <i>de lor iournees</i> <i>ne de lor oirre</i> ne parole plus ichi endroit lestoire achois <i>retourne</i> <i>a parler del roy</i> <i>Mordrain</i> et de sa compaignie qui <i>remestrent en la</i> <i>cyte de Sarras</i> . Chi endroit dist li contes que quant li	Atant s'en parti d'aus; et <i>chil</i> <i>retournerent mout</i> <i>pensieu et mout</i> <i>ploureux</i> , comme chil qui il sambloit ke tout eüssent pierdu, <i>puis ke</i> <i>Josephés s'en aloit</i> . Or s'en va Josephés et sa compaignie par le plaisir et le commandement Nostre Signour. Mais <i>de toutes lor</i> <i>jornees ne de toutes</i> <i>lor aventures</i> ne de chascun lieu ou il herbergierent ne parlera pas li contes chi endroit, anchois <i>tourne la droite</i> <i>voie de l'estroire</i>

despoys aquela
noyte que rrey
Mordaym
jouue es sseu leyto
quaeu ã ele m[o]y
gram pesar, assy que
nẽguũ nõ podya dele
sacar [5] fãala. Em
aquele pesar durou
muyto e *sospirou e*
chorou moy muyto,
assy que a rraynha
que jazya cabo
dele ffoy ende moy
maraujlhada, mays
nõ lhe pôde tanto
preguntar por que
choraua que lho ele
quisesse dizer

Ora diz a estor[e]
a que aquella noute
depoys que el-rrey
Mordão jouue ã
sua cama cayto ã
ele muy grã cuydar
asy que nymguẽ
podia dele tyrar fala
e naquele cuydar
durou muito e
sospyrou e chorou
de sorte que ha
rraynha que a cab[o]
dele jazia foy muy
maravylhada e nõ
lhe pode tamto
perguntar por que
chorava que elle lho
quysese dyzer

rois Mordrains se
fu couchies chele
nuit en son lit quil
chai en . j . mout
grant pense ou quel
il demoura mout
longement . si
souspiroit et plorait
mout durement si
que la roine qui
dales lui gisoit en fu
toute esbahie . Mais
ele ne li sot tant
enquerre que il riens
li en uoloit dire

sour le roi
Mordrain et sour sa
compaignie qui son
remés en la chité de
Sarras. Chi endroit
dist li contes ke la
nuit ke li rois fu
couchiés en son lit,
si chai en une grant
pensee, dont il fu
tant forment pensis
que il n'estoit nus
qui de lui peüst
parole traire. En cel
pensé demoura mout
longement en tel
maniere dont vous
avés oï et si *plouroit*
si durement des iex
et souspiroit del
cuer ke la roïne, qui
delés lui gisoit, en
estoit toute esbahie.
Mais ele ne li pooit
tant enquerre ke il
l'en vausist nule
riens enseigner

Nesta porção de texto, verifica-se um conjunto de fenómenos relevantes para a relação entre os testemunhos da tradução portuguesa da *Estoire del Saint Graal* e entre estes e as redacções francesas em colação. Assim, veja-se: (i) ST: “de ssuas jornadas e de ssuas ssaydas”, TT: “de suas jornadas”, enquanto os testemunhos franceses colacionados notam: “de lors journees ne de lor oirre” (So), “de toutes lor jornees ne de toutes lor aventure” (Po); (ii) ST: “sospirou e chorou moy muyto”, TT: “sospyrou e chorou”, enquanto os testemunhos franceses apresentam: “souspiroit et plorait mout durement” (So), “plouroit si durement des iex et souspiroit” (Po). Em ambos os casos ST reproduz mais fielmente o original francês, apresentando mesmo soluções de tradução estilisticamente relevantes, e esse original estaria mais próximo de So do que de Po.

Por outro lado, embora, neste passo, como já vimos nos anteriores analisados, os testemunhos portugueses pareçam aproximar-se literalmente da redacção breve da *Estoire del Saint Graal* contida em So, vão inserir elementos verbais que se encontram ausentes nesta versão, registando-se antes na versão mista contida em Po, como se observa no caso seguinte: ST: “eles tornarõsse coydando e chorãdo”, TT: “tornarã muito chorãdo e sospyrãdo”, Po: “retournerent mout pensieu et mout ploureus”, So: “sentornerent mout pensif”.

ST singulariza-se, neste excerto, por uma leitura divergente da estrutura verbal “retourne a parler del roy Mordrain” (So) / “torne la droite voie de l’estroire sour le roi Mordrain” (Po), dos testemunhos franceses, registando “ante quer ffalar d’el-rrey Mordaÿ”, enquanto TT contém a boa lição: “amtes torn[a] a falar del Rey”. Neste ponto, ST inova já que a estrutura “torna a falar” é frequente na prosa arturiana, traduzindo convenientemente “(re)torne a parler”.

Além disso, da colação entre os testemunhos portugueses entre si, e com as redacções francesas apresentadas, ressalta um conjunto de omissões nos primeiros. Assim, repara-se nos segmentos seguintes: (i) “pu[i]s quil sen aloit” (So) / “puis ke Josephés s’en aloit.” (Po); (ii) “qui remestrent en la cyte de Sarras.” (So) / “qui son remés en la chité de Sarras.” (Po), que se encontram ausentes nos testemunhos portugueses. Esta observação conduz-nos à hipótese de estarmos perante dois testemunhos do mesmo original da tradução portuguesa cujo original francês não mencionaria os respectivos segmentos narrativos.

2.5.

ST p. 62/ll. 31-33	TT p. 164/ll. 27-29	So p. 84/ll. 9-11	Po p. 175/§286.6-8
nẽ ela nõo oussaua ende a fforçar, ca ele era o rrê [6] do mûdo que m(a) ys [7] dultaua ca ssenpre fflora brauo.	nẽ ella nõ ousaua deho muito [82v] forçar que elle era ho homẽ do mûdo que ela mays duuydava por que sempre fora cruel	ne ele ne li en uoloit esforcier outre sa uolente. car il auoit este moult crueus et mout fiers si le doutoit mout.	ne ele ne l’en osoit enforchier contre sa volenté, car il li avoit esté mout fiers et mout crueus: si doutoit mout son mautalent et son courous.

Mais uma vez, da comparação dos testemunhos portugueses com os franceses neste segmento narrativo, nota-se que sobressai nos primeiros um fenómeno de reformulação nominal. Assim, onde em ST se lê “o rrê do mûdo” e em TT: “ho homẽ do mûdo”, os testemunhos franceses referem-no apenas com o pronome pessoal “il”. Desta observação decorre a confirmação de que ST e TT constituem dois testemunhos do mesmo original da tradução portuguesa da *Estoire del Saint Graal*, transmitindo ST uma lição que correspondia a uma fórmula corrente no galego-português⁷, mas que não devia ser já compreendida pelos redactores do séc. XVI, que se viram, assim, na necessidade de a alterar.

7 Ocorrem exemplos no *Livro de Galaaz (A Demanda do Santo Graal)*. Veja-se Nunes (1995: 53, 113).

2.6.

ST pp. 62-63/ll.
1-28

[1v] Assy ffoy el-
 rrey [*acor]dado
 até [...] [
 [*a]dormecio [...] [
 hũa [...] [...] [...] [
 [...] [...] [...] en [...] [
 [...] me. *Entò qerya*
ffalar [...] [...] do [...] [
 na [boca] e uy[*u]n
 [...] [...] ysto e
 derrybaua[*o] [...] [
 messa [...] ffilhauo
 e [...] na boca [...] [
 hũu toruon soprão
 tã de [...] que [...] e
 leuauao a [...] moy
 estranho logar [...] [
 [...] e tragyalhe
 cada dya do
 cordeiro [...] [mã]
 gares *que o sseu*
cora [*com] [...] [
 despoys[8] ujnha
 hũ lobo [...] força
 quanto lhe o
 cor[*rdeiro] [...] [
 que lhe nã ficaua
 senõ [...] nõ bẽ assy
 que aas [*uezes]
 morrya de ff[*ame]
 [...] [...] el uya
 que o [*lob]o lhe
 roba[ua] [...] assy
 pẽssou que era mal
 [...] lho soffrya.
 E disse [*que] sse
 combaterya cõ [...] [
 dya [...] se [...] grã
 [...] fuygu ho lobo,
 que o [...] despoys
 tolheu sseu [...]]

TT pp. 164-165/
ll. 29-8

nasy esteve el-rrey
a meya noute ã
seu pemsamẽto
ẽãõ adormeco cõ
camsacyo de seu
cuydar e vyo huã
maravylhosa vysõ
por que lhe pareceo
que estaba ã seu
paço e que tynha
hũa grande corte
ha que vnyhõ
todos hos da terra
e que saya de hũu
ryco cadafal[so] e
emtrava ã seu paço
e asemtavase a
comer e tamto que
queria tomar ho
prymeiro bocado
pera meter na boca
vynha hũ corisco e
deribavao na mesa
e ele ho tomava e
ho queria meter na
boqua e vynha hũ
toruõdo sopramdo
tam rijo que ho
tomava e ho levava
a huũ muy estranho
lugar *homde numca
nhũ morava nẽ
vyvera* e hy vynha
a ele cada d[y]a hũ
cordeyco que lhe
trazia todos hos
boõs mãjares *que
seu coração podia
cuydar* depoyos
vynha hũu lobo e
por força tyrava
todo quãto lhe ho
Agnho trazia asy
que lhe nõ ficava
senã ho ã que [s]e
mãtynha e nã bem
asy que as vezes
avya fame e quãdo

So p. 84/ll. 11-26

Ensi fu li rois en
dolor et en paine
tant quil fu bien
mienus . Et lors
auint il cose quil
sendormi de la
lasete du pense.
et ensi comme il
se dormoit entra
il en . j . moult
perilleus soigne car
il li estoit aus quil
tenoit en . j . palais
vne cort mout
grande . A chele
court uenoient
tout li cheualier
del pais et toutes
les dames de la
contree . si li estoit
aus quil estoient
uenu del moustier
et estoit entres en
son palais et se
seoit al mangier
et ensi comme il
prendoit le premier
morsel por metre
a sa bouce si li
descendoit vns
foudres du ciel et
le faisoit ius uole
et il le reprant et
le remet uers sa
bouce de recief
et lors reuenoit
vns estorbillons si
lenportoit en vn
mout estrange lieue
et illuec uenoit a
lui cascun iour vns
lions qui la aporroit
toutes les boines
uiandes del monde
et apres uenoit
vns leus qui lui
retoloit si quil ne li
remanoit fors sa

Po pp. 175-176/§286.8-§287.21

Ensi fu li rois
en dolour et en
mesaise de pensé
tant ke bien pot
estre mienuis.
Et lors si avint
chose qu'il
s'endormi pour
le lasseté del
pensé qui li avoit
grevé. Ensi com
il fu endormis, si
entra en un mout
perilleus songe, car
il li estoit avis en
son dormant ke il
tenoit en la chité
de Sarras une court
mout riche et mout
honeree. A chele
court venoient
tout li chevalier et
toutes les dames
de la contree. Et
quant il estoit issus
hors d'un mout
riche moustier ke
il n'avoit onques
mais veü, si entroit
en son palais et
s'aseoit au mangier
si richement et si
biel com il est drois
et custume de roi.
Ensi com il estoit
assis a son mangier
et il prenoit le
premier morsiel
pour metre en
sa bouche, si
descendoit uns
effoudres del chiel
et si li faisoit voler
son morsiel hors
de sa main et sa
courone chaoir jus
de son chief a la
terre. Et quant il

elle vya que ho
lobo lhe tyrava
todo asy cuydou
que era mao por
que ho sofria e dyse
que se combat[ery]
a cõ ele e tamto fez
que se combateu
com elle hũu dia e
vẽceo grão trabalho
asy fogio ho lobo
que depoyz nõ lhe
tyrou cousa de seu
mamjar

soustenance et ce
asses pourement
et quant il uit que
li leus li toloit ensi
si sapensa quil se
combateroit a lui
tant quil auint a . j .
ior quil se combatit
au leu et le uenqui a
moult grant paine et
lors sen fui li leus
ne onqueus puis ne li
toli de sa uiande.

voloit relever sa
courone, qui a terre
gisoit, et il le voloit
remetre en sa teste,
si le prenoit uns
grans estourbillons
de vent et si
l'enportoit en un
estrange lieu, mout
loing. En chel
lieu demouroit
mout longement,
che li estoit avis,
et si venoit a lui
chascun jour uns
aigniaus et uns
leus. Li aigniaus li
aportoit toutes les
boines viandes et
toutes les riches du
monde; et li leus
l'en toloit tant ke
il ne l'en remanoit
ke seulement sa
soustenance, a
mout grant poverté.
En la fin, quant il
veoit ke chil leus
le reuboit en tel
maniere, si se pensa
ke il ne li soufferoit
plus, anchois se
combateroit a lui.
Tant fist ke il se
combati un jour et
ke il le venqui a
mout grant paine.
Ensi s'en fui li leus,
c'onques puis point
de sa viande ne li
toli.

Esta porção de texto de ST, embora muito danificada, permite configurar a narrativa a partir do texto integral transmitido e conservado no testemunho da Torre do Tombo e encontrar, desta forma, fenómenos de divergência entre ambos os testemunhos e a ocorrência, em cada um deles, de lições privativas: ST apresenta a lição “Entõ querya ffalar” que não encontra correspondência nos outros testemunhos colacionados e TT nota o segmento “homde numca nhũ morava ne vyvera” que, também, não encontra paralelo nos outros textos confrontados. Estas lições confirmam, uma vez mais, o facto de que ST não representa um texto intermédio entre o original da tradução e o

texto transmitido por TT, mas um ramo distinto da tradução portuguesa da *Estoire del Saint Graal*. Por outro lado, a estrutura frásica “que seu coração [podia cuydar]” de ST e TT, ausente nos testemunhos franceses colacionados, corrobora de novo a hipótese de que os testemunhos portugueses derivem de uma mesma tradução.

2.7.

ST p. 63/ll. 29-35	TT p. 165/ll. 8-14	So p. 84/ll. 26-31	Po p. 176/ §287.22-§288.6
Despoys [...] [<i>*sseme</i>]lhoulhe que achua a ssua coroa [...] que era canbada e que a poynha [<i>*na cabe</i>] ça. E [<i>*uy</i>]a seu sobrynho e o [...] e que hũa aue que ssemelhaua agea o leuaua aalem [...] a hũa <i>mõtanha moy</i> <i>estran</i> [<i>*ha</i>] [...] aly a que [...] e poynha y [...] <i>toda</i> <i>gente da terra</i>	depoys desto lhe pareceo que achaua sua coroa mas que era trocada e que a metya na cabeç[a] e vyase sobyr no ar e que huã ave que lhe pareceya aguya [83r] ho levava alem mar ahũa <i>montanhosa terra</i> <i>e estranha</i> e a ave ho punha aly e vynha a <i>gête da terra</i> e homylhauase e avya cõ ele grã prazer	Après ce li estoit auis quil trouoit sa coroune mais ele li estoit cangie et quant il lauoit mise en sa teste si uit .j. . <i>sien neuue</i> que vns oisiaus enportoit outre la mer en vne <i>estraigne terre</i> et illuec le metoit ius et si tost com il lot mis ius si uenoient <i>toute la</i> <i>gent</i> et lenclinoient et quant il li orent faite si grant honor	Après li estoit avis ke il trovoit sa courone et, quant il le voloit metre en son chief, si le trovoit toute cangie, (...) Et quant il l'avoit mise en sa teste arriere, si veoit il <i>un sien neuue, qui</i> <i>estoit fix</i> Nascien, <i>son serourge</i> , ke uns grans oisiaus en samblanche d'aigle prenoit et si l'enportoit, voiant ses iex, outre la mer en une mout <i>estrange terre</i> . Illuec le metoit <i>l'aigle</i> jus; et quant il estoit a terre, si venoient <i>toutes</i> <i>les gens du pais</i> , si l'enclinoient et venoient tout et toutes environ lui. Et quant il li avoient tout encliné et grant joie faite

Em relação a este segmento narrativo, destaca-se, nos testemunhos peninsulares, a referência à orografia do terreno. Assim, TT regista: “*montanhosa terra e estranha*”, ST: “*mõtanha moy estran*[**ha*]” (Dias 2007: 168), enquanto os testemunhos franceses aduzem: “*estraigne terre*” (So) / “*estrange terre*” (Po), confirmando-se, uma vez mais, a proximidade entre ST e TT que fica uma vez mais estabelecida. Já outra questão igualmente interessante é saber se essa lição remonta ou não ao original francês a partir do qual se realizou a tradução, visto que essa geografia montanhosa pode corresponder a um episódio específico do ciclo em que a *Estória*

dormya e tamto lhe
durou que foy per
todo dia e quãdo
acordou muito
se maravylhou
daquela maravylha
que vyra e a
rraynha cuy[d]
ou por que el-
rrey asy cuydara
e por amanhã
a levamtouse e
foy choramdo
pera a cama dôde
Nascyão jazia que
por mādado del
rrey hy vyera e
quãdo Nacyão asy
avyo chorar ouue
dyso grã pesar
que muyto amava
e tom[a]va ã seus
braços [83v] e
pergumtou lhe que
avya e ella lhe [c]
omtou todo e dyse
irmão eu ey grão
medo daquele
cuydar del rrey
hymão por Deos
vos rogo que
vos lhe vades
pergumtar que he
que grã sabor hey
deho saber

si sesmerueilla
mout de cel soigne
et pensoit en quel
maniere il poroit
savoir que ce
senefioit et la roine
fu moult esbahie
de ce que ses sires
estoit en si grant
pense si se leua
et sen vint au lit
Nascien son frere
tout plorant . et
quant Nascien le
uit si en fu moult
esbahis car il lamoit
de mout grant
amor. si la prinst
entre ses bras et li
demanda porcoi ele
ploroit et ele li dist
biaus dous freres
iou me dout mout
de mon signor quil
ne soit cheus en
maluaise pensee
por Dieu leues
sus et li ales
demander que li
a car volentiers le
sauroie.

longement li dura
que il fu mout
pres du jour. Atant
s’esvilla li rois
mout esbahis et
mout trespensés
de chele merveille
ke il avoit veüe. Et
la roïne, qui bien
l’avoit veü pensieu
et courechíe toute
nuít, si fu mout
espoentee (...), si
ala tantost au lit
Nascien, son frere,
mout souspirant et
plourant durement.
Et quant Nasciens
le vit plorer, si fu
mout esbahis, car
il l’amoit mout
coreument, si le
prist entre ses bras
et si li demanda
mout (...) “Biaus
dous frere, dist ele,
pour che criem
jou qu’il ne soit
cheüs en mauvais
pensé. Et je vous
pri et requier pour
l’amour del haut
Signour, a la qui
creanche vous vous
estes dounés, ke
vous alés a lui et
si li demandés un
don; et quant il
vous ara creanté
sour sa creanche a
doner le don....”

Neste excerto, embora muito danificado, ST conserva um segmento narrativo substancial que nos permite concluir que se trata de uma leitura singular do lado dos testemunhos portugueses, uma verdadeira interpolação, que visa especificar os laços de parentesco que unem Mordaim a Celidones. Ora, o meio português era particularmente sensível às questões da organização familiar, tendo a redacção do primeiro livro de linhagens (cfr. Mattoso 1999) ocorrido na mesma época em que é possível situar a tradução de vários livros de matéria arturiana (cfr. Miranda 1998a: 7-19). Nestas condições, somos levados a pensar que se trata de uma interpolação

produzida no acto da tradução. Do ponto de vista textual, a sua ocorrência em ambos os testemunhos não deixa dúvidas sobre o facto de estes terem origem no mesmo original da tradução.

2.9.

ST p. 64/ll. 1-11	TT p.170/ll. 4-11	So p. 89/ll. 4-9	PPo p. 187/§304.1-7
[2r] t[.] [g] [.] [...] [...] onde ñ pode ho[*mê] [...] [*n] aue ñ ousa [...] parte podyã [...] [*estre]yto de Ssi[u]jlha [...] [...] / cordes [...] [...] E en toda aquela [...] [...] hũu [...] dia [...] [esto] [...] [...] esto. E [.] [tanben] [...] / [.] pendido [...]	[87v] aquela pena estava naquela parte por homde passã de Babylonya pera Escocya e pera Yrlamda e pera as outras ymsolas de hocydemte aly estava aquela pena que era tam alta que hera maravylha e de huã parte do mar docydemte domde nom pode homem achar terrã que nhuã nao nom ousa de passar la e da outra parte podia bem ver ho mais do mar do <i>estreyto</i> de <i>Sevylha</i> aquella pena era tã alta como vos ouydes	et cele roche estoit dedens la mer occeane. Et en cele partie ou li trespas de la mer de Babilone est et cele d'Escoce et d'Irlande . et es autres parties doccident la est roce qui estoit tant haute que on ne pooit ueoir toute la meir dune part et daute part pooit on veoir la terre de <i>cordes</i> . Cele roce estoit tant haute comme ie vous di	Chele roche, si est assise en la mer Occeane, en ichele partie ou li drois trespas est a aler de la terre de Babiloine en la terre d'Escoche et d'Islande et es autres parties d'occident. En che trespas est chele rocheet si est de si tres grant hauteche ke on en peut sourveoir toute la mer d'Occident jusc'a ichés lieus ou terre puet estre trovee, et de l'autre part, a destre si comme devers galerne, en puet on veoir la terre de <i>Cordres</i> et toute la fin d'Espaigne. La roche est de tel hauteche com vous avés oï

Este segmento narrativo, embora muito danificado em ST, contém um elemento substancial da narrativa (“cordes”) que permite concluir que a lição transmitida por este testemunho é mais fiel ao original da tradução portuguesa do que o texto transmitido pelo testemunho quinhentista. De notar, ainda, nova lição privativa dos testemunhos portugueses, certamente introduzida no processo de tradução, na referência ao “[estre]yto de Ssi[u]jlha (ST); “estreyto de Sevylha” (TT).

2.10.

ST p. 64/ll. 12-22

Diz o cõto que
el-rrey Mordaÿ
catof[*u] [...] [...] [...] [.]
se nõ [...] [...] [...] [...] [.]
el-rrey [...] equanto
[...] [...] que achou
hũu ca[**minho*] que
[hã] coa [...] nõ
[hã] [...] que hy [...]]
que nõ achava rem
cõ que lhe [**prou*]
gesse e comêçou a
pensar e pẽssou *ẽ*
sseu coraçõ [**que*]
ajua todo [...]

TT p. 174/ll. 31-39

[91r] Diz o
comto que el-rey
Mordaym ouhou
derredor desyhe nom
vio de nenhuã parte
[92v] do mundo
omde ouvese que
comesse que a pena
era muy esqyro
lugar el-rey amdou
por aderrador da
pena emquanto por
ela pode amdar
e achou hũ
camynho que hya
direyto a cova e
quando veo ha
entrada vio a tam
escura que nom
avia cousa per
que hy emtrase e
quando vio
que nom achava
com que lhe
aprouve *se asemtou*
se e começou a
cudar e cuydou *em*
seu coraçam que
hagora avia todo
perdido

So pp. 93/ll. 8-16

Chil endroit dist li
contes que li rois
Mordrains fu portes
en cele roche qui
moult estoit haute
sauuge . Et quant il
i fu mis si esgarda
entour lui si ne
uit fors mer et ce
misme de terre quil
i auoit estoit moult
hideuse a ueoir . et
il ala tout entour le
siege de la roce tant
com il pot trouer
uoie . et quant il
uint a lentrede du
sentier qui aloit a
la caue si le uit si
noire et si hideuse
quil ni entrast por
nule rien du monde
 . Et quant il uit quil
ni auoit nul confort
si commença a
plorer et a penser
mout durement et
dist certes ore ai
iou trop perdu

Po p. 197/
§319.1-13

Atant se taist ore li
contes de Pompee
et si retourne au roi
qui est en la roche
mout esbahis et
mout trespensés
de che qu'il ne
savoiut ou il estoit
ne en quel maniere
il i estoit venus. Il
esgarda entour lui:
il ne vit nule riens
fors mer et chiel,
dont nule garisons
li peüst venir ne
nule soutenanche.
La roche fu haute
et en salvaige lieu;
et tant d'abitacle
com il i avoit, si
estoit lais et hideus
et escurs. Il ala
entour le siege de
la roche, tant com
il peut trover voie,
et tant qu'il entra
el sentier caupé
qui menoit a la
cave; et quant il
vint a l'entree, si
le trova si laide
et si noire ke il
n'entrast dedens
pour nule riens.
Et quant il vit ke
il ne troveroit nul
confort, *si s'asist*
et commencha
mout durement
a sospirer du
cuer et a plourer
des iex de la teste
et commencha a
penser *en son cuer*
ke ore avoit il tout
pierdu

A parte final desta porção de texto apresenta uma série de fenómenos de omissão. O texto lisboeta e a versão mista francesa registam a forma verbal “se asemtou”, ausente em ST e em So. Observa-se, pois, que TT mantém a lição completa do segmento verbal face à sua ausência em ST. Também na parte final deste excerto, os testemunhos peninsulares e, entre os testemunhos franceses colacionados, apenas a versão mista Po notam o segmento nominal “ẽ sseu coraçõ” (ST) / “em seu coraçam” (TT) / “en son cuer” (Po). Tal conjunto de aspectos textuais corrobora, por um lado, a hipótese de que a versão francesa que está na base da tradução portuguesa contenha matéria omissa na versão breve So, mas presente na versão mista Po; e, por outro, uma vez mais que ST não é uma versão intermédia entre o original da tradução e TT.

2.11.

ST pp. 66-67/ll.
1-14

[2v] El-rrey lhe disse se [*que] rya fficar ou sse se querya yr. “Como, disse [*ho]omẽ[9] boo da naue, nõ ás tu toda tua crença em Jhesu Cristo?” E el lhe dise que uerdadeyrãmẽte a auja hy toda. “Ora ssabe tu bem, dysse ho omẽ bõo, *que Lhe nõ esquecerás, ca Lhe nõ ef.* [.] *quem se a Ele tẽ.* E quãdo o hom[*ẽ] se esmaya[10] ent[õ] he fflora de crença ca[11] *quando Deos[3] ama o homẽ de todo coraçõ*, entõ he dereyta trazõ que o omẽ[12] nõ aja cuyra[13] d’outra coussa, ca mays o ama Deos[3] que se ele poderya amar.

TT p. 175/ll. 28-37

[93r] e el-rrey lhe preguntou se querya haly ficar se querya yr como dise ho homem bom da na[o] nam as tua forca [sic] em Jhesu Cristo e ele dise serto verdadeyramente eu hey hy todo meu bem ora sabe tu bem dise ho homem *que lhe nom esqueceras que lhe nom esqueçem quem se a ele chega* e quando ho homem desespera emtam *he fora de fe e quando Deos amaa o homem que se a ele chẽga de* [93v] *todo coraçam* emtam he direyto e rezãõ que homem nam aja cudado de outra cousa que mais ho ama Deos do que ele se pode amar

So p. 94/ll. 9-16

Et li rois demanda au boin homme sil remandroit illuec ou sil sen iroit . et comment fait li hons de la nef en as tu toute ta creance en Jhesu Crist . et il dist que uoirement li a il toute dont saces tu bien fait il *quil ne te metera ia en oubli*. Ne ia ne sesmait li hons *qui fors est en sa creance* . Car Diex aime miex lomme *qui a li se tient* que li hons misme se saime . dont est il bien drois que li hons ne prenge ia cure de riens quil li couiegne ains sen tiegne du tout a Dieu car Diex laime plus quil ne se poroit misme amer.

Po p. 199/
§321.15-§322.10

Et li rois li demanda conseil comment il le feroit, se il remanroit enchoire illuec ou se il li looit que il s’en alast. “Coument? dist li hom de la nef. Dont ne dis tu ke tu as ta creanche toute en Jhesucrist?” Et li rois respondi ke voirement creoit il de tout en tout en Jhesucrist. Et li hom de la nef li dist: “Or saches tu donques de voir *ke il ne t’a mie mis en oubli, car il n’oubliera ja nului qui a lui s’atende* (...) Et la ou li hom s’esmaie de nule chose qui li conviegne, la te di jou pour verité ke il est hors de creanche, *car, plus ke il a mis et le*

ST pp. 66-67/II.
1-14

TT p. 175/II. 28-37

So p. 94/II. 9-16

Po p. 199/
§321.15-§322.10

*cors et le cuer
de tout en tout
en la creanche
Damedieu, dont
est il bien drois ke
il s'atende a lui de
toutes les choses
(...) Dont est il bien
raisons ke li hom
ne prengne sour soi
nule cure de che
ke lui convenra,
mais a chelui en
laist convenir qui
plus l'aime ke il
meïsmes ne se
porroit amer ne
tenir chier.*

Comparando o texto transmitido por ST com o de TT, verifica-se que ambos apresentam a mesma sequência narrativa. Assinalam-se, todavia, divergências por omissão. Assim, ST transmite: “que Lhe nõ esquecerás, ca Lhe nõ e[.] [.] quem se a Ele tẽ. E quãdo o hom[*ẽ] se esmaya ent[õ] he ffora de crença”, e TT regista “que lhe nom esqueçeras que lhe nom esqueçem quem se a ele chega e quãdo ho homem desespera emtam he fora de fe”. Pelo seu lado, Po nota “ke il ne t’a mie mis en oubli, car il n’oubliera ja nului qui a lui s’atende (...) Et la ou li hom s’esmaie de nule chose qui li conviegne, la te di jou pour verité ke il est hors de creanche”, enquanto So apresenta um segmento mais abreviado “quil ne te metera ia en oubli. Ne ia ne sesmait li hons qui fors est en sa creance”.

Deste confronto ressalta, uma vez mais, que os testemunhos peninsulares transmitem o mesmo texto da *Estória do Santo Graal* e que a aproximação dos testemunhos portugueses à versão mista se revela apenas em alguns aspectos vocabulares e sintáticos, mas que se apresenta muito longe da versão extensa que se pode ler em Po. Na mesma linha parece situar-se o segmento nominal “de todo coraçõ” (ST) / “de todo coraçam” (TT) que não encontra paralelo directo em So, enquanto em Po se apresenta a lição “le cors e le cuer de tout en tout”.

Também relevante se mostra o exemplo seguinte de omissão em ST “quando Deos ama o homẽ de todo coraçõ”, enquanto TT nota “quãdo Deos amaa o homem que se a ele chẽga de todo coraçam” e os testemunhos franceses apresentam a lição: “Car Diex aime miex lomme qui a li se tient” (So) “car, plus ke il a mis et le cors et le cuer de tout en tout en la creanche Damedieu dont est il bien drois ke il s’atende a lui” (Po). Torna-se claro que é a vez de TT reproduzir melhor a lição que estaria presente no original da tradução, dando razão à máxima: “ulteriores non sunt deteriores”.

2.12.

ST p. 67/ll. 23-28	TT p.176/ll. 5-8	So p. 94/ll. 21-27	Po p. 200/§322. 19-27
E por esto podes tu ssa[*b]er que aquel que esto coyda que non há de [*cr] ença nẽ punto. <i>E por esto te mũada [] [...] coraçõ sseia de todo [en] Deos[3] e El [*p]êserá de ty e de totalas coussas e d'al nõ te trabalhes.</i>	(...) e por ysto podes tu saber que aquele que ysto cuida nom tem hũ pomto de fee <i>por esto te mamdo que todo teu coraçam seja em Deos e ele pemsara de ty e de todas tuas cousas e de al nom te trabalhes</i>	(...) et par ce puet on prouer et connoistre que cil qui ce dist na de creance ne tant ne quant . <i>ains est pires que li popelicans. Mais Salemons qui sauoit outre ce que nature ne puet douner a homme mortel dist a son fil . garde quelconques lieu que tu soies que ades soit tes cuers et tes pensers a . j . Dieu, si laisse Dieu conuenir de toi et de toutes ne ia ne tentremetes autrement . car tu feroies comme fols.</i>	Et par che poés savoir et counoistre ke chil qui est en chest pensẽ n'a de creanche ne tant ne quant, <i>anchois est pires ke uns publicans. "Mais savoirs, che est Salemons, qui eut de sapiense outre chou ke nature ne puet doner a nul home mortel. Chil en dist a son fil, (...) et seelé dedens ton cuer: garde ke tu laisses tous jours Damedieu convenir de toi et de toutes tes choses ne ja autrement ne t'en entrement."</i>

Colacionando o texto transmitido pelos testemunhos portugueses e o registado nas redacções franceses, verifica-se que, na parte final, os primeiros oferecem uma lição resumida. Assim, ST transmite: “E por esto te mũada [] [...] coraçõ sseia de todo [en] Deos e El [*p]êserá de ty e de totalas coussas e d'al nõ te trabalhes.” e TT: “por esto te mamdo que todo teu coraçam seja em Deos e ele pemsara de ty e de todas tuas cousas e de al nom te trabalhes”, enquanto os testemunhos franceses registam: “ains est pires que li popelicans . Mais Salemons qui sauoit outre ce que nature ne puet douner a homme mortel dist a son fil . garde quelconques lieu que tu soies que ades soit tes cuers et tes pensers a . j . Dieu, si laisse Dieu conuenir de toi et de toutes ne ia ne tentremetes autrement.” (So), “anchois est pires ke uns publicans. Mais savoirs, che est Salemons, qui eut de sapiense outre chou ke nature ne puet doner a nul home mortel. Chil en dist a son fil, [...] et seelé dedens ton cuer: garde ke tu laisses tous jours Damedieu convenir de toi et de toutes tes choses ne ja autrement ne t'en entrement.” (Po).

Na realidade, mais do que um fenómeno de omissão ocasional originada no processo de tradução ou na redacção dos apógrafos, como por vezes acontece, aqui estamos perante uma omissão que remonta provavelmente à versão que esteve na base da tradução, a mesma para ambos os testemunhos portugueses como já amplamente se mostrou.

2.13.

ST p. 67/II. 29-9

C [...] quanto[16]
o homẽ boo[17]
da naue disse esto,
e el-rrey tãto lhe
[*p]razya que lhe
esquecerõ todolos
coy[*d]ados e
nõ pẽssaua ẽ ssy
nẽhũua [*rr]em,
mays pẽssaua en
guissa que sse[*m]
elhaua
aas uezes que
dormja e nõ po[dy]
a dele aprender
nẽhũua cousa
certa. Quando
tornou em ssua
memorya comẽcou
a olhar derredor
de ssy e nõ uju a
barca nẽ o homẽ.
E comẽcou a catar
cõtra toda parte da
pena e nõno pôde
uer. E assẽtouse e
comẽcou a pẽssar
e marauilhouse
que era[18] aquel
que cõ ele fflalara
que muyto lhe dera
grã cõfforto, mays
tãto entẽdya bem
que nõ podya sser
ssenõ per poder de
Deos[3].

TT p. 176/II. 8-17

[93v] quamdo ho
homem bom da nao
dezia ysto a el-rrey
a ele lhe pareçia
que de sy se
esqueçia escutamdo
e nom cuydava
em sy nada mas
cuydava as vezes
em maneyra como
dormya. E quamdo
tornou me sua
memorya começou
a oulhar darrador
de sy e nom vio
a barca nem ho
omẽm bom e
começou a oulhar
a toas as partes
da pena e depois
que ha nam pode
ver asemtou se e
começou a cuydar
e maravilhou se
quem era aquele
[94r] que tamt[o]
com ele falara que
muito lhe dera
gramde conforto
mas tamto que
emtemdia bem que
nam podia ser se
nam por Deos

So p. 94/II. 28-35

Entrementres que
li hons de la neif
disoit tels paroles
au roi si li furent
si plaisans quil
soublia tous en
lescouster . ne il ne
pensoit a soi ne
tant ne quant . et
quant il fu uenus
en sa memoire ausi
com il estoit deuant
. si commencha a
regarder enuiron lui
. mais il ne vit la
neif ne celui a qui il
ot parle . et quant
il ne uit ne lun ne
lautre si sassist et
sesmerueilla mout
en son corage
ou il pooit estre
deuenus car moult
li auoit doune boin
comfort . et de tant
se connoissoit il bien
quil i estoit de par
Dieu uenus si en ot
mout grant ioie.

Po pp. 200-
201/§323.1-17

Endemetiers ke li
hom de la nef disoit
ches paroles, si
furent au roi si tres
durement *plaisans*
ke il s'entroublia
tous en l'escouter
ne il ne pensoit *ne*
tant ne quant a soi,
ne de nule riens
ne li souenoit ke
seulement de chou
qu'il ooit. [...] Et
quant il eschapa
de chest pensé et il
fu repairiés en se
memoire, si com
il estoit devant,
si commencha a
regarder environ
lui, mais il ne vit
onques ne la nef
chelui qui dedens
estoit venus. Et il se
drecha en son estant,
si commencha a
regarder de toutes
pars en la mer. Et
quant il vit qu'il ne
le porroit en nul sens
coisir, si se rasist.
Lors commencha
mout durement
a penser tout de
rechief et mout se
mervilloit en son
cuer qui chil pooit
estre qui tant avoit
a lui parlé, car mout
li avoit doné grant
confort; et tant
s'aperchevoit il bien
–si en avoit mout
grant joie– que li
hom ne pooit estre
se de par Dieu non a
qui il avoit parlé

A porção de texto que aqui colacionamos apresenta uma série de fenómenos que vale a pena ter em conta. Assim, ST começa por transmitir correctamente o elemento verbal “[*p]razya”, cujo equivalente se encontra em ambos os estemunhos franceses, que TT transforma na forma “parecia”. Já “s’oublia tous” (So) / “s’entroublia tous” (Po) aparece em ST como “que lhe esquecerõ todosos cuydados”, tradução que seria aceitável do ponto de vista do sentido, não fora a ocorrência em TT da forma verbal “escutamdo”, que vai ao encontro da lição “lescouter” presente nos manuscritos franceses, tornando seguro que nenhum dos testemunhos portugueses transmite correctamente o que estaria na tradução e que, neste ponto, essa tradução ofereceria dificuldades, tal como já se passava em (2).

Experimentado dificuldades semelhantes às que se verificam em ST, o redactor de TT preferiu adoptar a estrutura da frase seguinte, alterando o objecto de “esquecer” e afastando-se mais, como sucede na maior parte dos casos em que há correcção motivada, do sentido do texto original, ao transmitir “de sy se esquecia escutamdo”.

Com o verbo “pensar”, que neste trecho TT sistematicamente altera em “cuidar”, e ainda com a locução indefinida “ne tant ne quant”, presente em ambos os manuscritos franceses, que encontra em ST equivalência em “nêhũa [*r]em”, expressão já em desuso no séc. XVI e, por isso, transformada em TT na forma “nada”, é o ms. de Santo Tirso que melhor reproduz o original da tradução. Mas já o segmento “mas cuydava as vezes em maneyra como dormya” (TT) / “mays pëssaua en guissa que sse[*m]elhaua aas uezes que dormja” (ST), parece constituir uma particularidade da versão que foi traduzida para galego-português, à qual ST acrescenta ainda “e nã po[dy]a dele aprender nêhũa cousa certa”, que se revela uma lição privativa deste manuscrito, constituindo uma expansão do primeiro segmento.

Como temos vindo a afirmar, as lições exclusivas de ST permitem confirmar reiteradamente a ideia de que este não representa um estágio intermédio entre o original da tradução portuguesa da *Estoire del Saint Graal* e a versão contida no manuscrito da Torre do Tombo.

2.14.

ST p. 68/ll. 16-22

“...a naue... *En tal guissa ueo dereyta aa pena e, quando a el-rrey uju arraybar, maraujlhusse que querya hy buscar.* E erguesse e [ca]

TT p. 176/ll. 23-28

“...a nao... *veo direyto a pena e quando ha el-rrey vio hy aribar maravilhou se muyto e esgeose e esteve oulhamdo ha nao e vio de la sayr*

So p. 95/ll. 2-7

“...la neif... *en tel maniere sen uint a la roche . Et li rois se drecha en estant et regarde la neif dune part et dautre . Et esraument en issi vne dame la*

Po p. 201/§324. 8-15

“...la nef... *En tel maniere vint tout droit a la roche; et quant li rois le vit ensi arrivee, si se commencha mout durement a mervillier ke che*

toua e uju end[*e]
ssayr hũa das
ffremossas
molheres que nũa
el ujra. E quando a
ele uju espåtousse,
pero disselhe que
fosse bem uijnda.
E ela disse que
ass[*y] era, poys lo
achara.

hua molher a mais
fermosa que numca
vira e quamdo a
vio espamtou se em
pero dy selhe que
fose bem vimda e
ela dise que asy era
pois ho achava

plus bele quil eust
onques ueue . et
quant il la uit si
en fu tout esbahis
que trop . et
nonporquant si
dist que bien fust
ele uenue . et la
dame li dist que
ausi estoit ele. car
ele veoit lomme
de tout le monde
quele desiroit plus
a veoir.

*pooit estre et
senefier et quel
chose nef estoit
venue querre.
Lors se drecha et
commencha la nef
a regarder d'une
part et d'autre et,
quant il se regarda,
si vit hors issir une
des plus tres bieles
femes ke il onques
eüst veüe et des
plus avenans. Et
quant il la vit, si
fu mout esbahis,
et nepourquant il
li dist*

Um caso interessante que corrobora o exposto no ponto anterior. De novo, a versão reproduzida pelos manuscritos portugueses anda próxima da versão mista, mas o manuscrito editado por Ponceau é mais extenso e mais amplificado do que o indiciado pelas versões portuguesas. Todavia, os mais relevantes segmentos verbais desta versão estão presentes em ST, embora se torne patente que a tradução que este manuscrito contém não estaria isenta de ambiguidades. O segmento “maraujlhousse que querya hy buscar”, com a dificuldade de ajustamento do sujeito “naue” ao verbo “buscar” pode ter suscitado dificuldades de leitura que levaram a que TT pura e simplesmente o omitisse, a menos que a omissão tenha sido mecânica.

3. Conclusões

Confrontando a parte da *Estória do Santo Graal* (LJA) conservada pelo testemunho do séc. XIII do Arquivo Distrital do Porto com o texto correspondente do manuscrito quinhentista da Torre do Tombo uma primeira ideia se torna saliente: contêm a mesma narrativa com os mesmos acidentes e, embora o lapso temporal que os separa, aparentam-se literalmente de uma forma muito significativa. Apesar disso, evidenciam também pontos de discordância e divergência. A primeira questão a que quisemos responder, ou seja, se seria possível que o fragmento mais antigo constituísse um antecedente do testemunho mais recente, ficou convenientemente elucidada com o recurso aos testemunhos franceses mesmo que a respectiva representatividade no seio da tradição manuscrita a que pertencem seja limitada. A resposta é claramente negativa. Tanto ST como TT alternam na transmissão de lições que encontram apoio nas versões francesas colacionadas, o que significa que tanto um como o outro se podem aproximar do que terá sido a tradução efectuada no séc. XIII que os antecedeu.

Nenhum pode ser antecedente do outro, o que, sendo manifesto para o caso de TT, não o era tanto para ST, sendo mesmo inexistentes, à partida, impedimentos a que se considerasse poder ser este o original da dita tradução.

Na realidade, a colação evidencia vários factos e leva à ponderação de algumas circunstâncias. No plano dos factos, para além de estas duas redacções representarem dois ramos distintos do *stemma codicum* da tradução portuguesa da *Estória do Santo Graal* (LJA), há que ter em conta as lições ausentes das versões francesas que ambos transmitem. São relativamente abundantes e se, em alguns casos, resultam provavelmente de particularidades que remontam ao texto francês a partir do qual a tradução foi realizada (7, 12), noutros são específicas do texto traduzido, podendo mesmo assumir a forma de verdadeira interpolação como sucede com o apontamento respeitante aos nexos de parentesco tio/sobrinho constantes de (8). Todas atestam que, no específico âmbito textual, ambos os testemunhos partilham um mesmo antecedente, ou seja, a redacção original da tradução galego-portuguesa. As lições privativas de ST são particularmente significativas e suscitam pistas de investigação novas, nomeadamente visando elucidar a permeabilidade à linguagem trovadoresca ou a certos mecanismos da narrativa em verso que nele se manifestam⁹.

Por outro lado, alguns *loci* em que tanto ST e TT divergem entre si como dos testemunhos franceses colacionados podem ser reveladores de aspectos interessantes da perdida tradução original, nomeadamente de algumas falhas contidas nesse texto, ou então de redacções demasiado próximas do original francês para poderem ser convenientemente compreendidas no âmbito de cópias realizadas fora dos ambientes onde esta língua se dominava ainda com desenvoltura (2, 3, 13).

No tocante à questão que directamente motiva o presente estudo, ou seja, apurar qual a configuração do arquétipo da tradução galego-portuguesa da *Estória do Santo Graal* (LJA), o trabalho de confronto entre os testemunhos peninsulares e destes com as versões francesas chamadas à colação, So e Po, indica que, por um lado, os textos portugueses se aproximam literalmente da versão breve contida em So e, por outro, inserem matéria que está omissa nesta versão, encontrando-se, todavia, na versão mista contida em Po. Do confronto efectuado na porção de texto contida em ST, podemos mesmo avançar um pouco mais, caracterizando a versão da *Estoire del Saint Graal* que está na base da tradução portuguesa como um texto cuja redacção era, em certos pontos, ainda mais breve do que a de So, embora contemplasse regularmente desenvolvimentos que virão a estar presentes, de uma forma muito mais amplificada, na versão mista contida em Po. Apesar disso, como se observou atrás, esse texto podia também comportar já pequenos detalhes que não se encontram nas versões francesas consideradas.

9 Também nos parece aceitável admitir que nos finais do séc. XIII os originais franceses ainda circulassem nos *scriptoria* do território português e que ST poderia ter sofrido a contaminação de um deles justificando-se, assim, a grafia “a lymagē” que nele ocorre (2).

4. Notas à transcrição de ST

- [1] Dias (2007): *com* []; ms: *tomou*.
- [2] Dias (2007): *a* [j]ymagẽ; ms: *a lymagẽ*.
- [3] Dias (2007): *Deus*; ms: *Deos*.
- [4] O revisor acrescentou mais um *a* em tinta vermelha.
- [5] Dias (2007): *fazer*; ms: *sacar*.
- [6] Dias (2007): *rrey*; ms: *rrẽ*.
- [7] O revisor acrescentou um *a* em tinta vermelha.
- [8] Dias (2007): *depoys*; ms: *despoys*.
- [9] Dias (2007) é [*ho]omẽ; ms: *omẽ*.
- [10] Ms: *se esmaya*.
- [11] Ms: *ca*.
- [12] Ms: *ome*.
- [13] Dias (2007): [*coyta*]; ms: *cuyra*.
- [14] Dias (2007): *dyzya*; ms: *dizya*.
- [15] Dias (2007): *desesperança*; ms: *desasperança*.
- [16] ms: *quanto*.
- [17] Dias (2007): *uo*; ms: *boo*.
- [18] O manuscrito transmite este vocábulo a vermelho.

5. Bibliografia

5.1. Textos manuscritos e impressos

ST = Arquivo Distrital do Porto NOT / CNSTS 01 / 001 / 0012 (veja-se também Dias 2007).

TT = Ms. 643 da Torre do Tombo, ff. 81v – 94v (veja-se também Carter 1967).

Ponceau Po = Ponceau, Jean-Paul (ed.) (1997): *L'Estoire del Saint Graal*. 2 vols. (Paris: Honoré Champion Éditeur).

Sommer So = Sommer, Oskar H. (ed.) (1909): *The Vulgate Version of the Arthurian Romances*. Vol. I. *Lestoire del Saint Graal* (Washington: The Carnegie Institution of Washington).

Carter = Carter, H. H. (ed.) (1967): *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press).

5.2. Estudos, dicionários e glossários

- Blecua, A. (1983): *Manual de crítica textual* (Madrid: Castalia).
- Bogdanow, F. (1960): “The Relationship of the Portuguese Josep Abarimatia to the Extant French mss. of the *Estoire del Saint Graal*”, *Zeitschrift für romanische Philologie*, 76: 343-375.
- Castro, I. (1983): “Sobre a Data da Introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata”, *Boletim de Filologia*, XXVIII, 1: 81-98.
- Castro, I. (1984). *Livro de José de Arimateia. (Estudo e Edição Crítica do Códice ANTT 643)*. Texto dactilografado (Lisboa).
- Catalán, D. (1962): *De Alfonso X al Conde de Barcelos* (Madrid: Gredos).
- Dias, A. F. (2007): “A matéria da Bretanha em Portugal: relevância de um fragmento pergamináceo”, *Revista Portuguesa de Filologia, Miscelânea de estudos in memoriam José G. Herculano de Carvalho*, XXV–XXVI: 145-221.
- Entwistle, W. J. (1942): *A Lenda Arturiana nas Literaturas da Península Ibérica* (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa).
- Godefroy, F. (1982) [reimpr. 1891/1902]: *Dictionnaire de l'ancienne langue française du IXe au XVe siècle*. 10 vols. (Genève / Paris: Slatkine).
- Houaiss, A. / Villar, M. de Salles (2003): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 3 vols. (Lisboa: Temas e Debates).
- Lapa CEMD = Lapa, Rodrigues M. (ed.) (1965): *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses* (Coimbra / Vigo: Galaxia).
- Lorenzo Gradín, P. / Souto Cabo, J. A. (eds.) (2001): *Livro de Tristan e Livro de Merlin. Estudio, edición, notas e glosario* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia).
- Lorenzo, R. (1977): *La traducción galega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Vol. II. *Glosario* (Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”).
- Maia, C. de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Márquez Villanueva, F. (2004): *El concepto cultural alfonsí* (Barcelona: Edicions Bellaterra).
- Mattoso, J. (1999): “A transmissão textual dos livros de linhagens”, em Faria, I. Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*: 565-584 (Lisboa: Edições Cosmos).
- Meyer-Lübke, W. (1935): *Romanisches etymologisches Wörterbuch* (Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung).
- Michaëlis de Vasconcelos, C. (1920): “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”, *Revista Lusitana*, XXIII / 1-4: 1-95 (posteriormente incorporado no *reprint* do *Cancioneiro da Ajuda*).

- Michaëlis de Vasconcelos, C. (1990) [1904]: *Cancioneiro da Ajuda*. 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- Miranda, J. C. Ribeiro (1998a): *Conto de Perom, o Melhor Cavaleiro do Mundo* (Porto: Granito).
- Miranda, J. C. Ribeiro (1998b): *Galaaz e a Ideologia da Linhagem* (Porto: Granito).
- Nascimento, A. do (2008): “As voltas do *Livro de José de Arimateia*: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 5: 129-140.
- Nunes DP = Nunes, I. Freire (ed.) (1995): *A Demanda do Santo Graal* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- Sánchez-Prieto Borja, P. (1998): *Cómo editar los textos medievales. Criterios para su presentación gráfica* (Madrid: Arco Libros).
- Sharrer, H. L. (1977): *A Critical Bibliography of Hispanic Arthurian Material*. Vol. I (London: Grant and Cutler).

A influencia das linguas dominantes no desenvolvemento de políticas de linguaxe non-sexista en linguas subordinadas: análise do caso do galés

Robert Neal Baxter
Universidade de Vigo

Resumo:

Partindo dunha análise do caso concreto das propostas para a elaboración dunha política oficial de linguaxe non-sexista para o galés, este artigo, por unha parte, explora como a condición de lingua subordinada inflúe nas decisións estratéxicas perante a planificación non-androcéntrica e, por outra parte, indaga nas posibles implicacións que supón a translación mecánica de estratexias elaboradas previamente para a correspondente lingua dominante, sobre todo ao existiren diferenzas substanciais entre as dúas linguas en cuestión (o galés e o inglés) no xeito de reflectiren o xénero ‘biolóxico’ dos referentes humanos a través das súas respectivas gramáticas. Asemade, o artigo contrasta as posibles repercusións de determinadas estratexias, denominadas ‘neutralización’, ‘explicitación’ e ‘transgresión radical’. Aínda recoñecendo as diferenzas que existen entre as diversas linguas subordinadas en función das súas respectivas situacións e marcos de desenvolvemento, o artigo conclúe que as reformas non-androcéntricas non son incompatíbeis coa preservación de linguas ameazadas, de forma que poden –e deben– pasar a formar parte integral dos esforzos xerais de planificación lingüística.

Palabras chave:

Lingua subordinada, política lingüística, linguaxe non-discriminatoria, linguaxe androcéntrica.

Abstract:

Based on an analysis of the case of the proposals for the official non-sexist language policy for Welsh, on the one hand, this paper explores to what extent strategic decisions regarding the implementation of non-androcentric are affected by the subordinated status of such languages, whilst at the same time discussing the possible implications of mechanically importing strategies previously drawn up for the dominant language, especially in cases where there is a significant discrepancy between the way either language (in this case Welsh and English) linguistically encode the ‘biological’ gender of human referents. The article goes on to compare the possible repercussions caused by the application of three the main of strategies, labelled ‘neutralisation’, ‘explicitation’ and ‘radical/disruptive’. Whilst recognising that not all subordinated languages share the same characteristics and framework, the paper concludes that non-androcentric language reform ventures are not incompatible with the conservation of endangered languages, making it not only possible but necessary to integrate them into the wider language planning framework.

Key words:

Subordinated language, language policy, non-discriminatory language, androcentric language.

1. Introducción

No language –not even Scotland’s oldest– is safe from the modern-day curse of political correctness. Gaelic is being purged of a host of words that are age and gender specific in an effort to make it acceptable to sensitive 21st-century ears (MacLeod 2003).

Como ben indica esta citación introdutoria, a xa de por si espiñenta cuestión da linguaxe ‘politicamente correcta’ (véxase máis adiante as consideracións sobre este e outros termos) fica complicada aínda máis cando se trata da súa aplicación ás linguas subordinadas, debido ao rango que se lles asigna como vehículo privilexiado dos valores ‘tradicionais’ que teñen de ser protexidas de influencias exóneas, incluída calquera imposición –real ou percibida– desde as súas respectivas linguas dominantes.

Deixando para un lado de momento as consideracións ideolóxicas que subxacen ao uso dunha determinada terminoloxía referida á cuestión da linguaxe ‘politicamente correcta’, o que no fondo revela esta citación é que existe a probabilidade de se percibiren políticas de intervención lingüística destinadas a promoveren unha linguaxe non-discriminatoria e, máis especificamente, non-androcéntrica, como unha inxerencia externa que ameaza a autenticidade da lingua ‘natural’ que se vén transmitindo de xeración en xeración de xeito espontáneo. No caso das linguas subordinadas, entendidas como o bastión da cultura tradicional, tales tentativas de intervención lingüística planificada percíbense para alén de máis como unha ameaza, non só para a lingua en si, senón tamén, por extensión, para a cultura tradicional que esta vén representando simbolicamente. Así, calquera proxecto de planificación do corpus lingüístico que tiver como propósito reformar directamente a linguaxe modificando os seus usos para reflectiren e/ou fomentaren a normalización social de grupos até agora marxinados (neste caso, as mulleres) percíbese frecuentemente como enfrontado con outras políticas lingüísticas destinadas a planificaren o status (**‘normalización’**) e a codificación (**‘normativización’**) destas mesmas linguas co propósito de ampliar e incrementar o seu uso na sociedade en xeral.

Noutras palabras, até as/os propias/os axentes implicadas/os directamente na planificación lingüística tradicional das linguas subordinadas poden considerar a planificación e promoción dunha linguaxe non-androcéntrica non só como tarefas secundarias, senón como un factor que mesmo pode restar pulo e credibilidade á tarefa prioritaria de ‘salvar’ a lingua.

Fronte a estas percepcións, o presente artigo argumenta, polo contrario, que estas dúas vertentes da planificación lingüística –a **planificación non-discriminatoria** por unha banda e a **planificación do status e do corpus xeral** por outra– non teñen porque ser incompatíbeis, senón que, hoxe por hoxe, a planificación de usos non-discriminatorios da lingua forma–ou debería formar– unha parte integral das políticas lingüísticas de planificación de corpus globais, pois unha lingua que non se adapta

ás necesidades das falantes actuais está abocada á musealización, por moito que se salvagardar a súa “pureza tradicional”. De feito, a maior proba da vitalidade dunha lingua é a súa capacidade de mudar continuamente para se adaptar ás necesidades de cada nova xeración de falantes. Así, a pregunta que cabe facerse ao se emprenderen reformas e políticas lingüísticas aplicadas a unha lingua subordinada non ten tanto que ver con a querer preservar sen máis, tal como está ou estaba nun determinado momento cos seus correspondentes factores sociolóxicos, senón que tipo de lingua se quere perpetuar e para que usuarias/os na actualidade. Dito doutro xeito, ao deseñar e levar a cabo unha estratexia de planificación lingüística global e coherente cómpre tomar en conta non só o **obxecto** (a lingua), senón tamén o **suxeito** (as/os falantes, tanto reais como potenciais).

Este artigo toma como caso de estudo o galés, unha lingua subordinada dentro do marco xeopolítico do Reino Unido suxeita á influencia do inglés como lingua dominante. Indaga nas razóns obxectivas que inflúen na adopción de medidas de reforma lingüística concretas para chegar a unha lingua non-discriminatoria, onde o que subxace ás decisións tomadas non son tanto as necesidades e capacidades internas da lingua en cuestión, senón as políticas aplicadas na correspondente lingua dominante, como reflexo claro da subsidiariedade desta.

O caso galés é particularmente interesante por dúas razóns principais, intimamente ligadas entre si:

1. No nivel interno, demostra clarisimamente que os esforzos para crear e impulsar un uso non-discriminatorio dunha lingua subordinada non lle restan necesariamente importancia á tarefa xeral da normalización desta.
2. No nivel externo, pon en destaque, asemade, a situación subordinada da lingua a respecto da lingua dominante, ao se aplicaren ao galés reformas lingüísticas homologábeis a aquelas aplicadas á súa correspondente lingua dominante, o inglés, a pesar das grandes diferenzas existentes no relativo á codificación gramatical do xénero.

2. Lingua e xénero

É hoxe un feito indiscutíbel que existe unha relación entre a linguaxe e o seu uso por un lado, como produto e construto da interrelación social ao longo do tempo e dentro de determinados parámetros socioculturais, e o xeito en que veñen representados simbolicamente os respectivos papeis que se reservan aos homes e ás mulleres. Noutras palabras, a linguaxe será na súa expresión (case) inevitabelmente sempre sexista en sociedades estruturadas de xeito sexista, entendido isto como a asignación asimétrica de papeis sociais segundo o xénero ‘biolóxico’ de cada individuo.

De feito, en canto se refire aos seres humanos, esta íntima imbricación entre o binomio **xénero ‘biolóxico’** (home/muller) e a asignación de **xénero gramatical** (masculino/feminino) nas linguas que recorren a tales mecanismos sempre responde a un cerne semántico (Corbett 1991: 34), moi a pesar dos diferentes criterios secundarios ou aparentes de asignación (morfoloxía, fonoloxía etc.). Isto é, a natureza do xénero gramatical, lonxe de constituír unha categoría arbitraria propia do funcionamento interno dunha determinada lingua, está en estreita relación co xénero ‘biolóxico’ e coa asignación de papeis sociais como construto sociocultural.

Así pois, aínda rexeitando o determinismo lingüístico expresado de xeito máis categórico na hipótese de Sapir-Whorf, fica claro que o xeito en que as linguas plasman o xénero ‘biolóxico’ reflicte e tamén moldea as representacións que se fan dos ditames sociais correspondentes á asignación de papeis tal e como se perciben por parte das e dos falantes:

language both reflects and constructs women’s status as Other as it defines women’s position as inferior in relation to men. [...] if male and female identities are largely constructed and transmitted through language [...], then language change is obviously critical (Romaine 1999: 291).

One of the basic principles of feminism is that society has been constructed with a bias which favours males; one of the basic principles of feminists who are concerned with language is that this bias can be located in the language (Spender 1980: 14).

No entanto, o certo é que diferentes linguas –nos casos en que o fixeren– utilizan unha variedade de estratexias lingüísticas no momento de plasmaren as correspondencias co xénero ‘biolóxico’ (véxase Bußman / Hellinger 2001-2003). Sería lóxico pensar, pois, que as estratexias elaboradas co obxectivo de acadaren unha proposta de linguaxe non-sexista tamén variarían en función da tipoloxía de cada unha delas. A modo de ilustración, eis varios exemplos de como unha lingua pode marcar o xénero biolóxico como parte integral da súa gramática, non sendo necesariamente exclusivos entre si os diferentes procedementos:

pronomes persoais, p.e. terceira persoa singular e plural (galego: *el/ela; eles/elas*); terceira persoa singular só (inglés: *he/she; they*); segunda persoa singular informal (euskera: *duk/dun*); primeira e segunda persoas do plural (español: *nosotras/os; vosotras/os*);

flexión verbal, p.e. árabe *fa’ala* ‘el fai’; *fa’alat* ‘ela fai’;

clasificación de substantivos marcados de diversos xeitos, p.e. concordancia cos determinantes e/ou a morfoloxía adxectivo (galego: *un bo profesor ~ unha boa profesora*); francés: *un bon professeur* (‘un bo profesor’) ~ *une bonne professeur* (‘unha boa profesora’); mutación inicial (bretón: *ur c’helenner*

mat ('un bo profesor') ~ *ur gelennerez vat* ('unha boa profesora'); elementos léxicos (inglés: *a male teacher* ('un profesor') ~ *a woman teacher* ('unha profesora'))

Mais, a pesar destas diferenzas gramaticais superficiais, xorde, a pouco que se investigar, un trazo común que une todos estes sistemas canto á expresión gramatical do xénero 'biolóxico': o uso xeneralizado do masculino como referencia básica por antonomasia (**pseudoxenérico masculino**) para se referir a todos os seres humanos ("the benchmark for all human beings", Pauwels 1998: 34). De se non corrixir, esta práctica leva ineludiblemente a unha representación lingüística **asimétrica** entre homes e mulleres, como por exemplo a non marcaxe das formas masculinas, entendidas como básicas e con rango de **hipónimo**, fronte a marcaxe das formas femininas derivadas das anteriores, entendidas como secundarias e con rango de **hiperónimo**, p.e. *doutor* > *doutora*, ou mesmo en esperanto *patro* ('pai') > *patrino* ('mai'). É dicir, a muller está representada na linguaxe como unha subespecie de ser humano, varón por defecto.

Con todo, non é o feito de as linguas expresaren o xénero 'biolóxico' como parte integral das súas gramáticas o que as torna necesariamente sexistas. Por exemplo, non é necesariamente sexista distinguir formalmente entre 'pai' e 'nai'. O que si resulta sexista, polo contrario, é a asimetría no seu funcionamento e nos seus usos reais, partindo e dependendo das expectativas e normas socialmente construídas no tocante aos papeis asignados a homes e mulleres na sociedade, o que leva a usos androcéntricos da linguaxe debido a que as linguas se desenvolven e se utilizan dentro dun entorno á súa vez androcéntrico: por exemplo, utilizar o masculino 'pai' como se fose xenérico para se referir tanto a pais como a nais.

Este artigo céntrase, pois, nas diferentes estratexias adoptadas co fin de reformar os usos lingüísticos dun xeito intencionadamente non-androcéntrico, analizando os factores endóxeos e esóxeos que motivan e condicionan a aplicación de determinadas estratexias en cada caso. Antes de máis, cómpre esclarecermos a terminoloxía usada, non exenta, neste caso tan polémico, de matices ideolóxicos importantes. Optaremos por utilizar o termo máis amplo 'linguaxe non-discriminatoria', tal e como recollen os documentos oficiais no caso da lingua galesa ("*non-discriminatory language*") por ser máis neutral/positivo e máis global na súa aplicación do que o termo 'politicamente correcto', talvez máis coñecido, mais á súa vez tamén máis ambiguo, hoxe por hoxe moi desvalorizado e cunha carga altamente negativa, chegando mesmo o 'politicamente incorrecto' a representar unha postura radical e rompedora¹.

1 Cameron (1995: 123-130) describe o xeito en que o termo 'politicamente correcto' mudou de sentido, até chegar a ter un valor marcadamente negativo.

3. Estratexias: transgresión radical, neutralización e explicitación

Dentro do amplo espectro que presenta a planificación lingüística non-discriminatoria, o presente traballo céntrase na cuestión máis concreta das tentativas e estratexias despregadas para acadaren unha lingua se non non-androcéntrica, polo menos menos androcéntrica. Escólllese moi conscientemente o termo ‘non-androcéntrico’ (véxase Spender 1980: 14-16), para subliñar a natureza androcéntrica dos usos establecidos e para poder englobar unha serie de propostas estratéxicas con diferentes alicerces ideolóxicos que, aínda que non sexan sempre complementares entre si, si reúnen o criterio común de pretender rachar coa supremacía do masculino tal e como se ve reflectido na linguaxe. Nun extremo deste abano áchase unha serie de propostas máis conservadoras, con frecuencia baseadas en falsas premisas a respecto dos verdadeiros propósitos dunha intervención lingüística deste tipo: “El discurso feminista está muy claro: puesto que no es posible abolir las injusticias suprimiendo las diferencias sexuales [...], suprimamos las diferencias de género, empezando por el lenguaje” (Oroz s.d.: 1).

Son falsas crenzas como esta as que levan á idea –errónea ao noso ver– de que as tentativas de desandroxinizaren a lingua deben estar orientadas cara a estratexias tendentes a **‘neutralizaren o xénero’** (‘gender-neutralisation’, Pauwels 1998: 109-112), argumentando, por extensión, que calquera tentativa de reforma máis ‘radical’–isto é, devolver ás mulleres un lugar nos usos lingüísticos a par cos homes– non sería menos que absurdo:

En español, en lugar de ‘neutralizar’ el lenguaje, se acude a veces al extremo opuesto, el de feminizarlo, lo que conduce a aberraciones como ‘jueza’ [...]. Lo terrible de estas ridículas palabras radica en que consiguen que un problema realmente importante parezca una tontería (Oroz s.d.: 2-3).

Por razóns similares, Cameron tamén critica a postura defendida por Doyle (1995), acusada de ‘postura liberal’ (“liberal approach”, Cameron 1998: 158). Poderían ser cualificadas posturas como estas de **‘non-sexistas’** en canto que avogan pola neutralización das diferenzas de xénero nos usos lingüísticos. De aí, como se verá a continuación, que estratexias globalmente **‘non-androcéntricas’** no seu enfoque non teñen por que coincidir necesariamente con estratexias ‘non-sexistas’, entendidas estas últimas nos termos que se acaban de expor.

Existen, paralelamente coa neutralización, outras estratexias que teñen como obxectivo último reformaren os usos lingüísticos nun sentido non-androcéntrico. Competindo coas máis tímidas estratexias destinadas a mitigaren a distinción de xénero nos usos lingüísticos, verifícanse outros modelos máis ‘radicais’ sustentados en posicionamentos e orientados a fins radicalmente opostos: “disrupt

the complacency with which dominant groups regard their own ways of using language as the only legitimate or intelligible ways of using it” (Cameron 1995: 162).

Lonxe de se tratar de estratexias non-sexistas, aquí do que se fala é de estratexias **xinocéntricas** en contraposición á dominación dos usos **androcéntricos** existentes. En vez de tornar a muller invisíbel a través da neutralización, o que se pretende é deliberadamente estrañar e provocar para romper coa compracencia de que goza o androcentrismo como discurso dominante, ou cando menos desenmascaralo, suscitando debate e o seu cuestionamento. Bo exemplo diso é a substitución dos pseudoxenéricos masculinos por pseudoxenéricos femininos, p.e. “Tengo dos hijas, un niño y una niña.” (Moreno 2009).

Un exemplo moi próximo dunha estratexia ‘radical’ que rompe coas normas habituais da lingua escrita atópase no uso da arroba (@) en linguas como o galego. A resistencia con que se vén enfrontando a aplicación práctica de tales estratexias como recomendación integrada dentro das políticas de planificación non-sexista/anti-androcéntrica radica na necesidade de manter, custe o que custar, a ‘naturalidade’ da lingua:

non debemos abusar dos recursos cos que conta a lingua neste sentido [...] ou acabariamos empregando unha linguaxe antinatural e afastada da gramática [...] non se recomenda a alternativa, cada vez máis difundida, de usar o signo de arroba <@> para neutralizar os masculinos sintéticos (Rodríguez Rodríguez 2003: 52, 56).

Voltaremos máis adiante sobre o peso preponderante que se atribúe a este criterio de ‘naturalidade’ no caso concreto do galés. O obxectivo primordial de estratexias ‘transgresoras’ non consiste, porén, en tentar facer encaixar as mulleres dentro da linguaxe androcéntrica preexistente do xeito máis inocuo posíbel mediante reformas que poden pasar desapercibidas por non cuestionaren as expectativas existentes. O que si pretenden, moi polo contrario, é subverteren a orde establecida mediante a transgresión dos patróns de uso da linguaxe para tornaren patentes as asimetrías e os prexuízos subxacentes á orde canónica preestablecida artellada polo discurso androcéntrico dominante, colocando así as mulleres e o xeito de as representar directamente no centro do debate social:

From this perspective, the object of tampering with linguistic conventions is to make the point that the way of using language which most people consider ‘natural’ is not natural at all [...] Deliberate departures from conventional usage are meant to bring those assumptions to the surface so they can be noticed, and challenged (Cameron 1995: 156-157).

A modo de anécdota non tan trivial, é este mesmo reto para cos usos establecidos o que provocou un dilatadísimo debate, por non dicir linchamento e ridiculización pública, cando a Ministra de Igualdade, Bibiana Aído, na súa primeira comparecencia no Congreso dos Deputados (*sic.*) en 2008 usou o termo “miembra” en vez do pseudoxenérico “miembro”.

É máis, fronte á posibilidade de romper coa orde establecida, na práctica a neutralización pode mesmo agravar a situación, tornando cada vez máis invisíbeis as mulleres e efectivamente varréndoas da lingua. Á súa vez, ao non visibilizar a presenza das mulleres na sociedade a través do idioma, os procedementos de neutralización reforzan por pasiva os estereotipos socioculturais de xénero en canto que as suposicións a respecto do xénero biolóxico dun determinado elemento lingüístico non-marcado responden tanto a **connotacións** semánticas implícitas condicionadas polo marco sociocultural no que operan como ás **denotacións** semánticas superficiais (Engelberg 2002: 122; Baxter 2006: 22). Recorrendo ao inglés para exemplificar este caso por ser unha lingua que conta con elementos xenuinamente epicenos, o termo *doctor* (‘médica/o’) –a priori nin masculino nin feminino– corre o risco de ser interpretado como masculino de se non marcar explicitamente o contrario debido a que esta profesión se identifica tradicionalmente como masculina. Pola contra, o termo *nurse* (‘enfermeira/o’) vai ser interpretado, de non se marcar explicitamente (p.e. *male nurse*), como feminino, por ser esta unha profesión tradicionalmente identificada como feminina. Obsérvase de paso a asimetría en canto ao prestixio social de cada unha destas dúas profesións e a súa relación coa adscripción implícita de xénero.

Así, as estratexias que pretenden neutralizar a expresión do xénero ‘biolóxico’ na linguaxe corren o risco de seren contraproducentes ao enmascararen prexuízos subxacentes en vez de os poren á descuberta para os poder enfrontar e cuestionar. As estratexias de ‘feminización’ (Pauwels 1998: 112-116) pretenden, pola contra, actuar da maneira oposta para remediaren esta eiva: “Utilizar les fórmules que fomentin una concepció igualitària del rol de la dona dins la societat: [...] advocada, metgessa, enginyera, arquitecta, governadora, diputada, regidora, consellera, etc.” (Institut Balear de la Dona 2001: 10).

Como xa ficou dito, as linguas non coinciden necesariamente no xeito concreto de expresaren nas súas respectivas gramáticas o ‘xénero biolóxico’. Sería de esperar, pois, que as estratexias dirixidas a mudaren estes elementos estruturais tamén mudasen en función das características específicas do funcionamento interno destas. É dicir que, por seren estratexias máis acordes cos recursos internos propios en cada caso, sería lóxico pensar que unha lingua como o inglés, que dispón de epicenos, sería máis propensa a aplicar estratexias tendentes á neutralización, mentres que unha lingua romance como o galego, onde a marcaxe morfolóxica é máis clara, optaría máis facilmente por outras vías, como por exemplo a explicitación do xénero, p.e. *as/os alumnas/os*.

Dentro do contexto das linguas indoeuropeas pódense distinguir dúas tendencias principais: en primeiro lugar, e ligada principalmente ás linguas xermánicas, está a **neutralización** mediante a eliminación intencionada de formas explicitamente marcadas como femininas (obsérvese de paso que a neutralización vén da man da eliminación da especificidade feminina) e o uso xeneralizado de formas epicenas ou, no seu defecto, o uso de formas masculinas como pseudoxenéricas²: “On the whole, [...] the official Norwegian guidelines follow the strategy of gender-neutralisation rather than gender-specification [...]. Hellinger suggests this strategy is typical of English as well as Norwegian” (Bull / Swan 2002:247). Por exemplo, en inglés: *manager/manageress* > *manager* (‘director/a’) e *fireman/-woman(?)* > *fire fighter* (‘bombeira/o’).

E en segundo lugar, e ligada principalmente ás linguas romances, está a **explicitación** mediante o uso de formas diferenciadas, p.e. *os/as profesores/as* ou *as profesoras e os profesores*. Mais non se trata de compartimentos estanques, senón de tendencias relativas, ao poderen coexistir varias estratexias –quer harmonicamente, quer en competición– dentro dun mesmo sistema, por exemplo estratexias neutralizadoras en galego do tipo *o profesorado* e radicais/transgresoras que retan as normas establecidas do tipo *@s profesor@s*, ao lado de estratexias explicitantes do tipo *os profesores e as profesoras*, ou en alemán formas radicais/transgresoras do tipo *die LehrerInnen* (‘@s profesor@s’) ao lado de *die Lehrer und die Lehrerinnen*.

A continuación descríbense e analízanse as prácticas e propostas para a planificación non-androcéntrica no galés co obxecto de tentar determinar até que punto a aplicación de determinadas estratexias pode chegar a depender –implícita ou explicitamente– dos modelos xa establecidos no caso das linguas dominantes respectivas. Ao mesmo tempo procúrase dilucidar se unha maior autonomía non levaría á posibilidade de aplicar estratexias non-androcentrantes máis acordes cos recursos internos de cada lingua, potencialmente evitando, ou cando menos reducindo, o risco de rexeitamento pretextando a ‘anaturalidade’ dos resultados.

4. O caso do galés

A dirección que tomou o desenvolvemento da linguaxe non-discriminatoria no caso da lingua galesa só se pode entender dentro do marco global da lexislación estatal correspondente, nomeadamente a ‘Lei sobre a Discriminación Sexual’ (*Sex*

2 A respecto da neutralización, Pauwels (1998: 109) comenta: “This strategy has been proposed for, and applied to, most of the Germanic languages, including English, Danish, Dutch and Norwegian.” Non existe, no entanto, unha repartición ríxida das estratexias segundo a familia a que pertence unha determinada lingua. Por exemplo, mentres o inglés e o noruegués optan maioritariamente pola estratexia ‘neutralizadora’ máis identificada coas linguas xermánicas, o alemán tende, pola contra, cara ás estratexias de ‘visualización’ (Bußman / Hellinger 2003: 166).

Discrimination Act) do Reino Unido de 1975, que abranxe os sectores público e privado, e onde se establece o seguinte:

Use of job description with a sexual connotation (such as waiter, salesgirl, postman or stewardess) shall be taken to indicate an intention to discriminate, unless the advertisement contains an indication to the contrary (HMSO 1975: Sección 38/3).

Esta lexislación avoga, pois, pola aplicación dunha estratexia claramente orientada cara á neutralización, partindo, como revelan os exemplos recollidos no enunciado orixinal, das características e usos existentes da lingua inglesa. No entanto, ao ser o País de Gales unha parte integral do Reino Unido, a aplicación da Lei é de obrigado cumprimento tanto alí como na propia Inglaterra, e por extensión aplicábel non só ao inglés, a lingua sobre cuxos recursos internos se elaborou, senón tamén á lingua galesa: “Because this law affects Wales as well as England, it affects job titles in Welsh and English” (Bwrdd yr Iaith Gymraeg s.d.: 1).

A pesar dos problemas específicos internos que presentan as linguas celtas como o galés debido á marcaxe do xénero mediante cambios en certas consoantes iniciais de substantivos e adxectivos concordantes (véxase máis adiante), o que torna(ría) precisa unha dupla marcaxe gramatical para dobretes léxicos³, poderíase esperar que o galés seguise o modelo das políticas aplicadas por outras linguas estruturalmente similares como pode ser o galego, fronte ás estratexias de neutralización aplicadas polo inglés grazas á existencia nesta lingua de epicenos formais. No entanto, o que ocorre na realidade contravén esta expectativa baseada nos recursos internos da lingua en cuestión, ao se aplicaren ao galés estratexias neutralizadoras seguindo os principios que rexon a planificación non-discriminatoria tal e como se aplica á lingua dominante correspondente, o inglés: “These guidelines put forward by the Equal Opportunities Commission are therefore formulated largely in terms of a ‘neutralisation’ strategy” (Awbery / Jones / Morris 2002: 328).

A translación e aplicación mecánicas dun modelo estruturalmente desaxeitado importado directamente das prácticas desenvolvidas especificamente para o inglés trae consigo unha serie de consecuencias negativas, deixando eivada a proposta final para unha linguaxe non-sexista no caso do galés en varios puntos que se pasarán a expor e analizar a seguir.

Por un lado, a política de linguaxe non-discriminatoria para o galés baséase nunha serie de principios básicos, a saber: o uso de “formas idiomáticas naturais no canto

3 Por exemplo: *cantor* ‘cantante (m.)’ + *da* ‘bo/boa’ > *y cantor da* ‘o cantante bo’ vs.: *cantores* ‘cantante (f.)’ + *da* ‘bo/boa’ > *y cantores dda*, ‘a cantante boa’. Esta dupla marcaxe tornaría moi difícil –por non dicir imposible– o uso coherente de dobretes do tipo ‘o/a profesor/a’.

de neoloxismos artificiais que non serían facilmente aceptábeis para as/os falantes do galés” (Awbery 2001: 5); o aproveitamento de experiencias anteriores neste campo terminolóxico tal e como se veu desenvolvendo por parte da Comisión para a Igualdade de Oportunidades (*Equal Opportunities Commission*) e outras entidades, así como “[outras] entidades cívicas (*voluntary bodies*) que traballan en campos afíns”.

Como se verá a continuación, non é froito do azar que o criterio de ‘**naturalidade**’ figure destacado en primeiro lugar como punto de partida destas “directrices mestras” (“*guiding approach*”). É, por suposto, imprescindíbel que as persoas responsábeis da promoción social (‘normalización’) de linguas minorizadas dentro do marco de comunidades heteroglósicas (bilingüismo desequilibrado en base a unha situación diglósica) procedan coa máxima cautela para aseguraren o maior grao de ‘naturalidade’ posíbel no campo da terminoloxía e da creación e/ou fixación do léxico, normas de uso, etc., co fin de evitaren alienar a comunidade de falantes, moitas veces presa dunha **inseguridade lingüística** (Labov 1996, 1972; Bourdieu 1991). De non ser así, calquera intento correría o risco de alentar as dúbidas destas/es falantes a respecto do uso dun código patrón (imposto deste instancias superiores, ou percibido como tal), provocando a utilización preferente da lingua dominante percibida como máis estábel e asentada. Este criterio de ‘naturalidade’ cobra toda a súa importancia no caso de linguas que, como o gaélico escocés, están a loitar por sobreviviren no limiar mesmo da desaparición, o que motiva talvez –e desmentindo as protestas de MacLeod que encabezan este artigo– a falta de calquera referencia explícita de políticas de intervención lingüística de corte anti-androcéntrico ao longo das 371 páxinas que conforman o *Faclair na Pàrlamaid / Dictionary of Terms* publicado polo Parlamento de Escocia (McNeir 2001).

Mais tamén cabe recoñecer que as condicións non son idénticas para todas as linguas subordinadas, de forma que, en termos relativos, se pode dicir que, fronte a situacións como a do gaélico escocés, dentro do mesmo marco xeopolítico do Reino Unido, o galés goza dunha situación moito máis favorábel, tanto no nivel dos usos sociais, como tamén no tocante ao apoio político que recibe a súa promoción. Así, non habería que andar con tantísimo coidado para preservar a sempre nebulosa ‘naturalidade’ lingüística no momento de elaborar políticas de reforma non-androcéntricas.

É máis, ao existir no caso do galés unha tradición asentada propiamente diglósica dunha variedade literaria da lingua (*cymraeg llenyddiol*) que convive con variedades locais, reunidas, á súa vez, nun padrón unido tamén artificial (*cymraeg llafar*), poderíase argumentar que a comunidade de falantes xa está acostumada en certa medida a se enfrontar a formas pouco ‘naturais’, aceptando habitualmente a existencia de formas que lle son alleas e nalgúns casos moi afastadas da lingua cotiá. O que iso implica na práctica é que, sen desbotar por completo o criterio

de ‘naturalidade’ como *desiderátum* no momento de elaborar propostas e políticas de reforma lingüística non-androcéntrica, ao existir un clima de maior seguridade lingüística –que cabería medir– e maior grao de aceptabilidade preexistente cara ao uso de formas inhabituais, o criterio de ‘naturalidade’ se podería matizar e minimizar para achegar propostas máis radicais e, se couber, máis acordes non só cos recursos propios da lingua en cuestión senón cos obxectivos últimos da reforma en si. En definitivo, cabería comedir a relativa importancia do criterio de ‘naturalidade’, descartando mudanzas innecesarias en vez de constituír *a priori* un criterio *sine qua non*.

Unha das consecuencias adversas da aplicación prioritaria do criterio de ‘naturalidade’ consiste, no caso do galés, en lexitimar de entrada o uso de formas dialectais independentemente das desvantaxes que puideren supor para a elaboración dun código non-androcéntrico. O seguinte caso analiza o que ocorre no caso dos termos utilizados en galés para se referir á “muller”, elemento básico e pedra de toque de calquera proposta para unha linguaxe non-androcéntrica:

There are quite marked differences in vocabulary as between the Welsh of north and south Wales [...]. Neither the northern form nor the southern form is felt by native speakers to be ‘better’ in some way than the other; the two forms simply coexist side by side, as regionally determined equivalents. One such instance is the word for ‘woman’. In north Wales the normal forms are: *dynes* (singular) [and] *merched* (plural). In south Wales the corresponding forms are: *menyw* (singular) [and] *menywod* (plural). The EOC [Equal Opportunities Commission] in Wales has already accepted these two sets of forms as equally valid [...]. It was accordingly decided that this same freedom of choice as to regional usage should be incorporated in the standard glossary (Awbery 2001: 9).

Desde o punto de vista puramente filolóxico, o exposto é indiscutíbel. Mais a natureza mesma da calquera planificación lingüística é –pese a quen lle pesar– **prescritiva** e non **descriptiva**. Non se trata de describir o que ocorre na lingua, senón de ditaminar cales son os usos considerados máis apropiados en determinados casos e segundo determinados parámetros, non só filolóxicos senón tamén socioculturais e –por que non dicilo– ideolóxicos. E, dito sexa de paso, o *statu quo* non é ideoloxicamente neutro só por ser o modelo dominante. É dicir, a linguaxe non-sexista non se opón á linguaxe ‘normal’, senón que se contrapón á linguaxe sexista.

Desde o punto de vista dunha análise androcéntrica da linguaxe, porén, as diferenzas entre as diferentes formas dialectais son algo máis problemáticas. O que implica a aplicación práctica desta recomendación que recolle e lexitima o uso das diferentes formas dialectais (por seren ‘naturais’, enténdase) é un solapamento semántico altamente repreñsible desde o punto de vista da linguaxe non-androcéntrica entre as orixes etimolóxicas (Pokorny 1959: 739) da forma plural *merched* (< *merch*

‘filla; rapariga’) que, no norte do País se usa para se referir ás mulleres adultas, correspondente co singular *dynes*, á súa vez un derivado de *dyn* (‘persoa, home’, *sic.*).

A recomendación non é problemática de por si dentro dos límites do paradigma propio das falas do norte de Gales, onde alterna a forma plural *merched* (‘mulleres’) co singular dialectal correspondente *geneth* (‘rapariga’) no canto de **merch*. Mais as propostas de planificación lingüística están destinadas, nun principio, a se integraren á lingua común, código separado e autónomo a respecto das diferentes variedades diatópicas. Por tanto, hai que tomar en conta as potenciais consecuencias de determinadas escollos, habida conta da globalidade do código no seu conxunto. Así, o problema radica no feito de que tanto no sur como no norte se utiliza a forma plural *merched* co sentido de ‘fillas’, polo que se establece unha ligazón de coincidencia formal ‘filla’ ~ ‘muller’, sen esquecer o proceso de mudanza semántica do que foi obxecto a forma *merched* (‘raparigas’) > *merched* (‘mulleres’), o que reflicte a percepción das mulleres adultas como seres inmaturos que imperaba até non hai tanto tempo dentro da cultura da Europea occidental⁴: “Feminists have commented that this practice in language contributes to a view of women as ‘immature’ and ‘childlike’ who do not have to be taken seriously” (Pauwels 1998: 52).

Así, falantes da lingua non suficientemente familiarizadas/os coas peculiaridades dialectais do galés do norte do País poderían entender o uso do termo *merched* en publicacións oficiais para se referir a mulleres adultas como ofensivo e degradante en sentido estrito (‘degradar’: reducir o grao ou rango).

Para alén dos inevitábeis puntos de coincidencia, é esencial distinguirmos entre filoloxía/lingüística descritiva por un lado e planificación lingüística prescritiva por outro. Noutras palabras, aínda que as pode –e debe– tomar en conta, o labor fundamental da planificación lingüística non se vertebra ao redor da descrición das variedades existentes, senón na elaboración dun código padrón de uso recomendado que se elabora a partir destas.

En todo o caso, e sempre velando por non alienar innecesariamente a comunidade de falantes, cabe recoñecer que as propostas até agora comentadas afectan sobre todo a linguaxe administrativa, de modo que non se trata xa da lingua coloquial, senón dun uso específico. Así, debería ter a consideración de **lingua para fins específicos** (véxase Morales Moreno 2008), definida en termos dunha ‘sublinguaxe’ (“sublanguage”, Harris 1968: 152; Hirschman / Sager 1982: 28). Noutras palabras: unha variedade lingüística **artificial** derivada da lingua natural mais ao mesmo tempo diferente dela, co seu

4 Non esquezamos que non foi até 1882 no Reino Unido que as mulleres puideron ser propietarias e dispor libremente dos seus bens sen tutela masculina (*Married Women’s Property Act*) e que só se acadou o voto para todas as mulleres en igualdade de condicións cos homes en 1928 (*Representation of the People Act*). Na Suíza non se conseguiu o sufraxio universal a escala Federal até 1971 e a escala Cantonal até 1990!

propio código baseado en usos terminolóxicos altamente controlados. En definitiva, a ‘anaturalidade’ da linguaxe administrativa a respecto da lingua común é, de entrada, un dos seus trazos definitorios, entrando, pois, en contradición coa ‘naturalidade’ antes enunciada como criterio de predilección na elaboración de terminoloxía anti-androcéntrica cando menos no campo dos usos administrativos.

Neste caso en concreto, existe a posibilidade de promover o paradigma propio das falas do sur (*menyw~od*) ao rango de modelo a seguir na linguaxe administrativa, de forma que pasa a se converter na forma supradialectal recomendada por ser máis equitativo nas representacións simbólicas que proxecta da muller fronte ao home, sendo esta escolla avalada, para alén de máis, pola propia orixe do termo (Pokorny 1959: 473).

De feito, fronte á disxuntiva de ter que escoller unha ou outra forma, a Comisión para a Igualdade de Oportunidades opta na práctica pola forma *menyw~od*, como, por exemplo, no título da publicación *Menywod. Dynion. Gwahanol. Cydradd* (‘Mulleres. Homes. Diferentes. Iguais’, Awbery, 2001), en consonancia coa apelación galesa *Cymorth i Fenywod yng Nghymru* da organización ‘Axuda para as Mulleres de Gales’, citada especificamente como unha das organizacións de referencia para a elaboración de terminoloxía neste campo (Awbery 2001: 6).

En aras á coherencia, a unha política que referenda a forma discutíbel *merched* pretextando o seu enraizamento dialectal non lle cabería máis alternativa do que incluír os restantes elementos do mesmo paradigma. E se o uso de *merched* como forma plural é discutíbel, éo aínda máis a forma singular correspondente *dynes*, que non é máis, como xa se sinalou, que un hipónimo derivado morfoloxicamente do hiperónimo de *dyn* (‘home’) que marca simbólica e efectivamente a muller como unha especie de subtipo de ser humano, entendido este como varón por antonomasia⁵.

No entanto, pese a reiterados chamamentos en defensa da escolla preferente de formas ‘naturais’, trátase dun criterio que nin sempre se respecta na práctica por motivos moito menos louvábais –ao noso ver– que a paridade de xénero, como ilustra o seguinte exemplo:

positive action > *gweithredu positif*: Both ‘positif’ and ‘cadarnhaol’ are found in the sources, and are acceptable. The choice of ‘positif’ here is essentially arbitrary, and if this were preferred, it could be replaced by ‘cadarnhaol’ (Awbery 2001: 34).

É máis, non se explica por que a comunidade de falantes supostamente rexeitaría neoloxismos anti-androcéntricos por seren imposicións vindas do inglés (Awbery /

5 É interesante destacar que a par da desviación semántica que transforma mulleres en nenas, ao mesmo tempo a palabra que orixinariamente significa ‘persoa’ (Pokorny 1959: 415, 260) pasa a significar ‘home, varón’.

Jones / Morris 2002: 328), mentres que, por outro lado, se manteñen outras formas clarísimamente anglizadas, p.e. *sterioteipio* ('estereotipo') por seren máis 'naturais'. Cabería preguntarse, pois, se non é, talvez, que o que no fondo se está realmente a rexeitar non é nin máis nin menos que a necesidade mesma de reformar a lingua para que non for sexista.

Xa se indicou que existe a posibilidade de recorrer a substantivos colectivos para evitar a explicitación do xénero como parte dunha estratexia de 'neutralización'. Esta plásmase na práctica de dúas maneiras radicalmente opostas: "Terms should be used that are non-gender specific, e.g. i. Plural terms: *athrawon*, *gwieithwyr* profiadol; ii. Non-specific terms: *swydd* weinyddiol, *staff* bar, *swyddog* ymchwil" (Bwrdd yr Iaith Gymraeg s.d.: 3).

Por un lado, cómpre recalcar que os substantivos colectivos (p.e. 'alumnado') non expresan exactamente o mesmo valor semántico que o conxunto dos individuos que forman parte deles (p.e. 'alumnas e/ou alumnos') e o seu uso indiscriminado, motivado moitas veces por razóns puramente estéticas en vez de entender as verdadeiras razóns, leva a expresións pouco correctas desde o punto de vista da realidade que tentan expresar. Bo exemplo disto témolo en galego na expresión 'pais e nais do alumnado', que non ten, nin moito menos, o mesmo valor que o máis correcto 'pais e nais das alumnas e dos alumnos', ao existir un vínculo individual entre cada nai/pai e as súas respectivas fillas e/ou fillos, diferente dos dereitos que se corresponden ás alumnas e alumnos no seu conxunto como tal colectivo, en contraposición, por exemplo, ao colectivo do profesorado. Non son sempre compatíbeis unha estética non-sexista coa concisión e elegancia lingüísticas, e, por tanto, cabería preguntarse en tales casos cal é o elemento que debe prevalecer: a paridade de xénero ou a 'naturalidade' gramatical.

Porén, o que máis chama a atención no caso citado é o uso recomendado de pseudoxenéricos masculinos (*athrawon* 'profesores', *sic.*), o que non representa unha neutralización da marcaxe de xénero *estrito senso*, senón que esconde unha supeditación do xénero feminino ao masculino, ao existir un feminino plural regular *athrawesau* (< *athrawes*), ao lado da forma masculina *athrawon* (< *athro*)⁶.

Máis unha vez, esta decisión responde á aplicación do criterio de 'naturalidade' apoiada nos usos maioritarios da lingua no seu estado actual, onde o plural propio do feminino non está estendido. Agora ben, se as políticas de planificación lingüística pretenden preservar formas xenuínas da lingua xeral fronte a formas anglizadas, non se entende por que non se podería recuperar intencionadamente, aínda que só for no nivel da linguaxe administrativa, outras formas tamén xenuínas cun claro

6 Esta flexión segue a formar parte dos recursos gramaticais da lingua moderna, como indica King (1993: 53): "Feminine nouns in -es denoting persons, derived from male equivalent. Examples: [...] (athro) athrawes athrawesau 'teacher/teachers' (f)".

fin ideolóxico, nomeadamente a representación de mulleres e homes en igualdade de condicións. Sexa como for, non se entende a aplicación de pseudoxénéricos masculinos para se referir tanto a homes como a mulleres como unha estratexia compatíbel cunha auténtica política de neutralización.

O que se esconde talvez detrás desta proposta é o afán de mimetismo a respecto dos procedementos xa aplicados no caso do inglés, mais que demostran ser totalmente inapropiados para o galés debido ás diferenzas nas súas respectivas expresións gramaticais do xénero, ao existir en inglés, cando menos no nivel denotativo formal, epícenos reais (p.e. *‘teacher ~ teachers’*) inexistentes no galés. A seguinte declaración de principios é ilustrativa de até que punto se pode chegar a tentar forzar unha lingua a cumprir cunha política desenvolvida por e para outra estruturalmente diferente: “One term should be used where possible [...]. Although nouns ending in *-ydd* are masculine with a possible feminine *-yddes*), in practice they are treated as neuter (Bwrdd yr Iaith Gymraeg s.d.: 3).

É dicir que, que se recoñece tacitamente que os substantivos deste tipo en galés están marcados morfoloxicamente para expresaren o xénero natural dos seus referentes reais, mais, para se conformar á estratexia neutralizadora desenvolvida para o inglés partindo do uso de epícenos, créanse pseudoxénéricos *ad hoc* a partir das formas masculinas. Esta aplicación mimética do modelo importando desde a lingua dominante suscita dúas cuestións importantes: por un lado, desde o punto de vista propiamente lingüístico, cabería preguntarse se iso non constitúe de por si unha vulneración do principio predominante de ‘naturalidade’; e por outra, desde o punto de vista ideolóxico, se realmente cómpre cunha linguaxe non-sexista a androzinxazón global da mesma para eliminar as diferenzas de xénero.

Para evitar tales tautoloxías que na realidade non fan máis do que agravaren o nesgo androcentrismo preexistente en vez de o paliaren, cabería rachar coa relación de dependencia do galés do modelo inglés na procura de alternativas máis apropiadas e acordes cos recursos lingüísticos internos propios de cada lingua.

En definitivo, a elaboración dunha linguaxe non-androcéntrica en galés está eivada en dous niveis diferentes: no nivel interno, cabería relativizar o criterio de ‘naturalidade’ como factor determinante na escolla de determinadas formas lexicais, sobre todo no ámbito da linguaxe administrativa; e no nivel externo, debido á falta de coincidencia no xeito de plasmar o xénero ‘biolóxico’ a través das súas respectivas gramáticas, a falta de autonomía na planificación do galés con fins anti-androcéntricos a respecto do peso preponderante do modelo preestablecido correspondente ao inglés leva a unha dependencia orientada cara á adopción de propostas pouco axeitadas para os recursos propios do galés. Nalgúns casos, a translación mecánica de solucións desaxeitadas peora en vez de mellorar o nesgo preexistente, como o uso recomendado de pseudoxénéricos masculinos, motivado pola existencia de epícenos reais en inglés.

5. Conclusións

A análise das estratexias aplicadas no caso do galés co fin de acadar unha linguaxe non-sexista e as súas implicacións permite tirar as seguintes conclusións, válidas en moitos casos non só para a lingua galesa, senón que extensíbeis tamén a outras lingua sen situacións de dependencia similares. A aplicación do criterio de ‘naturalidade’ lingüística na elaboración de propostas concretas para evitar a alienación da comunidade de falantes, moitas veces vítimas dunha inseguridade lingüística imperante derivada da situación desigual da lingua subordinada a respecto da lingua dominante, non pode ser un criterio de selección de partida, senón que cómpre relativizar o seu valor dependendo dos efectos que se pretendan acadar. Sobre todo no caso dos usos formais da lingua dentro dun marco administrativo, entendida como unha linguaxe para fins específicos, este criterio perde, obxectivamente, grande parte do peso por ser esta unha linguaxe ‘naturalmente anatural’.

Non debemos esquecer que o que se considera ou se deixa de considerar ‘natural’ depende, sobre todo, de quen o definir: é unha cuestión ideolóxica. Pensando xa no caso do galego, se o castrapo é cada vez máis ‘natural’, implicaría iso termos que renunciar a recuperar voces auténticas? Para retomarmos o título dun recente ensaio: “O natural é político” (Moure 2008).

Canto, por outra parte, ás estratexias adoptadas, indícase a posibilidade de combinar estratexias tendentes á neutralización da expresión do xénero ‘natural/biolóxico’ nos usos lingüísticos con outras estratexias tendentes á súa explicitación. Non se exclúen tampouco estratexias máis radicais cuxo obxectivo consiste máis en desenmascararen e en cuestionaren os usos establecidos do que en reformaren a linguaxe de xeito sutil e imperceptíbel. En todo o caso, débese o risco de invisibilizar as mulleres que pode supor a adopción de estratexias neutralizadoras, sobre todo aquelas que pretenden estender o uso de pseudoxenéricos masculinos que, lonxe de reequilibraren o nesgo sexista existente dos usos lingüísticos establecidos, obxectivamente non fan máis do que tornaren a lingua aínda máis androcéntrica.

Esta opinión é radicalmente contraria aos postulados que serven de base para a elaboración das propostas de planificación non-sexista no caso do galés:

The alternative ‘visibility’ strategy, which would involve creating forms to give male/female pairs was avoided [...] as it was felt that the Welsh-speaking community would regard the introduction of new, nonstandard lexical forms as linguistic imperialism on the part of the English-speaking officials, with no understanding of or sympathy with the Welsh language (Awbery / Jones / Morris 2002: 328).

Por último, o artigo analizou os potenciais riscos implícitos no mimetismo por parte das linguas subordinadas, partindo da translación e aplicación mecánica de políticas

elaboradas con anterioridade para a lingua dominante correspondente, sobre todo ao existiren diferenzas importantes no xeito de se plasmar o xénero ‘biolóxico’ das/os referentes humanas/os nas súas respectivas gramáticas.

En definitiva, independentemente da(s) estratexia(s) privilexiada(s) en cada caso, ao noso ver, a planificación lingüística que pretende elaborar un código de uso non-androcéntrico non é necesariamente incompatible coa planificación lingüística xeral na súa vertente tradicional que ten como fin a conservación e promoción dunha lingua subordinada/ameazada.

Como ben indica Echeverría (2003), é un paradoxo que a mesma supremacía que vén exercendo a lingua dominante sobre a lingua subordinada se poida chegar a transformar nunha dominación dunha parte das falantes desta (as mulleres) a través das tentativas de conservación e promoción, pretextando a necesidade de preservar as formas e usos tradicionais da lingua subordinada, percibida como o vehículo de valores tradicionais, sen entrar a avaliar se é realmente tan desexábel preservar todos estes valores no seu conxunto, incluído o androcentrismo que predomina na sociedade tradicional.

No fondo, a cuestión non é tanto como se pode facer para preservar a lingua nunha especie de ‘estado puro’, correndo o conseguente risco da musealización, senón como facer para que a lingua sexa unha ferramenta plenamente adaptada ás novas necesidades comunicativas e sociais do século XXI. En definitiva, se cómpre mudar a lingua ao introducir elementos terminolóxicos novos para falar, poñamos por caso, das novas tecnoloxías, por que razón non se debería poder facer o mesmo para incorporar novos valores sociais, entre os cales destaca (ou debería destacar) a consideración de paridade entre os xéneros. E de o non facer –en aras a non alienar os falantes nativos (*sic.*)– ao mellor o que se consegue, polo contrario, é alienar unha parte importante da comunidade de falantes reais e potenciais: as mulleres.

Bibliografía:

- Awbery, G. (2001): *Women. Men. Different. Equal. A Standard Glossary of Welsh Terms in the Field of Equal Opportunity. Report to the Equal Opportunities Commission in Wales.* / *Menywod. Dynion. Gwahanol. Cydradd. Rhestr o Dermau Safonol Cymraeg ym maes Cyfle Cyfartal. Adroddiad I'r Comisiwn Cyfle Cyfartal yng Nghymru* (Cardiff/Caerdydd: Equal Opportunities Commission / Comisiwn Cyfle Cyfartal).
- Awbery, G. / Jones, K. / Morris, D. (2002): “The politics of language and gender in Wales”, en Bußman, H. / Hellinger, M. (eds.), *Gender across language*. Vol. 2: 313-330 (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).

- Baxter, R. N. (2006): “Falocentrismo e heteronormatividade na tradución: de como varren as mulleres e as lesbianas da historia cun golpe de *penæ*”, *Revista Galega de Filoloxía*, 7: 11-28.
- Bußman, H. / Hellinger, M. (2003): “Engendering female visibility in German”, en Bußman, H. / Hellinger, M. (eds.), *Gender across language*. Vol. 3: 141-174 (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).
- Bull, T. / Swan, T. (2002): “The representation of gender in Norwegian”, en Bußman, H. / Hellinger, M. (eds.), *Gender across language*. Vol. 2: 219-249 (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).
- Bourdieu, P. (1991): *Language and Symbolic Power* (Cambridge, EUA: Harvard University Press).
- Bußman, H. / Hellinger, M. (eds.) (2001-2003), *Gender across language*. 3 vols. (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).
- Bwrdd yr Iaith Gymraeg (s.d.): *Teitlau Swyddi Dwyieithog / Bilingual Job Titles* (Caerdydd / Cardiff: Bwrdd yr Iaith Gymraeg / The Welsh Language Board).
- Cameron, D. (1995): *Verbal Hygiene* (Londres / Nova Iorque: Routledge).
- Cameron, D. (1998): “Lost in Translation: Non-sexist Language”, en Cameron, D. (ed.), *The Feminist Critique of Language*: 155-163 (Londres / Nova Iorque: Routledge).
- Corbett, G. (1991): *Gender* (Cambridge: Cambridge University Press).
- HMSO (1975): *Sex Discrimination Act* (Londres: The Stationery Office) <<http://www.legislation.hms.gov.uk/si/si2003/20031657.htm>>
- Doyle, M. (1995): *The A-Z of Non-Sexist Language* (Londres: The Women’s Press).
- Echeverria, B. (2003): “Language Ideologies And Practices In (En)Gendering The Basque Nation”, *Language In Society*, 32: 383-413 (Cambridge: Cambridge University Press).
- Engelberg, M. (2001): “The Communication of Gender in Finnish”, en Bußman, H. / Hellinger, M. (eds.), *Gender across language*. Vol. 2 (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).
- Harris, Z. (1968): “Mathematical structures of language”, (Nova Iorque: Interscience Publishers).
- Hirschman, L. / Sager, N. (1982): “Automatic information formatting of a medical sublanguage”, en Kittredge, R. / Lehrberger, J. (eds.), *Sublanguage; studies of language in restricted semantic domains*: 27-80 (Berlín / Nova Iorque: W. de Gruyter).
- Institut Balear de la Dona (2001): *Llenguatge no sexista. La comunicació: un recurs per a la igualtat* (Palma de Mallorca: Govern de les Illes Balears).

- King, G. (1993): *Modern Welsh: A Comprehensive Grammar* (Londres / Nova Iorque: Routledge).
- Labov, W. (1966): “Hypercorrection by the lower middle class as a factor in linguistic change”, en Bright, W. (ed.), *Sociolinguistics*: 84-113 (A Haia: Mouton).
- Labov, W. (1972): *Sociolinguistic Patterns* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press).
- MacLeod, M. (2003): “Ochone! The curse of political correctness hits Gaelic language”, (ed.), *Scotland on Sunday* (13.07.03) <<http://scotlandonsunday.scotsman.com/scotland.cfm?id=762452003>>
- McNeir, C. L. (ed.): *Faclair na Pàrlamaid / Dictionary of Terms* (Dùn Èideann / Edimburgo: Pàrlamaid na h-Alba / The Scottish Parliament).
- Morales Moreno, A. (2008): “Aspectes estilístics en la redacció de textos administratius: anàlisi comparativa dels estatuts d’Autonomia de Catalunya de 1979 i de 2006”, *Revista de llengua i dret*, 49: 27-44.
- Moreno, M. (2008): *El sueño de Eva* (Sevilla: rd editores).
- Moure, T. (2008): *O natural é político* (Vigo: Xerais).
- Oroz, A. (s.d.): “Sexo, genética y género”, Soca, R. (resp.) (10.06.04), *La página del idioma español (elcastellano.org)* <<http://www.elcastellano.org/nosex.html>>
- Pauwels, A. (1998): *Women Changing Language* (Londres / Nova Iorque: Longman).
- Pokorny, J. (1959): *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch* (Berlín e Munich: Francke Verlag).
- Rodríguez Rodríguez, A. / Davila Ventura, M. (redac.) (2003): *Lingua galega. Criterios lingüísticos* (Vigo: Universidade de Vigo).
- Romaine, S. (1999): *Communicating Gender* (Mahwah / Londres: Lawrence Erlbaum).
- Spender, D. (1980): *Man made Language* (Londres: Pandora Press).

Centralidade e prominencia nas relacións gramaticais

Francisco A. Cidrás Escáneo
Universidade de Santiago de Compostela

Resumo:

O traballo comeza cunha breve caracterización da oposición centro-periferia nos sucesivos niveis de abstracción identificables no proceso de construción de enunciados: do acto de fala concreto individual ao plano abstracto esquemático da sintaxe, pasando polo léxico. A partir de aí, o estudo céntrase no plano sintáctico das relacións gramaticais, presentadas nunha xerarquía de centralidade que evoca e dalgún xeito codifica a prominencia conceptual dos elementos que integran a imaxe mental que o falante ten da súa propia mensaxe. Préstase especial atención á zona intermedia desa xerarquía, onde atopamos os complementos de Obxecto non-Directo (OI e OP). Estes, segundo se propón, conflúen nesa zona respondendo en boa medida a estratexias dinámicas contrapostas (de promoción e marxinalización), que se caracterizan sobre a base dos datos do galego.

Palabras chave:

Centro, periferia, funcións, Obxecto Indirecto, Obxecto Directo, galego.

Abstract:

This paper starts with a brief overview of the core-periphery opposition through the successive levels of abstraction which can be identified in the process of utterance construction: from the actual, individual speech act up to the abstract, schematic level of syntax, going through the lexicon. From this point of departure, the study focuses on the syntactical level of grammatical relations, arranged according to a centrality hierarchy which evokes and somehow encodes the conceptual prominence of the entities making up the speaker's mental image of his/her own message. Special attention is paid to the intermediate zone of this hierarchy, where non-Direct Object complements (IO, PO) are found. According to what is proposed here, these relations converge in such a region as a result of opposite dynamics (promotion and demotion strategies), which are described on the basis of data from Galician.

Key words:

Core, periphery, grammatical relations, Indirect Object, Prepositional Object, Galician.

1. Centro e periferia no sistema lingüístico

É ben coñecida a pertinencia de diferenciar na descrición do sistema lingüístico entre elementos centrais e elementos periféricos. Seguramente se trata dunha constante epistemolóxica común a calquera ámbito do coñecemento, pero no campo da lingüística moderna é unha dualidade crucial cando menos desde os traballos do

Círculo de Praga —nomeadamente coa referencia inexcusable das achegas incluídas en TLP2 (1966). Esta propiedade maniféstase en todos niveis da análise lingüística e remite á concepción do sistema das linguas como unha entidade flexible, dinámica e adaptativa, de consistencia fluída e con diferentes densidades de estruturación, e non como algo rixido, estático e uniforme en todos os seus puntos. Neste senso, o centro correspóndese coas zonas máis densamente estruturadas do sistema, en que atopamos os elementos máis produtivos, regulares e máis codificados, mentres que na periferia (as marxes do sistema) se localizan os elementos menos produtivos e por tanto máis escasamente codificados, estruturados dunha maneira máis laxa, o cal non quere dicir en absoluto que carezan de estrutura, é dicir, dunha forza de cohesión, igual que, en termos físicos, os corpos fluídos tamén non carecen dela. Esta diferenciación de zonas con distinta densidade estrutural é produto dun principio xeral da organización dos sistemas lingüísticos que, amentando a Du Bois (1985: 363), podemos enunciarse coa seguinte máxima: “Grammars code best what speakers do most” —mesmamente porque os falantes son os indutores desa codificación gramatical e axústana ás súas necesidades operativas, procurando a óptima eficiencia do sistema coa densidade normativa estritamente necesaria para acadar aquela.

Xa que logo, tamén no estudo das unidades sintácticas, e nomeadamente no nivel oracional, é habitual distinguir entre elementos centrais e periféricos. Porén, máis alá da relevancia epistémica da distinción, acostuman quedar pouco perfilados en cada caso os límites entre ambas as zonas. Adoita alegarse esta ‘imprecisión’ como evidencia do carácter non-discreto da oposición e, desde logo, en parte é responsabilidade súa. Mais ten moito que ver tamén con outras características desa división topográfica:

a) a existencia de fluxos de transferencias entre centro e periferia en ambos os sentidos, tanto de *integración* de elementos periféricos cara ao núcleo de sistema (no sentido de Vachek 1966), como inversamente de *marxinación* de elementos centrais cara á periferia do sistema¹;

b) a reprodución desa oposición centro-periferia nos distintos niveis de abstracción identificables no proceso de construción de predicacións. En cada un deles a dualidade maniféstase de maneiras que gardan fortes similitudes, pero que en realidade son sensiblemente distintas, o que propicia identificacións enganosas.

Verbo dos fluxos de transferencias entre centro e periferia, nesta contribución caracterizarei precisamente as funcións OP e OI como mecanismos de integración de constituíntes marxinais e de marxinação de constituíntes centrais, respectivamente,

1 Pénsese, como exemplo de integración, na conversión do resoprido, xesto sonoro que manifesta alivio, cansazo, fastío etc., en interxección *uf*, *buf*, e a seguir a destas en formas léxicas plenas como *ufar*, *bufar*. Simetricamente exemplifican procesos de marxinação as interxeccións de formas léxicas plenas, sobre todo aquelas en que se produce unha transfiguración fónica que as converte virtualmente en interxeccións primarias: *ho*, *benia*, *canté*.

no ámbito da oración (véxase *infra*, secc. 3). Porén, querría reparar agora na segunda das devanditas propiedades (b), máis esquecida que a primeira pero se cadra máis relevante para a exploración dos ‘imprecisos’ confíns entre centro e periferia. As aludidas identificacións enganosas dan lugar a certa dose de imprecisión ilusoria, en tanto que nos levan a interpretar como un problema de vaguidade (isto é, de imposibilidade intrínseca de adscripción dun elemento a un sistema de categorías proposto, ao compartir atípicamente características prototípicas de varias delas) cousas que realmente son produto de mesturarmos ou non distinguirmos niveis —o cal non exclúe que si poida haber vaguidade no interior de cada un deles.

O proceso de construción de predicacións opera en diferentes niveis de abstracción. No plano máis rasante de cada acto de fala individual, o emisor comeza por construír no seu cerebro unha imaxe mental (conceptualización prelingüística) en que retén selectivamente un número variable de elementos recuperados da memoria episódica en que almacena información sobre a realidade evocada que pretende comunicar. O número e características dos elementos integrantes desa imaxe mental son certamente imprevisibles e non están predefinidos. Para referirse, por exemplo, a un evento concreto como, poñamos, unha comedela, pódelle parecer pertinente referirse aos individuos que inxiren alimentos e aos alimentos ingeridos, ou tamén prescindir dalgunha das entidades (mesmo das dúas) e referirse ao lugar e ao tempo en que se desenvolve o evento, ou integrar as catro (ou outras máis) na imaxe, cada unha delas con diferente grao de prominencia no cadro mental, imposible de prever a priori etc. As conceptualizacións dos actos de fala individuais, entidades prelingüísticas ao cabo, abranguen por tanto un número indeterminado de elementos, que só poderían identificarse como nucleares ou periféricos coñecendo a súa *prominencia ou peso específico na imaxe mental do falante*, e de acordo cunha gradación que ten a forma dun continuo imperceptible, pero tamén intransferible a outras persoas.

Dado que as conceptualizacións correspondentes a cada acto de fala individual son, pola súa propia natureza, persoais e intransferibles, as linguas (como sistemas de transferencia de comunicación entre individuos) posúen un almacén de conceptualizacións predefinidas e compartidas polo conxunto dos seus usuarios, que constitúen o seu acervo lexical ou lexicón (Givón 1998: 43-44). Cada entrada léxica evoca a conceptualización dun tipo de entidade ou de evento socialmente recoñecido (por recorrente ou relativamente frecuente nesa sociedade), que os membros da comunidade convencionalmente identifican mediante esa etiqueta. O lexicón conceptual integra o que en psicoloxía cognitiva se coñece como memoria semántica, distinta da memoria episódica (Atkinson / Shiffrin 1968). O plano léxico supón por tanto un importante nivel de abstracción sobre o plano dos actos de fala individuais: fronte ao carácter infinito e sistemático destes, o repertorio lexical dos falantes está integrado por un número aberto pero finito de elementos estruturados na mente dos falantes mediante complexas redes de nodos e conexións, seguramente ás veces de carácter difuso e densidade variable. Fronte ao que ocorre coas imaxes mentais individuais, a

conceptualización socialmente asumida que encerra cada ítem lexical está integrada por un número de participantes limitado e predefinido (no caso anterior da inxesta de alimentos, teríamos o ítem *comer*, que integra dous elementos na escena mental), de xeito que a predicación construída sobre esa base conterá de entrada uns determinados constituíntes seleccionados polo predicado (dous no caso de *comer*), que conformarán a predicación nuclear. Esta poderase acrecentar ademais cun número variable doutros elementos con información puntualmente relevante (aínda que no lexicón non se lle presupón esa prominencia) que constitúen a periferia da predicación.

Así pois, a oposición centro-periferia, que no nivel da conceptualización individual se resolvía nun continuo de elementos da máxima á mínima prominencia, no plano lexical resólvese nunha coñecida oposición de dúas categorías relativamente ben caracterizable: *os actantes ou argumentos fronte aos circunstantes ou adxuntos*. Manifestación da relevancia metodolóxica desa distinción categorial é o distinto comportamento que uns e outros elementos reciben na configuración sintáctica da oración, pero en realidade isto sitúanos xa no seguinte nivel de abstracción, ao que nos referiremos de seguido. Sen saírmos do plano lexical, o certo é que non existen criterios formais que permitan delimitar con claridade os actantes dos circunstantes (Báez 1988: 79ss, García-Miguel 1995a: 23-31, Moure 1996: 203-207). Porén, na miña opinión, isto non quere dicir que esteamos perante un *continuum* gradativo: a acumulación de probas propostas non deseña unha escala cuns elementos máis prototipicamente argumentais e outros menos (segundo o número variable de probas que cumpran), senón que evidencia a ineficacia de calquera proba formal aplicada a unha oposición que de seu é conceptual (trataríase de saber qué entidades entran na conceptualización etiquetada e cales non), aínda que esta sexa socialmente compartida. Neste senso resultan significativas constatacións empíricas como a seguinte:

La confrontation systématique de deux dictionnaires ne nous a donné que très peu de différences, ce qui nous porte à croire que les difficultés suscitées par la distinction nucléaire/périphérique se situent beaucoup plus dans la recherche de propriétés formelles distinctives que dans l'établissement même de la distinction. Le problème est d'arriver à formaliser l'intuition (Willems 1981: 37).

A identificación de manifestacións formais da distinción entre centro e periferia só se pode facer, pola propia natureza do procurado, situándonos no nivel das construcións sintácticas. Estas construcións supoñen a redución das numerosísimas unidades lexicais dunha lingua (de carácter atómico e substantivo) a un reducido repertorio de unidades complexas e esquemáticas —no sentido habitual de todos estes termos en gramática cognitiva (Croft / Cruse: 2004). Situámonos tamén así na zona máis densamente estruturada do sistema lingüístico. As construcións son configuracións sintácticas, esquemas abertos e razoablemente ben definidos, identificables mediante numerosas marcas formais. Isto é así porque en realidade non teñen existencia á marxe desas marcas: os esquemas sintácticos son instrumentos ao servizo da capacidade

ilimitada de codificar, no plano da expresión, contidos, pero eles (como ocorre con toda a aparataxe instrumental) si teñen carácter limitado e discreto. A representación mental das entidades deste nivel máis abstracto sitúanos xa fóra da memoria declarativa (que agrupa a memoria episódica e a semántica) en tanto que tales entidades non conteñen xa información referida á experiencia ou ao coñecemento do mundo. As construcións sintácticas son produto dun sistema de procedementos e estratexias deseñados para transmitir contidos declarativos (é dicir, son produto dunha gramática) e responden a un tipo de memoria a longo prazo executiva e automatizada que os psicólogos denominan, por oposición á declarativa, memoria procedemental.

No plano das construcións sintácticas, a diferenciación entre participantes centrais e periféricos tradúcese na distinción entre *constituíntes que establecen relacións gramaticais centrais e non-centrais* na predicación ou, o que en última instancia vén ser o mesmo, *os que desempeñan funcións sintácticas* (como SU ou OD) e *os que desempeñan funcións semánticas* (como as tradicionalmente identificadas baixo a etiqueta de Complementos Circunstanciais). Cómpre unha rápida aclaración para non inducir a engano: é claro que todos os participantes dunha predicación, sexan actantes ou circunstantes, desempeñan unha función semántica (ou papel temático, ou rol gramatical), dado que todos xogan un determinado papel na representación do estado de cousas que se quere comunicar. Por contra, consonte se desprende do devandito, non todos desempeñan función sintáctica –igual que tamén non todos desempeñan función pragmática, cabería engadir.

Concibimos as chamadas funcións sintácticas como mecanismos gramaticais de identificación indirecta de funcións semánticas mediante marcas polivalentes². Neste senso, as marcas en que consisten as ‘funcións centrais’, como o SU, serven para identificar, cunha mesma marca, múltiples roles semánticos distintos: un SU pode ser Axente, Forza, Experimentador, Posicionador, Meta etc., funcións todas elas que identificamos inequivocamente a pesar de estaren codificadas a través da mesma marca –a de SU: concordancia número-persoal no verbo. Pola súa banda, as marcas das ‘funcións periféricas’, por exemplo as de calquera CC, identifican directamente (é dicir, de maneira biunívoca, non polivalente) o rol semántico que desempeña o participante así marcado: un CC de Causa estará sempre identificado como tal a través dunha marca específica dese valor causal –*por, a causa de, porque...* Este tipo de marcas son directamente marcas de función semántica, e esta estratexia de marcado é característica dos participantes periféricos dunha predicación; as anteriores (as do tipo ‘induce a concordancia verbal en número e persoa’) son marcas de función sintáctica e alcanzan só aos participantes que desempeñan funcións centrais na predicación. Se ben o carácter non-universal (é dicir, non atribuíble inherentemente a todo o constituínte dun enunciado

2 En realidade, o tal carácter meramente instrumental destes mecanismos, localizados no plano da expresión e que non realizan ningunha contribución *propia* ao significado da oración en que aparecen, é incompatible coa súa consideración como funcións (vs. as semánticas e as pragmáticas, que si o son claramente). Con todo, por facilidade expositiva seguiremos denominándoos *funcións sintácticas*.

polo feito de selo) é comunmente aceptado para o caso das funcións pragmáticas (na medida en que se consideren tales entidades, por suposto), o carácter non-universal das funcións sintácticas suscita menos adhesións, seguramente pola inercia de seren vistas como o vinculeiro que herda o legado indivisible da noción tradicional de función sintáctica, que si tiña ese carácter universal. Porén, non son poucos os modelos teóricos que sosteñen esta noción restritiva de función sintáctica, como a Gramática Relacional (que só identifica tres, R1, R2 e R3, correspondentes a SU, OD e OI) ou a Gramática Funcional de Dik (que só opera con dúas funcións sintácticas, Sux e Obx).

Mediante a asignación de funcións sintácticas –no sentido estrito en que aquí se aplica o termo– o falante codifica a maior prominencia conceptual que lle outorga a determinados constituíntes da predicación, como teñen posto de manifesto diferentes modelos teóricos funcionais e cognitivos. As marcas de expresión que identifican as funcións sintácticas son daquela correlativas desa prominencia; pero non semellan concibidas propiamente para marcala. Xa que logo, podemos categorizar discretamente as funcións e identificarmos a súa centralidade ou marxinalidade na configuración sintáctica da predicación, pero non podemos categorizar a prominencia dos participantes no evento, que só se marca dunha maneira indirecta e aproximativa. A prominencia dos participantes nunha predicación é unha noción intrinsecamente vaga, daquelas das que dicía Ferrater Mora (1976: 369) que “lo vago o borroso pueden ser inevitables y hasta deseables” dado que “el carácter vago o borroso del concepto es preferible a su carácter claro, ya que aquello que el concepto denota es tan vago y borroso como el concepto”. A centralidade das funcións sintácticas é, por contra, unha noción escalar con categorías discretas (as propias funcións) que serve para evocar a prominencia dos participantes pero que ten existencia á marxe dela.

As características da oposición centro-periferia ata aquí expostas poden representarse sumariamente na seguinte táboa:

Nivel de abstracción	Representación mental	Plano lingüístico	Tipo de oposición Centro vs. Periferia	
0 concreto individual	memoria episódica	acto de fala	+ prominente <————> – prominente	
1 abstracto substantivo	memoria semántica	léxico	actante / argumento vs. circunst / adxunto	
2 abstracto esquemático	memoria procedemental	sintaxe	función sintáctica (marca indirecta polivalente)	vs. función semántica (marca directa biunívoca)

Así pois, consonte teñen proposto diferentes modelos teóricos en forma de xerarquías, as relacións gramaticais poden caracterizarse escalarmente de acordo co seu grao de centralidade, sen esquecer que a relación existente entre a centralidade das funcións na configuración sintáctica da oración e a prominencia dos participantes na imaxe mental subxacente á predicación non é de identidade, senón de afinidade.

2. Funcións centrais e funcións non-centrais

Sen dúbida o Suxeito (SU) é a función sintáctica caracterizada como máis central, en tanto que singulariza o “participante privilexiado” dunha construción (Moreno Cabrera 1991): asígnase ao único argumento nas construcións monoactanciais e nas poliactanciais ao único argumento que é ao mesmo tempo independente do evento denotado na predicación (a diferenza dos restantes argumentos, que codefinen ese evento) e responsable del, o que o sitúa nunha posición de privilexio no esquema argumental –como argumento externo vs. os restantes, internos. A esta situación de realce apuntan a caracterización do SU como “primary vantage point” en Dik (1997), como *trajector*, é dicir, “primary clausal figure” en Langacker (1991) ou como *pivot* en Foley e Van Valin (1984), entre moitos outros. Evidencia a súa condición de función sintáctica pivote non tanto a súa posición de prominencia conceptual como o feito (derivado dela) de que toda a configuración sintáctica do enunciado xira á volta do constituínte seleccionado como SU –por exemplo, a asignación das restantes funcións sintácticas é un subproduto da decisión de asignar SU a un argumento, non produto de decisións independentes dela.

A carón do SU, a outra función central por excelencia é o Obxecto Directo (OD), ás veces caracterizado simplemente como Obxecto. Ambos conforman o esquema oracional básico. Formulacións binarias como as de Dik (que identifica unicamente esas dúas funcións sintácticas: Sux e Obx) ou de Langacker (co binomio *trajector-landmark*) apuntan a esta idea de centralidade compartida. Así se Sux é definido como “the primary vantage point”, Obx serao como “a secondary vantage point” (Dik 1997: 249); se o *trajector* é a “primary clausal figure” o *landmark* será o “prominent element other than the trajector” (Langacker 1991: 350, 355).

SU e OD asígnanse sempre a entidades centrais e prominentes da predicación, pero a prominencia á que se asocian un e outro adoita ser sensiblemente distinta: a asignación de SU pon de manifesto a especial *prominencia conceptual* dunha entidade, é dicir a súa condición de figura particularmente relevante na configuración da imaxe mental subxacente; a función de OD, por contra, adoita estar correlacionada coa entidade dotada de maior *prominencia comunicativa* do enunciado, é dicir, aquela que lle imprime dinamismo á comunicación, favorecendo a apertura de novas imaxes mentais subseguintes da anterior³. Agora ben, se a asignación de SU pode

3 García-Miguel (1999) formula un principio xeral segundo o que os referentes máis prominentes na conceptualización tenden a codificarse na expresión lingüística coas formas menos ‘pesadas’ (as que empregan menos material fónico, mediante concordancia ou clíticos). Inversamente, cabe engadir que a prominencia comunicativa esixe un maior peso fónico: codifícase cun pico tonal e este só se pode aplicar en constituíntes lexicamente plenos. Segundo os datos achegados por García-Miguel (referidos ao español), o 75.40% dos OD das oracións transitivas teñen forma léxica, mentres que só a teñen o 21.90% dos seus SU, o que é indicio da alta prominencia conceptual e escasa prominencia comunicativa que caracteriza os SU, e á inversa no caso dos OD.

considerarse como motivada en parte pola vontade de marcar gramaticalmente esa prominencia conceptual, a gramaticalización do OD como marca de prominencia comunicativa é moito menor, entre outros motivos porque, como se indicou máis arriba, a asignación de OD non é unha decisión libre, senón determinada pola escolla de SU. Así pois, o OD non gramaticaliza a prominencia comunicativa (marcada de seu a través da función pragmática Foco), aínda que adoita ser correlativo dela.

No outro extremo, as relacións gramaticais establecidas habitualmente polos circunstantes ou adxuntos, identificadas por etiquetas como CC ou OBL(ícuos), constitúen o exemplo máis patente de funcións periféricas. Pero, consonte o dito anteriormente, neste caso non estamos xa de seu perante unha función sintáctica, senón diante dun agrupamento de funcións semánticas dificilmente caracterizables como unha función sintáctica (e menos como un feixe delas), pois as marcas de función destes complementos o que marcan, de maneira específica e biunívoca para cada caso, é o rol ou papel que cada un deles xoga na posta en escena que comporta toda predicación —é dicir, a súa función semántica. Por iso sempre se identifican e clasifican con criterios semánticos. Non obstante, con frecuencia quérese presentar estes complementos de circunstancia como *unha* función sintáctica, construída por acumulación de cousas distintas que non encaixan nas funcións sintácticas “ben definidas”. Segue logo o consabido lamento do caixón de xastre e o imposible reto de o arrombar; mais a culpa non é do xastre, senón do propio deseño do caixón, o que torna as cousas ben máis complicadas.

O caso dos chamados Complementos Adverbiais (Rojo 1985, 1990) paréceme un exemplo ilustrativo do difícil que resulta a, na miña opinión, inviable tarefa de arrombar e definir as distintas relacións gramaticais supostamente ocultas baixo a desorde da etiqueta CC concibida como función sintáctica, proceso iniciado xa hai ben anos coa alarquiada distinción entre Aditamento e Suplemento. Os CAdv (*residen en Vigo, portáronse con educación*) son procesados pola lingua de xeito idéntico aos correspondentes CC (*traballan en Vigo, faláronnos con educación*), con independencia do carácter argumental de uns e non-argumental dos outros, que depende só do verbo da oración en que aparezan. Repárese na diferenza de planos lingüísticos en que nos movemos: o que contrapón os devanditos usos das frases *en Vigo* e *con educación* (a saber, a súa condición argumental vs. non-argumental) é lingüisticamente relevante, mais só no plano léxico; no plano sintáctico esa peculiaridade semella irrelevante, como demostra o feito de que careza de toda transcendencia formal (nin sequera indirecta, ata onde eu chego) nas construcións respectivas. Así pois, resulta improdutivo xebrar o CAdv como unha función ‘sintáctica’ diferente do CC.

Situados entre as funcións sintácticas SU e OD, representantes prototípicos de constituíntes centrais, e o conxunto de funcións semánticas habitualmente chamadas CC ou OBL, de carácter claramente periférico, atópanse dous tipos de Complementos de Obxecto (non directo) particularmente interesantes no

seu comportamento sintáctico, que responde ao seu particular estatuto na zona intermedia da escala de centralidade das funcións: trátase do Obxecto Indirecto (OI) e do Obxecto Preposicional (OP). Comecemos por poñer de manifesto todos os elementos que conforman esta rexión funcional intermedia dos complementos de Obxecto, para logo explorar as súas diferenzas e as diferenzas conceptuais que uns e outros codifican.

Todos os constituíntes aos cales se lles asigna unha función de Obxecto (sexa OD, OI ou OP) teñen en común o feito de achegaren especificacións que axudan a precisar o tipo de evento referido polo verbo, cando a mera información léxica deste non se considera abonda. Intégranse pois todos eles na FV, realizando sucesivas operacións determinativas sobre o seu núcleo. Dependendo das características destas especificacións, diferéncianse os tres tipos de funcións sintácticas Obxecto, que o falante asigna consonte os distintos graos de prominencia cognitiva que en cada caso lle outorga aos constituíntes accesibles á función de Obxecto (que non son todos nin o son todos no mesmo grao):

1. Cando o verbo demanda unha complementación directa ou primaria da súa referencia, esta tenderá a adoptar a forma dun complemento OD, unido directamente ao verbo, sen mediar de seu preposición. Exs.: *Canta nanas*, *Escribe unha carta*.
2. En ocasións o verbo demanda, ou admite sen demandala, unha especificación adicional secundaria, que atinxe ao conxunto formado polo verbo e o seu adxacente primario, xeralmente un OD. Estamos daquela perante un complemento OI, introducido por unha (pseudo)preposición *a* que, afastando o Obxecto do verbo, marca formalmente de maneira icónica ese carácter indirecto ou secundario da complementación. Exs.: *Cántalle nanas ao neno*, *Escríbelle cartas ao mozo*.
- 3a. Ás veces a especificación primaria que certos verbos demandan non é realizada de maneira directa por un OD, senón por un constituínte introducido por unha preposición (variable) que formalmente codifica un maior distanciamento semántico, unha menor implicación ou centralidade destes Obxectos non-directos (pero tampouco OI) que identificaremos co nome puramente descritivo de Obxecto Preposicional (OP). Exs.: *Coida do neno*, *Tirou coas cartas*.
- 3b. En ocasións o OP non realiza unha complementación primaria (é dicir, non ocupa o espazo funcional prototípico dun OD) senón que achega unha especificación adicional secundaria, que atinxe ao conxunto formado polo verbo e o seu adxacente primario (un OD), polo que estamos perante un OP indirecto. Exs.: *Limpou o camiño de silveiras*, *Concilia o traballo coa vida familiar*, *Separa o trigo do xoio*.

Poderíanse aducir numerosísimas evidencias de como o reparto na asignación das funcións sintácticas de Obxecto entre os constituíntes que especifican o tipo de evento designado nuclearmente polo verbo, responde en grande parte a unha cuestión de perspectiva conceptual, de relativa prominencia das entidades referidas por eses constituíntes na imaxe mental do falante. Referiremos unicamente dúas mostras:

- | | | |
|-----|--|--|
| (1) | a. O camareiro serviulles uns cafés aos clientes da barra. | |
| | b. O camareiro serviulles aos clientes da barra uns cafés. | |
| | c. O camareiro serviu os clientes da barra. Serviunos axiña. | |
| (2) | a. Separa o trigo do xoio. | Concilia o traballo coa vida familiar. |
| | b. Separa o xoio do trigo. | Concilia a vida familiar co traballo. |
| | c. Separa o trigo e o xoio. | Concilia o traballo e a vida familiar. |

En (1a), estrutura prototípica de dobre Obxecto (V-OD-OI), o OD codifica a maior prominencia relativa *dos cafés* na presentación do estado de cousas e na súa definición. En (1b) apréciase unha promoción da entidade *os clientes da barra*, que adquire un maior relevo na configuración da imaxe mental, de que é expoñente o seu avance na cadea lingüística, se ben non se reflicte nunha mudanza de función sintáctica (imposible en galego, fronte ao que ocorre noutras linguas, como o inglés, en que o constituínte promovido pasa a funcionar como Obxecto primario). Como amosa (1c), a omisión do OD removido acaba por habilitar o primitivo OI para que sexa tratado como un OD, en consonancia coa posición de prominencia conceptual de que goza.

A carón da secuencia de dobre complementación máis común (V-OD-OI), non son raras as secuencias V-OD-OP, especialmente frecuentes (aínda que non de xeito exclusivo) con verbos ‘simétricos’. Como se aprecia nas estruturas de (2a-b), a asignación de cadansúa función Obxecto aos dous constituíntes involucrados reflicte unha opción de perspectiva, de prominencia relativa entre eles. Similarmente ás diferenzas entre o *café con leite* e o *leite con café*, o constituínte escollido como OD percíbese como a figura con máis peso específico na imaxe mental, mentres que a función OP codifica un menor relevo escénico do constituínte. De querermos presentar os dous constituíntes nunha perspectiva de igualdade, codificarémolos como un único OD, integrado por unha construción coordinativa (=2c).

3. OI e OP: funcións converxentes, dinámicas contrapostas

Fronte ao OD, función inequivocamente central que codifica unha situación (=non-dinámica) de prominencia intrínseca na escena mental, o OI e o OP son

funcións menos centrais que conflúen na mesma rexión de centralidade intermedia respondendo, en boa medida, a estratexias dinámicas contrapostas: de promoción cara á zona central de constituíntes máis ou menos marxinais no caso dos OI e de desprazamento de elementos centrais cara á periferia no caso dos OP.

Queda dito que OD e OP realizan os dous unha complementación primaria do verbo, como dúas formas (canónica e atípica, respectivamente) da transitividade. Compárese (V-OD / V-OP):

- (3) a. Coidar un neno / Coidar dun neno.
- b. Tirar o vaso / Tirar co vaso.
- c. Comer o pan / Comer no pan.
- d. Lembrar algo / Lembrarse de algo.
- e. Consultar un avogado / Consultar cun avogado. Etc.

Esta confluencia no mesmo espazo funcional levou a non poucos autores a veren en ambas as opcións dúas formas ‘superficiais’ unha mesma relación funcional básica (e.g. Cano Aguilar 1981: 365). Porén non hai tal identidade. Consonte o esperable, as diferenzas formais entre ambas as estruturas —tanto directas (presenza de preposición, clíticos) como indirectas (posibilidade de transformación pasiva)— non son irrelevantes nin gratuítas, senón que codifican diferenzas funcionais. Como ben puxo de manifesto García-Miguel (1995b) para o español, mediante o esquema transitivo canónico S-V-OD o emisor sitúa os dous participantes no primeiro plano da escena, mentres que co esquema S-V-OP sitúa só o primeiro argumento nesa posición de prominencia. Por iso esta construción amosa, fronte á canónica, un perfil de transitividade moito máis baixo (do que é expoñente a imposibilidade de transformación pasiva, por exemplo), ata o punto de que se pode considerar un mecanismo de intransitivación sen redución argumental. Nunha clara mostra de iconicidade sintáctica, a presenza da preposición no OP, interpoñéndose entre V e O, fai que a relación entre ambos deixe de ser directa, distanciándoos formal e semanticamente, e por tanto funcionalmente (Trujillo 1988: 199ss.; García Miguel 1995b: 95ss.). O OP xa non é a Meta en que culmina o evento, como o era o OD, senón un punto de referencia menos central, en que son máis ou menos perceptibles pegadas dos primitivos contidos concretos (basicamente locativos) das preposicións implicadas, por máis que se mudasen en relacións abstractas.

O OP é, pois, unha sorte de OD marxinalizado, unha especie de Obxecto indirecto que os falantes tratan, porén, como algo formalmente distinto dun OI. O feito de que OI e OP converxan na mesma zona central da transitividade, pero manténdose como mecanismos formalmente distintos non cabe supor que sexa unha circunstancia irrelevante: para marcar o desprazamento dun OD cara ás marxes, abundaba

presentalo como un OI⁴. Consideremos daquela cal é o espazo que ocupa o OI neste cadro.

O OI é unha figura sintáctica moi complexa e polivalente e o seu estudo minimamente pomenorizado ultrapasa con moito os límites desta contribución⁵. Simplificando, daquela, as cousas podemos identificar de entrada dous grandes tipos de OI (exclúense os chamados ‘dativos superfluos’, realizados só mediante clíticos):

1) *OI prototípicos*, de carácter argumental: responden aos esquemas triactanciais, coa estrutura prototípica SU/Ax-OD/Met-OI/Rec. Non son moitos os predicados que proxectan estas construcións, mais si de bastante uso: case todos son verbos de transferencia, material ou comunicativa, dos tipos *dar* e *dicir*. Aínda sendo relativamente poucos, constitúen o núcleo sobre o que se forxa a descrición das propiedades prototípicas da función. Referirémolos convencionalmente como OI₁.

2) *OI promovidos*: numericamente os máis frecuentes, do punto de vista semántico son moito máis heteroxéneos, pero responden a unha estratexia común de promoción dun constituínte non-argumental (ou eventualmente argumental pero prototípicamente periférico, véxase 4d infra) ao que, asignándolle a función de OI, o falante lle outorga un rol central na posta en escena que a priori non tiña. Identificarémolos como OI₂. Por exemplo:

- (4) a. Comeu as galletas da nena → Comeulle as galletas á nena
[Mod-OD→OI]
- b. Mercou galletas para a nena → Mercoulle galletas á nena
[CC-Ben→OI]
- c. Esixo de Vde. unha escusa → Esíxolle a Vde. unha escusa
[CC-Or→OI]
- d. Colocou uns estores na ventá → Colocoulle uns estores á ventá
[CC-Loc→OI]

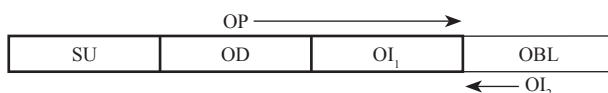
Fronte aos OI prototípicos, que responden a unha posición estática e inherentemente central, a asignación de OI a estoutros constituíntes non-centrais responde a unha dinámica con que se procura outorgarlles maior prominencia conceptual da que tiñan como constituíntes OBL (ou como partes de constituíntes non-OBL, v. 4a). Esta dinámica é complementaria da que acabamos de ver no OP, cunha traxectoria oposta.

4 Cabería aducir os problemas de concorrencia con estruturas que xa tivesen un argumento coa función OI, pero non parece ser o caso, pois os OP non concorren con OI argumentais. É dicir, nas estruturas trivalentes S-V-OD-OI o OD non pode ser marxinalizado como OP (salvo no caso moi peculiar do OP partitivo con *de*: *dálle iso a alguén* → *dálle diso a alguén*); nestas estruturas o relego escénico parece marcarse na sintaxe só posicionalmente, mediante a posposición do OD ao OI.

5 Unha atinada visión de conxunto do OI (en español) podemos atopala en Vázquez Rozas (1995), monografía en moitos sentidos complementaria da de García-Miguel (1995b) sobre o OP. Ambas presentan puntos de vista afíns entre si e tamén en grande medida cos aquí expostos.

Repárese en que agora o albo da promoción non é unha función nova, senón que se aproveita a máis próxima no chanzo superior da escala de centralidade (o OI_1), o que debe está relacionado co feito, antes mencionado, de que o desprazamento cara á periferia oracional dos Obx non se realice a través de OI, senón dunha figura *ad hoc* como é OP. Aproveitar igualmente o OI levaría a un sobrecargo de valores e dificultaría o marcado do carácter menos-central-que- OI_2 atribuído aos Obx desprazados ás marxes, que son tratados como algo máis próximo a un CC que a un OI.

Podemos, pois, representar a interacción entre as posicións funcionais estáticas e dinámicas no seguinte cadro (as casas grosas marcan as funcións centrais):



Este cadro condúcenos á seguinte escala de centralidade das funcións:

$$(5) \quad SU > OD > OI_1 > OI_2 > OP > OBL$$

As cousas son, abofé, máis complicadas e exceden os límites razoables desta contribución. Polas repercusións que ten na definición do grao de centralidade das funcións sintácticas referireime telegraficamente a unha peculiar estrutura sintáctica moi frecuente en algunhas linguas e insólita (ou mesmo imposible) noutras. Trátase dun terceiro grande tipo de OI que aparece en estruturas biactanciais, sen OD e cunha organización funcional e secuencial certamente singular (OI -V-SU), como as que ilustran os seguintes exemplos (á dereita, entre caixas, aparecen correlatos seus coa estrutura canónica SU-V-OD):

- (6) a. A Bea gústanlle as novelas románticas
[cfr. Bea ama as novelas románticas]
- b. Ao neno non lle importan os cartos
[cfr. O neno despreza os cartos]
- c. Á mestra esgotáronselle os recursos
[cfr. A mestra esgotou os recursos]

Dado que este OI ocupa habitualmente a posición temática característica do SU chamáremoslle *OI subxectivo* ou *temático* ($=OI_3$). Trátase dunha figura sintáctica estática (como OI_1), no senso de que non é produto de ningunha caste de promoción escénica: os dous constituíntes implicados son de seu argumentais e centrais. Pero opónse a OI_1 en tanto que é produto dunha asignación de funcións sintácticas (OI e SU) completamente atípica: na columna da dereita temos construcións afíns, mais coa estrutura sintáctica prototípica SU-V-OD. Estamos pois perante unha estrutura

sintáctica marcada que é reflexo dunha configuración semántica anómala (Vázquez Rozas 1995), e que só é viable en linguas cunha concepción relativamente pouco temática do SU: ensáiense, por exemplo, as traducións inglesa ou portuguesa dos enunciados (6) para verificalo. Centrándonos no caso que nos ocupa, interesa salientar que nestas estruturas o SU é claramente un constituínte menos prominente que o OI: parece evidente que non cabe consideralo o ‘vantage point’ desde o que se constrúe o enunciado, a función pivote arredor da cal se artella a estrutura sintáctica da predicación, valores que asume de certo nestas construcións o OI. Isto obríganos a emendar a escala (5) cunha inclusión no cumio das figuras centrais, de xeito que quedaría como segue:

$$(7) \quad (OI_3) > SU > OD > OI_1 > OI_2 > OP > OBL$$

As parénteses marcan o carácter excepcional e restrinxido deste chanzo OI_3 que só atopamos con certos predicados e mesmo neles sometido a unha forte tendencia á reanálise para convertelo ao esquema maioritario mediante a presentación do OI coas marcas de caso do SU: enunciados do tipo *Bea gústalle as novelas*, *Eu non me importa* son frecuentes en usos non ‘coidados’ da lingua. Mais trátase dunha reanálise truncada, pois non alcanza, como se ve, á marca clítica de OI, que permanece inalterada.

Sirva esta breve engádegas postremeira para poñer de manifesto a notable ductilidade que amosa de seu a gradación da centralidade das funcións sintácticas: unha mesma función pode ocupar posicións sensiblemente distintas na escala e a través delas reflectir, de maneira parella, graos de centralidade moi diversos. Mais iso non supón quebra do valor das funcións sintácticas como pegadas da prominencia conceptual dos constituíntes. Esta mostra de maleabilidade do indicio é consubstancial ao carácter radicalmente lábil do indiciado.

Referencias bibliográficas

- Atkinson, R. C. / Shiffrin, R. M. (1968): “Human memory: A proposed system and its control processes”, en Spence, K. W. / Spence, T. (eds.), *The Psychology of Learning and Motivation*. Vol. 2 (New York: Academic Press).
- Báez San José, V. (1988): *Fundamentos críticos de la gramática de dependencias* (Madrid: Síntesis).
- Cano Aguilar, R. (1981): *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual* (Madrid: Gredos).
- Croft, W. / Cruse, D. A. (2004): *Cognitive Linguistics* (Cambridge: CUP).
- Dik, S. C. (1997) [1989]: *The Theory of Functional Grammar. Part 1: The Structure of the Clause* (Berlin; New York: Mouton de Gruyter).

- Du Bois, J. W. (1985): “Competing motivations”, en Haiman, J. (ed.), *Iconicity in Syntax*: 343-365 (Amsterdam: John Benjamins).
- Ferrater Mora, J. (1976): *Diccionario de Filosofía* (Madrid: Alianza).
- Foley, W. / van Valin, R. D. (1984): *Functional Syntax and Universal Grammar* (Cambridge: CUP).
- Givón, T. (1998): “The functional approach to grammar”, en Tomasello, M. (ed.), *The New Psychology of Language. Cognitive and Functional Approaches to Language Structure*: 41-66 (Mahwah, N. J: Lawrence Erlbaum Associates).
- García-Miguel, J. M. (1995a): *Las relaciones gramaticales entre predicado y participantes* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- García-Miguel, J. M. (1995b): *Transitividad y complementación preposicional en español* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- García-Miguel, J. M. (1999): “La expresión de actantes centrales en español (romance) y bribri (chibcha): tipología, discurso y cognición”, en Vilela, M. / Silva F. (eds.), *Actas do 1º Encontro de Lingüística Cognitiva*: 101-121 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- Langacker, R. W. (1991): *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 2: Descriptive Application* (Stanford: University Press).
- Moreno Cabrera, J. C. (1991): *Curso universitario de lingüística general*. Tomo I: *Teoría de la gramática y sintaxis general* (Madrid: Síntesis).
- Moure, T. (1996): *La alternativa no discreta en lingüística. Una perspectiva histórica y metodológica* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Rojo, G. (1985): “En torno a los complementos circunstanciales”, en *Lecciones del I y II Curso de Lingüística Funcional*: 181-191 (Oviedo: Universidad de Oviedo).
- Rojo, G. (1990): “Sobre los complementos adverbiales”, en *Jornadas de Filología / Profesor F. Marsá*: 153-171 (Barcelona: Universitat de Barcelona).
- TLP2 (1966) = *Travaux Linguistiques de Prague*, 2 [= *Les problèmes du centre et de la périphérie du système de la langue*] (Prague: Éditions de l’Académie Tchecoslovaque des Sciences).
- Trujillo, R. (1988): *Introducción a la semántica española* (Madrid: Arco Libros).
- Vachek, J. (1966): “On the integration of the peripheral elements into the system of language”, *Travaux Linguistiques de Prague*, 2: 23-37.
- Vázquez Rozas, V. (1995): *El complemento indirecto en español* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Willems, D. (1981): *Syntaxe, lexique et sémantique. Les constructions verbales* (Gent: Rijksuniversiteit).

Interferencias pragmáticas: aproximación ás estratexias de cortesía nas peticións en galego

Xemma Fernández López
Universidade de Vigo

Resumo:

Neste artigo verificamos a pertinencia de falar de interferencias pragmáticas entre galego e castelán e a necesidade de estudar a pragmática do galego para poder dispoñer de datos útiles e necesarios para o ensino da lingua ou para a tradución.

O traballo céntrase no estudo dos xeitos de realizar un acto directivo que ameaza a imaxe pública de falante e oínte, como é a petición. Os datos, obtidos mediante técnicas de dramatización (xogos de rol), permiten a comparación das estratexias comunicativas postas en marcha por falantes de diferente idade, sexo e procedencia social.

Considerando unha escala que teña nun extremo linguas que optan por unha cortesía da deferencia e no outro linguas que prefiren unha cortesía da solidariedade, o galego, mesmo estando neste segundo grupo, estaría máis próxima da cortesía de deferencia que o castelán.

Palabras chave:

Lingua galega, interferencias pragmáticas, cortesía, peticións.

Abstract:

This article looks at the importance of studying pragmatic interference between Galician and Spanish, and highlights the role of Galician pragmatics as a means of collecting useful and necessary data for the teaching or translation of Galician.

The article focuses on the different performances of directive speech acts (such as requests) which can threaten the public image of the speaker and the listener. Data which was collected through dramatization techniques, namely role plays, is used to compare the different communicative strategies used by speakers of different age groups, gender, social class and place of origin.

On a scale, which at one end positions languages that opt for deference politeness and at the other, languages that opt for solidarity politeness, Galician can be classified as the latter. Nevertheless, in comparison with Spanish, Galician can be considered closer to deference politeness.

Key words:

Galician language, pragmatic interference, politeness, requests.

1. Introducción

Nos últimos anos, a investigación no eido da pragmática transcultural propiciou diversos estudos tanto comparativos como centrados en linguas concretas. Estes últimos, cunha perspectiva que se afasta dos intentos de universalidade iniciais, céntranse nos diferentes factores sociais que condicionan o que se pode e non se pode dicir en cada situación dentro dunha cultura determinada. Estes traballos describen as estratexias máis axeitadas e as formas e estruturas que son esperables e “normais” para transmitir determinadas forzas ilocutivas.

Hai estudos centrados nas interferencias pragmáticas¹ no campo da didáctica de segundas linguas, pero estes son máis infrecuentes en situacións de contacto lingüístico. A idea básica que sustenta este traballo é que os idiomas galego e castelán utilizan distintas estratexias para “facer cousas con palabras”. Os falantes das dúas linguas non usan o mesmo tipo de mecanismos conversacionais para acadar os seus fins, nin consideran igual de correctas e afortunadas determinadas actuacións lingüísticas para os mesmos casos.

Algúns tópicos sobre os galegos poderían ter a súa orixe nestas diferenzas pragmáticas xa que ao falar en castelán, os falantes tradicionais de galego empregarán estratexias e efectuarán escollas propias da súa lingua que poderán provocar interpretacións non pretendidas en oíntes casteláns. Por outra banda, na actualidade, frecuentemente escoitamos comentarios sobre a calidade lingüística dos neofalantes a cal podería ser tamén explicada como un déficit pragmático.

Tanto para a tradución como para o ensino de segundas linguas, este tipo de estudos son fundamentais. Hoxe ninguén pon en dúbida a necesidade dunha tradución que vaia máis alá da sintaxe e da semántica, do mesmo xeito que non podemos pensar na adquisición de linguas en termos de “competencia lingüística” sen considerar esta dentro dunha competencia comunicativa.

Con todo, a dimensión pragmática é frecuentemente descoidada tanto na tradución como no ensino do galego. Ao igual que a fonética, parece máis dificilmente “aprendible”, mesmo se a didáctica de segundas linguas demostra desde hai anos que non é así. Tanto o ensino comunicativo da lingua como a tradución precisan deste tipo de estudos para se desenvolver dun xeito obxectivo e sistemático e non depender unicamente do “bo-facer” do docente ou do tradutor.

1 “Interferencia pragmática” pode resultar un termo un pouco estraño pero as primeiras caracterizacións globais fixéronse nos anos 70, ligadas a disciplinas como a Etnometodoloxía, a Etnografía da Comunicación ou a propia Pragmática. Sinala Gómez Capuz que: “El primer autor que plantea la posibilidad de préstamos que afecten al nivel pragmático es M. Clyne en sus trabajos sobre el habla de los inmigrantes alemanes en Australia [...]”. En un trabajo posterior, M. Clyne (1977) defiende explícitamente la existencia de *interferencias* (‘transferences’, en su propia terminología) en el nivel pragmático” (Gómez Capuz 1998: 136).

En resumo, pretendemos subliñar a necesidade de levar a cabo un traballo de identificación de formas lingüísticas convencionizadas e estratexias conversacionais (des)preferidas para diferentes situacións comunicativas propias do galego: que estruturas e estratexias prefere un falante galego para agradecer, protestar, queixarse, rifar, reclamar ou contar?

Se se esquece este aspecto e o ensino e a tradución seguen a priorizar os niveis léxico e morfosintáctico, a converxencia do galego cara ao castelán será dificilmente evitable. A este respecto, débese ter en consideración que as variedades máis formais e específicas do galego están a ser desenvolvidas a partir doutras linguas e convértese en modelos lingüísticos a través dos medios de comunicación e do ensino (véxase Kabatek 1991, 2004; Dobao 1999, 2004; Lorenzo Suárez 2004, entre outros).

2. Estado da cuestión

Os estudos de cortesía abordan o conxunto de estratexias conversacionais destinadas a mitigar conflitos, sobre todo nos casos nos que os obxectivos do falante non coinciden cos do destinatario. As regras de cortesía de Lakoff (1973) ou as máximas de Leech (1997) pretenden completar a explicación do significado-transmitido ofrecida polo principio de cooperación griceano e contribuír así á explicación dos actos de fala indirectos.

A proposta que durante anos dominou nos estudos sobre cortesía e da que son debedoras a práctica totalidade dos traballos dos últimos 20 anos, é a de Brown/Levinson (1987). Estes autores aceptan como básico o principio de cooperación de Grice (1991) aínda que o concepto central da súa teoría é o de “imaxe pública” (*face*) desenvolvido por Goffman (1967), para quen cada persoa ten unha autoimaxe que pretende preservar en cada interacción social: o falante coida a súa imaxe e a do interlocutor por identificación emocional cos sentimentos do outro. Esta imaxe pública ten dúas caras, unha positiva (desexo de ser aceptado polos demais) e unha negativa (desexo de ter liberdade de acción). A partir de aquí, Brown e Levinson diferencian entre cortesía positiva (dirixida a preservar e reforzar a imaxe positiva do individuo) e cortesía negativa (centrada no coidado da imaxe negativa).

Para estes autores hai cinco estratexias posibles para a resolución de accións ameazadoras da imaxe pública, dependendo do risco que estas supoñan:

1. Se o risco é mínimo, a estratexia será aberta e directa: o falante amosa claramente as súas intencións e non considera necesario empregar ningunha estratexia de compensación (por exemplo: “fáime un café”²).

2 Os exemplos están tirados dun cuestionario no que os enquisados debían escribir cinco formas diferentes de pedir un café ao chegar pola mañá á casa dun amigo ou dunha amiga sen almorzar.

2. Aberta e indirecta con cortesía positiva: con compensacións orientadas a reforzar a imaxe pública positiva do interlocutor (“por que non tomamos un cafetiño?”).
3. Aberta e indirecta con cortesía negativa: con compensacións orientadas a respectar a imaxe pública negativa do interlocutor, non se pretende limitar a liberdade de acción do destinatario (“Se houbese café feito, tomaba un”, “Se non é abusar da túa confianza, tomaba un café”).
4. Estratexia encuberta: o falante non mostra de forma explícita a súa intención; deste xeito evita que lle sexa atribuída a responsabilidade de ter realizado un acto ameazador. Así, ofrécelle ao destinatario diferentes interpretacións posibles (“Que ben ule ese café!” “Hoxe non tiven tempo de almorzar”).
5. Non levar a cabo a acción.

A distinción entre cortesía positiva e negativa, consideradas universais por estes autores, foi criticada posteriormente, aínda que seguiu a estar na base de moitas reformulacións³. Así Blum-Kulka/ House/ Kasper (1989) falan de culturas que prefiren a cortesía da solidariedade e culturas con cortesía da deferencia. Kerbrat-Orecchioni (1992) fala de cortesía mitigadora (dirixida a evitar ou reparar as ameazas á imaxe) e cortesía valorizante (produción de actos cortesés). Autoras como Bravo (1999) ou Marco (2005) chaman a atención sobre a non universalidade das relacións que cada cultura establece entre “eu” e “outro” e por tanto a relatividade de conceptos como “individuo” e “grupo” que se plasman no de “imaxe” de forma diferente segundo as necesidades de filiación e autonomía que se establezan na comunidade.

Outra das críticas feitas ao modelo de Brown e Levinson é que a cortesía non é avaliable dentro da mesma comunidade de forma descontextualizada. Por exemplo Escandell Vidal (1998) mantén unha visión da cortesía como parámetro totalmente dependente do contexto (no seu sentido máis amplo dentro dun enfoque cognitivo)⁴. Tamén neste sentido, outros autores teñen analizado o concepto de cortesía e descortesía na interacción oral e a adecuación destas estratexias segundo o contexto. Por exemplo Briz (2004, 2007) diferencia entre “cortesía interpretada” e “cortesía codificada” xa que a cortesía ou descortesía dun acto de fala depende

3 Boa parte da investigación das últimas décadas tiña como obxectivo a interpretación, modificación ou refutación do modelo de Brown e Levinson.

4 Segundo esta autora, “la cortesía es un efecto que depende decisivamente de los supuestos previos que un individuo haya adquirido sobre cuál es el comportamiento socialmente adecuado; es, por tanto, un tipo particular de efecto contextual. Los enunciados que explotan algunas de las llamadas ‘estrategias de cortesía’ se procesan exactamente igual que cualquier otra clase de enunciado: combinando su contenido explícito con un subconjunto específico de supuestos adquiridos que incluyen supuestos sobre el comportamiento social esperable. El efecto cortés dependerá de la existencia de una norma cultural específica, relativa a la forma o al contenido del enunciado, y al grado de ajuste del enunciado con respecto a dicha norma (Escandell Vidal 1998: 15).

da interpretación que deste fai o interlocutor nun determinado contexto, o mesmo que a “descortesía codificada” e a “descortesía interpretada”. Por exemplo, un comportamento con cortesía codificada pode ser interpretado como moi descortés cando hai pouca distancia social entre os falantes.

A preocupación da pragmática pola cortesía foi en aumento nas últimas décadas tal como mostran os monográficos publicados no *Journal of Pragmatics* ou os estudos que se teñen desenvolvido sobre diferenzas pragmáticas e de cortesía en distintos lugares: inglés de Australia, francés do Canadá, alemán, hebreo, e arxentino (Blum-Kulka/ House/ Kasper 1989), hebreo e inglés americano (Blum-Kulka 1987), español peninsular e sueco (Bravo 1999), español e inglés (Cenoz/ Valencia 1996), polaco e inglés (Wierzbicka 1991) entre moitos outros. No eido hispánico este tipo de estudos está moi desenvolvido (véxase o monográfico de *Oralia* 2, 1999 e *Diálogos hispánicos* 22, 1998; Placencia/ Bravo 2002; Bravo/ Briz 2004; Bravo 2005; e Placencia/ García 2007 nos que se recollen traballos de diferentes linguas e enfoques).

Pola súa orixe, e como corrobora o noso traballo nalgúns puntos, o estudo da pragmática en galego debe ter moi en conta o desenvolvemento desta área na lingüística portuguesa. En Portugal destacan os traballos de Fonseca (1994) e teses doutorais como Casanova (1992) ou Fernandes Rodrigues (2002), no Brasil destacamos os estudos de Cirelli Apa (2005), Peres de Oliveira (2005) ou Lenertz Marcotulio/ Lima da Souza (2007).

No ámbito galego, a bibliografía sobre cortesía lingüística é aínda testemuñal. Simplemente queremos destacar, pola motivación que supuxeron para o noso traballo, a revisión da retransmisión dende a pragmática feita por Piccardi (2004), mesmo se non é tratada polo autor como estratexia de cortesía, e a análise dos marcadores conversacionais como marca de cortesía realizado por Moledo Leirado [Moreda Leirado] (2007) que, ao igual que Freixeiro Mato (2003) no campo máis xeral dos conectores oracionais, chama a atención sobre a presión do castelán nestes ámbitos.

Para este traballo escolléronse actos de fala directivos porque afectan de forma clara a imaxe social do falante. Para Leech (1997) son actos que entran en conflito coa cortesía, polo que esixen do falante a elección de estratexias que o mitiguen. Para Moreno Cabrera os actos de fala directivos caracterízanse por un punto ilocutivo no que:

el hablante quiere que el interlocutor haga algo. Por tanto, ahora la DA [dirección de ajuste] también va del mundo a las palabras: el hablante quiere que el mundo sea de un modo determinado respecto de lo que depende del interlocutor. Las CP [condiciones preparatorias] del acto ilocutivo directivo tienen que ver, entre otras cosas, con las posibilidades del interlocutor para llevar a cabo lo pedido: no se puede pedir a alguien algo que no puede hacer. Las CS [condiciones de sinceridad] tienen que ver con el deseo del que ordena de que se realice lo ordenado (Moreno Cabrera 1994: 358).

Tomouse como base teórica para o traballo o “Proxecto transcultural de realización de actos de fala” (Cros-cultural Speech Act Realization Project - CCSARP: Blum-Kulka/ House/ Kasper 1989), xa que gran parte del se centra nas peticións. Para unha análise máis exhaustiva, neste traballo e en Blum-Kulka (1987) as estratexias discursivas clasifícanse dependendo das partes das peticións nas que aparecen (apelativos, núcleo e reforzos) e non seguindo criterios frecuentes noutros traballos como o nivel gramatical ou pragmático ao que afectan (Haverkate 1994, Briz 2001).

Os apelativos son interxeccións que abren a intervención do falante e que, por un lado, chaman a atención do oínte, e por outro, poden adiantar o tipo de acto de fala que se vai realizar, xa que fai ostensión das súas intencións (poden manifestar fastío, sorpresa, desagrado etc.). O tipo de apelativo que se emprega (un alcume, un termo cariñoso ou familiar, a función social do oínte ou a relación de parentesco, entre outras) serven para resaltar a relación entre os interlocutores e adiantar as intencións do falante. En moitos casos tamén son o primeiro uso de cortesía codificada, que serve para predispoñer positivamente ao oínte.

O núcleo é a unidade mínima que pode realizar a petición, é dicir, é a proposición que explicita a vontade do falante. Pode estar orientada ao oínte ou ao falante. Para mitigar a forza podemos usar a primeira persoa de plural (sobre todo cando o falante ten máis poder) ou estruturas non persoais. Estratexia refírese á realización do acto de fala de forma máis ou menos directa. Na emisión do núcleo tamén se poden empregar modificadores da forza ilocutiva para intensificala ou atenuala. Úsanse como mitigadores sobre todo a modalidade oracional e os tempos verbais, mentres que os intensificadores máis comúns son a énfase prosódica, as repeticións ou os indicadores de peche (normalmente interxeccións que apuran o oínte para a realización do pedido). A forza ilocutiva tamén se pode ver acentuada ou mitigada por reforzos externos ao propio núcleo.

Para a análise pragmática é necesario contar con datos lingüísticos reais, porén está clara a dificultade de conseguir un corpus de fala espontánea para traballar sobre actos de fala tan concretos. Blum-Kulka/ House/ Kasper 1989, e outros traballos realizados en diferentes linguas e culturas baixo esta perspectiva (por exemplo, Cenoz/ Valencia 1996), empregan cuestionarios nos que o falante debe completar unha serie de diálogos. Outra variante deste tipo de enquisa é presentar ao falante unha serie de situacións comunicativas e pedirlle que escriba o que diría nelas (Dumitrescu 2004). Pero con este tipo de técnica de recollida non se obteñen trazos suprasegmentais e os enquisados non teñen en conta a posibilidade de negociación da petición en varias quendas como sinalan Beebe/ Cummings (1996) ao analizar as carencias deste tipo de cuestionarios. Alén disto, este formato permite ao informante reflexionar sobre a súa resposta e ser menos espontáneo. No caso do galego, unha maior elaboración pode supoñer un achegamento consciente a modelos de lingua que o falante considerase máis “correctos” ou axustados ao estándar, feito que se pretende evitar no posible por razóns xa expostas na introdución. Por todo isto,

finalmente os datos obtivéronse mediante a gravación de intervencións en xogos de rol (Cohen 1996, Márquez Reiter/ Placencia 2005), xa que isto permitía controlar o contexto de situación e que os falantes respondesen de forma aberta.

3. Metodoloxía

O enfoque do traballo é cualitativo xa que era necesario identificar fórmulas e estratexias reais empregadas polos falantes galegos nas peticións. Sería dar paus de cego iniciar unha investigación cuantitativa sen este tipo de datos que fagan posible a elaboración de cuestionarios axeitados. Os obxectivos concretos a que se dirixiu o estudo foron:

1. Localizar as estruturas lingüísticas preferidas polos falantes galegos para levar a cabo unha petición.
2. Comprobar se o galego ten fórmulas para as peticións convencionais indirectas diferentes do castelán.
3. Analizar o tipo de estratexias conversacionais e o tipo de cortesía máis empregados en galego para pedir algo dependendo do status social de falante e oínte, o grao de familiaridade entre eles e a dificultade e factibilidade do pedido.
4. Comprobar se a escolla de estruturas e estratexias varía segundo a idade, o xénero e a procedencia xeográfica dos falantes, e se esta variación se pode relacionar cun proceso de converxencia cara ao castelán.

Para o deseño das variables que poderían afectar as formas de *pedir*, tivéronse en conta os factores que, segundo Brown/ Levinson (1987), determinan o nivel de risco potencial para a imaxe do falante: poder relativo do falante sobre o oínte (P), distancia social que separa aos interlocutores (D) e grao de imposición que cada acto de fala supón dentro dunha lingua determinada (G)⁵; concretadas nas variantes “poder”, “familiaridade” e “relevancia da petición”, respectivamente.

Canto ao poder, distancia vertical entre interlocutores, diferéncianse tres situacións: cando o falante ten máis poder (A), cando o oínte ten máis poder (B) e cando non existen diferenzas de poder marcadas socialmente entre falante e oínte, anteriores á interacción (C). Tivéronse en conta, ao lado de relacións de poder “efectivo” (xeife-empleado), situacións nas que a relación de poder, aínda sendo máis ben “afectivo”, parece igualmente relevante (por exemplo *pai/nai-fillo/filla* ou *sogra/sogra-nora/xenro* ou mesmo *irmá(n) maior/ irmá(n) pequeno/a*).

5 Para Brown/ Levinson (1987) estes factores son categorías relevantes para o cálculo do risco de calquera intercambio lingüístico en calquera cultura e permiten ao falante elixir o nivel de cortesía requirido. Concretan esta teoría sobre as Accións que Ameazan a Imaxe Pública (AAIP) na fórmula: Risco (AAIP)_x = (D + P + G)_x

Do mesmo xeito, en moitos casos a interpretación da forza ilocutiva depende directamente da relación de poder entre falante e oínte. Así, en moitas ocasións nas que o falante ostenta o poder, este podería levar a cabo unha orde e non unha petición. De non facelo, e optar por mitigar unha imposición contextualmente lexitimada, pon de manifesto a súa preocupación por coidar a súa propia imaxe social e a do oínte. Que un acto de fala directivo se realice como orde, petición, suxestión, etc. vai depender sobre todo desta variable. No traballo preferiuse non facer unha clasificación dos actos de fala directivos⁶ e optouse por analizar todo como peticións. Se ben é certo que, cando o falante ten maior poder, hai familiaridade e a petición é pouco relevante, en ocasións o acto de fala está máis próximo da orde que da petición. Pola contra, cando o oínte ten maior poder e hai pouca familiaridade, nos casos presentados nas entrevistas (pedir ao xefe un ou varios días libres) os falantes en moitos casos o que piden ao xefe é permiso, que o poder lexitime a súa actuación para que esta non teña consecuencias indeseables.

Familiaridade refírese á distancia horizontal entre os interlocutores. Este é un parámetro escalar que depende de moitos aspectos non controlables como a frecuencia dos encontros entre os interlocutores, o tempo que hai que se coñecen, as vivencias comúns ou mesmo como foi o día no que se realizou a entrevista (xa que se recollen situacións nas que os informantes debían imaxinar interaccións con algún membro da familia, o xefe, algún empregado etc.). Para o estudo só se considerou presenza ou ausencia de familiaridade, aínda que se tentou buscar contextos nos que estes extremos foran ben perceptibles.

Por último, interpretoise o grao de imposición de Brown/ Levinson (1987) en dous sentidos: como de esperable era o pedido nun determinado contexto (canto máis esperable menos ameazante resultará para o interlocutor) e como de difícil resultaría para o oínte levala a cabo (canto maior custo para o oínte máis estratexias deberá poñer en xogo o falante para conseguir o seu obxectivo e coidar a imaxe negativa do interlocutor). Así, o inesperado dunha petición nun contexto determinado e o custo e grao de imposición para o falante serán directamente proporcionais á relevancia da petición.

A combinación destes tres parámetros ten como resultado doce contextos que esixirían do falante diferentes graos de cortesía e estratexias lingüísticas. Peticións non relevantes (1) e relevantes (2), entre interlocutores que teñen familiaridade entre eles (F+) ou non (F-) en casos nos que o falante ten máis poder (A), nos que o oínte ten máis poder (B) ou nos que non teñen roles predeterminados respecto do poder (C). Así, un exemplo marcado como A1 (F-) supón que ao falante se lle propuxo unha situación na que el tiña maior poder, non había familiaridade e a relevancia da petición era baixa, mentres C2 (F+), marcará un contexto na que non hai diferenza

6 Para a análise e clasificación de actos de fala directivos pódese consultar Moreno Cabrera (1994) ou Mulder (1998).

de poder preestablecida entre os interlocutores, hai familiaridade entre eles e a relevancia da petición é alta.

Debido á dificultade de localizar nun corpus de galego oral peticións concretas que puidesen cubrir todas estas variantes, buscouse un método de produción de datos artificial no que se puidese controlar o contexto e o tipo de acto de fala requirido ao falante, como xa se sinalou.

Realizáronse entrevistas a trinta informantes que foron escollidos tendo en conta as variantes de idade, sexo e procedencia xeográfica (rural ou urbana). Diferenciamos tres grupos de idade: menor de 25, entre 25 e 50 e maior de 50. Buscouse que os falantes de medio rural fosen representativos de falantes tradicionais con pouco contacto co castelán, mentres que os falantes urbanos desenvólvense en contextos nos que o contacto de linguas é constante.

Para isto procurouse que os e as informantes de cada un dos grupos cumpriran certo perfil: os informantes rurais son homes e mulleres que viven en núcleos de poboación menores a 200 habitantes e que teñen ou tiñan como principal medio de vida a gandería tradicional, mesmo se algúns dos máis novos traballan en núcleos de poboación maiores (ata 2.000 habitantes) e noutros sectores. Incluímos neste grupo catro informantes que na actualidade viven en vilas e traballan no sector terciario pero que seguen moi ligados a poboacións coas características descritas. Para todos eles o galego é practicamente a única lingua das súas relacións sociais e do núcleo familiar (no que normalmente conviven tres xeracións). Os informantes deste grupo non teñen estudos ou só cursaron o ensino obrigatorio polo que tampouco o contacto co castelán foi prolongado neste ámbito. Pola contra os e as informantes de procedencia urbana viven en poboacións que superan os 100.000 habitantes. Practicamente todos teñen estudos universitarios e desenvolven (ou desenvolveron) profesións que se axustan á súa formación. Aínda que o galego é a lingua maioritaria das súas relacións sociais e familiares non é a única e tampouco é a lingua inicial da totalidade.

Para diferenciar os falantes na transcripción e no uso de exemplos, usamos unha combinación de letras e números que sexan transparentes ás características sociais do ou da informante. A primeira letra será R (rural) ou U (urbano/a) segundo a procedencia, a seguinte será N para os falantes novos (< 25 anos), M para os maiores de 50 e nada para o grupo de idade intermedia. A última letra será M (muller) ou H (home). O número diferencia os distintos informantes dentro de cada grupo. Así **RMM2** será a segunda muller entrevistada, maior de cincuenta anos e de procedencia rural, e **UH4** será o cuarto home urbano con idade entre 25 e 50 anos.

Procurouse que as situacións fosen o máis familiares posibles para os e as falantes polo que se deseñaron enquisas diferentes para o medio rural e o urbano, para falantes menores de 25 anos e para os outros dous grupos de idade e para homes e mulleres do rural, xa que consideramos que as tarefas neste medio están moi diferenciadas.

Durante a elaboración do traballo tamén se recolleron datos de fala espontánea en establecementos comerciais e conversas familiares, ademais da realización dalgúns cuestionarios escritos, que non se inclúen de forma sistemática na análise, pero das que si se tiran algúns exemplos que confirman o recollido nas entrevistas.

4. Análise dos datos

Para a análise das peticións adaptáronse as categorías establecidas por Escandell Vidal (2004), seguindo o modelo de Blum-Kulka (1987) e Blum-Kulka/ House/ Kasper (1989), recollidas na seguinte táboa:

Apelativos			
Relación co falante (R)			
Apelido ou nome (N)			
Alcume (AL)			
Termo cariñoso (F)			
Elemento para chamar a atención (A)			
Atención + cortesía (C)			
Interxección (sorpresa, molestia etc.) (I)			
Núcleo			
Perspectiva	Estratexia	Modificadores: (internos)	
Cara ao oínte (O) Cara ao falante (F) 1ª persoa de plural (N) Impersoal (NP)	Modalidade imperativa (I) Realizativo explícito (R) Realizativo modificado (Rm) Obriga (OB) Desexo (D) Necesidade (N) Suxestión (S) Condición preparatoria (CP) Indirecta (IN)	Mitigadores	Intensificadores
		Interrogativo (IT) Oración condicional (OC) Aspecto (A) Imperfecto (IM) Condicional (CN) Futuro (F) Marcas de cortesía (MC) Atenuantes (AT)	Repeticións (RP) Énfase prosódico (E) Indicadores de peche (P)
Reforzos			
Mitigadores		Intensificadores	
Preparatorios (PR) Procura de compromiso previo (CP) Xustificación (X) Promesa de compensación (C) Marcas de cortesía (MC) Minimizadores da imposición (AT)		Ameaza (A) Reproche (R) Insulto (I)	

Táboa 1

Nos exemplos os apelativos aparecen en cursiva, o núcleo en letra negra e os reforzos en letra normal. Cando é relevante para a análise o tipo e distribución dos reforzos, estes inician e finalizan coa abreviatura que para cada un se marca na táboa 1, entre parénteses. Así, o exemplo 5:

UMH1 *Oyee fulanito!!* (X)Aquí hai MOITO CHOLLOO→(X) **temos que deixar o chollo acabado**// hasta quee→// que **non podemos deixalo así para mañán**↑ (R)así que hai que espabilar(R)// (P)veña!(P) (A1 F-)⁷

ábrese cun apelativo, seguido dun reforzo mitigador que busca a xustificación (X) e do núcleo duplicado que é intensificado por medio dun reproche (R) e un indicador de peche (P).

4.1. Apelativos

Nas peticións recollidas o uso de apelativos non é moi amplo, mais de todos os xeitos é necesario ter en conta que están ligados á espontaneidade, polo que a mostra pode non ser moi representativa. A súa función é preparar o oínte para a petición e predispoñelo positivamente cara ao falante e as súas necesidades cunha finalidade moi similar aos mitigadores que buscan o compromiso previo e a xustificación.

Así, o máis frecuente é o uso de interxeccións que demostran sorpresa ou incomodidade (ou as dúas cousas ao mesmo tempo) que serve como primeiro sinal ostensivo de que o falante ten un problema. É o primeiro apelo á solidariedade do oínte e, en moitos casos, o falante agarda a resposta do interlocutor antes de formular o núcleo da petición. Así podemos interpretar a primeira intervención de UH2 en 1:

1. **UH2:** *merda!*
E: que che pasou? Home
UH2: deixei a carteira na casa↓ // **impórtache se me pagas o café?** e despois amañamos→ // págocho despois→ (C1 F+)

Nas peticións que involucran oíntes sen relación de poder co falante e descoñecidos para estes o apelativo serve, en moitos casos, de primeira oportunidade para mostrar cortesia negativa convencionalizada. O falante comeza pedindo desculpas por invadir o espazo do oínte (*Desculpe señora, señora por favor, por favor señora, mire perdone etc.*).

7 Os símbolos empregados para a transcripción dos exemplos están tirados de Briz/ grupo Val.Es.Co (2002) (pódense consultar no anexo I).

Non é o lugar para tratar polo miúdo todos os marcadores conversacionais recollidos no corpus. O lector poderá atopar unha análise deste tipo no traballo de Moledo Leirado [Moreda Leirado] (2007).

4.2. Núcleo

O núcleo da petición é o enunciado que fai explícito o contido proposicional desta. En case todas as peticións analizadas o falante esfórzase en mitigar a forza ilocutiva da petición mediante diferentes recursos dirixidos na súa maioría á locución, pero tamén á ilocución (por exemplo a elección de orientación). Nalgunhas das emisións a atenuación vai moito máis aló e non teñen un núcleo claro; son peticións totalmente indirectas nas que se empregan outras estratexias para a transmisión da forza ilocutiva.

Corroborando o que sinala Blum-Kulka (1987) para as linguas románicas, a maioría das peticións están orientadas cara ao oínte. Porén no corpus tamén son abundantes as peticións orientadas cara ao falante. En moitos casos o falante no canto de formular a súa petición, limitase a expoñer o seu desexo ou necesidade ao oínte,

2. **UM3:** *oye↑ mira↑ quería que me fixeras hoxe esto↓* (A1 F-)

Porén, é nos casos nos que o oínte ten o poder nos que máis se recorre a este tipo de orientación. Nestas situacións (unha empregada pide o día ao xefe para asuntos propios ou o fillo pide aos pais para saír) o falante emprega esta estratexia e agarda que a resposta sexa a cortés (a preferida) nestes contextos: a lexitimización do seu comportamento por parte do poder:

3. **UMM1:** *Necesito que me dExe o día↑ teño o fillo umaal↑ pasei unha noite moi mala estou moi preocupada e necesito que me deixe un día para poder acompañalo ao médico→* (B1 F-)

Esta estratexia ten moi en conta que no galego unha prohibición, como agresión aberta á imaxe negativa do oínte, ten un gran custo para a imaxe positiva do falante e este tratará de evitala, como explica RNH2 ao preguntarlle pola súa petición:

4. **RNH2:** *Teño que mir↓ // xa quedara cuns amigos↓ teño que mir↑ hoxe non che podo axudar↓* (B1 F+)
E: Pero non lle pides en ningún momento que che deixe iir? niin→
RNH2: &porque se llo digo iguaal↑ non- /// me dice que no↑ e así↑ se lle digo que xa quedei xa
E: &pois xaa→&
RNH2: pois xa non se lle fai mal→

O uso da primeira persoa do plural é habitual, segundo Briz (2001), cando o falante ten máis poder como mostra de cortesía positiva. Este, xunto co recurso á impersonalidade, son as estratexias menos usadas. Nos casos nos que aparecen, o falante busca non asumir totalmente a responsabilidade da petición:

5. **UMH1** *Oyee fulanito!* // Aquí hai MOITO CHOLLOO→ **temos que deixar o chollo acabado** // hasta quee→ // que **non podemos deixalo así para mañán**↑ así que hai que espabilar // veña! (A1 F-)
6. **UMH2** *Imos ver*↓ // **hai un chollo que hai que sacar adiante como sexa**→eh? // ee non hai tempo xa→ así que non hai [mmm] [3"] xa posibilidade de disculpas↓ por favor teñen que quedar CINco persoas HOxe ata rematar o traBALlo a ver↑ // quen queda? (A1 F-)

A escolla de estratexias na realización do núcleo é moi diferente segundo o nivel de ameaza que a situación supoña para os interlocutores, mais tamén segundo o falante sexa rural ou urbano. Por exemplo, fóra de situacións que implican pouco risco para a imaxe (maior poder do falante, maior familiaridade e menor relevancia da petición) a maioría dos usos do imperativo pertencen a falantes de procedencia rural. O uso deste aspecto é maioritario en situacións nas que hai familiaridade, como tamén indica Moledo Leirado [Moreda Leirado]:

Outro exemplo ilustrativo da asimilacións de patróns de cortesía é a diminución no uso do imperativo, moi presente na nosa lingua fronte a outras como o español ou o inglés. Se pensamos nunha conversa mantida durante unha reunión de amigos, alguén pode dicir “pásame o sal” sen que ninguén resulte ameazado, pois o ton en que se enuncia fainos inferir que non se trata dunha orde, senón dunha petición. Moledo Leirado [Moreda Leirado](2007: 197)

Porén, nas situacións de menos familiaridade e nas que o falante non ten o poder, a forza do imperativo é contrarrestada con diferentes atenuantes, como marcas de cortesía codificada (MC) (7), promesa de compensación (C) (8) ou xustificación da pertinencia da petición (X) (7, 8 e 9):

7. **RMM2:** (MC) Por favor↑ (MC) **dígame que hora é**↑ (X) que non teño hora→ (X) (C1 F-)
8. **RMM1** *mira* (MC) por favor↑ (MC) (X) **fálanme tres euros**→ (X) **déixeme subir**↑ (C) cando chegue aa→a onde teño que ir xaa→ ou cando volva de volta↑ porcurarei devolverche eses tres euros↓ (C) (C2 F-)
9. **RMH1:** **Acórdate que aí hai unhos baches**→ (X) que son en zona pública↑ (X) **dille que→que debe debe cubrilos**↑ (B1 F-)

Con todo o uso que fan as mulleres (7 e 8) e o que fai o home (9) son moi diferentes. As mulleres conseguen por medio de atenuantes (xustificación, promesa de compensación, entoación...) e marcas de cortesía que a emisión se aproxime a un rogo convencionalizado. O caso de RMH1 é diferente, está a pedirlle ao pedáneo da aldea que se arranxen problemas no camiño, e considera que é o seu dereito pedilo e a obriga da autoridade solucionalo: a xustificación da petición aberta e directa é que estes problemas son en *zona pública*, por tanto que é obriga da autoridade preocuparse deles. Alén disto na segunda parte da emisión demostra que é consciente dos “poderes” do pedáneo e non lle esixe máis alá das súas funcións: transmitir as necesidades do pobo ao concello que é o que realmente ten a capacidade de actuar (*dille que debe cubrilos*). Neste caso a ideoloxía explica a escolla. O resto de falantes que responderon a esta situación empregan outras estratexias (un realizativo modificado *-quería pedirlle-*, unha suxestión *-a ver se fai o favor e se acorda-* ou unha obriga impersonalizada *-hai que acordarse-*).

Noutros contextos, os falantes recorren na práctica totalidade dos casos a estratexias de petición indirectas, xa que o uso de peticións directas por medio de verbos realizativos (*teño que pedirlle, teño que pedirche, quería pedirlle*) é moi pouco habitual (6 casos). Esta estratexia aparece, sobre todo, en contextos nos que o falante ten maior poder, pero a pouca familiaridade ou a relevancia da petición xa non permite o uso do imperativo. O máis empregado nestes casos, sobre todo cando o falante ten maior poder, é o recurso á obrigatoriedade.

Antes de seguir tratando estratexias que aumentan en indirectividade, débese ter en conta que, como sinala Blum-Kulka (1996b), existen dous tipos de peticións indirectas: as indirectas convencionais (normalmente baseadas en precondicións e formuladas como preguntas: “Tes café feito?”, ás que poderíamos engadir as baseadas nas condicións de sinceridade, “Apeteciame un café”) e pedidos indirectos non convencionais (“Hoxe non me deu tempo a almorzar”). No segundo caso é máis difícil explicar a interpretación que o oínte fai da forza ilocutiva directiva por medio de implicaturas conversacionais.

Blum-Kulka (1987) considera a expresión do desexo como outra das estratexias indirectas posibles para o núcleo da petición, xa que se explicita o contido proposicional da petición. Esta autora non considera como tal a expresión da necesidade. Pero en peticións como:

10. **UH3:** *mira!* A miña moza está bastante enferma↑ / e **gustaríame quedar**→ (B1 F-)
11. **UM3:** *Carmen* **teño que quedarme** na casa con Alberto↓ que está malo e non podo ir a traballar↓ (B1 F-)
12. **RNH2:** *Oye/ mira*↑ **necesito o día libre** que // surgiu un imprevisto na casa↑ e non podo ir hoxe↓ (B1 F-)

a diferenza é a intensidade coa que o falante se implica no que necesita, debe ou quere facer e que o aparta das súas responsabilidades laborais, polo tanto trátase de recursos para a intensificación ou a atenuación do discurso por selección léxica (segundo a Briz 2001). UM3 (11) podería dicir, con efecto parecido, que “necesita quedarse con Alberto” igual que RNH2 (12) podería “querer o día libre” ou podería “gustarlle ter o día libre” porque hai un imprevisto na casa. Todas elas son xustificacións para unha petición que non se fai de forma aberta e directa que é o día libre ou permiso para faltar ao traballo sen que isto teña consecuencias negativas.

Segundo Sperber/ Wilson (1986: 301), o desexo do falante porque un estado de cousas se faga efectivo é a condición de sinceridade dos actos de fala directivos. Mostrar, facer ostensión do “estado de cousas desexables” como necesidade e non como simple desexo é unha intensificación desta condición que exime o falante de responsabilidade. Desexo e necesidade teñen a perspectiva do falante mentres que o imperativo (orde) e a obriga están orientadas cara ao oínte. Pódese ver nestas catro estratexias certo paralelismo: imperativo e desexo mostran de forma aberta a vontade do falante, mentres obriga e necesidade mitigan a responsabilidade do emisor sobre o pedido que xa non depende da súa vontade, senón das circunstancias:

	+ vontade do falante > responsabilidade	–vontade do falante < responsabilidade
Orientado ao oínte	Orde (modo imperativo)	Obriga
Orientado ao falante	Desexo	Necesidade

Táboa 2

Na suxestión, pola contra, o falante asume a responsabilidade dunha petición orientada cara ao oínte pero mostrando a súa vontade de non imposición. É por tanto unha estratexia que demostra un alto grao de cortesía de deferencia ou cortesía negativa, o falante non quere invadir o espazo do oínte e, aínda que asume a súa petición, “cede” ao oínte todo o poder para que este a teña en conta ou non.

Esta fórmula, como outras peticións baseadas en condicións preparatorias, protexen de risco a imaxe negativa e positiva do oínte porque lle dan opcións de rexeitar o pedido, sen que isto sexa atribuíble á súa pouca vontade de colaborar, senón que se deberá á súa falta de posibilidades para facelo. Mais, tamén por iso, lle deixa ao oínte toda responsabilidade de coidar ou non a súa propia imaxe positiva que se verá afectada en caso dunha resposta despreferida (é dicir, de non colaboración). Cede, por tanto, poder pero tamén responsabilidade.

Na maioría dos casos a suxestión en galego lévase a cabo por medio dunha estrutura condicional, na que a realización do condicionante depende totalmente da vontade

ou posibilidades do oínte, é dicir, que se basea nas condicións preparatorias para a petición. Con todo, non sempre nestas fórmulas se apela á posibilidade de que o falante “poida” facer o que pedimos, moitas veces claramente depende da súa vontade:

13. **RNH1: Se me pode atender hoxe**↑ / e→e que teño traballo↑ e non podo pedir outro día→
14. **RMH2: Se fai o favor**↑ e me dice→ que hora é?

aínda que en moitos casos tamén se combina con reforzos preparatorios (PR), busca de compromiso previo (CP), xustificacións (X) ou promesas de compensación (C):

15. **MH1** *Oes compañeiro mira!* (PR) Vouche facer unha cabronada↓ (PR) *eh?* (X) Pero non me queda máis remedio→ como sabes andamos con moito cholloo↑ // a empresa vai ben↑ temos que facer unha entrega aí de material e eres absolutamente imprescindible→ (X) (C) euu // xa verei como che compenso este tempo↑ en tempo↑ ou en cartos↑ como queiras (C) /// (X) pero temos que facer o traballo (X) *eh?* (CP) Sinto moito↑ (CP) // i fala coa muller **a ver se podedes amañar ee/ deixamos as vacacións para outro momento**↓ (B2 F-)
16. **RNH2: mira**↑ (X) fanme falta cincuenta euros↓ porque quedoume a carteira na casa↑ (X) **se mos podes deixar hoxe** // (C) e cando nos volvamos ver↑ devólvochos↓ (C) (C2 F+)
17. **RH2: bos días**↑ **se me pode atender**↑ (X) que non puiden pedir vez↑ (X) (B2 F-)

Con frecuencia aparece mitigada a forza da petición polo uso do imperfecto de indicativo ou de subxuntivo (este último case sempre coa terminación do pluscuamperfecto):

18. **RMH2: Se puideras e me fixeras o favor**↑ **a ver se me podías levar a Lugo**↑ (A2 F+)
19. **RM3:** [á súa sogra] **Se me quedara mañá usted todo o día na casa**↑ (X) eu iba *pa* Monterroso→ porque→ como está bon día↑ *pos*↑ podía traballar→ (X) (B2 F+)
20. **RMM2: Ana por favor**↑ **se me deras unhas nabizas**→ (X) que eu non as teño↑ (X)

Esta fórmula aparece moitas veces introducida por “a ver” como mitigador de forza:

21. **UMM1** (PR) Va-i-a chasco que acabo de levar↑// quería convidarvos e non teño con que↓ puf que bolón! (PR)// **A ver si me deixades cartos ou me pagades vós o café hoxe**↓ (C1 F+)
22. **RMM1**: *por favor* (X) necesito a vosa axuda↑ (X) **a ver se vos levantades**→ (C) aínda que despois durmais a si- aa→ a siesta→ (C) (A2 F+)

Este recurso é moi frecuente tamén en portugués do Brasil. Peres de Oliveira (2005: 126) xustifícaa así:

Primeiramente, a hipoteticidade veiculada à condicional possibilita ao falante expressar a oración núcleo como uma alternativa, daí a afirmação de Ford (1997) de que a noção de alternatividade/opcionalidade associada à hipoteticidade da condicional atenua um ato considerado impositivo. Ou seja, o falante enuncia a oración núcleo como uma opção, e não como um fato dado, que poderia ser mais impositivo para o ouvinte.

Em segundo lugar, a situação hipotética criada pela oración condicional promove um certo distanciamento entre o falante e seu enunciado. Ao se distanciar de seu enunciado, o falante coloca o ouvinte como o centro desse mundo mental, procurando assim atenuar os efeitos que o ato veiculado pela oración núcleo poderia causar, preservando, então, a face do ouvinte.

Esta é, con diferenza, a fórmula máis empregada por falantes rurais e o grupo de maior idade urbano, é dicir, parece a forma de petición con maior grao de convencionalización entre falantes tradicionais, xunto coas interrogativas baseadas nas condicións preparatorias (exemplos 22-25). Estas preguntas sobre a capacidade do oínte para levar a cabo a acción requirida é unha das fórmulas máis frecuentes para as peticións convencionalizadas en linguas europeas. Esta fórmula gaña terreo fronte á suxestión nos falantes urbanos e máis novos (sobre todo en circunstancias que requiren maior cortesía).

23. **UH1**: **Podería demorar na entrega do traballo?** (B1 F-)
24. **UM1**: Rapaces→ / non teño un duro↓// **podedes deixarme pelas?** para→ para→ para pagar↓ (C1 F+)
25. **RNM1**: **Tes hora?** (C1 F-)
26. **RNM1**: **Cámbiasnolo para outro día?** [falando dun exame cun profesor] (B1 F-)

Atópanse tamén gran cantidade de peticións indirectas non convecionalizadas, o que supón deixar abertas múltiples opcións de interpretación para o oínte co que non ten por que verse comprometida a imaxe pública de ningún dos interlocutores.

É frecuente neste tipo de estratexia empregar actos de fala expresivos (apelativos e outros marcadores conversacionais) cos que o falante pon de manifesto os seus sentimentos cara á realidade ou cara a un estado de cousas desexable. Tampouco son estrañas as emisións que se corresponden con actos de fala asertivos ou expresivos⁸ sen que exista realmente un núcleo que realice o acto directivo:

27. **RNH2**: *Oi!* quedoume a carteira na casa→ (C1 F+)

28. **RM3**: *ostraa*→ // quedoume a carteira na casa→ /// teño *QUIR* a por ELA→ (C1 F+)

Pero estas peticións indirectas (en contra do postulado polos primeiros estudos sobre cortesía) non supoñen necesariamente maior delicadeza nin dar máis opcións ao oínte, sobre todo se é o falante o que ten maior poder na interacción. Segundo **UMM2** (traballadora dun restaurante) 29 é como a súa xefa pediría que os empregados quedasen máis tempo para limpar o peixe que acaba de chegar. Estes saben perfectamente o que se lles está dicindo e as consecuencias que terá unha interpretación incorrecta da emisión:

29. **UMM2**: Acaba de chegar este pescado. (B1 F-)

O corpus tratado non dá mostras reais da frecuencia de uso de estratexias indirectas deste tipo, moito máis usuais na fala espontánea. Por exemplo o emisor moitas veces emprega varias quendas dunha conversa para facer a petición:

30. **UH2**: *joder* // sabes que me pasou o outro día?

E: que che pasou logo?

UH2: pois que tiveron un golpe co coche↑ // e agora teño que pagar a reparación→ e a verdá /// que non sei como vou facer↑ // porque ando moi mal de pelar→ /// *tou* un pouco así cos cartos→ [3''] non // non me van chegar [4'']

E: xa

UH2: e bueno → [5'']

E: necesitas moitas pelar?

UH2: son 200 €↓ home eu se os puidera↑ non chos pediría→ porquee→ pero bueno→ // neste caso→ ee→ necesitoos↓ e hasta dentro de un mes non vou cobrar↑ ee→ / se puideras deixarmos e despois→ pois↑ adiantábachos outro momento→ xa chos vou pagando pouco a pouco→

8 Respecto desta clase de “cruzamentos” entre intención do falante e tipo de acto de fala, Hernández Sacristán (1995) propón considerar as diferentes categorías de actos de fala baixo o punto de vista da teoría de prototipos, tendo en conta que dentro dunha mesma categoría hai representantes prototípicos e outros periféricos. Alén disto, demostra que non son estraños os casos de intersección e neutralización categorial entre os diferentes tipos de actos de fala. En galego os actos de fala directivos e expresivos parecen “complementarse” en moitas ocasións e en diferentes direccións (o reproche, o desexo, a necesidade etc.).

E: bueno, vale

UH2: non che importa? Fasme ese favor?

E: si, si neste mes non estou mui agobiada→ podoche facer→/ pódochos deixar→ non te preocupes↓

UH2: home→ graciñas→ agradécese ↓a verdade é que amigos así↑ pois non hai moitos↓ pero↑ seguro que que non tes problemas? Que mos podes deixar? (C2 F+)

Neste caso o falante expón o seu problema e intenta provocar o ofrecemento do falante antes de ter que facer a petición. Vemos como as pausas se incrementan ata parar a conversa e obrigar ao interlocutor a intervir. UH2 interpreta “necesitas moitas pelas?” como un ofrecemento cando realmente non tería por que ser así, e non só iso se non que contesta dicindo que se puidera non llos pediría, pero realmente, cando llos pediu e cando accedeu o seu interlocutor a prestarllos?

Neste e noutros exemplos (15, 16, 20 ou 21) o falante parece ter a esperanza de que o oínte acceda ou mesmo se ofrezca a realizar o insinuado, antes de ter que chegar a explicitar a petición. Colocar os reforzos antes do núcleo pode ter esta estratexia na súa orixe.

O uso de estratexias indirectas non convencionalizadas, contra a opinión de Brown/ Levinson (1987), prefírese en situacións nas que hai certo grao de familiaridade entre oínte e falante porque necesitan un contexto común para se “desambiguar” e que o oínte poida inferir o sentido da emisión. O oínte necesita saber que se lle está pedindo algo, e necesita saber o que; polo tanto o falante sabe que debe deixar as pistas suficientes para que o oínte chegue a esta conclusión. Desde este punto temos que considerar a escala de indirección de Leech (1997: 200), xa que o custo que lle supón ao oínte averiguar a intención do falante non sempre é rendible. Se somos demasiado creativos, corremos o risco de que o noso interlocutor non nos entenda, como nesta interacción espontánea recollida nun comercio, na que un falante (rural de máis de 50 anos: RMH) lle pide á vendedora (urbana do grupo intermedio de idade: UM) que lle cambie dez euros. A pesar de que ten familiaridade con ela e de que se trata dunha situación máis ou menos frecuente, a vendedora non comprende as intencións do seu interlocutor nun primeiro momento:

31. **RMH:** DOUche dez euros ↑ // e voume↓

UM: dez euros?

RMH: si

UM: ah! Serán do outro día?

RMH: No // no

UM: & e logo? Por que?

RMH: Non queres calderilla?

UM: Ah! Si si

RMH: arma a mau→

Aínda dentro das estratexias posibles para a formulación do núcleo o falante conta con outro tipo de recursos, os modificadores que poden graduar a súa forza ilocutiva. No caso das peticións non é moi frecuente o uso de intensificadores da forza ilocutiva.

No tocante aos mitigadores, un dos recursos máis empregados é o modo e o tempo verbal da cláusula que funciona como núcleo. O uso de interrogativas e oracións condicionais como mitigadores xa foi advertido ao falar de condicións preparatorias e suxestións (exemplos 13-25). Canto á escolla do tempo verbal, o uso do presente de indicativo é a fórmula menos cortés, fronte ao imperfecto de indicativo e ao condicional. Nas estruturas condicionais aparece aínda unha posibilidade máis formal, o imperfecto de subxuntivo.

O imperfecto ten unha ocorrencia moito menor que o condicional, pero a distribución da escolla é significativa. Dos seis usos do imperfecto de indicativo, catro son de falantes de procedencia rural, e os outros dous de falantes urbanos maiores:

32. **RNH3: quería ir de festa↑** (B1 F+)

33. **RM2** *por favor// se me podía atender↑* porque me encontro mui mal→ mui mal // e non podo esperar hasta mañá→ (B2 F-)

Mentres, o condicional conta con 16 ocorrencias, a maioría en estruturas interrogativas centradas nas condicións previas⁹:

34. **UNM1: pois→ mira↑** quee→ /// *poiss-see* / é que teño que pagar→ // un plazo / do ordenador // ee→e // pois nada→ /// me viñeron moitos gastos↑ ((?)) see→ [3"] **poderías deixarme↑ / 50 € que me fan falta para pagalo?** (C2 F+)

35. **UMH3** *Señoral por favor↑ non lle importaría→* solo teño esto↓/ i é un minuto↓/ **non lle importaría deixarme pasar?** (C1 F-)

En castelán a petición convencionalizada indirecta máis frecuente é deste tipo (Haverkate 1994, Blum-Kulka 1996b) fronte a outras linguas como o portugués nas que é maioritario o uso do imperfecto de cortesía (ILTEC 2005).

Porén, entre os falantes de procedencia rural non aparece nunca este tempo como recurso mitigador, o que nos leva a pensar que non é un recurso propio do galego senón unha interferencia das peticións convencionalizadas do castelán. Estes falantes prefiren as estruturas condicionais e no caso de empregar interrogativas o tempo preferido é o presente (e o imperfecto nuns poucos casos).

⁹ Para unha análise do funcionamento do condicional de cortesía pódese consultar Haverkate (1994).

O futuro tamén é usado para marcar maior cortesía codificada que o imperfecto de indicativo¹⁰:

36. **RMH: Poderasme ensinar unhas mudas?**

37. **RMM: Poderame dicir en canto sale a chaqueta que teñen aí no escaparate?**

O uso do futuro ten dous efectos parellos, un ligado ás condicións necesarias da petición e outro ás preparatorias. A acción requirida do oínte está, obrigatoriamente, orientada cara ao futuro; ademais, ao ser o tempo usado para expresar a dúbida no presente, ten maior forza para a mitigación xa que introduce, ao mesmo tempo, a dúbida do falante sobre as condicións preparatorias.

Con todo, nas peticións recollidas mediante o cuestionario non se atopan usos deste recurso. Aínda que talvez se poida interpretar así o uso da perífrase IR + infinitivo, nalgúns casos, ligado ao sentido de obriga:

38. **UM2: hui! vais ter que invitarme**→ / que vin→ sen cartos↓ (C1 F+)

39. **RNM2: OH! olvidei a carteira**↑ // que vergonza /// **vadesme ter que invitar** (C1 F+)

ou HABER + infinitivo recollida nunha conversa espontánea:

40. **RMM: se che axuda Adrián, haslle dar a volta a ese colchón** que eu non podo. (A1 F+)

A referencia á segunda persoa por medio da segunda ou a terceira persoa de cortesía pode tamén ser empregado como mitigación da forza ilocutiva do núcleo. As situacións preferidas para usar esta forma de cortesía son as de menor familiaridade dos interlocutores. Con todo, os falantes do rural emprégana tamén sempre que o oínte ten máis poder e a relación non implica demasiada familiaridade (médico, pedáneo, xefe...) e algúns falantes para dirixirse a membros da familia de máis idade:

41. **RM3: [á sogra] quédeme aquí un momentíño** / que teño que ir comprar á tienda→/ e veño agora→ (B1 F+)

Os falantes urbanos prefiren usar outro tipo de atenuantes no núcleo, sobre todo a entoación:

10 Os exemplos 36 e 37 pertencen a conversas espontáneas recollidas nunha tenda de roupa dunha vila duns 2.000 habitantes. En ambos os dous casos os informantes son maiores e de poboacións rurais circundantes.

42. **UH4:** *mira* esta temporada [4"] estou dedicándome a istoo// mínimo dez horas// así quee/ como non parece que vaiaa→que vaia a ir a menos pois **eu creo que era momento dee→/ de pensar en quee// se suba aquí** °(oo→ **soldo eh?**)°// eu de boa gana pediría máis vacacións↑// pero como sei que iso non vai poder ser↑ pois//pois creo que é o momento↓ / porque esto non hai quen o aguante↓ (B2 F-)

marcadores conversacionais (sobre todo subliñadores da alteridade que parecen buscar a aprobación do oínte e metadiscursivos que demostran a incomodidade de ter que facer a petición):

43. **UNH1** *Sabelal* **anda**↑ **vaime pola chaqueta**↑ (A1 F+)
44. **UM3** *oye* quee→ / mee cambiaron o-oo plan de viaxe // que iba facer↑ e **necesitoo→ // que-que bueno**↑ (()) **que veñas para facer as vacacións antes**↓ (B2 F-)

Os intensificadores, dirixidos a aumentar a forza ilocutiva da petición, resultaron bastante raros nos datos recollidos, probablemente porque en ningunha das situacións se engadiron pautas sobre o estado de ánimo do falante. Aínda así os falantes urbanos empregan estes recursos nalgunhas situacións.

Atopamos indicadores de peche nalgunhas das peticións realizadas en contextos cun alto grao de familiaridade:

45. **UM2:** *Adrián*↑ **deixa a naranxa** que non é para xogar↑ (A1 F+)
Adrián: e?!
UM2: **que deixes a naranxa cariño**↑// que non é para xogar→// *oiçõesme?* [4"] *eh?* [ademais neste caso o falante necesita intensificar unha petición que fallou na súa primeira emisión]
46. **UMH2:** *Iago*↑/ **vaime pola chaqueta** que teño un pouquiño de presa→ **veña**↑ **corre**↑ (A1 F+)

A énfase prosódica e a repetición tamén son bastante empregadas, sobre todo nas situacións nas que hai maior familiaridade (véxase tamén o exemplo 34):

47. **UH2:** pero os teus amigos podes velos cando queiras↓ **CAMBia**↓ // **fala con eles**↓ // **cambia**→ que mañán marchamos de viaxe→ (A2 F+)

Este tipo de intensificación aparece tamén a miúdo nas peticións de permiso para resaltar a necesidade da actuación do falante (3).

4.3. Reforzos

A maioría das veces o núcleo non aparece só, senón no medio dunha auténtica argumentación que busca mover ao oínte á acción e xustificar a petición. Blum-Kulka/ House/ Kasper (1989) clasifican estes reforzos segundo estean destinados a aumentar a forza ilocutiva ou a mitigala.

O número de reforzos que se consideran na petición é xa un dato significativo. Canto máis dificultade entraña a petición para o falante, isto é, canto máis risco supoña para a súa imaxe pública o acto de fala, máis reforzos emprega. Así, nas situacións nas que hai familiaridade entre os interlocutores e a petición non é moi relevante o núcleo aparece só en bastantes ocasións ou acompañado dun apelativo ou dunha xustificación. O mesmo ocorre cando a petición é pouco relevante e non hai familiaridade (na cola do supermercado), xa que son situacións máis convencionalizadas (como preguntar a hora a alguén na rúa, comprar nunha tenda ou facer trámites burocráticos) nas que por respecto á imaxe pública negativa do interlocutor (e á súa propia) inténtase que o intercambio sexa o máis rápido posible:

48. **RNH1: Vaime buscar unha chave**↑ (A1 F+)

49. **RNM1: Déixame pasar** que só é un quilo de azúcar? (C1 F-)

Polo contrario, as situacións nas que a relevancia da petición é alta e ademais non hai familiaridade, os reforzos multiplícanse: o falante busca primeiro o compromiso do oínte (CP) e logo xustifica (X) a petición, ademais de prometer algún tipo de compensación (C) en moitos casos (véxase tamén exemplos como 15, 16 ou 41):

50. **UMM1 (CP)** *Mira*↑ canto o sinto↑ eu sei que ti tes dereito a estas vacacións↑ (CP)// **eu pídoche por favor quee**→ **sigas poor**→ **unhos días máis** (C) despois xaa↑ verEI como podo favorecerche↑ (C) pero // (X) hai moito chollo e tes que quedar a traballar→ (X) (B2 F-)

Como xa se sinalou ao falar da intensificación da forza no núcleo, esta estratexia non é moi empregada nas emisións recollidas. Aparece en situacións nas que o falante ten máis poder, xa que o contexto lexítima unha maior forza. Son emisións con moi pouca cortesía codificada, incluso nalgúns se pode falar de descortesía codificada (Briz 2004, Watts 2003). A (des)cortesía, interpretada nestas situacións cun grao de familiaridade tan alto, é moi diferente (e ás veces mesmo oposto) á (des)cortesía codificada.

O reproche (R) é bastante empregado polos falantes, que no papel de pais e nais, se dirixen aos fillos/as. Pode servir de xustificación da petición, no caso de menor forza:

51. **RMM2: Veña levántate**↑ (R) que É tempo↑ (R) (A1 F+)

Ese “que É tempo” pódese interpretar como unha xustificación de por que o oínte se debe levantar pero tamén como un reproche de que xa leva demasiado tempo durmindo.

O reproche serve nalgunhas das peticións para “convencer” o oínte da necesidade de actuar dunha determinada maneira. En termos de cortesía podemos consideralo un ataque aberto á imaxe negativa (non facer o que prefire) e positiva (non actuar conforme ao esperado polo interlocutor ou o grupo), pero, en xeral, non terá grandes consecuencias na relación dos interlocutores debido a que socialmente está lexitimado este comportamento no contexto. Nos exemplos que seguen os pais e a nai optan por reprochar aos fillos unha conduta que aínda non levaron a cabo, no canto de pedirllas que queden:

52. **UMH2** *Iago*→ *home!* // **podías quedar AQUÍ**↓ (X) imos reunirnos todos ee tiña gana desta festa↑ // i é o meu *cumpreanos*↑ (X) (R) sempre ten que haber un mona na cASA↑/ intentando algún negocio→ (R) pero bueno (R) si queres facer→ fai o que queiras↑// o que che pete→ (R) (A2 F+)
53. **UMH1** *Vamos a ver Antón*↑ (R) quee→ coño↑ (X) *pa* un día que temos de festa que nos podemos xuntar todoss↑ (X) ben podes renunciar ti a salir cos amighos eh? // Quee↑ por unha ves no ano non pasa nada↑ (R) (A2 F+)
54. **UMM1** (R) *PEro* vós sempre estades no mesmo↑/ estades enredando sempre con tanta ocupación↑ (X) un fin de semana que sabedes que tedes que estar na casa porque a vosa mai quere que estedes↑ (X) sempre estades con estes incordios↓ (R) (A2 F+)

Como é esperable unha emisión deste tipo atópase tamén intensificada a nivel discursivo por medio da selección léxica (*enredar*, *incordios*), modificación morfosintáctica (*pa un día*, *tanta ocupación*, *estes incordios...*), uso de hipérboles (*pa unha ves no ano*), diferentes marcadores discursivos (*vamos a ver*, *que coño*, *eh?* ou o *pero* que inicia a emisión de UMM1 xa como oposición ao contexto), e mesmo o insulto (*mona*).

A situación do núcleo na intervención é o primeiro aspecto a ter en conta para a mitigación da forza ilocutiva. Nos casos nos que o falante pretende xustificar máis o feito de estar a facer unha petición ou quere reducir a imposición desta, normalmente adianta os reforzos, así, cando chega ao núcleo, situado nos últimos lugares, o seu interlocutor xa sabe o que se lle vai pedir, xa que terá posto en funcionamento mecanismos de inferencia similares aos das peticións indirectas (exemplos 15, 16, 20, 34 ou 47). É un recurso cun funcionamento similar á elipse da conclusión, que Briz (2001) sinala como mitigador da imposición. O falante parece contar ademais cun oínte disposto a coidar a propia imaxe positiva, que moitas veces atallará o acto de petición para amosarse disposto a colaborar ou ofrecer a súa axuda (como espera o falante do exemplo 30).

A xustificación (X) é o reforzo máis empregado xunto cos minimizadores da imposición (M). No corpus hai moi poucas peticións non xustificadas (só en situacións nas que a relevancia da petición é moi baixa e a familiaridade moi alta). Canto máis relevante sexa a petición e maior a distancia social entre os falantes (tanto vertical como horizontal) máis posibilidades temos de atopar diante do núcleo algunha xustificación da petición:

55. **RNH1:** (X) Está miña mai mala↑ (X) (M) si pode ser↑ (M) **pode deixarme o día libre?** (B1 F-)
56. **RMM2:** (MC) Por favor (MC) (X) non puiden pedir vez→ non había vez xa→ e agora tiven que vir a Lugo por arreglar unha cousa↑ e poiss→ viñen igual→ (X) **a ver se fai o favor de atenderme↑** (B2 F-)

Ou antes e despois do núcleo:

57. **UH3:** *desculpe↑* (PR) este é o seu coche? (PR) (X) Porque teño que saír→ (X) **se o pode mover un momento↑** // (X) e para que poida saír e xa está↓ (X) (C1 F-)
58. **UMH1** *Miraa/ fulano↑* (X) teño // o coche no taller→ danmo hoxe pola tarde e a verdade é que tiven moitos gastos este mes e a verdade é que estou sen sen chica↓(X) // así que **si me podes deixar douscentos euros** (X) paa→ pa pagar o arrehlo porque coaa→ co do taller non teño confianza pa pedirlle que me deixe levar o coche así↑(X)/ (C) cobro o día trinta f→ faltan tres días e xa chos devolvo↑ e non creo que haia problema (C) (C2 F+)

Xunto coa xustificación o falante busca habitualmente deixar claro dende o primeiro momento a incomodidade e a dificultade que lle supón a petición. Moitos argumentos preparatorios buscan diminuír a responsabilidade do falante (véxase tamén o exemplo 15):

59. **UMM1:** *Mira* (PR) é unha situación delicada↑// fáiseme moi costa arriba→(PR) **teño que pedirche cartos↑** (X) teño uu→un mes fa-TAL gastei todo↓/ quédanme tres días para cobrar↑(X)/ **pídoche que me adiantes douscentos euros** (X) porquee→ teño que pagar algunha avería no coche↑ ii→// estou afogada→(X) (C2 F+)

O falante non só se preocupa da súa imaxe: dar opcións para que a resposta despreferida non afecte a imaxe do oínte é un recurso moi frecuente de cortesía positiva, por iso se busca minimizar a imposición e dar outras opcións ao oínte. As mulleres buscan en todos os casos analizados ser menos impositivas que os homes:

60. **UM4:** *Mira Marta!* (PR) eu xa sei quee↑ // bueno que tiñamos previsto remataar↑ / pois hoxe as sete↑ // vale? que pasa? (PR) (X) Ca-xurdiu un imprevisto que eu non contabaa↑ (X)// i entón (M) non sei→ como o ves? (M) **ves factiblee// que nos quedemos hastaa // que rematemos?** (X) porque é algo que ten que estar mañán↑ bueno↓ pois ten que estar mañán→ (X) (M) non sei↑ como o ves? (M) (A1 F-)
61. **RM3** *bueno* // (X) non teño vez↑ pero é quee→ eu teño un problema→ (X) **se me pode contestar**↑ //(M) é solamente un minuto↓ (M) e (M)se non↑ / pois veño outro día→ (M) (B2 F-)
62. **RNM2:** *señora // por favor↑// pódeme deixar pasar* (X) que levo solo esto↑ é que teño moita prisa→(X) //(M) se non é motia molestia↑ // se non↑ non pasa nada // e? Dá igual→ / se non↑ espero↓ (M) (C1 F-)

Cando a relevancia da petición é alta é moi frecuente que o falante reforce a súa petición con algún tipo de promesa de compensación (C) para o oínte:

63. **UMH2** *Benito!* (PR) sinto DARche unha mala noticia↑ (PR) ee→//(X) hai unha punta de traballo e ti sabes XA perfectamente que é un traballo que m→que non podemos aprazar de ningunha maneira↑ (X) así que↑ **non che queda máis remedio que que que seguires no traballo**↓// (C) agora tamén che quero dicir unha cousa↑/ o próximo ano→ a final de ano fa-LA-mos e vamos revisar o soldo→ (C) pero e/e→ (X)ti sabes que can-do HAI un traballo urXENte non se pode dicir que non↓ (X) (B2 F-)

A busca de compromiso previo (CP) é menos recorrente que os reforzos anteriores e parece restrinxida a contextos de familiaridade alta e gran relevancia da petición (neste caso a informante interpreta todo o intercambio):

64. **UM2:** (CP) Necesito un favor! (CP) e dirían↑ que? e eu diría↑ **que me prestes cartos**→ (X) porque tiven aí uun→un accidente→ (X) e dirían↑ canto? pois aíi→ uns douscentos euros↓ (C2 F+)

xa que, en situacións máis convencionalizadas nas que o que se busca é a rapidez e a efectividade do intercambio, usar reforzos de compromiso previo pode inducir a erros de interpretación ou verse como un exceso de cortesía con efectos negativos. Resultaría cando menos estraña unha pregunta así na cola dun supermercado:

65. **UH2:** *e mire→ perdoe→* // (CP) podo podo preguntarlle unha cousa? (CP) **E: si↓ que pasou?**
UH2: *mira→* é que necesitaría↑ pois→ // pagar→ (X) só teño este cartón→ e teño o coche aí→ / mal aparcado→ (X)/// **impórtalle se paso por diante?**] (C1 F-)

Sobre todo se o falante espera a que a outra persoa responda, esta pode interpretar que vai iniciar un intercambio moito máis longo e que a petición será relevante e custosa para a súa imaxe social, co que pode provocar no oínte certa incomodidade e mesmo rexeitamento.

Outros informantes usaron este tipo de reforzo, pero executado de maneira diferente, por exemplo como suxestión, ou mesmo como pregunta pero sen esperar a resposta:

66. **UH4:** *Disculpe mire↑*/ (CP)a ver se me pode facer un favor↑(CP)// (X) que teño o coche alí→(X) (X) solo levo unha barra de pan acabo xaa// rápido (X) (C1 F-) (C1 F-)
67. **UM4:** *mira por favor* eee→ (CP) podo preguntarlle unha cuestión? (CP)// si mira→ (X) é que acabo de saír do traballo↑ a verdade é que me chamaron porque a miñ→ un familiar meu acaba de ingresar↑(X) // (X) fáltanme cincuenta céntimos de euro para coller o billete(X) // **non lle importaría eee// darmos?** eee sería/// vaia me faría un favor enorme→ (C2 F-)

Fronte a este recursos máis argumentativos existen outros dirixidos exclusivamente a expresar cortesía codificada (MC):

68. **UMM1:** (MC)Pídolle por favor(MC) **que me dEIXE↑** (X) teño o coche-está por aí a policía municipal↑/ teño o coche en segunda fila↑/(X) (MC)por favor (MC) (X) solo teño este cartón de leite↑(X) **déixeme por favor que pague primeiro eu** (X)para poodeermee→ evitar a multa→(X) (C1 F-)

As ocorrencias deste reforzo concéntranse nas peticións nas que a distancia social horizontal entre os interlocutores é maior e, ao contrario do resto de reforzos, é usado sobre todo por falantes procedentes do ámbito rural, que parecen preferir o uso de cortesía codificada.

Os falantes poñen en funcionamento outros moitos recursos discursivos para a modificación tanto interna como externa da forza ilocutiva. Por exemplo o uso de diminutivos (*teño un pouquiño de presa*: 46, *é solo un momentíño*: 41) e cuantificadores (*hai unha punta de traballo*: 63, *só é un quilo de azúcar*: 49, *solo teño este cartón*: 68 etc.) que buscan mostrar o menor custo da acción para o falante e a maior necesidade da acción para o oínte. Algúns casos de selección léxica funcionan, sobre todo en falantes urbanos, como marcas de grupo, para subliñar a cortesía de solidariedade e para restar formalidade e posiblemente cortesía codificada á emisión (*non teño un duro*: 73 ou *estou sen chica*: 58), do mesmo xeito aparecen dialectalismos (53, 58) que se evitan en situacións máis formais.

Tamén son moi empregados os recursos suprasegmentais (como mostra 42 e 60), sobre todo unha curva entonativa predominantemente ascendente como índice

de cortesía (Haverkate 1994) e a suspensión no fin da intervención na procura da resposta do oínte. Igualmente hai abundantes pausas e reformulacións nos momentos máis difíciles da petición co que, consciente ou inconscientemente o falante apela á empatía do oínte e demostra que lle resulta incómodo invadir o espazo deste e mesmo pode evitalle a realización do núcleo se o oínte se adianta ás súas necesidades. Baixar a voz (60) é un recurso mitigador moi efectivo ao igual que a énfase na pronuncia (52 ou 68) ou o soletreado (59) dalgunha palabra o son para realzar partes do discurso, normalmente nas que se expón a importancia ou a necesidade do pedido.

Son moi frecuentes tamén diferentes tipos de elementos supraoracionais, sobre todo operadores discursivos de formulación e marcadores conversacionais, como xa se sinalou. Dentro deste último grupo teñen gran ocorrencia os subliñadores de alteridade que contribúen á mitigación da imposición e buscan a resposta do outro (relacionada coa mitigación dialóxica exposta por Briz 2001) e os metadiscursivos que, como as reformulacións e os silencios, marcan a incomodidade ou a necesidade que o falante ten de buscar a mellor forma de formular a petición para o éxito.

Son empregados múltiples recursos deste tipo que quedan á marxe das dimensións deste traballo. Baste dicir que, se o uso de reforzos é menos común entre falantes de procedencia rural, estes empregan máis recursos discursivos. Analizaremos só dous casos que nos chamaron especialmente a atención: o uso do verbo “acordar” e dos fóricos “aquí” e “aí”.

69. **RMM1:** *ai!* (PR) que ben que o encontro aquí↑(PR) porque→ **quería pedirlle↑** (M) que cando→ seña oportuno↑ ou cando→ poida (M) **que se acorde deste camiño↑** (X) que está→ intransitable↓ (X) (B1 F-)
70. **RMH1:** **Acórdate que aí hai unhos baches→** (X) que son en zona pública↑(X) **dille que→que debe debe cubrilos↑** (B1 F-)
71. **RMH2:** **A ver se fai o favor e se acorda deses baches↑ que hai // n→no camiño↓** (B1 F-)
72. **RH2:** **Hai que acordarse dos Baches→ que hai por Aí↑** (B1 F-)

É destacable (aínda que non se poida considerar relevante pola escaseza de datos recollidos) que nas peticións dirixidas ao pedáneo para arranxar o camiño todos empreguen o verbo “acordarse” para mitigar a petición (independentemente de que as súas estratexias sexan máis ou menos directas). Pode ser unha forma de dar poder ao oínte xa que, como en moitos casos, o resultado depende da súa vontade, aquí en concreto, da súa memoria. A coincidencia na elección semántica (todos os preguntados), parece indicar que é un recurso minimamente convencionalizado, polo menos na zona de Lugo onde se realizaron as enquisas.

Os fóricos “aquí” e “aí” en situacións de confianza parecen funcionar como mitigadores da forza impositiva e reforzo da relación entre falante e oínte (como o uso dunha lingua menos formal, de xiria ou de dialectalismos que viamos en falantes urbanos). Perde a súa referencia espacial no contexto para gañar unha referencia afectiva de “espazo” común:

73. **RNH3: Págame aí** // (X)que non teño un duro→(X) (C1 F+)

74. **RNH2: trae paquí a chavee**→ [risas] (A1 F+)

Tamén pode funcionar como modificador para mitigar a relevancia do pedido:

75. **RNH2: (X)tiven un golpe→(X) fanme falta aí douscentos euros**→ (X)
que non me chegan para este mes↓ (X) (C2 F+)

5. Discusión

A necesidade de maior ou menor cortesía en función das tres variantes consideradas nas situacións comunicativas (poder, familiaridade e relevancia da petición), non ofrecen moitas diferenzas respecto dos datos obtidos para outras linguas. En cambio, as estratexias preferidas en cada caso si amosan maior especificidade, aínda que varíe dependendo das características do informante.

Canto ao parámetro “poder”, parece que a distancia social vertical ten menos relevancia que a horizontal. Canto maior sexa esta distancia máis se mitigará a forza ilocutiva da petición. En principio, os falantes de procedencia rural amosan maior deferencia co poder. Aínda que debemos facer algunhas aclaracións respecto dos informantes e as situacións presentadas nas entrevistas que poden ter influído sobre este resultado. O falante urbano mostra sempre unha maior familiaridade co xefe que o falante de procedencia rural, e este feito parece mitigar a distancia vertical. Isto está claramente condicionado, por un lado, pola ideoloxía pero, por outro lado, tamén polo nivel de formación (básica no caso dos informantes rurais e superior no caso de practicamente todos os do medio urbano) e o tipo de traballo que isto implica. Os falantes rurais que traballan no medio rural non teñen relacións sen familiaridade nas que eles teñan máis poder, xa que normalmente non teñen traballadores que dependan deles. Tampouco teñen xefe, polo que as relacións de poder que se establecen son, na súa maioría, por “formación” ou oligarquía (o médico, o veterinario, técnicos, o pedáneo, o alcalde etc.) o que pode explicar que estes falantes reaccionen calculando un maior risco nestes intercambios e polo tanto, empregando un grao maior de cortesía.

En contextos onde o falante ten máis ou igual poder que o seu interlocutor, é frecuente que este mitigue a súa petición cando sería posible non facelo, ou mesmo que ceda o poder ao oínte. Estas estratexias están directamente ligadas coa preservación da imaxe positiva do falante porque como sinala Álvarez Muro (2005: 23) “ceder en control da prestixio y esto se logra a través de ciertas estrategias manipuladoras que reconocen al interlocutor su imagen y su territorio”. Os falantes galegos parecen ter moi claro os efectos positivos deste tipo de estratexias.

Na consideración dos resultados, hai que diferenciar tamén entre poder obxectivo, medible socialmente, e o poder que o falante dá ao oínte. Isto é observable nos casos nos que non había distancia social vertical entre falante e oínte (C); xa que, cando o falante lle pide algo ao oínte, cédelle poder para non ser impositivo. No caso dos falantes rurais (sobre todo os máis vellos) que empregan con frecuencia suxestións mitigadas, isto parece máis marcado: mostran ostensivamente a necesidade ou o desexo pero sométense á vontade do oínte que acaba por ter a responsabilidade do intercambio. Aínda que esta fórmula é tamén usada por falantes urbanos, estes poñen en funcionamento un abano de estratexias máis amplo. Ao aumentar o risco para a imaxe pública, os falantes de orixe urbana reforzan a súa argumentación: fan peticións máis longas e con maior número de reforzos (mitigadores ou intensificadores dependendo da situación). Mentres na mesma situación, os falantes rurais centran a súa estratexia no reforzo da cortesía codificada, na ostensión da necesidade e na cesión de poder ao falante.

O parámetro da distancia horizontal é o que máis afecta á presenza de (des)cortesía codificada e (des)cortesía interpretada. Canta máis familiaridade menos necesaria e máis estraña se fai a cortesía codificada. Como sinala Briz (2004), nestes casos a cortesía codificada podería ser mesmo interpretada como descortesía. Emprégase sobre todo cortesía de solidariedade (codificada ou non) porque como sinalan moitos falantes cando teñen que pedir a un amigo que lles pague un café, isto non supón un gran esforzo:

76. **UM4:** [aos meus amigos? /// bueno [risas] me parece algo como mui contían] (X)esquecín// as pelas(X) / **invítame** /// son os amigos bueno unhas veces o fan eles e outras o fago eu (C1 F+)
77. **UH4:** Ai [risas] non hai con que pagar↑ [risas] **espero que me convides**↑ [cantando] pero estou sen un caaan↑[cantando][risas] home! Si son colegas→ (C1 F+)

Se o poder e a familiaridade afectan sobre todo á realización do núcleo da petición e o uso de reforzos de cortesía ou de minimización da imposición, a relevancia condiciona especialmente as xustificacións e as promesas de compensación. Canto maior é a relevancia, máis sente o falante a obriga de demostrar a necesidade que ten de levar a cabo a petición e de asegurar algún tipo de compensación ao oínte, deste realizar o requirido.

A variedade na escolla de estratexias comunicativas segundo a procedencia, a idade e o sexo dos informantes tamén se revelou interesante. Coa diferenciación de falantes urbanos e falantes rurais pretendíase abarcar toda unha serie de características que se conxugan nesta oposición. Os falantes urbanos, mesmo se o galego é a súa primeira lingua e vehículo habitual de comunicación, teñen un contacto moito maior co castelán que os falantes rurais.

Outro aspecto a ter en conta é o nivel de formación. A práctica totalidade dos falantes urbanos ten estudos superiores (para todos os grupos de sexo e idade), mentres que só dous dos falantes rurais maiores teñen estudos superiores e dous dos novos estudos medios; no resto o nivel de estudos é o básico. Como sinala Hernández Sacristán (1995: 318), a relación de estrutura social e estrutura lingüística é altamente relevante para a sociopragmática, polo que non se pode esquecer a gran diferenza que existe entre as estruturas dunha comunidade rural e dunha comunidade urbana. Mesmo se hoxe en día estas diferenzas parecen ir atenuándose, os resultados que obtemos demostran que na lingua isto aínda está bastante presente.

Alén de todas as diferenzas presentadas en relación ao poder e á familiaridade, en xeral, as estratexias preferidas por falantes urbanos e rurais son distintas. Probablemente o que máis chama a atención é a “lonxitude” das peticións. Os falantes urbanos argumentan a súa petición: canto máis difícil é o pedido, máis traballada está a argumentación cara ao fin que tentan acadar. Isto non é así en falantes rurais que sempre empregan intervencións moito máis breves, aínda que non máis directas. Pódense manexar varias hipóteses para explicar isto. En primeiro lugar, cabe a posibilidade de que estes últimos se sentisen máis cohibidos ante a enquisa e contestasen de forma menos descontrada, mais o grao de familiaridade da enquisadora con case todos eles é maior que cos falantes urbanos que colaboraron. Alén disto, as poucas peticións recollidas de forma espontánea tampouco desmenten este dato.

Podería ter maior consistencia relacionalo co nivel de formación. Autores como Bourdieu sinalan a relevancia deste parámetro no abano de recursos que un falante ten para a expresión lingüística. Probablemente é un aspecto a ter en conta, aínda que se analizamos as intervencións de falantes rurais con formación superior (RMM1 e RMH1) non parece que esta hipótese sexa tan relevante, xa que as súas estratexias son similares ás do conxunto.

Aínda que estes dous factores poidan influír nas diferenzas destes grupos, parece haber un compoñente cultural nada desprezable. Os falantes rurais en situacións que supoñen un risco para a imaxe pública, non empregan tantos reforzos como os falantes urbanos nin grandes argumentacións para soste-la súa petición. Recorren a núcleos nos que a forza ilocutiva está máis mitigada: prefiren a suxestión, centrarse nas condicións preparatorias ou realizar peticións indirectas. Como reforzo, empregan sobre todo marcas de cortesía e xustificacións breves, concisas. Ademais, en moitas situacións preferiren non facer a petición, sobre todo se a relevancia é

alta e a distancia social horizontal é grande. Pola contra, cando existe familiaridade, as súas peticións son moito máis directas e abertas que as empregadas por falantes urbanos.

Nos falantes de procedencia rural, parece confirmarse a polarización das estratexias de petición respecto do parámetro de familiaridade, alén de gardaren maior respecto polas normas sociais que reñen os intercambios e preferiren o uso de fórmulas de cortesía convencionalizadas.

Hernández Sacristán (1995), baseándose nos traballos de Wierzbicka (1991), establece catro parellas de principios da interacción social que organizan valores culturais e actos de fala. Son o principio de non interferencia fronte ao principio de solidariedade e cordialidade¹¹, o principio de cerimoniaisidade fronte ao de autenticidade, o de mostra pudorosa do “ego” fronte ao principio de afectividade e o principio de relación fiduciaria (o home débese á norma) fronte ao principio de exculpación (a norma débese ao home). Os falantes máis tradicionais inclínanse, en maior medida que os falantes urbanos, polos primeiros termos da oposición.

Podemos explicar a preferencia por estratexias menos impositivas en virtude do principio de non interferencia. Canto ao segundo par, como sinala o mesmo autor, “no tránsito de sociedades máis tradicionais máis rixidamente xerarquizadas a sociedades modernas democráticas o principio de autenticidade foi gañando terreo ao principio de cerimoniaisidade” (Hernández Sacristán 1995: 325), o que explica a preferencia de falantes rurais polas marcas de cortesía e tamén por expresións máis ou menos convencionalizadas en determinadas situacións. Isto último tamén está relacionado co último dos principios, xa que se reduce a creatividade do falante en favor do uso de fórmulas “normais” na situación presentada. Igualmente na formulación máis extensa de falantes urbanos atopamos maior forza expresiva e os recursos de intensificación do discurso son máis frecuentes que nos de falantes rurais, o que demostra maior observancia do principio de mostra pudorosa do “ego”.

Todo isto podería provocar que as peticións de falantes rurais fosen interpretadas como rudas e pouco auténticas por falantes urbanos, ao igual que as destes poderían despertar certo receo e desconfianza naqueles por exceso de interese.

O parámetro do xénero requiriría unha análise moito máis detallada da desenvolvida neste traballo. As imaxes sociais de homes e mulleres non se constrúen da mesma maneira; polo que, tanto as estratexias de cortesía que empregan como falantes, como a cortesía esixida en función do xénero do interlocutor son moi diferentes. Neste corpus, en xeral, as peticións realizadas por mulleres son menos impositivas que as feitas por homes. Dos vinte e catro usos de mitigadores da imposición, só nove son utilizados por homes. Alén disto, a mitigación do discurso (especialmente

11 Como xa se viu, esta oposición é especialmente produtiva nos estudos de cortesía e en concreto nas estratexias preferidas por cada lingua para a formulación de peticións.

empregando recursos suprasegmentais e de modificación) é maior nas intervencións femininas. Tamén, e para todos os grupos, se confirma un maior uso de cortesía convencionalizada na fala das mulleres, sobre todo cando aumenta a distancia social tanto vertical como horizontal.

Os datos referentes á idade confirman as conclusións de Briz (2004) sobre a valoración da (des)cortesía interpretada sobre a codificada e a importancia do reforzo dos lazos de solidariedade nos falantes máis novos. Os falantes rurais deste grupo de idade seguen a presentar a maioría dos trazos vistos para os falantes deste ámbito.

6. Conclusión

Os primeiros estudos comparativos sobre cortesía intentaban dilucidar cales das cinco estratexias de cortesía propostas por Brown/ Levinson, presentadas anteriormente eran preferidas polos falantes. Nunha escala como a proposta por Blum-Kulka (2000) que teña nos seus extremos cortesía de solidariedade e cortesía de deferencia respectivamente, o galego, aínda estando dentro de culturas que prefiren a cortesía de solidariedade, tería unha posición máis central que outras linguas románicas como o castelán. Pero isto parece levar a unha análise pouco uniforme e simplificadora.

Tratando de ir máis alá, xustificar a preferencia de estratexias indirectas e pouco impositivas unicamente por deferencia, non se axusta á complexidade do ritual de coidado da imaxe. Insístese na importancia da cortesía negativa nas peticións en todas as linguas, xa que o acto en si supón un ataque á imaxe negativa do oínte. Porén no galego o falante sente a petición como un forte perigo para a súa propia imaxe positiva e inviste moito esforzo en mitigalo: busca “desresponsabilizarse” da petición, prefere recorrer á necesidade e á obrigatoriedade fronte ao desexo ou á orde, ademais de xustificarse e demostrar a incomodidade por ter que apelar ao oínte. O máis censurable en galego parece ser comprometer a imaxe do outro (tanto a positiva como a negativa).

Mais o falante, coñecedor das regras, emprega isto como parte importante da súa estratexia: dentro do xogo da petición o oínte tamén deberá coidar a imaxe do seu interlocutor. Así, o falante prefere transferirlle o poder e a responsabilidade do intercambio, para o que emprega a suxestión e a ostensión do desexo ou a necesidade. Para o reforzo do sentimento de filiación ou da imaxe positiva parece que en galego é fundamental estar disposto a coidar e non comprometer en ningún momento a imaxe do outro, a gardala e reforzala sobre a imaxe dun mesmo. Unha lectura similar da retransa fai Piccardi (2004), aínda que non chega a relacionala coas estratexias de cortesía.

Fronte ao que acontece en español, segundo mantén Diana Bravo (1999), onde ser consciente das calidades propias e traspoñer a confianza interpersonal de ámbitos

familiares ao resto de relacións é considerado como positivo, en galego o máis importante parece coidar a imaxe do oínte, moitas veces a costa da do falante, sobre todo en situacións de distancia social, nas que rexen normas moi diferentes ás propias de situacións de familiaridade.

Respecto de interferencias máis concretas do español sobre o galego en estratexias de cortesía, parece que o condicional non é un tempo empregado tradicionalmente para este fin. Fronte a este tempo os falantes máis tradicionais prefiren o presente, o imperfecto e probablemente o futuro. Os falantes de procedencia rural non usan en ningún caso o condicional e entre os falantes urbanos é máis frecuente entre os novos e en situacións cotiás nas que falante e oínte non teñen ningunha relación, isto é, situacións nas que se prefiren as fórmulas máis convencionalizadas polo uso.

Parece que o núcleo interrogativo empregando o condicional de cortesía e baseado en condicións previas (“podería pasar diante?”: UM1) máis convencionalizado en castelán está a competir co emprego doutras formas con núcleo condicional (“se fai favor e me deixa pasar, eu acabo axiña”: RMH2) ou de modo imperativo (“por favor, déixeme pasar, que é pouca cousa”: RMM2).

Debemos considerar os resultados deste traballo como provisionais, xa que, alén de constituír isto unha primeira achega, é necesario un estudo cuantitativo para poder avaliar o alcance das conclusións. Porén, cremos que si se comprobou a existencia de diferenzas pragmáticas entre galego e castelán e as interferencias neste nivel. Queremos subliñar a necesidade de que os estudos sobre lingüística non descoiden estes aspectos, para poder fornecer de ferramentas imprescindibles ámbitos máis prácticos como a didáctica da lingua ou a tradución.

7. Bibliografía

- Álvarez Muro, A. (2005): *Cortesía y descortesía: teoría y praxis de un sistema de significación. Estudios de Lingüística del Español*, 25 [en liña]. Dispoñible en: <<http://elies.rediris.es/elies25/>> [consult.: 08.05.2008].
- Beebe, L. M./ Cummings M. C. (1996): “Natural speech act data versus written questionnaire data: How data collection method affects speech act performance”, en Gass, S. M. / Neu, J. (ed.) (1996), *Speech Acts Across Cultures. Studies on Language Acquisition*, 11: 65-83.
- Blum-Kulka, S. (1987): “Indirectness and politeness in requests: same or different?”, *Journal of Pragmatics*, 11: 131-146.
- Blum-Kulka, S. (1996a): “Introducción a la pragmática del interlenguaje”, en Cenoz, J. / Valencia, J. F. (ed.), *La competencia pragmática: elementos lingüísticos y psicosociales*: 155-175 (Bilbao: Universidad del País Vasco / EHU, 1996).

- Blum-Kulka, S. (1996b): “Variaciones en la formulación de peticiones”, en Cenoz, J. / Valencia, J. F. (ed.), *La competencia pragmática: elementos lingüísticos y psicosociales*: 179-194 (Bilbao: Universidad del País Vasco / EHU, 1996).
- Blum-Kulka (2000): “Pragmática del discurso”, en Van Dijk (ed.), *El discurso como interacción social*: 67-100 (Barcelona: Gedisa).
- Blum-Kulka, S. / House, J. / Kasper, G.. (eds.) (1989), *Cross-cultural pragmatics: request and apologies* (Norwood: Ablex).
- Bravo, D. (1999): “¿Imagen “positiva” vs. imagen “negativa”? Pragmática socio-cultural y componentes de *face*”, *Oralia*, 2: 154-184.
- Bravo, D. (2004): “Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de cortesía”, en Bravo, D. / Briz, A. (eds.), *Pragmática sociocultural: Estudios sobre el discurso de cortesía en español*: 15-38 (Barcelona: Ariel).
- Bravo, D. / Briz, A. (eds.), *Pragmática sociocultural: Estudios sobre el discurso de cortesía en español* (Barcelona: Ariel).
- Bravo, D. (ed.) (2005): *Estudios de la (des)cortesía en español: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos* (Buenos Aires: Dunken).
- Briz, A. (2001): *El español coloquial en la conversación: esbozo de pragmatrámatica* (Barcelona: Ariel).
- Briz, A. (2004): “Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada en la conversación”, en Bravo, D. / Briz A. (eds.): *Pragmática sociocultural: Estudios sobre el discurso de cortesía en español*: 67-94 (Barcelona: Ariel).
- Briz, A. (2007): “Atenuación y cortesía verbal en la conversación coloquial: su tratamiento en la clase de ELE”, en *Actas del programa de formación para profesorado de ELE: 2006-2007*: 9-49 (Múnich: Instituto Cervantes).
- Briz, A. / Grupo Val.Es.Co (2002): *Corpus de conversaciones coloquiales* (Madrid: Arco Libros).
- Brown, P. / Levinson, S. (1987): *Politeness. Some universals in language usage* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Casanova, M. I. (1992): *Actos ilocutórios directivos: a força do poder ou o poder da persuasão* Tese doutoral (Lisboa: Universidade de Lisboa).
- Cenoz, J. / Valencia, J. F. (1996): “Las peticiones: una comparación entre hablantes europeos y americanos”, en Cenoz, J. / Valencia, J. F. (ed.), *La competencia pragmática: elementos lingüísticos y psicosociales*: 225-238 (Bilbao: Servicio editorial. Universidad del País Vasco / EHU).
- Cirelli Apa, R. (2005): *Polidez lingüística nas conversações de Telemarketing* (São Paulo: Universidade de São Paulo) [en liña]. Disponible en: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01082006-142049>> [consult.: 08.05.2008].
- Cohen, A. (1996): “Investigating the production of speech act sets”, en Gass, S. M. / J. Neu (ed.) (1996), *Speech Acts Across Cultures. Studies on Language Acquisition*, 11: 21-43.

- Dobao, X. A. L. (1999): “Un máster de galego na aldea. Discursos (e silencios) públicos ó redor do galego oral”, en Álvarez, R. / Vilavedra, D. (eds.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero. Tomo I. Semblanza e creación. Lingua. Historia, cultura e sociedade*: 349-366 (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela / Departamento de Filoloxía Galega).
- Dobao, X. A. L. (2004): “O discurso oral público galego”, en Álvarez, R. / Fernández Rei, F / Santamarina, A. (eds.), *A lingua galega: historia e actualidade*, Vol. II: 297-306 (Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega).
- Escandell Vidal, M. V. (1998): “Cortesía y relevancia”, *La pragmática lingüística del español. Diálogos hispánicos*, 22: 7-24.
- Escandell Vidal, M. V. (2004): *La comunicación* (Madrid: Gredos).
- Fernandes Rodrigues, D. (2002): *Cortesía lingüística: uma competência discursivo-textual*. Tese de Doutoramento (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa).
- Fonseca, J. (1994): *Pragmática Lingüística. Introdução, Teoria e Descrição do Português* (Porto: Porto Editora).
- Freixeiro Mato, X. R. (2003): *Gramática da lingua galega. IV. Gramática do texto* (Vigo : A Nosa Terra).
- Gass, S. M. / Neu, J. (ed.) (1996): *Speech Acts Across Cultures. Studies on Language Acquisition*, 11 (Berlin-New York: Mouton de Gruyter).
- Goffman, E. (1967): *Interaction ritual. Essays on face-to face behavior* (New York: Anchor Books).
- Gómez Capuz, J. (1998): “Pragmática intercultural y modelos extranjeros: la interferencia pragmática en los doblajes al español de películas y seriales norteamericanos”, en Sánchez, A. / Salvador, V. / Gómez, J. R. (eds.), *Quaderns de Filologia. IV: Estudis Lingüístics. Pragmática intercultural*: 135-151 (Valencia: Universitat).
- Grice, P. (1991): “Lógica y conversación”, en Valdés Villanueva, L. M. (ed.), *La búsqueda del significado* (Madrid: Tecnos).
- Haverkate, H. (1994): *La cortesía verbal. Estudio pragmalingüístico* (Madrid: Editorial Gredos).
- Hernández Sacristán, C. (1995): “Actos de habla desde una perspectiva contrastiva: apuntes metodológicos”, en *Pragmática y gramática del español hablado: Actas del II simposio sobre Análisis del Discurso Oral*: 317-328 (Zaragoza: Libros Pórtico) [en liña]. Disponible en: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/monografia?clave_monografia=701> [consult.: 08.05.2008].
- ILTEC [Instituto de Linguística Teórica e Computacional] (2005): “Análise de actos ilocutórios directivos: o pedido e a ordem”, en *Diversidade Linguística na escola portuguesa* [en liña]. Disponible en: www.iltec.pt/divling/_pdfs/cd2_actos-ilocutorios_analise.pdf [consult.: 08.05.2008].

- Kabatek, J. (1991): “Interferencias entre galego e castelán: problemas do galego estándar”, *Cadernos da Lingua*, 4 : 39-48.
- Kabatek, J. (2004): “A diferenciación diafásica do galego actual”, en Álvarez, R. / Fernández Rei, F. / Santamarina, A. (eds.), *A lingua galega: historia e actualidade*. Vol. II: 379-388 (Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega).
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992): *Les interaccions verbales*. Vol. II (Paris: Armand Colin).
- Lakoff, R. (1973): “The Logic and Politeness; or, Minding Your P’s and Q’s”, en *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*: 292-305.
- Leech, G. (1997): *Principios de pragmática* (Logroño: Universidad de la Rioja).
- Lenertz Marcotulio L. / Lima da Souza, S. (2007): “A teoría da polidez de Brown e Levinson aplicada ao portugués brasileiro: desafíos e propostas”, en *IX Semana Nacional de Estudos Filológicos e Lingüísticos* [en liña]. Dispoñible en: <<http://www.filologia.org.br/ixsenefil/anais/07.htm>> [consult.: 08.09.2008].
- Lorenzo Suárez, A. M. (2004): “Algunhas consideracións teóricas sobre as consecuencias funcionais e estruturais do contacto na lingua galega”, en Álvarez, R. / Fernández Rei, F. / Santamarina, A. (eds.), *A lingua galega: historia e actualidade*. Vol. II: 309-324 (Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega).
- Márquez Reiter, R/ Placencia, M. E. (2005): *Spanish Pragmatics* (Gran Bretaña: Palgrave).
- Moledo Leirado, M. [Moreda Leirado, M.] (2007): “Marcadores conversacionais como marca de cortesía no Galego actual”, en Chrystello, C. / Chrystello, H. (org.): *Galiza: Berço da Lusofonia. Actas do V Colóquio Anual da Lusofonia*: 185-198 (Bragança: Arcosonline) [en liña]. Dispoñible en: www.arcosdigital.com/ebooks/galiza-berco-da-lusofonia.pdf [consult.: 08.05.2008].
- Moreno Cabrera, J. C. (1994): “Actos de Habla: definición y tipología. Actos de habla indirectos. La lógica de los actos de habla”, en *Curso universitario de Lingüística General*. Vol. II: *Semántica, pragmática morfología y fonología* (Madrid: Síntesis).
- Mulder, G. (1998): “Un estudio empírico de los actos de habla directivos en español”, *La pragmática lingüística del español. Diálogos hispánicos*, 22: 237-276.
- Peres de Oliveira, T. (2005): “Condicionalis, atenuação e polidez: um estudo das estratégias comunicativas das condicionais”, *Alfa*, 49, 1: 123-137 [en liña]. Dispoñible en: www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v49/v49-1/cap7.pdf [consult.: 08.05.2008].
- Piccardi, A. (2004): “A retransa como acto lingüístico”, *Cadernos da lingua*, 26: 99-108.
- Placencia, M. E. / Bravo, D. (eds.) (2002): *Actos de habla y cortesía en español. Lincom Studies in Pragmatics*, 05 (Muenchen: Lincom Europa).

- Placencia, M. E./ García, C. (eds.) (2007): *Research on Politeness in the Spanish-speaking world* (Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates).
- Rosales Sequeiros, X. (2005): “Current Issues in Galician Semantics and Pragmatics”, *Lincom Studies in Romance Linguistics*, 45.
- Sperber, D. / Wilson, D. (1994): *La relevancia* (Madrid: Visor).
- Watts, R.J. (2003): *Politeness* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Wierzbicka, A. (1991): *Cross-cultural pragmatics: The semantics of human interaction* (New York: Mouton de Gruyter).

Anexo I: Símbolos usados na transcripción

- Reinicios e autointerrupcións sen pausa
- / Pausa corta, inferior a medio segundo
- // Pausa entre medio segundo e un segundo
- /// Pausa dun segundo ou máis
- (3'') Silencio (lapso ou intervalo) de 3 segundos; indícase o número de segundos nas pausas de máis dun segundo
- ↓ Entoación descendente
- ↑ Entoación ascendente
- Entoación mantida ou suspendida
- NEno Pronuncia marcada e enfática (dúas ou máis letras maiúsculas)
- ne no Pronuncia soletreada
- °()° Fragmento pronunciado cunha intensidade baixa
- ee Alargamento vocálico
- nn Alargamento consonántico
- ? Entoación interrogativa
- ! Entoación exclamativa
- (()) Transcripción dubidosa
- [risas] Outros datos sobre a entoación, paralinguaxe... que nos pareceron interesantes foron anotados en caixas.
- & Solapamento das intervencións

Lingua galega e preconcepto

Xosé Ramón Freixeiro Mato
Universidade da Coruña

Resumo:

Neste artigo defínese o preconcepto en relación con outras nocións afíns, centrándose logo o traballo no estudo do preconcepto lingüístico como manifestación do racismo aplicado ás linguas e aos seus falantes. Após unha aproximación aos preconceptos lingüísticos no mundo desde unha perspectiva histórica e ás tentativas da súa clasificación a nivel xeral, estúdase a súa xénese e evolución na sociedade galega. A seguir, agrúpanse para a súa análise en preconceptos relacionados coa suposta falta de utilidade do galego, os que asocian este co atraso e a pobreza, os que consideran o seu uso como sinal de descortesía ou má educación, aqueles relacionados coa pretensa imposición lingüística, os referidos á caracterización pexorativa da lingua e a competencia dos falantes, e por último os que se refiren ao galego como marca ideolóxica ou profesional.

Palabras chave:

Preconcepto lingüístico, lingua galega, racismo lingüístico, imposición.

Abstract:

In this article prejudice is defined along with other related concepts, and next the work concentrates on the study of linguistic prejudice as a manifestation of racism applied to the languages and their speakers. After an approximation to the linguistic prejudices in the world from an historical perspective and to the attempts at classification in a general level, their genesis and evolution are studied in the Galician society. Next, they are grouped for analysis in prejudices related with a supposed lacking of utility of Galician; those that associate this with delay and poverty; those that consider its use as a signal of impoliteness or bad education; those related with a supposed linguistic imposition; those referred to the pejorative characterization of the language and the competence of its speakers; and, finally, those that are referred to Galician as an ideological or professional mark.

Key words:

Linguistic prejudice, Galician language, linguistic racism, imposition.

1. Introducción

Sobre o galego, igual que sobre calquera lingua en situación de minorización social, circularon discursos cargados de preconceitos ou prexuízos. Unha boa mostra de que, após máis de trinta anos de política lingüística na Galiza, non se conseguiu superar esa situación de minorización é a sobrevivencia de moitos deses preconceitos que secularmente viñeron operando e inclusivemente o aparecemento doutros novos nos últimos tempos. Xa dixeran Albert Einstein que é máis difícil romper un preconceito do que un átomo e isto estase a pór en evidencia no caso galego, onde mesmo a xente nova non se dá liberado deles (González 2003). E se esta situación non se logrou superar durante un período de políticas protectoras do galego, embora “de baixa intensidade” (Lorenzo 2005), difícil vai ser vencer os preconceitos que inviabilizan a normalización do galego nunha nova etapa en que se anuncian medidas regresivas e desprotectoras do idioma propio. Porén, o combate contra os preconceitos lingüísticos preséntase como un obxectivo ineludíbel para a sobrevivencia dunha lingua en perigo como o galego.

Cómpre distinguirmos os preconceitos doutras nocións relacionadas, como as actitudes, valores e, sobre todo, estereótipos, pois para que exista un preconceito debe haber un estereótipo previo¹. As actitudes, tanto individuais como sociais, teñen unha grande importancia, pois adoitan interpretarse como un factor explicativo, e por tanto predictivo, da conduta (Iglesias Álvarez 1999), de modo que o estudo de como se forman e como mudan pode converterse nun aspecto clave na resolución de conflitos individuais e sociais. As actitudes podémolas definir como construtos mentais, e por tanto internos, das persoas, que conducen a que estas respondan favorábel ou desfavorabelmente perante un obxecto dado. Están moi vinculadas ás ideoloxías, que embora interpretadas en ocasións só dun punto de vista negativo como lexitimadoras ou xustificadoras do poder establecido, na realidade poden ser tanto dominantes como de resistencia –ou contraideoloxías–. A grande importancia das ideoloxías radica en que guían a interpretación do mundo das persoas e condicionan o seu comportamento social; porén, posúen un nivel de xeneralidade e abstracción demasiado alto, de modo que é preciso distinguirmos no seu interior compoñentes máis específicas e concretas, a que chamamos actitudes. Así pois, o que distingue as actitudes das ideoloxías é simplemente o maior nivel de especificidade das primeiras, aínda que sempre pode haber actitudes illadas que non se integran en ningunha ideoloxía concreta. En canto as ideoloxías se forman sobre temas relevantes para un grupo coa función de defenderen os intereses deste –dominante ou dominado–, as actitudes posúense sobre calquera obxecto e situación. Os valores, por súa parte, diferéncianse das ideoloxías e das actitudes en que son partillados por toda unha

1 De acordo con Iglesias Álvarez (2003: 15-42), a quen fundamentalmente seguiremos nesta introdución. Véxase tamén Baker (1992), Bagno (2003), Leite (2008) ou Ninyoles (1997 e 2005).

cultura, aínda que poida haber sectores desta que presenten valores desviados, feito que os converte en marxinais e rexeitados socialmente.

As ideoloxías, as actitudes, os valores, as normas sociais e o coñecemento sociocultural non son innatos, mais aprendidos, seguindo os mesmos principios de adquisición que outras formas de aprendizaxe. Os estereótipos, por súa parte, son construtos cognitivos que fan referencia aos atributos dun grupo social e poden conter características positivas e negativas. Polo xeral utilízanse de forma negativa para que certos grupos manteñan a súa posición dominante sobre outros, isto é, cumpren unha función defensiva. Aplicando isto ás linguas, asóciase unha determinada lingua cun status socioeconómico concreto e, en consecuencia, considérase a mudanza de idioma como un dos medios para modificar ese status. Desa forma, as linguas acaban por funcionar como capital social, cultural, económico e simbólico; e inclusive se percibe o poder que adquire unha lingua como unha característica inherente e non como algo conxuntural. Porén, a creación de estereótipos é necesaria xa que nos permiten simplificar o mundo que nos rodea para o podermos comprender. Os estereótipos forman, pois, parte do proceso de categorización, unha das principais funcións que tamén posúen as actitudes. Os estereótipos negativos son aqueles que van asociados a preconceptos e desembocan facilmente na discriminación.

Os preconceptos son, seguindo Iglesias (2003: 28), sentimentos afectivos de rexeitamento e a súa función é serviren para rexeitar o grupo máis débil, que se debe manter a distancia, e xustificaren a superioridade do grupo dominante. Existen preconceptos sobre os pretos, as mulleres, os vascos ou cataláns, a lingua galega etc., isto é, sobre aquilo que ameaza os grupos dominantes. En palabras de Bagno (2003: 12), os preconceptos son produto da intolerancia, principalmente cando esta é “fruto de uma visão de mundo estreita, inspirada em mitos e superstições que têm como único objetivo perpetuar os mecanismos de exclusão social”. Preconcepto e intolerancia tamén aparecen ligados en Leite (2008: 20), pois o primeiro é definido como “a idéia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância”. A adquisición dos preconceptos prodúcese durante o proceso de socialización, en que a infancia e a adolescencia desempeñan un papel fundamental, a se converteren os pais e nais e o profesorado, xunto cos medios de comunicación —en especial a televisión— e o grupo de amizades, en principais axentes na súa formación. Transmítense sobre todo a través do discurso socialmente circulante, isto é, da información verbal, que é o medio de socialización por excelencia, xuntamente coa análise directa dos feitos; así, no caso do galego a propia experiencia adquirida a través da observación da conduta dos maiores pode convencer unha crianza de que este idioma non é válido para determinados usos.

Por outra parte, e seguindo Tuson (1990: 22-27), convén distinguirmos os xuízos de valor dos xuízos de feito. Os primeiros poden someterse a comprobación, fundaméntanse na experiencia colectiva e non dan lugar a preconceptos, en tanto que os segundos

non son comprobábeis, poden construírse ou non sobre un consenso, ofrecen indicios sobre os gostos persoais e sobre a educación recibida, expresan a actitude de quen os fai e costuman ser positivos ou negativos (*gostar de/non gostar de, bonito/feo, ben/mal* etc.). Os xuízos de valor poden afectar as persoas, os pobos, as linguas etc. con base en propiedades circunstanciais ou permanentes –representan características esenciais de persoas e grupos humanos–. O problema é que, con frecuencia, os xuízos de valor adoptan fórmulas dos xuízos de feito e presentan como trazos negativos características inalienábeis de persoas e pobos –ser baixo, preto, muller...–, de modo que uns xuízos aparentemente descritivos se converten en discriminatorios. Por esta vía, os xuízos de valor poden conducir aos preconceitos sobre os pobos –por exemplo, sobre os escoceses, cataláns ou alemáns– e tamén sobre as linguas. Evidentemente, algúns dos xuízos de valor sobre as linguas están inducidos desde o poder, como cando se fala de linguas de cultura, linguas internacionais, linguas aptas para as leis ou a literatura etc. e, polo contrario, linguas que non serven para nada diso. Os preconceitos, en definitiva, son xuízos atrevidos ou precipitados emitidos sen base suficiente por persoas que se deixan levar por tendencias non sustentadas na razón.

2. Os preconceitos lingüísticos e a súa clasificación

O preconceito lingüístico é unha subclase dos preconceitos e afecta tanto as linguas como os seus falantes. Pode ser definido como un medio para coñecermos, mediante a fala, as características do interlocutor: a súa orixe social –fala galego, por tanto é da aldea–, a educación –fala ben o español, por conseguinte é unha persoa que recibiu educación– etc. Neste sentido, a minusvaloración e abandono da lingua propia é consecuencia dun preconceito lingüístico que mellor se podería denominar autopreconceito, autoodio ou deslealdade lingüística (Tuson 1990: 29). Este concepto de *autoodio* (*self-hatred*) foi definido por Allport (1962: 172), seguindo as investigacións de Kurt Lewin, como o sentimento de vergoña que alguén pode ter por posuír as características –reais ou imaxinarias– que despreza no seu propio grupo. O autoodio produce como primeiro efecto a identificación cos intereses culturais do grupo dominante, o que provoca no individuo que o padece unha máis aguda sensibilidade a respecto da súa propia inferioridade e un impulso cara ao rexeitamento das características sociais e culturais do grupo a que pertence, entre elas o idioma. Desta forma, o grupo propio convértese en grupo de referencia negativa, perante o cal ese individuo non só se deberá mostrar indiferente, mais dependentemente hostil (Ninyoles 2005: 189).

Dunha forma ou doutra e en diferentes graos, para Tuson o preconceito lingüístico é unha manifestación do racismo aplicado ás linguas e aos seus falantes, e pode producir inclusive a morte dunha lingua ao considerala menos apta do que outra. Este mesmo autor defíneo como

unha desviación da racionalidade que ten a forma de xuízo de valor emitido ben sobre unha lingua (ou sobre algunha das súas características), ben sobre os falantes dunha lingua (en tanto que falantes), xerado directamente pola ignorancia ou pola malevolencia, axustado a estereotipos maniqueos e ditado pola molestia que nos producen as diferenzas (Tuson 1990: 30).

Moreno Cabrera (2006a: 15-16), por seu turno, fala de “prejuicios discriminatorios”, de que non se libra nin a lingüística “más pura y objetiva”, e toma como concepto básico o de ‘discriminación lingüística’, que define como calquera actitude cara ás linguas ou variedades que se basee na idea de que estas se poden clasificar en tipos e que existen diferenzas entre eses tipos “que pueden justificar la concepción de que unas son superiores a otras total o parcialmente”.

Os conceptos lingüísticos son case tan vellos como as propias linguas. Xa na antigüidade Sócrates criticaba os poetas por mudaren as palabras e Quintiliano describía o ‘grammaticus’ como posuidor da corrección lingüística². Na Idade Media confrontábase o latín, lingua culta, cos romances ou linguas vulgares; e mesmo cara a finais do período se falaba de linguas boas ou más segundo tivesen ou non gramáticas. A comezos do século XIV Dante, en *De vulgari eloquentia*, xa deixa transparecer unha grande cantidade de conceptos lingüísticos cando afirma que a lingua dos romanos é a peor de todas porque estes fedén a bravún, que os de Aquilea arroitan ao falaren, que os dialectos do Lacio son femininos etc. No século XVI, o emperador Carlos –Carlos I de España e V de Alemaña, como nos aprenderon– deixou dito que utilizaba o castelán para falar con Deus, o francés para se comunicar cos amigos e o alemán para tratar cos inimigos –ou mesmo co cabalo segundo outras versións–. Se nos situarmos no século XVIII, acharemos que no volume IX da *Encyclopédie*, so a entrada “langue”, se diferencia entre linguas primitivas e linguas de cultura, se canta as excelencias dun idioma capaz de se facer internacional e se propón o francés como lingua da liberdade e da Revolución, en contraste cos *patois*. O propio Rousseau, no seu *Essai sur l’origine des langues*, de 1756, ao tratar dos primeiros seres humanos, distinguía entre linguas do norte –ásperas, sonoras, claras– e linguas do sur –elocuentes, vivaces, escuras–; e canto ás linguas modernas, cualifica as do norte (francés, inglés e alemán) de frías e feitas polo razoamento e a cooperación, en canto as do sur serían aptas para falar dos misterios sagrados, promulgar leis e guiar as multitudes.

Nos séculos XVIII e XIX proliferan as defensas apoloxéticas das linguas, mais con diferenzas entre a apoloxía das linguas consideradas fortes e a das tomadas por febles ou fracas, a primeira con clara tendencia cara ao imperialismo lingüístico, como

2 Véxase “As vellas pegadas da etnolatría” en Tuson (1990: 33-51), de onde sintetizamos algunhas referencias. Precisamente na discriminación social da lingua oral e popular face á lingua normativa (“correcta”) basea Bagno (2003, 2005) o seu combate contra os conceptos lingüísticos no Brasil.

demostra a seguinte cita de Lomonosov (século XVIII): “Soberana de moitas linguas, a lingua de Rusia é grande diante de todas as linguas de Europa non só pola extensión dos lugares onde reina como, máis aínda, polas súas dimensións e opulencia”³. En troca, algúns apoloxetas de linguas febles aceptan a reclusión destas no ámbito familiar e na poesía, como exemplifica o seguinte texto de Tomàs Forteza, de 1886: “Impere en boa hora no alcázar da Ciencia a lingua castelá, sen que por iso negue un sitial á súa irmá desfavorecida; porén, as portas sagradas do templo da Poesía están francamente abertas para as dúas” (en Tuson, 1990: 49). No entanto, tamén se producen reaccións defensivas desmesuradas das linguas fracas, de que é unha boa mostra a “Introdución” de Curros (1886) a *Aires d’a miña terra*. Dános máis exemplos Moreno Cabrera (2006a: 83-85), quen afirma que todos temos dereito a cantarmos as excelencias das nosas linguas “porque *nunca* nos faltará razón”, mais o que non está obxectivamente xustificado é facérmolo a custa ou en detrimento doutras linguas.

Non faltan tampouco declaracións sobre a igualdade das linguas, na procura de pór cada un a súa á altura das demais, e sobre a natural defensa da lingua propia, como fai por exemplo Curros na segunda parte da súa “Introdución” antecitada e máis dun século antes Carles Ros en 1752 na obra *Cualidades y blasones de la lengua valenciana*. Uns poucos anos atrás, en 1726, o Padre Feijóo publicaba o “Paralelo de las lenguas castellana y francesa” como Discurso XV do seu *Theatro Crítico Universal*, seguido dun “Corolario” en que sostén a primacía do galego sobre o portugués, o que lle vale unha réplica irada de Ernesto Frayer, pseudónimo do diplomata portugués Martinho de Mendoça de Pina e de Proença Homem, que un ano máis tarde publica o *Discurso Philologico Crítico sobre el Corolario del Discurso XV...*, onde proclama o superior estatuto do portugués a respecto do castelán e termina cunha descualificación contundente do galego. No mesmo século XVIII o Padre Sarmiento polemiza retrospectivamente con Duarte Nunes de Leão, que en 1606 publicara a obra *Origem da lingua portuguesa*, onde consideraba a lingua galega inferior á de Portugal e negaba a existencia mesma do reino da Galiza⁴. As polémicas, pois, entre apoloxetas dunhas e doutras linguas proliferan nos séculos XVIII e XIX, inzadas de preconceitos lingüísticos, e nelas tamén está presente o galego. E de certo que unhas e outros continúan a ter presenza no XX, nalgún caso de forma ben extremada e depreciativa cara ás linguas minorizadas: “Y siniestros son todos esos movimientos y esfuerzos, ahora frecuentes, por recluír a las gentes en las lenguas minoritarias, por alentar de un modo u otro el espíritu de campanario, por querer transmutar la babelización de maldición bíblica en bendición cultural”

3 Cita aducida por Seriot (1984) e traducida en Tuson (1990: 48); tamén reproducida, con variantes de tradución, en Moreno Cabrera (2006a: 85); este autor infórmanos igualmente de que o barón de Ryckholt publicou en 1868 un libro co elocuente título *O flamenco, lingua primeira, nai de todas as linguas* (Moreno Cabrera 2006a: 83).

4 Estas e outras polémicas entre galegos e portugueses poden verse máis por extenso en Freixeiro (2006: 39-57).

(Salvador 1987: 66). Aínda na actualidade sobreviven os preconceitos lingüísticos, se callar en ocasións máis sutilmente expresados ou disfarzados. Unha clara mostra constitúea o “Manifiesto por la lengua común”⁵ –o español, claro está–, que no ano 2008 andaba a apañar sinaturas a prol dun idioma pretensamente ameazado que é o único que todos os cidadáns e cidadás do Estado teñen a obriga constitucional de coñeceren e que é tamén idioma oficial noutros moitos países do mundo. Outro exemplo dánolo algunha publicación dunha fundación ligado ao Partido Popular, que aínda a inicios de 2009 arremetía dunha maneira totalmente preconceptuosa contra a lingua galega. O máis preocupante é que, alén de ser máis unha mostra da sobrevivencia dos preconceitos lingüísticos, os principios ideolóxico-lingüísticos que moven tal fundación acharon amplo eco na propia Galiza e actualmente están a inspirar a política lingüística do novo Goberno galego.

Por tanto, existiron e continúan a existir preconceitos lingüísticos no Estado español, na Galiza e no mundo, que en xeral son utilizados contra as linguas minorizadas e que desde o noso ámbito xeopolítico presentan unha clara visión eurocéntrica (Moure 2005, 2006). Estes preconceitos son moi variados e atéstanse so formulacións diversas, aínda que teñen un fondo común que non é outro máis que o desprezo pola diferenza e o afán de asimilación imperialista. As tentativas de clasificación existentes presentan en xeral moitos puntos en común, independentemente do ámbito para o que se formularen. Nun espazo xeolingüístico concreto como é o do Brasil, Marcos Bagno (2003: 13-72) sinala os seguintes “mitos” do preconceito lingüístico: “A lingua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”; “Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português”; “Português é muito difícil”; “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”; “O certo é falar assim porque se escreve assim”; “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”; e “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Nestes mitos subxacen varios preconceitos lingüísticos baseados nas peculiares características sociolingüísticas do Brasil, onde, unha vez que case se conseguiu exterminar as linguas indíxenas, a discriminación por motivo do idioma utilizado afecta as distintas variedades ou maneiras de falar a lingua oficial; naturalmente, o modelo do ben falar estabeléceno as clases superiores e as inferiores son vítimas, alén dunha discriminación socioeconómica, doutra tamén lingüística⁶.

Moreno Cabrera (2006a: 237-265), por súa vez, recolle cen “mitos, prejuicios y tópicos” sobre as linguas que tratan arredor dos seguintes temas: a orixe das linguas

5 Sobre a polisemia do termo ‘común’ aplicado ao español véxase López García (2007).

6 O propio Bagno (2001: 15) sostén con rotundidade que o preconceito lingüístico manifesta nas súas diversas formas e nas diferentes faces “a ideología cristalizada há séculos na Gramática Tradicional (GT) e materializada, por assim dizer, no gênero literário conhecido como *gramática normativa* (GN)”.

e da linguaxe humana; o número de falantes das linguas; estado, nación e lingua estándar; facilidade e dificultade das linguas; variedades lingüísticas e prestixio social; a lingua materna; idioma e léxico; lingua escrita e cambio lingüístico; filólogos, tradutores, lingüistas e outras especies intelectuais. Moitos destes temas aparecen tamén nos criterios de clasificación recollidos por Tuson (1990), baseados xeralmente na contraposición entre unhas linguas que se poderían cualificar como boas, importantes ou adecuadas para a vida actual, e outras que non terían estas propiedades e que, por tanto, habería que considerar como más, irrelevantes ou non aptas para os tempos que corren⁷. Un primeiro grupo establecido por Tuson (1990: 56-69) é o dos preconceitos inocentes ou populares, que permiten establecer de forma maniquea o seguinte agrupamento de linguas: sinxelas vs. complicadas –para os falantes nativos non hai linguas complicadas, de modo que as crianzas chinesas non tardan máis en falaren do que as francesas–, suaves vs. ásperas –serán en todo o caso as persoas as que falen de forma máis suave, máis enérxica ou áspera– e linguas con moitos vs. pouco falantes –o número de falantes de cada lingua poden contarse de varias maneiras e case sempre de forma interesada⁸. O segundo grupo que establece Tuson (1990: 73-91) é o dos prexuízos culturais, segundo os que se pretende falar de linguas de cultura vs. primitivas –algunhas destas presentan unha complexidade estrutural superior ás anteriores e finezas extraordinarias⁹–, linguas literarias vs. non literarias –a práctica totalidade das linguas foron faladas e non escritas durante toda ou a maior parte da súa existencia¹⁰– e linguas vs. dialectos –porén a lingua estándar provén dun dialecto magnificado pola administración e polo poder¹¹. Por último, fala Tuson (1990: 95-111) de preconceitos xeopolíticos, que propician a discriminación entre linguas maioritarias vs. minoritarias –no canto de descualificar directamente as linguas periféricas ou ‘rexionais’ fálanse das vantaxes

7 Segundo máis adiante se verá, os preconceitos pretenden levar o galego para este segundo grupo, onde polo común se achan as linguas minorizadas e non oficiais dos estados.

8 Confróntense os datos de diferentes estudos estatísticos en Tuson (1990: 64-66); para os falantes das linguas de Europa véxase Costas (2002). Sobre a subxectividade na interpretación do número de falantes véxase Salvador (1987: 56-66). Por outra parte, no mundo hai 208 linguas con máis de un millón de falantes e a maioría sonnos descoñecidas para os europeos (Moure 2005: 137).

9 O cheyenne, por exemplo, ten dúas terceiras persoas pronominais que permiten especificacións do referente que non realizan as linguas romances, o esquimó ten unha palabra para designar a neve que cae e outra para a neve caída, a complexidade verbal do navaho é moi superior á do latín (Moure 2006: 106-107) etc.

10 Véxanse os cadros de emerxencia das linguas nacionais europeas en Baggioni (2004: 67-69), onde se indica a data de aparición dos textos escritos, que en ocasións se sitúa no século XIX.

11 O propio Lapesa (1962: 125), no seu afán por enxalzar o español, admite a súa procedencia dialectal: “El dialecto castellano evoluciona con más rapidez que los otros y, según veremos, se muestra distinto de todos, con poderosa individualidad. Castilla, levantisca y ambiciosa en su política, revolucionaria en el derecho, heroica en su epopeya, fue la región más innovadora en el lenguaje. Y así como su prodigiosa vitalidad la destinaba a ser el eje de las empresas nacionales, su dialecto había de erigirse en lengua de toda la comunidad hispana”.

da lingua de todos–, linguas con estado vs. linguas sen estado –a identificación entre lingua e estado é totalmente contraria á realidade, segundo demostra o caso de Europa (Costas 2002, Baggioni 2004)¹²– e linguas de comunicación vs. linguas locais –todas as linguas son de comunicación, sen excepcións, embora unhas permitan comunicarnos con máis xente do que outras.

En conclusión, en canto nos gabamos de pertencermos a sociedades avanzadas, moitas linguas van morrendo, e con elas moitas culturas, mediante a propagación de preconceitos lingüísticos e a promoción das desigualdades entre os países, de modo que a sorte dos idiomas vai unida á historia dos pobos dominadores e dominados, aínda que agora o poder adopte formas máis pretensamente civilizadoras do que colonizadoras, mais sempre coa intención de ir acabando coas diferenzas, tamén lingüísticas. No fondo, non se nos convida tanto a aprendermos unha segunda ou terceira lingua que puider abrimos novos camiños como a renunciarmos á propia.

3. Os preconceitos a respecto do galego

O que acontece no marco mundial canto a discriminación e intolerancia lingüística mediante a extensión dos preconceitos, está tamén a acontecer no Estado español e na Galiza, onde o galego non consegue liberarse duns preconceitos historicamente alimentados e propagados por un poder central e centralista que, no fondo, e alén de declaracións retóricas, continúa á procura do uniformismo político, cultural e lingüístico. Como lingua minorizada que foi no seu propio territorio durante quíntos anos, o galego é vítima aínda hoxe dos preconceitos acumulados nese longo período e inclusive sofre outros novos como consecuencia das transformacións que experimentou o contexto sociolingüístico galego e as circunstancias sociopolíticas no Estado, en Europa e no mundo. O proceso de globalización ou mundialización actual trae novas formas de dominio sobre as nacións e as culturas periféricas e xera tamén novos preconceitos sobre as linguas minorizadas.

3.1. Xénese e evolución dos preconceitos lingüísticos na Galiza

Parece evidente que a maior parte dos preconceitos a respecto do galego se xeraron a partir de finais da Idade Media, isto é, desde o momento en que se perdeu a normalidade lingüística por imposición dunha lingua allea, o castelán, como lingua do poder. Os preconceitos que anteriormente puidesen existir serían máis ou menos

12 A situación lingüística no mundo é consecuencia directa de relacións de dominio, conquista e colonización duns pobos sobre outros, como testemuña, por exemplo, a proxección internacional do francés antes e do inglés agora. Segundo afirma Junyent (1986), son os falantes e, en definitiva, os pobos os que son fortes ou febles, grandes ou pequenos, e non precisamente pola súa lingua, mais en xeral pola súa capacidade de agresión.

os mesmos que afectaban as linguas en xeral. Coa subordinación do galego ao castelán, nos séculos escuros xa comezan a aparecer os preconceptos, a acompañaren o lento proceso de substitución lingüística e de asimilación político-cultural que pode conducir á morte da lingua. David Crystal (2003: 120-121), ao tratar sobre a morte das linguas, sinala precisamente a asimilación cultural como factor decisivo para a substitución lingüística e afirma que cando unha cultura asimila outra a orde de eventos que afecta a lingua en perigo parece ser a mesma en toda a parte: primeiro, unha inmensa presión de orde política, social ou económica para que as persoas falen a lingua dominante; como resultado, en segundo lugar, un período de bilingüismo emerxente en que as persoas se van facendo cada vez máis competentes na nova lingua sen esqueceren a orixinal, aínda que co tempo esta comeza a declinar; e, en terceiro lugar, a xeración máis nova vai facéndose máis competente na nova lingua e identificándose máis con ela, de modo que a orixinal comeza a perder prestixio, xorden actitudes negativas dos falantes cara a ela e aparecen sentimentos de vergoña por a falaren ou por seren identificados con ela, de modo que progresivamente se vai convertendo en lingua residual da xente maior que a usa no reduto doméstico como dialecto familiar. Neste proceso descrito por Crystal e aplicábel ao galego cos seus ritmos propios, as actitudes e os preconceptos desempeñan, como se ve, un papel importante e conducen á morte das linguas. De aí a importancia da súa superación para a sobrevivencia do galego neste caso.

Fica claro que o discurso socialmente dominante na Galiza e que contén os preconceptos lingüísticos en contra do idioma propio se foi conformando ao longo dos séculos, nun lento proceso de imposición e substitución lingüística que dura centos de anos. En consecuencia, mudar eses preconceptos tan longamente adquiridos implica grandes dificultades e tamén moito tempo, pois non se pode destecer nuns días o que se teceu en séculos. A mellor estratexia para combater os preconceptos será, por tanto, cuestionar ese discurso establecido e intentar modificalo mediante o coñecemento das causas en que asenta. Moitas destas serán de carácter histórico e nelas haberá que profundar; outras obedecen a factores máis achegados á actualidade. Poderase falar, así, de vellos preconceptos, como a vinculación do galego ao mundo rural e ao atraso, tamén aos ámbitos informais, e de novos preconceptos, aparecidos na transición democrática e no inicio do proceso de normalización, como a asociación do galego a un determinado perfil político ou os preconceptos da súa imposición.

Nas páxinas sucesivas iranse analizando algúns destes preconceptos, vellos e novos, mesturados con tópicos que socialmente veñen funcionando en contra do galego. Tamén se verá como uns preconceptos van asociados a outros, a se demostrar desta forma que existe unha causa fundamental de fondo que non pode ser outra máis que o proceso de colonización política, cultural e lingüística levado a cabo no país desde finais da Idade Media. A ideoloxía do poder alleo imposto na Galiza desde entón foi

xerando actitudes de desprezo do propio e perda da autoestima, creando estereótipos (os galegofalantes son ignorantes, brutos etc.) e preconceitos (o galego non serve para o progreso etc.) que inclusive deron orixe ao complexo de inferioridade. Na actualidade parecía térense reducido os preconceitos sobre o galego entre a xente nova, embora isto non se traducise nun aumento do uso desta lingua nas novas xeracións, mais nos estudos elaborados ao respecto (González 2003, Iglesias 2003 e 2007) aínda se constata unha presenza importante de preconceitos nesa faixa etárea, de modo que a idade non semella unha variábel tan destacada ao falarmos deles. Na realidade, a mocidade o que fai é reproducir os preconceitos que aprendeu da xente maior e que circulan a través do discurso socialmente operante. Por iso é preciso xerar un contradiscurso capaz de anular os efectos daniños do histórica e socialmente dominante se se quixer combater con eficacia os preconceitos lingüísticos¹³.

3.2. Tentativa de agrupamento e clasificación dos preconceitos sobre o galego

Non cabe dúbida de que un período tan longo de subordinación e desprestixio como o que sufriu o galego tiña de provocar o aparecemento de moitos e variados preconceitos, algúns coincidentes cos que costuman afectar todas as linguas en situación similar de minorización e outros específicos das peculiares circunstancias que rodearon a historia e a situación actual da lingua galega. Deixando de lado unha primeira clasificación, xa aludida, entre novos e vellos preconceitos, que de todas as formas será tida en conta no sucesivo, podemos agrupar os preconceitos que afectan a lingua galega arredor de seis grandes eixos temáticos: preconceitos relacionados coa suposta falta de utilidade do galego, aqueles que o asocian coa pobreza e co atraso, a súa consideración como sinal de descortesía ou má educación, os preconceitos relacionados coa pretensa imposición do galego, a caracterización pexorativa deste e a (in)competencia dos seus falantes e, por último, o galego como marca ideolóxica ou profesional. Como se dixo, existe unha estreita relación entre todos eles e uns levan séculos axindo en canto outros son de recente creación.

3.2.1. Preconceitos relacionados coa suposta falta de utilidade do galego

É este un dos grupos de preconceitos máis daniños, pois en xeral aquilo que non se sente como útil acaba sendo rexeitado e abandonado. Se o galego non fixer ver a súa utilidade para a sociedade, esta viraralle as costas. Arredor deste grande preconceito agrúpanse outros directamente relacionados con el; ou, dito con outras palabras, este preconceito preséntasenos so diferentes formulacións. Unha é a de que galego

13 Unha excelente e intelixente aproximación ao combate dos preconceitos lingüísticos entre a xente nova, cun enfoque á vez lúdico e didáctico, áchase en Núñez Singala (2009) e tamén en Sende (2007).

isola a Galiza do exterior, se callar o preconceito máis estendido, e tamén un dos máis vellos; baséase en que a lingua propia couda a proxección da Galiza fóra das súas fronteiras e detrás del está a idea de que co galego non se pode ir a ningures –por tanto, non é útil. A mellor proba para a negación deste tópico áchase na propia historia do idioma: durante a Idade Media o galego foi a única lingua da Galiza, falada por todas as clases sociais e empregada na escrita cando os romances substituíron o latín neste ámbito. Lonxe de iso supor o illamento da Galiza, esta tivo a maior proxección exterior da súa historia e a ela acudían en peregrinaxe xentes de toda a Europa. Alén diso, débese ter en conta tamén a real posibilidade que a lingua galega ofrece de comunicación con aproximadamente 230 millóns de habitantes dos diferentes continentes que son de expresión galego-portuguesa. O galego é unha das linguas máis estendidas polo mundo, pois, nado na Gallaecia, de onde tamén xurdiu Portugal, foi levado por este aos diferentes continentes. Por iso se pode afirmar que en Portugal, no Brasil e noutros territorios se fala galego, aínda que agora lle dean outro nome, como afirma a escritora María Xosé Queizán: “Aquí na Galiza debemos superar a mentalidade colonizada e adoptar a posición forte. Proclamar que o galego é a lingua de millóns de persoas en varios continentes, con cultura e literatura importantísimas e unírnos a elas, falando como falamos”¹⁴. O propio Castelain (1961: 346) xa tiña estas ideas ben claras bastantes anos antes ao afirmar que “todo canto se veu chamando ‘galaico-portugués’ é realmente e unicamente ‘galego’”. Por iso un informe do Consello da Cultura Galega sobre a análise e as perspectivas da política lingüística na Galiza no período 1980-2000 (Monteagudo / Bouzada 2002: 200), ao dar conta da opinión das persoas expertas mediante a técnica DELPHI, afirma que “son maioritarias as opinións que sinalan que os responsábeis lingüísticos deberan apostar de forma máis decidida por achegar o galego á área luso-brasileira”. O galego, pois, lonxe de isolar a Galiza do exterior, abre as portas ao mundo e móstrase neste aspecto como unha lingua extensa e útil, segundo a cualificou Castelain.

Outra derivación do prexuízo da falta de utilidade do galego é tópico da lingua universal, cuxos defensores parecen ver nas diversas linguas un obstáculo para a comunicación, cando na realidade todas son válidas para tal fin. Mais unha lingua tamén é, alén diso, a síntese da personalidade histórica e colectiva dun pobo. O mesmo Curros Henriquez se sentiu seducido por esta idea do idioma universal, mais esta crenza na necesidade dunha lingua universal que substitúa todas as demais bate nel, como en calquera persoa consciente e orgullosa do herdo dos seus antepasados, co amor que sente pola súa propia, e por iso acaba por afirmar que esa lingua universal será o galego. E continúa a composición a facer unha apaixonada defensa da lingua galega (“fala de miña nai”, “fala de meus avos”, “idioma en que garulan os paxaros”, “en que falan os ánxeles ós nenos”) e reiterando que esta non pode desaparecer:

14 Artigo publicado n’*A Nosa Terra*, 1-5-97.

“non, ti non morrerás”, “ti non podes morrer” etc. (Curros 1886: 3-6)¹⁵. Un idioma universal, lonxe de enriquecer o xénero humano, empobreceríao culturalmente e deshumanizaríao. Ben o explica tamén Castelao (1961: 43): “Un can de Turquía ouvea igual que un can de Dinamarca; un cabalo das Pampas arxentinas rincha igoal que un cabalo da Bretaña. ¿E sabedes por que? Porque os probes animaes aínda están no idioma universal...”. A enriquecedora variedade lingüístico-cultural da humanidade en nada se contradí coa existencia en cada momento dunha lingua que asuma a función de lingua internacional para as relacións comerciais ou doutro tipo; tal lingua antes foi o latín, hoxe parece cada vez máis ser o inglés e mañá pode ser outra, sempre en función do poder político e económico do país ou países en que se falar. Non se nega, por tanto, o valor do inglés ou doutras grandes linguas estatais para as relacións internacionais. Porén, a súa indubitábel importancia non debe contraponerse á defensa da diversidade lingüística nin debe servir como escusa para negar o papel doutras linguas, porque entón estase a lexitimar o imperialismo lingüístico, unha das principais causas de morte das linguas. O dominio dunha lingua a expensas doutras como consecuencia da conquista militar, política e económica foi cualificado por Calvet (1993) como ‘colonialismo lingüístico’ e ‘glotofaxia’, a se basear na experiencia do imperialismo racista de Occidente. Para Moreno Cabrera (2008: 144-145) a ideoloxía nacionalista colonial ten como desenvolvemento lóxico a ‘ideoloxía nacionalista imperialista’, que no plano lingüístico acabou por dexenerar “de modo casi inevitable en una especie de megalomanía, de *delirium tremens*, que abarca en sus ensoñaciones imperiales” a totalidade da humanidade, como aconteceu coa “construcción del mito del español como idioma universal”. Phillipson (1992: 47) fala directamente do imperialismo lingüístico do inglés (*English linguistic imperialism*), que se produce cando o dominio desta lingua é afirmado e mantido polo establecemento e reconstitución continuada de desigualdades estruturais e culturais entre ela e outras linguas. Considéao un subtipo do ‘lingüicidio’ (*linguicism*), que define como ideoloxías, estruturas e prácticas que se usan para lexitimar, realizar e reproducir unha desigual distribución de poder e recursos entre grupos definidos lingüisticamente. En conclusión, o tópico da lingua universal conduce ao imperialismo lingüístico e este provoca a morte de moitas das linguas do mundo. No caso do galego é o imperialismo lingüístico español ou ‘españolismo lingüístico’ (Rodríguez Alonso 2004), cuxo discurso leva moitos anos a circular, o que ameaza o seu futuro.

Por outra parte, tamén se estende o preconceito de o galego ser unha lingua subsidiada. Suxírese que, por non ser útil nin economicamente rendíbel, vai manténdose, sobre todo no ámbito cultural escrito, a base de subsidios, pois o Goberno galego e outros organismos públicos subvencionan edicións de libros en galego e actos culturais

15 Xa deixara dito alá polo século XVI Cristóbal de Villalón a se referir ao castelán: “Harto enemigo es de si quien estima más la lengua del otro que la suya propia” (en Lapesa 1962: 204)

vehiculizados a través deste idioma e sobre a cultura galega, para alén de pagaren o profesorado que imparte cursos desta lingua. Porén, isto é algo normal que se realiza en todos os países cunha lingua propia e normalizada; o Goberno español tamén subsidia a cultura de expresión en lingua castelá. Inclusive a Xunta da Galiza contribúe economicamente para financiar a Real Academia Española e o Instituto Cervantes é financiado igualmente con contributo dos galegos¹⁶.

Existe, por último, o preconceito de o galego non xerar riqueza. Sen lle negar os valores que puiden ter, porén afirmase que non contribúe para a produción de riqueza e por tanto non é un factor de progreso económico. Na actualidade case todo se mide con criterios de rendibilidade material, mais tamén nestes parámetros a lingua propia desempeña un importante papel. Nettle e Romaine (2000: 153) falan de ‘neglixencia benigna’ como expresión nun principio utilizada para designar unha política de non intervención da metrópole en contextos coloniais e que define as linguas como entidades en mudanza constante e de traxectoria imprevisíbel, que morren porque os seus falantes tomaron consciencia da súa desactualización e optaron por outras con mellores oportunidades económicas, sociais e laborais. Trataríase así dunha mudanza cualitativa cuxa ‘única’ desvantaxe sería a perda dunha herdanza cultural específica, isto é, un efecto secundario inevitábel do progreso. Máis un paso e xa nos situamos na ideoloxía do imperialismo ou nacionalismo lingüístico español (Moreno Cabrera 2008: 106-109) de que as persoas, neste caso galegas, renuncian voluntariamente á súa lingua propia porque o castelán lles resulta máis atractivo e mellora as súas condicións de vida (Lodares 2000: 197). No entanto, a experiencia histórica demostra o contrario: eis o caso de Inglaterra, co inglés convertido en lingua subalterna do francés durante uns trescentos anos –tantos como os séculos escuros na Galiza– e hoxe unha das súas principais fontes de riqueza. O incuestionábel valor de identidade que a lingua galega posúe deberá traducirse necesariamente tamén en valor económico, pois as potencialidades que neste sentido ten unha lingua asociada a unha cultura propia e milenaria son inmensas. Inclusive no sector turístico, que as veces se invoca en sentido negativo para o uso da lingua propia, esta é máis un atractivo, pois as persoas viaxan para coñeceren algo novo e distinto e moitas son atraídas polo existencia dunha cultura claramente diferenciada. Como principal sinal de identificación colectiva dun pobo, a lingua propia é tamén o seu primeiro potencial de desenvolvemento económico e arredor dela poden moverse diversas actividades económicas de importancia. Pénsese no caso galego en sectores como o editorial, o audiovisual, o das novas tecnoloxías, o turístico, o ensino etc., algúns aínda moi deficientemente explorados. Se tantas persoas viven, dunha forma ou

16 O Instituto Cervantes non está dedicado precisamente ao estudo da vida e da obra do grande escritor (Moreno Cabrera 2008: 146), mais si a estender o dominio do español no mundo como representante institucional “de una ideología nacionalista castellanocéntrica dirigida desde Madrid y asumida en parte en el mundo hispánico, claramente evidente también en la RAE [Real Academia Española]” (Moreno Cabrera 2008: 158).

doutra, do inglés, francés, italiano ou español, será porque a súa lingua normalizada é rendíbel para eses países. A normalización do galego tamén será sen dúbida un bo negocio –un bo investimento– para a Galiza.

3.2.2. Preconceitos que asocian o galego coa pobreza e co atraso

Estes xa vellos preconceitos gardan relación cos anteriores, pois se unha lingua é cualificada de atrasada ou propia de pobres tamén se está a suxerir a súa falta de utilidade nunha sociedade que pretende ser rica e avanzada. Son varias as formulacións en que tales preconceitos transparecen. A primeira é a de ser o galego unha lingua rural, pois a asociación do galego coa pobreza (García Negro 1993: 61-63) tamén está en relación coa súa identificación co mundo rural, símbolo tradicional do atraso face ao progreso do mundo urbano. Así, galego e mundo tradicional labrego e mariñeiro, ou galego e aldea –que viría sendo o mesmo que dicir galego e miseria, atraso ou pobreza–, son conceptos que no imaxinario colectivo funcionan asociados. En troca, prodúcese a asociación entre castelán e progreso, pois tradicionalmente todo o moderno e innovador, todo aquilo que supuña un avance ou era máis propio da xente da cidade e das persoas instruídas, ligábase ao castelán e mesmo no subconsciente das persoas galegofalantes se producía un automático rexeitamento do galego neses ámbitos. Este preconceito con base histórica, pois o galego foise vendo cada vez máis recluso no mundo rural, supón unha serie ameaza para o seu futuro por se tratar dun mundo en transo de desaparecemento. Así, Roca (1997: 465) considera que a Galiza histórica está morta ou a punto de morrer, e con ela esa Galiza campesiña tradicionalmente galegofalante; e que a acelerada desintegración interna do galego como resultado das interferencias da lingua dominante, propia das linguas moribundas, e o seu esgotamento externo tamén acelerado como consecuencia dunha constante perda de falantes, anuncian a súa morte inminente¹⁷. Por iso é tan importante que o galego non apenas manteña, mais tamén incrementa a súa presenza no mundo urbano, feito que hoxe está lonxe de acontecer (Rei-Doval 2007, González 2008). Con todo, convén reafirmar que o galego, como todas as linguas, é tan apto para o mundo rural como para o urbano.

Outro preconceito deste grupo é o de o galego non ser lingua válida para a escrita. Posúe un claro fundamento histórico, pois durante os séculos escuros practicamente deixou de ser lingua escrita e aínda no XIX Pintos (1853: 37) afirmaba que o galego non se usaba *Para leis, nin escrituras,/ Nas oficinas, nin tempos,/ Nin poñen declaracios,/ Nin estenden testamentos*. Por volta de 1925 Dieste (1981: 24) recriminaba os mozos galegos por pretenderen escribir as cartas familiares cando estaban facendo o servizo militar nun español que non sabían: “Isas cartas

17 A fórmula que o autor utiliza é: ‘Accelerated internal desintegration + accelerated external depletion = imminent death’ (Roca 1997: 465).

nun castelán mal escrito e misturado que mandades cando estades fora, fan rir, podedes crér que fan rir”. Isto pon en evidencia a imposición do español como lingua da escrita a quen era monolingüe en galego e a profundidade da asimilación lingüística producida na Galiza. Inclusive se foi máis lonxe que nos procesos de colonización ultramarina, onde ás veces se contemplaba a aprendizaxe da escritura na lingua propia como paso necesario para a instalación na lingua dominante, segundo aconteceu coa imposición do castelán nalgúns populacións americanas, supostamente coa intención de liberar as persoas primitivas do atraso para as integrar no progreso: “Es necesario que las cosas sean así, para mejora de gentes que viven en estado de miseria y para el desarrollo equilibrado de naciones en marcha, que no pueden caminar con el lastre de cientos de miles de personas ajenas a la obra que la colectividad ha emprendido” (Alvar 1971). Porén, cabe preguntármonos se eses miles de persoas foron consultadas sobre a súa vontade de integración. No caso da Galiza, o castelán foi imposto como lingua da escrita por vía dos feitos desde finais da Idade Media por parte dun poder de procedencia foránea e a lingua galega só entrou na escola hai unhas poucas décadas de forma tímida, sen chegar a se converter con carácter xeral na lingua da lecto-escritura. Debido ao presitixio que posúe a escrita nas sociedades actuais, faise precisa e imprescindible a presenza da lingua galega nese ámbito para a súa normalización. Os avances dos últimos anos, con seren importantes, non conseguiron superar a esfera da Administración pública, onde aínda existen lacunas importantes.

Persiste aínda, embora talvez mitigada con relación a tempos pasados, a asociación do galego á pobreza e á ignorancia, vello preconceito derivado do feito de as clases altas e instruídas, incluídas as autoridades eclesiásticas, iren desertando da súa lingua para adoptaren a do poder foráneo establecido desde finais do período medieval. Porén, a deserción non foi unánime nin instantánea, de modo que até o século XIX non se pode dar por consolidada definitivamente. Mais o lento proceso foi afectando o prestixio do galego e a deserción estendeuse ás clases medias, que procuraban o ascenso social mediante o uso do español. E mesmo chegou a penetrar nas clases populares, que nalgún caso tentan abandonar a súa lingua na procura dunha mellora no seu status social. En moitos casos a xente foxe do galego para realmente fuxir dun pasado cheo de privacións e da pobreza e da ignorancia con que ese idioma se veu asociando durante séculos.

En relación directa con este preconceito está o de considerar o estudo do galego ou en galego como unha perda de tempo e un atraso. Chega a dicirse que veu a supor un inconveniente para as crianzas e para todo o país, pois esas horas poderían empregarse en aprenderen cousas máis proveitosas, que supostamente ían redundar nuns estudantes máis preparados e por tanto nunha Galiza máis próspera. Subxace neste argumento a idea de que o galego é un atranco para o progreso. Ora, de sermos coherentes con esta argumentación, teríamos de afirmar que a Galiza estivo nos

últimos séculos na vangarda do progreso, pois desde hai centos de anos o galego permaneceu totalmente afastado do sistema educativo e ningún neno ou nena galego foi obrigado a perder un só segundo en estudar a súa propia lingua. Mais a historia ensina que durante os séculos escuros, o século XIX e parte do XX, xusto cando o galego estivo afastado das aulas, a Galiza viviu sumida maioritariamente na miseria e na ignorancia, achando como única saída o drama da emigración. A expulsión do galego do ensino ben pode ser cualificada de ‘xenocidio lingüístico’, de acordo con Skutnabb-Kangas (2000), que opina que a maioría dos sistemas de educación do mundo cometen un xenocidio lingüístico e cultural ao prohibiren o uso da lingua minorizada na actividade diaria nas aulas. Na Galiza tal prohibición na práctica durou centos de anos e, asumido o preconcepto da incapacitación do galego para este ámbito, cando se intenta reparar xorde o novo preconcepto da imposición, a que logo se aludirá.

3.2.3. O uso do galego como sinal de descortesía ou má educación

Outro grupo de preconceptos utilizados como argumento para frear calquera intento de normalización lingüística é o de considerar o emprego do galego como un sinal de descortesía ou de falta de educación en determinados contextos. Así, esténdese a idea de que o emprego do galego con persoas descoñecidas é unha desconsideración cara a elas, pois podería ser que o non entendesen ou que non quixesen que se lles falase nesa lingua. De asumir iso, estaríase a aceptar para o español a condición de lingua superior e colonizadora, reservando para o galego un papel totalmente subordinado como lingua inferior condenada á progresiva desaparición. O natural semella ser o uso do idioma do país como primeira opción na comunicación con todas as persoas e, en todo o caso, recorrer logo a outras linguas –nomeadamente o español– cando se puxeren de manifesto problemas de comprensión. Inclusive se podería inverter o argumento e presupor que non utilizar a lingua propia do país cunha persoa descoñecida sería considerar esta menos capaz e preparada e, por tanto, podería estar sendo tratada en certo modo descortesmente.

Como ampliación do preconcepto anterior, tamén circula o discurso da necesidade de renunciar ao uso do galego por respecto ás persoas foráneas. Preténdese dicir que non se debe falar galego en público ou mesmo en determinados contextos do ámbito privado por consideración con aquelas persoas que puideren ser de fóra da Galiza, como se o seu uso implicase descortesía ou fose unha mostra de má educación. De isto ser así, de o respecto ás persoas implicar a renuncia a empregar unha lingua publicamente, deberase renunciar a calquera proxecto de futuro para ela, pois non será posíbel emprender nunca ningunha acción normalizadora efectiva perante esa posibilidade cada vez máis real no mundo actual. As persoas que proceden de fóra, sempre merecedoras de todo o respecto, deben saber que veñen a unha comunidade con lingua propia e, por conseguinte, elas mesmas serán –ou deberán ser e en moitos

casos xa o son— as primeiras en respectaren esa realidade histórica e non pretenderen que todo un pobo deixe de falar na lingua que falou durante séculos por culpa delas. Aliás, as persoas que veñen á Galiza non poden ter máis dereitos dos que teñen as galegas cando saen fóra, cousa que infelizmente aconteceu —e aínda en parte está a acontecer— con moita frecuencia por culpa da endémica emigración motivada por factores económicos. Porén, na realidade o problema non está tanto aí, pois as persoas procedentes de calquera comunidade española, de o desexaren, pasan a ser galegas de pleno dereito e poden integrarse na sociedade e exercitaren os seus dereitos cívicos, incluídos os lingüísticos, para o que con seguranza acharán bastantes máis facilidades que os galegofalantes. A proximidade entre galego e castelán facilita tamén moito a incorporación ao galego daquelas persoas que o desexaren. Neste sentido, tórnase especialmente interesante a proposta de sesquilingüismo cooperativo —a capacidade de entender unha lingua sen necesidade de a falar, isto é, monolingüismo produtivo acompañado por bilingüismo ou plurilingüismo receptivo— do profesor Moreno Cabrera (2006b: 63), que pode contribuír para preservar a pluralidade lingüística dentro do Estado español, pois se no sistema educativo se inclúe a adquisición de competencias pasivas nas diferentes linguas, ninguén se vería forzado a utilizar outra distinta da súa; e na Galiza sen dúbida eliminaría obstáculos ou excusas para a plena normalización da lingua galega, pois ningunha persoa podería aducir o seu descoñecemento nin considerar descortés que lle falen nunha ou noutra. Tamén se pregunta López García-Molins (2008: 78) que se pode facer para que España sexa realmente un Estado plurilingüe e, sen citar o termo sesquilingüismo, fai unha proposta no mesmo sentido na procura do ‘plurilingüismo equitativo’ que propugna como política lingüística a nivel estatal: en primeiro lugar, “unha reforma educativa que introduza o coñecemento receptivo de todas as linguas peninsulares no conxunto de España”; en segundo lugar, unha campaña de difusión destas “en todos os ámbitos da vida social”; e aínda sinala un terceiro paso que sería “a formación plurilingüe activa das elites”. O autor acceita que a máxima representación institucional do Estado debería representar tamén na práctica a súa pluralidade lingüística e que as universidades españolas deberían contribuír na mesma dirección “animando a cursar unha introdución a estes idiomas en todas as súas especialidades ou, polo menos, nas que teñen unha proxección maior sobre a vida pública”. Mais tamén constata que de momento as cousas non discorren por esta vía, aínda que unha nova cultura da alianza e do pacto en materia lingüística no Estado, sendo un reto difícil, “constitúe unha oportunidade histórica de consecuencias incalculables” (López García-Molins 2008: 79). Certo é tamén que na Galiza o problema nin sempre reside nas persoas que viñeron de fóra, mais nos propios galegos e galegas que son vítimas deste preconceito e que por veces rocorren ás persoas foráneas como desculpa para non utilizaren o galego. De facto, xa non é raro hoxe dar con persoas chegadas de fóra da Galiza que explicitan a vontade de seren atendidas en galego para así poderen aprender e integrárense mellor no país.

Este preconceito mesmo chega a se extrapolar a falantes doutras linguas minorizadas do Estado –nunca aos castelánfalantes–, que tamén son considerados maleducados por usaren a súa lingua propia. Así pois, os preconceitos derivados da consideración do uso do galego como sinal de má educación ou descortesía teñen moito que ver cos preconceitos relativos ao éuscaro e ao catalán, e moi especialmente a este último. No caso galego, xa non só se asume o preconceito, tamén se exporta e se aplica a outras realidades lingüísticas, como acontece cos emigrantes galegos en Cataluña (Labraña 1999). Sen fundamento real, na sociedade galega funciona o tópico de os cataláns usaren a súa lingua coas persoas de fóra que non a entenden e tal preconceito proxéctase de forma negativa sobre o propio galego, transmitindo a idea de que na Galiza non se debe caer nese comportamento e, por tanto, tamén de forma implícita, que se debe renunciar ao uso normal da lingua propia. A este respecto parece oportuno concluír coa seguinte cita:

Una manera que tienen los hablantes de una lengua de dignificarla y de mostrar que es tan útil o digna como las demás, es la de utilizarla como signo de identidad cultural y, por tanto, usarla aun en el caso de que se pueda utilizar otra lengua segunda. Por otro lado, a veces sólo somos capaces de expresarnos con total exactitud y precisión en nuestra lengua nativa. Esto lo sabe cualquier persona que haya aprendido una lengua segunda. Si la lengua de nuestro interlocutor está próxima a la nuestra, es posible que aquél utilice en ocasiones su lengua nativa, aunque conozca también la nuestra. Excepto en casos aislados de hostilidad manifiesta, esto no debe tomarse como un signo de descortesía o de enemistad, sino como un factor de sinceridad y espontaneidad. Si nosotros podemos ser espontáneos porque nos expresamos en nuestra lengua nativa, ¿por qué no admitimos muchas veces lo mismo respecto de nuestro interlocutor? (Moreno Cabrera 2006a: 256).

3.2.4. Preconceitos relacionados coa pretensa imposición do galego

Este grupo de preconceitos é novo, pois o abandono absoluto e mesmo a proscrición en que se mantivo o galego durante case os cinco séculos precedentes facían imposíbel que ninguén puidese pór en circulación tal discurso impositivo. É precisamente nos últimos tempos, após ese longo período de sometemento, ao se tomaren as primeiras e tímidas medidas de protección e promoción do galego, cando xorde con forza un conxunto de preconceitos que falan da imposición da lingua propia. Este discurso impositivo alcanzou especial intensidade após a posta en práctica do Decreto 124/2007 que fixaba un mínimo de 50% da docencia en galego no ensino non universitario e nomeadamente na campaña e precampaña das últimas eleccións ao Parlamento galego.

O primeiro destes preconceitos é o de a protección legal do galego ser unha imposición dunha minoría política intolerante. Se a Constitución española

declara o galego como lingua cooficial na Galiza, se o Estatuto de Autonomía di que é a lingua propia do país e se a Lei de Normalización Lingüística mantén que o galego é “lingua oficial das institucións da Comunidade Autónoma, da súa Administración, da Administración Local e das Entidades Públicas dependentes da Comunidade Autónoma”, declarando tamén que os topónimos da Galiza terán como única forma oficial a galega, resultaría que todo iso foi imposto por unha exigua minoría parlamentar. Porén, como non podía ser doutra maneira, tanto a Constitución como o Estatuto foron promovidos e aprobados polos grandes partidos estatais, logo sancionados por referendo popular, e a Lei de Normalización Lingüística foi aprobada por unanimidade de todas as forzas políticas presentes no ano 1983 no Parlamento galego, con absoluto predominio daquela dos dous partidos estatais maioritarios, Partido Popular (PP) e Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Igualmente, a incorporación do galego ao sistema educativo nas últimas décadas ten posto de manifesto non poucos preconceptos sociais a respecto daquel. En primeiro lugar, tense falado da imposición do galego como materia obrigatoria, un dos preconceptos máis paradoxais porque no sistema educativo imposicións son todas as materias –Matemática, Lingua Española, Física, Inglés ou Francés etc. –. Falarmos na Galiza da imposición do galego no ensino sería como falarmos en Inglaterra da imposición do inglés ou en Castela da imposición do castelán. Tampouco resulta adecuado pretender afirmar que, así como antes se impuxo o castelán, agora se quere da mesma forma impor o galego. Non son equipárabeis as situacións: o castelán foi unha imposición a partir de finais da Idade Media porque non existía como lingua na Galiza, que se desenvolvía con total normalidade na súa propia (Freixeiro 2002). Non se pode falar de imposición dunha lingua que é a definida como propia da comunidade e que foi primeiramente a súa lingua única e logo maioritaria durante centos de anos, embora para a súa sobrevivencia sexa preciso actualmente garantirlle unha forte presenza no sistema educativo. Moreno Cabrera (2006a: 222-226) xulga totalmente imprescindible que as comunidades lingüísticas minoritarias accedan a un espazo multicultural a través da súa propia lingua e cultura, pois tal como está a situación actual, inclusive en ámbitos económicos privilexiados como a Unión Europea, formular que as linguas minoritarias se estuden nas escolas como máis unha lingua segunda nun contorno de predominio da lingua maioritaria supón condenalas á categoría de linguas ameazadas a curto, medio ou longo prazo, segundo os casos. Após coincidir con Junyent (1998: 53) en que “l’ensenyament bilingüe que contempla l’ús de la llengua subordinada com una concessió als drets lingüístics del nen” non deixa de ser a transmisión da percepción xerarquizada das linguas, considera “absolutamente necesario conseguir una enseñanza bilingüe en la que la lengua minoritaria tenga consideración de primera lengua y no se segunda lengua” e, alén diso, tamén estima que “este protagonismo de la lengua patrimonial debe ir unido a un protagonismo de la cultura asociada a la misma”. Perante unha

situación de desigualdade, para este autor resulta evidente que se deben promover políticas que axuden de forma especial o máis débil e, de se tratar dunha situación de desequilibrio entre linguas, é obrigada a protección da minoritaria; mais, cando esta se der, de seguro que xurdirá o discurso da imposición porque “nadie renuncia al dominio de buen grado. En estos casos hablarán de imposición y de violación de derechos” (Moreno Cabrera 2006a: 224-225). Isto foi o que pasou na Galiza, primeiro cando hai case tres décadas se implantou a materia de lingua galega como obrigatoria no ensino primario e secundario, e a partir de 2007 cando un goberno bipartido PSOE-BNG promulgou un decreto que obrigaba a impartir un mínimo do 50% das materias nesta lingua. O discurso de imposición lingüística xa levaba anos en circulación na Galiza (Iglesias 2003: 287-309), embora cobrase intensidade nos últimos tempos¹⁸.

En relación co anterior, tamén se presupón un rexeitamento social á normalización do galego. E isto, aínda a recoñecer a escasa conciencia lingüística en diversos sectores da sociedade, parece ser máis un preconceito. Se houber un amplo rexeitamento social non resulta explicábel que todos os partidos políticos que obteñen representación fagan uso do galego nas campañas electorais e inclúan a normalización lingüística nos seus programas. Posibelmente se acontece isto é porque todos os inquéritos que se publican dan altas porcentaxes de defensores do galego¹⁹. Certo que canto maior for o respaldo social, moito máis doado será normalizar a lingua; e tamén é certo que hai sectores sociais –minoritarios, mais poderosos– que se opoñen á normalización. Porén, a vontade maioritaria é favorábel, como tamén transparece nas disposicións legais emanadas da representación popular.

Outro preconceito asociado aos anteriores é o de as crianzas galegas non gostaren da materia de Lingua Galega. No entanto, non se di nada sobre se o alumnado gusta da Matemática, do Inglés ou da Lingua Española, por exemplo. Parece como se esa fose a única materia que se debese amar para lle conceder validez académica. Aliás, semella evidente que de existiren crianzas que menosprezan o galego, estarían a proxectar o desprezo que por este idioma sentisen os seus pais ou nais e as persoas do seu contorno. Dito con outras palabras, se as crianzas tiveren conceptos sobre

18 No ano 2009 gañou as eleccións o Partido Popular após unha campaña en parte baseada nese discurso da imposición do galego e na falta de liberdade de elección tanto dos pais e nais como das propias crianzas, e coa promesa de derogación dese decreto.

19 O primeiro mapa sociolingüístico galego (MSG-92) recolle que o 86,6% da poboación se mostra favorábel a que se potencie o uso do galego e que o “42,4% considera que as medidas actuais son insuficientes”. Véxase unha síntese dos datos en *A Nosa Terra*, 1-5-97. Para unha análise completa das actitudes, competencias e usos do galego, con datos de principios da década dos noventa, véxase Seminario de Sociolingüística da RAG (1996, 1994 e 1995, respectivamente). Os datos do novo mapa sociolingüístico (MSG-04) até agora publicados non fan referencia ás actitudes, pois o volume 1 trata sobre a lingua inicial e a competencia lingüística (González 2007) e o 2 sobre os usos (González 2008).

o galego será porque estes lles son transmitidos polos maiores, incluídos tamén os profesores.

Por outra parte, após asentar o preconceito de o galego ser unha lingua imposta, introdúcese a idea de que o español tamén é lingua propia da Galiza. Podemos considerar este como un novísimo preconceito, pois até agora non se cuestionara publicamente a noción de o galego ser a única lingua propia da Galiza, independentemente de que houbese persoas a favor da súa substitución polo castelán. No entanto, comeza a callar e a se estender a idea de que, como hai persoas galegas que falan español, este tamén é lingua propia dos galegos e galegas; isto é, que o castelán é tan galego como o galego. E mesmo xa xorden opinións manifestadas por escrito nos medios de comunicación que falan de que foi un erro incluír a expresión de 'lingua propia' para o galego no Estatuto de Autonomía e na Lei de Normalización Lingüística. Porén, que o castelán é tan galego como o galego é unha *contradictio in terminis*. Sería como dicir que o viño de Valdepeñas é tan galego como o Ribeiro porque tamén o beben persoas galegas, ou que o queixo de Burgos é tan galego como o de Arzúa pola mesma razón. Moitos habitantes de Dinamarca tamén falan inglés, mais non por iso se pode dicir que o inglés sexa tan dinamarqués como o propio dinamarqués. Unha lingua imposta na Galiza hai cinco séculos como lingua dunha reducida elite detentadora do poder, que aínda a finais do século XIX non falaba moito máis dun 10% da poboación, non pode ser tan propia como aqueloutra creada no mesmo territorio e falada durante máis dun milenio pola inmensa maioría dos habitantes. De se estender o uso do inglés como terceira lingua de comunicación na Galiza ou como segunda na comunidade de Madrid, tampouco se poderá dicir que é tan galego como o galego ou tan español como o español. Porque as linguas tamén achegan identidade e a identidade galega maniféstase no idioma como valor primordial. Para Fasold (1996: 361) a conservación da lingua é un sinal claro de que existe conciencia de identidade e Fishman (1997: 26) afirma que o “mantemento lingüístico é unha función do mantemento da pertenza a un grupo ou da lealdade grupal”. Tal función identificadora só a pode desempeñar na Galiza o galego. Por iso os representantes do pobo o declararon a súa lingua propia.

3.2.5. A caracterización pexorativa do galego e a (in)competencia dos seus falantes

Este é outro grupo de preconceitos vellos e novos que empece o proceso de normalización e que costuma presentarse so diferentes formulacións. Uns céntranse na consideración do galego como lingua vulgar ou como propia da xente idosa, outros consideran os falantes como incompetentes ou pouco coñecedores do seu idioma, ou cuestionan o estándar. O vello preconceito do galego como lingua ruda ou fea ten unhas evidentes causas históricas, que non son outras máis que as derivadas do sometemento da Galiza a Castela a fins da Idade Media e as consecuencias de

miseria e pobreza que levaron moitos galegos a teren de marchar da súa terra na procura da subsistencia, realizando os traballos máis duros e a soportaren burlas e desprezos, como pon en relevo a literatura española daquela altura (Caramés 1993). Do desprezo pola Galiza e polas súas xentes pasouse doadamente á ridiculización da súa fala, que iría adquirindo o estigma de ser propia de persoas rudas, brutas e ignorantes. E iso acabaría por menoscar o prestixio do galego entre os propios falantes²⁰.

A consideración do galego como lingua non válida para a xente nova contribúe tamén para a súa caracterización pexorativa. O desprestixio do idioma levou moitos pais a pretenderen aprenderlles o castelán aos seus fillos, iniciándose desá forma a ruptura na transmisión interxeracional. Así, o galego foi adquirindo máis outro estigma, ser unha lingua de vellos e impropia para os tempos modernos. Este preconceito está na actualidade moi instalado entre as propias persoas idosas, que en ocasións non ven ben que as crianzas sexan educadas en galego. Acontece que a caracterización do galego como fala ruda e fea convérteo, consecuentemente, en inadecuado para ser usado polas crianzas, mostrándose máis unha vez a forte relación entre todos os conceptos. O galego pode aceptarse doadamente na taberna, nos traballos da pesca ou nas estadas das obras, mais non na vida dos nenos e nenas, esperanza de futuro que a este idioma se lle pretende negar por o considerar preconceituosamente lingua das persoas maiores. Isto é moi negativo para o seu futuro, pois cando un idioma deixa de ter falantes entre a xente nova é que camiña cara á extinción (Crystal 2003: 120-122).

Por outra parte, o preconceito do galego normativo como lingua artificial²¹ convértese en máis unha demostración de que no fondo dos diferentes conceptos subxace unha mesma causa: ao tempo que se despreza o galego por ser propio de xente rústica e ignorante, tamén se critican os intentos de elaboración e uso dun galego culto. Existe, así, o tópico de afirmar que o galego que se ensina nos centros docentes ou que se utiliza nos medios de comunicación non é o galego que fala o pobo labrego e mariñeiro, verdadeiro posuidor e transmisor do idioma. Porén, nas escolas de todos os países ensínase unha lingua estándar, convencional, que trata de servir de factor unificador das variantes da fala que se dan en todos os idiomas, pois a variedade é inseparábel das linguas humanas “y su misma esencia está en esa variedad” (Moreno Cabrera 2006a: 50). Fálase de que só en Londres existen unhas

20 Disto é un bo exemplo a anedota que narra Dieste (1971: 33-35) no seu discurso de ingreso na Academia: a camiñar polo monte atópase cunhas raparigas que falan galego, mais que din *escuela* en vez de *escola* e, ao lles preguntar a razón, elas responden que porque a palabra castelá é máis fermosa.

21 Dunha ou doutra forma este preconceito ponse en relevo nas investigacións de Kabatek (2000), Iglesias Álvarez (2003) ou González (2003), onde mesmo as persoas novas adoitan xulgar negativamente o uso do galego normativo por se non corresponder coa fala espontánea dos galegofalantes tradicionais.

oito variedades de inglés; e hai variantes no español e tamén no galego. Mais este posúe mesmo unha grande unidade interna, por riba das lóxicas variantes, aínda que a situación histórica anómala por que pasou fai hoxe necesario un proceso de estandarización xa practicamente acabado, proceso que outras linguas realizaron hai moito tempo. Fica claro que o galego que falan os labregos e mariñeiros é auténtico galego, mais non se pode trasladar sen máis ese modelo de lingua á escola ou á televisión, porque a vida moderna non se reduce só ao mundo rural e a lingua ten de se adaptar tamén a ela, ao mundo urbano, científico, técnico etc.

No entanto, para falar unha lingua non é preciso un dominio absoluto do rexistro culto. Non se pode identificar lingua con gramática ou con norma culta, pois isto tamén é un preconceito máis propiamente social do que lingüístico (Bagno 2005: 16). A lingua é variedade e vive nos seus falantes; por iso toda aquela persoa que estiver en contacto directo coa sociedade galega adquirirá espontaneamente o dominio da lingua e a capacidade de se expresar nela²². Nun contexto sociolingüístico de normalidade cómpre insistir en que a lingua estándar propiamente non existe como lingua real (Moreno Cabrera 2006a: 51) e que non se pode sacralizar a norma nin moito menos descualificar os falantes por se non axustaren sempre a ela, pois isto mesmo se converte en factor de exclusión social (Bagno 2001, 2003, 2005). Tales aseveracións son perfectamente válidas e aplicábeis tamén ás linguas minorizadas como o galego. Porén, existe unha particularidade neste caso: sendo lexítimas e totalmente respectábeis todas as manifestacións da fala espontánea, o forte proceso de erosión interna do galego —a súa castelanización avanzada— dálle ao estándar un valor acrecentado como elemento preciso e imprescindible para evitar a morte da lingua por disolución ou converxencia coa lingua dominante. Unha persoa tan defensora da diversidade de linguas e da diversidade na lingua e ao mesmo tempo desmitificadora da norma e contraria á noción de ‘pureza’ lingüística, o profesor Moreno Cabrera (2006a: 248), admite en situacións de dominio esmagador dunha lingua sobre outra que “una cierta exigencia de purismo” pode “ser positiva y debe considerarse necesaria para la supervivencia de la lengua amenazada”. Eis o caso do galego.

Ora, defender a necesidade de descastelanización do galego non é o mesmo que dar apoio a outro preconceito ás veces utilizado para xustificar a despreocupación polo seu uso, aquel de quen di non falar galego porque non o sabe falar ben, cuestionando así a propia competencia lingüística. Unha lingua nunca se chega a falar ben de todo, pois sempre se pode mellorar o seu uso, mais por principio a unha persoa galega ambientalmente en contacto co galego debe presupórsele a competencia para o usar. A máxima expresión deste preconceito é presumir de non saber falar a lingua propia do país en que un naceu e viviu. E isto aconteceu e aínda acontece.

22 Xa Rafael Dieste (1971: 19) deixou escrito: “Unha academia viva anda polos camiños, antre o monte e o mar”.

Xa o denunciaba Pintos (1853: 37) no século XIX (*E catro farafullíñas/ Se gaban de non sabelo*) e mesmo se deixa ver nos séculos escuros²³. Porén, nunha situación de forte interferencia como a que sofre o galego, alén de o falar, é preciso un esforzo complementar para depurar os castelanismos que ameazan o seu futuro.

3.2.6. O galego como marca ideolóxica ou profesional

É este un grupo de novos preconceptos xurdidos nas últimas décadas como consecuencia da incorporación do galego á vida pública, en especial á actividade política e educativa. Pode manifestarse de diversas maneiras, a primeira presentándoo como lingua marcada politicamente. Aínda que a asociación entre lingua e política vén xa de vello porque na realidade ambas son indisociábeis, un dos novos preconceptos aparecidos na transición do réxime ditatorial á democracia e aínda moi vigorante na actualidade é o de considerar o uso consciente do galego como marca ideolóxica. A presenza na sociedade galega actual de persoas conscientes da importancia da lingua e da necesidade do seu uso exemplar en todos os contextos, isto é, de persoas con conciencia política no uso do idioma, moitas delas criadas no medio urbano e educadas en español, fixo introducir unha nova connotación: o galego como símbolo identificador dunha ideoloxía política nacionalista. Esta identificación cunha ideoloxía determinada ou cunhas siglas políticas concretas non é, de certo, positiva para o galego, pois mellor sería que o seu uso e defensa fose unha característica distintiva de todas elas. Face ao discurso de apropiación da lingua por parte dos nacionalistas que os partidos de ámbito estatal adoitan utilizar, preséntase como eficaz o convite a que estes tamén se apropien dela e se convertan en abandeirados do seu uso e defensa. Mais aínda son necesarios moitos esforzos para comprometer todas as forzas políticas e sociais na defensa do galego.

Face a esa marca de politización que se lle adxudica ao galego, o español aparece como lingua neutra no comercio, na hostalaría e noutros ámbitos da actividade socioeconómica. Neles resulta habitual expresárense en castelán persoas que logo na súa vida particular falan galego, o cal significa que o uso desta lingua está connotado e, por tanto, a tendencia é a usar unha lingua neutra, o español, supostamente non marcada social ou politicamente. Tal consideración do español como a lingua non marcada na relación comercial ou na hostalaría é un preconcepto moi daniño para o galego, pois ninguén gosta de ser caracterizado, ou inclusive estigmatizado, social ou politicamente, pola lingua que utiliza. Mesmo se podería dicir que unha lingua fortemente connotada dificilmente pode chegar a ser unha lingua normalizada.

23 O romance de José Guerrero Lasso de la Vega, de 1697, comeza así: *Señores, eu ben quixera/ escribir, pero non sei/ nin o romance galego;/ i é natural non saber* (*Os séculos escuros e a Ilustración galega. Antoloxía*, A Nosa Literatura 7, AS-PG / A Nosa Terra, 1996, p. 44).

Noutras ocasións asóciase o uso consciente e correcto do galego coa condición de profesor ou profesora de Lingua Galega, de modo que aquel non só revelaría a orixe, a condición social e a ideoloxía política, mais tamén a profesión. Ao mesmo tempo, no fondo desde preconceito subxace a idea de que só poden, deben ou teñen interese en falaren ben o galego aquelas persoas que profesionalmente viven del, ficando todas as demais eximidas de tal responsabilidade. Evidentemente, e como se acaba de ver, estas connotacións non resultan positivas para unha lingua con vocación de normalidade. Se axir como elemento marcado ou connotado na comunicación, terá máis difícil ser unha lingua con perspectivas de futuro, pois polo xeral a xente non gosta de que se coñezan as súas características persoais ou íntimas e maioritariamente, se tiver opción, procurará escoller aquela lingua que as non descubra. Sempre que se establecer unha oposición entre un termo marcado e outro non marcado, será este o que vai predominar; pasa, por exemplo, na gramática coa oposición de xénero feminino –marcado– e masculino –non marcado– e pasará tamén, por esta vía, na sociedade coa oposición entre galego –lingua marcada– e castelán –lingua non marcada–. Así como o movemento feminista loita contra esa discriminación de xénero e hoxe xa non se considera politicamente correcta, o movemento galeguista –de defensa do galego– tamén deberá loitar contra a identificación do galego só con determinados ámbitos da vida social –ruralismo, clase social baixa, ideoloxía nacionalista, profesorado da materia etc. –, na procura de ser recoñecido como lingua posíbel e presente en todos os ámbitos, isto é, para que sexa unha lingua non connotada ou moito menos connotada do que agora é.

Ao mesmo tempo, tamén acontece que cando unha persoa utiliza un modelo de galego depurado e máis acorde coas solucións comúns e tradicionais do sistema lingüístico en que está inserido, é cualificado de lusista ou mesmo se afirma que fala portugués; sería o caso, por exemplo, de algúen que dixese: *Esta sexta feira vou apañar un carro e visitar o elevador do monte de San Pedro*. Mais nada hai nesta expresión que non sexa auténtico e puro galego. Revélase así a existencia de máis un preconceito ligado á competencia e ao modelo lingüístico, e que consiste no rexeitamento do portugués ou ‘lusofobia’, a outra face da ‘galegofobia’, como afirma García Negro (2009: 153-167). A estrañeza ou mesmo repudio que causaría o enunciado antecitado tornárase en asunción compracente só con algunhas mudanzas, a pesar de conteren evidentes incorreccións: *Este viernes vou a coller un coche e visitar o ascensor do monte de San Pedro*. Por una visión preconceptuosa da lingua asúmense con naturalidade os españolismos ou as formas coincidentes co español, mais rexéitanse os ‘lusismos’ –no fondo tamén galeguismos– ou as formas coincidentes co portugués. Eis a perversión dos preconceitos.

4. Conclusión

Os preconceitos lingüísticos son unha manifestación do racismo aplicado ás linguas e aos seus falantes, afectan fundamentalmente os idiomas minorizados, provocan discriminación e reflicten intolerancia. Existiron desde a antigüidade e continúan a axir na actualidade, onde moitas linguas faladas en todo o mundo se senten ameazadas por eles. Entre estas está o galego, vítima secular de vellos preconceitos e vítima tamén doutros novos xurdidos como consecuencia das mudanzas sociopolíticas que se produciron na Galiza e no Estado español nas últimas décadas, ben como nun novo contexto mundial de globalización. Moitos destes preconceitos parecen máis propios dunha época anterior en que a sociedade galega tiña negados os máis elementais dereitos lingüísticos. No entanto, non resulta difícil constatar que aínda están a vigorar agora, cando o galego xa leva anos incorporado ao sistema educativo e cando conseguiu certa presenza pública, para alén de protección legal. De aí a necesidade de profundar no seu coñecemento e de os combater con eficacia.

Referencias bibliográficas

- Allport, G. W. (1962): *La naturaleza del prejuicio* (Buenos Aires: EUDEBA).
- Alvar, M. (1971): “Bilingüismo e integración”, *Revista Española de Lingüística*, 1/1, 25-57.
- Baggioni, D. (2004): *Linguas e nacións na Europa* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Bagno, M. (2001) [2000]: *Dramática da lingua portuguesa. Tradição gramatical, mídia & exclusão social* (São Paulo: Loyola).
- Bagno, M. (2003) [1999]: *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz* (São Paulo: Loyola).
- Bagno, M. (2005) [2003]: *A norma oculta. Língua & poder na sociedade brasileira* (São Paulo: Parábola).
- Baker, C. (1992): *Attitudes and Language* (Clevedon: Multilingual Matters).
- Calvet, L.-J. (1993): *Lingüística e colonialismo. Pequeno tratado de Glotofaxia* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Caramés García, X. (1993): *A imaxe de Galicia e os galegos na literatura castelá* (Vigo: Galaxia).
- Castelao, A. D. Rodríguez (1961): *Sempre en Galiza* (Buenos Aires: Edición “As Burgas”).
- Costas, X. H. (2002): *Guía das linguas de Europa* (Santiago de Compostela: Edicións Positivas).

- Crystal, D. (2000): *Language Death* (Cambridge: Cambridge University Press). Citado pola edición galega: *A morte das linguas*. Vigo, Galaxia, 2003.
- Curros Enríquez, M. (1886): *Aires da miña terra* (Coruña: Latorre y Martínez Editores).
- Dieste, R. (1971): *A vontade de estilo na fala popular* (Coruña: Edicións do Castro).
- Dieste, R. (1981): *Antre a terra e o ceo* (Sada / A Coruña: O Castro).
- Fasold, R. W. (1996): *La sociolingüística de la sociedad. Introducción a la sociolingüística* (Madrid: Visor).
- Fishman, J. (1997): *O mantemento e o cambio de lingua coma campo de investigación*. En Lynch. *Documentos de traballo*, 7 (Valencia: Centro de Estudios sobre Comunicación Interlingüística e Intercultural).
- Freixeiro Mato, X. R. (2002) [1997]: *Lingua galega: normalidade e conflito* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Freixeiro Mato, X. R. (2006): *Lingua, nación e identidade* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- García Negro, M. P. (1993): *Sempre en Galego* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- García Negro, M. P. (2009): *De fala a lingua: un proceso inacabado* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- González González, M. (dir.) (2003): *O galego segundo a mocidade. Unha achega ás actitudes e discursos sociais baseada en técnicas experimentais e cualitativas* (A Coruña: Real Academia Galega).
- González González, M. (dir.) (2007): *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004*. Vol. 1: *Lingua inicial e competencia lingüística en Galicia* (A Coruña: Real Academia Galega).
- González González, M. (dir.) (2008): *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004*. Vol. 2: *Usos lingüísticos en Galicia* (A Coruña: Real Academia Galega).
- Iglesias Álvarez, A. (1999): “O poder explicativo e predictivo das actitudes lingüísticas”, *Verba*, 26: 273-307.
- Iglesias Álvarez, A. (2003) [2002]: *Falar galego: “No veo por qué”. Aproximación cualitativa á situación sociolingüística de Galicia* (Vigo: Galaxia).
- Iglesias Álvarez, A. (2007): “Os preconceptos lingüísticos segundo a idade”, en Méndez López, I. / Sánchez Pérez, A. (eds.), *Lingua e Idade. III Xornadas sobre Lingua e Usos*: 165-182 (A Coruña: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña).
- Junyent, C. (1986): *Les llengües d’Africa* (Barcelona: Empúries).
- Junyent, C. (1998): *Contra la planificació. Una proposta ecológica* (Barcelona: Empúries).

- Kabatek, J. (2000): *Os falantes como lingüistas. Tradición, innovación e interferencias no galego actual* (Vigo: Xerais).
- Labraña, S. (1999): “Prexuízos lingüísticos e identificación social”, en Álvarez, R. / Vilavedra, D. (coords.), *Cinguidos por unha arela común: Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*. Vol. 1: 519-532 (Santiago de Compostela: Universidade).
- Lapesa, R. (1962) [1942]: *Historia de la lengua española* (Madrid: Escelicer).
- Leite, M. Quadros (2008): *Preconceito e intolerância na linguagem* (São Paulo: Contexto).
- Lodares, J. R. (2000): *El paraíso políglota. Historias de lenguas en la España moderna contadas sin prejuicios* (Madrid: Taurus).
- López García, A. (2007): “La polisemia del término *común* aplicado a la lengua española”, en Schrader-Kniffki, M. / Morgenthaler García, L. (eds.), *La Romania en interacción: entre historia, contacto y política*: 571-590 (Madrid: Vervuert-Iberoamericana).
- López García-Molins, A. (2008): “Cara ao plurilingüismo equitativo. Por unha política lingüística do Estado”, *Grial*, 179: 68-79.
- Lorenzo Suárez, A. M. (2005): “Planificación lingüística de baixa intensidade: o caso galego”, *Cadernos de Lingua*, 27: 37-59.
- Monteagudo, H. / Bouzada, X. M. (coords.) (2002): *O proceso de normalización do idioma galego (1980-2000)*. Vol. 1. *Política lingüística: análise e perspectivas* (Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega).
- Moreno Cabrera, J. C. (2006a) [2000]: *La dignidad e igualdad de las lenguas. Crítica de la discriminación lingüística* (Madrid: Alianza Editorial).
- Moreno Cabrera, J. C. (2006b): *De Babel a Pentecostés. Manifiesto plurilingüista* (Barcelona: Horsori Editorial).
- Moreno Cabrera, J. C. (2008): *El nacionalismo lingüístico* (Barcelona: Península).
- Moure, T. (2005): *Outro idioma é posible. Na procura dunha lingua para a humanidade* (Vigo: Galaxia).
- Moure, T. (2006): “É o inglés imprescindible para a investigación? A necesidade de recoñecermos o plurilingüismo”, en Servizo de Normalización Lingüística da Universidade da Coruña (ed.), *Lingua e Investigación. II Xornadas sobre Lingua e Usos*: 93-108 (A Coruña: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña).
- Nettle, D. / Romaine, S. (2000): *Vanishing voices. The extinction of the world's languages* (Oxford: University Press).
- Ninyoles, R. L. (1997): *Idioma i prejudici* (València: Eliseu Climent).

- Ninyoles, R. L. (2005): *Idioma e poder social* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Núñez Singala, M. (2009): *En galego, por que non? Contra os prexuízos e as simplificacións sobre a lingua galega* (Vigo: Galaxia).
- Phillipson, R. (1992): *Linguistic Imperialism* (Oxford: Oxford University Press).
- Pintos, X. M. (1853): *A Gaita Gallega tocada po lo gaiteiro, ou sea Carta de Cristus...* (Pontevedra: Imprenta de José y Primitivo Vilas).
- Rei-Doval, G. (2007): *A lingua galega na cidade no século XX. Unha aproximación sociolingüística* (Vigo: Xerais).
- Roca, I. M. (1997): "On language death and language survival: the case of Galician", en Fernández Salgado, B. (ed.), *Proceedings of the 4th International Conference of Galician Studies / Actas do IV Congreso Internacional de Estudios Galegos*. Vol. 1: 449-489 (Oxford: Oxford Centre for Galician Studies).
- Rodríguez Alonso, M. (2004): *O españolismo lingüístico* (A Coruña: Espiral Maior).
- Salvador, G. (1987): *Lengua española y lenguas de España* (Barcelona: Ariel).
- Seminario de Sociolingüística (1994): *Lingua inicial e competencia lingüística en Galicia* (A Coruña: Real Academia Galega).
- Seminario de Sociolingüística (1995): *Usos lingüísticos en Galicia* (A Coruña: Real Academia Galega).
- Seminario de Sociolingüística (1996): *Actitudes lingüísticas en Galicia* (A Coruña: Real Academia Galega).
- Sende, S. (2007): *Made in Galiza* (Vigo: Galaxia).
- Seriot, P. (1984): "Pourquoi la langue russe est-elle grande?", *Essais sur le Discours Soviétique*, 4: 57-89.
- Skutnabb-Kangas, T. (2000): *Linguistic Genocide in Education - or Worldwide Diversity and Human Rights?* (London: Lawrence Erlbaum Associates).
- Tuson, J. (1990): *Mal de linguas. Arredor dos prexuízos lingüísticos*. Trad. de Xulio C. Sousa (Vigo: Ir Indo).

M. Ferreiro / C. P. Martínez Pereiro / L. Tato Fontaiña (eds.):
A edición da Poesía Trobadoresca en Galiza. A Coruña, Baía
Edicións, 2008, 212 páxinas

En xuño do ano 2006 celebrouse na Illa de San Simón o *I Coloquio sobre Crítica Textual. “A Edición da Poesía Trobadoresca en Galiza”*, organizado por Manuel Ferreiro, Carlos Paulo Martínez Pereiro e Laura Tato Fontaiña, integrantes do *Grupo Universitario de Investigación de Lingüística Histórica e de Ecdótica (GUILHADE)* da Universidade da Coruña. Poucas veces un coloquio destas características obtivo tan grandes resultados, pois como froito das sesións de traballo transcorridas na Illa de San Simón, e dos posteriores encontros, apareceron dous volumes que en liñas xerais debemos ponderar polo seu incuestionábel rigor científico, polo tratamento de temas de grande interese para o avance do coñecemento e dos estudos sobre a lírica trobadoresca galego-portuguesa, así como polo espírito de consenso que en todo momento guiou aos doce investigadores da nosa lírica medieval, pertencentes ás tres universidades galegas, que participaron nos anteditos encontros e nas posteriores publicacións.

A primeira das obras a que vimos de facer referencia son as *Normas de edición para a poesía trobadoresca galego-portuguesa*, un pequeno mais relevante volume saído do prelo xa no ano 2007 (atópase tamén dispoñíbel en <http://www.udc.es/publicaciones/ga/libreriaDixital.htm>), e que contén as tan agardadas normas para a edición da nosa lírica trobadoresca, baseadas nas seguintes premisas:

Por un lado, os principios básicos que as nortean, no camiño dunha equilibrada e convencional regularización, alicérganse de partida na ponderación dos usos gráficos da tradición manuscrita profana e relixiosa, na consideración do peso das diversas escolas editoriais e mais no equilibrio entre estado de lingua e regularización gráfica. Por outro lado, os referentes da súa adecuación e capacidade representativas asentan na limitación imposta polo mantemento dos elementos fonolóxicos –isto é, por unha regularización, nivelación e simplificación gráfica (sen consecuencias fonolóxicas) (Ferreiro / Martínez Pereiro / Tato Fontaiña 2007: 11).

Os editores e organizadores do coloquio indican igualmente que este acordo, inicialmente galego, pretende estenderse a todos os ámbitos en que a lírica trobadoresca galego-portuguesa é estudada ou editada, razón pola cal as normas aparecen en seis linguas diversas: galego, portugués, italiano, español, francés e inglés.

E aínda que non podíamos deixar de facer referencia a esta proposta normativa para a edición da nosa lírica medieval, na realidade o obxecto da presente recensión é o volume *A edición da Poesía Trobadoresca en Galiza*, que presentaremos e valoraremos criticamente. Así, a citada obra, publicada no ano 2008, constitúe o segundo dos ‘fritos’ do coloquio, e inclúe igualmente en apéndice final as normas de edición, mais neste caso unicamente en galego e en inglés. As restantes páxinas están dedicadas a nove traballos, debidos a outros tantos especialistas galegos da nosa lírica medieval que, obviamente, tamén participaron no encontro e na consecución do acordo normativo.

Este tipo de obras colectivas que, aínda que dedicadas a unha materia xeral común, reúnen unha relativa cantidade de artigos, adoitan presentar tamén unha certa heteroxeneidade ou variedade canto ás metodoloxías e, en certa medida, no que di respecto ás temáticas. O presente volume non é desde logo unha excepción, e así podemos atopar estudos centrados en aspectos métricos, de edición, interpretativos, outros relacionados coa historia da lingua, ou mesmo algún que fai referencia á aplicación das novas tecnoloxías á edición dos nosos textos trobadorescos.

A primeira colaboración, debida a Mariña Arbor Aldea, é un traballo realmente útil para os editores da nosa poesía trobadoresca, xa que realiza unha metódica e sistematizada análise do problema das vogais orais en contacto entre palabras contiguas e das súas posibilidades articulatorias (sinalefa, dialefa, elisión). Para isto, parte da escasa bibliografía existente sobre este tema, nomeadamente da obra de Celso Ferreira da Cunha, *Estudos de Poética Trovadoresca. Versificação e Ecdótica*, e estuda as cincuenta primeiras cantigas que aparecen copiadas no *Cancioneiro da Ajuda*. Como vemos, mesmo non se tratando dun corpus moi amplo, a autora indica que a investigación aínda está en curso, mais, á espera dun futuro traballo que veña completar o presente, constátase o feito de os trobadores procuraren o isosilabismo, para o cal botaban man, cando era preciso, da dialefa e da elisión e, en menor medida, da sinalefa.

Iguamente interesante e valioso para os labores ecdóticos e críticos é o artigo de Manuel Ferreiro titulado “Edición e historia da lingua: Sobre a representación da nasalidade no trobadorismo profano galego-portugués e as formas *irmana* e afíns”, epígrafe xa abondosamente esclarecedor e explicativo dos contidos que inclúe este estudo. Baseándose no corpus completo das cantigas trobadorescas profanas, o profesor Ferreiro desenvolve unha pormenorizada análise de dous temas que foron obxecto de non poucas controversias desde o inicio dos estudos medievais galego-portugueses: o proceso de desnasalización acontecido no romance galego-portugués e, consecuentemente, a representación na nosa lírica trobadoresca desa nasalidade derivada da caída do -N- intervocálico latino, así como o mantemento de formas do tipo *irmana* ou *louçana* na cantiga de amigo, aspecto a respecto do cal Ferreiro conclúe que “a única interpretación posíbel é que se trata dun uso consciente (e coherente) por parte dalgúns trobadores que utilizan estas formas antigas como un

trazo máis de decoración arcaizante de teor estilístico (*ornatus* retórico) no xénero máis autóctono do noso trobadorismo” (p. 93).

Continuando cos traballos que seguen unha liña lingüístico-grafemática, temos de facer certas consideracións a respecto das colaboracións de Henrique Monteagudo e José António Souto Cabo. O primeiro deles procura no seu estudo unha descrición ou achegamento á denominada ‘ortografía alfonsi’, para o cal se fundamenta en traballos de especialistas como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Maria Ana Ramos ou Manuel Pedro Ferreira, entre outros, sobre os manuscritos máis antigos da nosa tradición, isto é, o *Cancioneiro da Ajuda*, o *Pergamiño Vindel* e as *Cantigas de Santa María*. Partindo desta base, a metodoloxía empregada por Monteagudo é a análise dunha pequena mostra pertencente a cada un dos testemuños citados e o cotexo entre as súas conclusións e as previamente acadadas polos xa mencionados estudiosos. Na nosa opinión, trátase dun procedemento un tanto arriscado polas limitacións impostas –o autor analiza unicamente dez cantigas de *A* e tres do códice toledano das *Cantigas de Santa María*–, podéndose extraer resultados inexactos. Porén, o propio Monteagudo admite esta continxencia, e esclarece que a súa intención é a de salientar a relevancia da análise grafemática como máis un instrumento para o coñecemento da cultura escrita medieval, así como incitar ou promover novas investigacións nesta liña. Souto Cabo, pola súa parte, en “O texto das cantigas no quadro das prácticas escriturais do séc. XIII” insiste en dous puntos fundamentais. Por un lado, na importancia da ‘*scripta* notarial’ contemporánea ao fenómeno trobadoresco como medio para un mellor entendemento da lingua dos nosos textos poéticos, xa que a primeira constituiría o contexto que daría orixe á escrita trobadoresca, posibilitando así a comprensión –e, en consecuencia, a correcta edición– de certas cuestións de tipo gráfico da nosa lírica medieval. E por outro, considera que o estudo dos modelos de escrita existentes no século XIII no occidente peninsular coadxuvarían para pór en claro certos aspectos aínda non suficientemente coñecidos da evolución da escola poética galego-portuguesa.

Son varios os estudos incluídos en *A edición da Poesía Trobadoresca en Galiza* cuxo principal argumento é a interpretación textual. Este é o caso do traballo de Arias Freixedo, profesor da Universidade de Vigo, que reflexiona sobre os límites entre os ‘usos paradigmáticos’ dos xéneros profanos galego-portugueses e a ‘individualidade poética’ que, como el mesmo afirma, se deixa “sentir con forza en non poucos autores” (p. 40). A partir de aquí, analiza diversas pasaxes de cantigas pertencentes a Roi Queimado, Martin Codax, Roi Paez de Ribela ou Rui Fernandiz de Santiago coa finalidade de mostrar a importancia do ‘bo xuízo’ do editor ao ter inevitablemente que se mover entre os usos máis convencionais dos nosos trobadores e as variacións que introducían nas súas cantigas. Queremos destacar que son de grande utilidade para o lector as reproducións dos manuscritos incluídas tanto no corpo do artigo como ao final deste mais, en contrapartida, a redacción do traballo resulta por veces un tanto inconexa ou esquemática.

“Edición e interpretación” é o rótulo que encabeza a colaboración que neste volume realiza a profesora Laura Tato Fontaiña e que se insire igualmente na liña dos estudos de carácter editorial-interpretativo. Nas súas páxinas Tato Fontaiña evidencia, por medio dun rigoroso e axustado exame de diversos textos –pertencentes a trobadores tan xeniais como Johan Garcia de Guilhade, Pero da Ponte ou Pero Meendiz da Fonseca, entre outros–, as innegábeis e positivas repercusións que trae consigo, non só desde un punto de vista textual mais tamén estético, a correcta adecuación entre a edición dun texto e a súa interpretación e contextualización no tempo e lugar en que foi creado.

Aínda neste mesmo sentido, temos de nos referir a un par de artigos asinados por dúas profesoras da Universidade de Santiago de Compostela, Pilar Lorenzo Gradín e Elvira Fidalgo, que centran os seus estudos nas cantigas de escarnio e maldizer e nas composicións marianas, respectivamente. A primeira delas comeza valorando a edición das *Cantigas d'escarnho e de mal dizer* de Manuel Rodrigues Lapa, publicada hai máis de corenta anos, mais que continúa a ser o grande referente para falarmos da edición das cantigas satíricas galego-portuguesas. A pesar disto, somos conscientes da existencia de certos pasos nalgúns textos de escarnio que veñen sendo mal interpretados ou transmitidos erroneamente, razón que moveu a Pilar Lorenzo ao desenvolvemento deste estudo, onde pretende considerar eses textos “á luz dos principios metodolóxicos de carácter ecdótico que presiden a *constitutio textus*, en concreto a daqueles referidos ao coñecemento da gramática histórica, ao contexto, á *res metrica* e á propia presentación crítica do texto” (p. 120). En definitiva, á realización dunha edición e análise textual en virtude de todo aquilo que rodeou a composición da cantiga e a súa posterior transmisión.

E se até ao momento as investigacións aludidas versaban case exclusivamente sobre a lírica profana, topamos agora co traballo de Elvira Fidalgo, baseado na lírica relixiosa, e de modo máis preciso nas composicións de loor das *Cantigas de Santa María* do Rei Sabio. A profesora Fidalgo reconece as vantaxes de se dedicar ao estudo das cantigas marianas, polo coidado con que foron copiados os catro códices que as transmitiron, mais non por isto a edición destes textos está exenta de complicacións. Deste modo, examina certos problemas, reparando sobre todo en cuestións métricas e gráficas, e establecendo un confronto entre as súas propias opcións e a meritoria edición de Walter Mettmann. Estamos, na nosa opinión, perante un traballo que enuncia aspectos de grande interese a respecto da lírica relixiosa galego-portuguesa, mais quizais as conclusións a que chega a investigadora non aparecen o suficientemente xustificadas ou razoadas por se limitar en ocasións a referir os seus propios criterios persoais a respecto dos asuntos tratados.

E fica finalmente unha outra colaboración debida a Mercedes Brea, “Edición impresa e edición electrónica, ferramentas complementarias”, onde se describe

a presenza actual da literatura románica na internet e as vantaxes que ofrece ao investigador. Tamén, para o caso galego-portugués, alude ás edicións ‘impresas’ que foron aparecendo ao longo do século XX e que fornecen á nosa literatura medieval duns textos críticos de referencia. A seguir a autora considera as ferramentas lingüísticas con que até ao momento contaba a nosa literatura medieval, como as bases de datos *BiRMED* ou *BILEGA*, desenvolvidas polo Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades (CIRP), ou *PhiloBiblon*, un proxecto dirixido por Charles B. Faulhaber desde a Universidade de Berkeley. A segunda parte deste relatorio ocúpase da descrición da nova base de datos que o CIRP levaba anos a desenvolver –xa foi presentada a finais do pasado ano 2008– e que permite ao investigador cotexar a edición coa transcripción paleográfica dos manuscritos ou, por pór un exemplo, interrogar os textos a respecto de aspectos métricos, temáticos etc. Esta renovada ferramenta irá acompañada, tal e como anuncia Mercedes Brea, da edición impresa do *Cancioneiro de xograres galegos*, e tanto unha como outra constituirán sen dúbida unha axuda imprescindible para o investigador na lírica medieval galego-portuguesa.

Téndomos presentes as valoracións que realizamos nestas páxinas non podemos máis que considerar *A edición da Poesía Trobadoresca en Galiza* como un conxunto de estudos que, en palabras dos seus editores –Manuel Ferreiro, Carlos Paulo Martínez Pereiro e Laura Tato Fontaíña–, “son unha mostra evidente de que, naquelas terras en que hai uns oito séculos se desenvolveu unha das máis relevantes escritas trobadorescas europeas, se continúa o labor de investigación e recuperación deste patrimonio literario-cultural de carácter universal” (p. 7).

Leticia Eirín García
Universidade da Coruña

Referencias bibliográficas

Ferreiro, M. / Martínez Pereiro, C. P. / Tato Fontaíña, L. (eds.) (2007): *Normas de edición para a poesía trobadoresca galego-portuguesa* (A Coruña: Universidade da Coruña).

Ferreiro, M. / Martínez Pereiro, C. P. / Tato Fontaíña, L. (eds.) (2008): *A edición da Poesía Trobadoresca en Galiza* (A Coruña: Baía Edicións).

Moreno Cabrera, J. C.: *De Babel a Pentecostés. Manifiesto plurilingüista*. Barcelona, Horsori, 2006. 101 páxinas. Colección “Cuadernos para el análisis”

Non debería pasar desapercibido na Galiza un libro de apenas cen páxinas que leva no seu título a palabra ‘manifiesto’ e que é da autoría de Juan Carlos Moreno Cabrera, catedrático de Lingüística Xeral da Universidad Autónoma de Madrid e prestixioso lingüista con monografías e artigos de referencia tanto sobre problemas de tipoloxía sintáctica e semántica como sobre a clasificación, situación ou desaparición das linguas do mundo, sempre desde unha óptica de defensa da diversidade lingüística e, por tanto, das linguas minorizadas. Citemos só entre estas últimas obras *Lenguas del mundo* (1990), *La dignidad e igualdad de las lenguas. Crítica de la discriminación lingüística* (2000), *El universo de las lenguas* (2003), *Las lenguas y sus escrituras. Tipología, evolución e ideología* (2005) ou, máis recentemente, *El nacionalismo lingüístico. Una ideología destructiva* (2008), cuxos títulos son sobradamente ilustrativos do seu posicionamento a respecto da cuestión lingüística, tamén no Estado español, en contraste con outros que defenden o dominio do castelán en consonancia con certos discursos políticos de marcado carácter centralista e mesmo imperialista.

O título deste libro-manifiesto toma como referencia dous milagres bíblicos que revelan dúas actitudes primordiais adoptadas pola humanidade perante a diversidade lingüística a través da historia: Babel, que representa o milagre da creación desa diversidade como algo negativo que impide a comunicación, e Pentecostés, que resalta positivamente a capacidade de os seres humanos nos entendermos e de nos comunicarmos en linguas distintas. O primeiro milagre pertence ao Antigo Testamento e o autor tómao como punto de partida, en canto o segundo é do Novo Testamento e sèrvelle de punto de chegada por ser o milagre que “hace posible que los seres humanos nos entendamos realmente sólo a través de la diversidad lingüística” (p. 7, nota 1). Porque, como explicita o subtítulo, este é un manifesto en defensa do plurilingüismo, face ás “políticas estrictamente monolingüistas de las viejas potencias europeas”, que costuman cualificar como “retrógada, tradicionalista, conservadora o nacionalista excluyente” calquera tentativa dunha comunidade lingüística minoritaria ou non asociada a un dos estados poderosos por promocionar a súa lingua.

A pesar das poucas páxinas, o libro é denso canto aos contidos, pois ao corpo principal do texto acrécentase un rico aparello crítico nas notas de rodapé –nalgún caso de grande extensión–, que constitúe un segundo nivel de lectura con abundante

información complementar, sobre todo de carácter bibliográfico, de grande interese para quen quixer profundar nalgúns aspectos concretos. Alén dunha breve “Introducción: del castigo de Babel al premio de Pentecostés” (p. 9-10) en que o autor opta por considerar a diversidade lingüística como un premio que, lonxe de impedir o desenvolvemento da capacidade humana, o potencia e enriquece, a obra estruturárase en catro capítulos, unha breve antoloxía de textos (p. 75-78), un glosario tamén breve de termos da sociolingüística marcados con asterisco ao longo do texto (p. 79-81), un anexo cos dous primeiros capítulos da Constitución Europea traducidos ás vinte e unha linguas oficiais e seguidos dun breve comentario (p. 83-95), outro anexo coas publicacións comentadas do autor sobre aspectos relativos ao contido da obra (p. 96-99) e, por último, un terceiro anexo de ilustracións referidas a tres políglotas: o cardeal Giuseppe Gasparo Mezzofanti, o lingüista norteamericano Kenneth Hale e o técnico de calefaccións soviético E. Cherniavski (p. 100-101).

No primeiro capítulo, “Babel, la ‘confusión’ de las lenguas y la comunicación”, o autor analiza a actitude negativa cara á pluralidade lingüística que se atesta non só no episodio da Torre de Babel como en todo o Antigo Testamento e sostén que a desaparición dun idioma ou a substitución por outro supón unha perda de información real e potencial, “la mayor parte de las veces irrecuperable” (p. 19), pois cada idioma ten os seus propios procedementos expresivos e non hai dous que posúan exactamente os mesmos. Esta defensa da diversidade lingüística, que pon en relación coa biolóxica, e da dignidade e valía de todas as linguas é unha constante nos diferentes traballos do autor (véxase, por exemplo, Moreno Cabrera 2000 e 2008), quen resalta como na Europa do século XVI volta a xurdir o mito de Babel como consecuencia da expansión colonial dos estados. Este feito pon ao descuberto que a diversidade de linguas é un universal da humanidade e, ao mesmo tempo, que é imposible construír esa torre capaz de chegar ao ceo porque os idiomas do mundo son como “ladrillos de una torre en perpetua construcción” (p. 20) que acaban desaparecendo para seren substituídos por outros sempre de forma diferente aos anteriores. Termina o capítulo reafirmando a distinción entre a ‘lingua natural’ (LN), que se aprende de xeito espontáneo na infancia, e a ‘lingua cultivada’ (LC), elaboración artificial que se adquire con esforzo na escola. A primeira non é para el unha corrupción ou dexeneración da segunda; polo contrario, a LC é unha versión “cosmética” da LN e tamén unha tentativa, sempre imposible, “del viejo proyecto de la creación de una lengua perfecta, completamente fijada y universal en una sociedad determinada” (p. 22). Neste sentido, a ortografía utilízase para exprimir a unidade e idiosincrasia cultural dunha comunidade, de modo que permite a distinción entre linguas moito próximas ou, o que é o mesmo, manifesta “sin lugar a dudas de qué lengua concreta se trata” (p. 28), reflexión de utilidade para a lingua galega.

No capítulo segundo, intitulado “Aprenderás las lenguas con el sudor de tu rostro”, preséntase a aprendizaxe de linguas en idade adulta como un labor dificultoso

que pretende en certo modo ser unha redención do castigo de Babel, embora con resultados escasos. Sempre se vai notar o acento estranxeiro indicativo de que unha persoa non pertence desde sempre a determinado grupo e, ao mesmo tempo, a lingua aprendida nas aulas vai ser unha lingua artificial ou LC porque dominar unha LN “significa vivir en esa lengua y vivir abarca muchos más aspectos que ir a clase” (p. 33). Ao fío das dificultades de chegar a dominar unha lingua estranxeira, que implica “un compromiso, un sacerdocio personal de por vida” (p. 34), vai ir introducindo o tema central da obra: na aprendizaxe adulta dunha lingua segunda chégase antes a entendela do que a poder falala e, por tanto, o coñecemento pasivo de linguas –o “entendimiento pasivo plurilingüe” (p. 36)– é o que pode posibilitar o uso activo de moitas máis linguas e, en definitiva, a manutención da diversidade lingüística. Porque o plurilingüismo activo individual, quere dicir, a existencia de persoas políglotas, como o cardeal italiano Mezzofanti (1774-1849), capaces de falaren moitas linguas son casos verdadeiramente excepcionais.

O capítulo terceiro, “La deconstrucción de Babel: monolingüismo y oligoglosia”, supón unha crítica da ideoloxía monolingüista, que, lonxe de procurar o acrecentamento de máis unha lingua coñecida por todas as persoas, na realidade conduce á minusvaloración da diversidade lingüística e á desaparición de moitas linguas. Tamén critica a ideoloxía oligoglósica como unha versión aparentemente mitigada da ideoloxía monolingüista, mais que na práctica resulta ser un pacto de convivencia entre diferentes ideoloxías monolingüistas (inglesa, española, francesa, chinesa, rusa etc.), unha especie de *business class* dos idiomas privilexiados. Na Unión Europea (UE) prodúcese, neste sentido, unha loita entre o monolingüismo dominante do inglés e outros monolingüismos dominados, chegándose “casi siempre de mala gana” a unha ‘oligoglosia’ ou imposición dunhas poucas linguas en ámbitos onde hai unha diversidade lingüística maior (p. 44). Conceptos como os de ‘lingua oficial’, ‘lingua común’, ‘lingua nacional’, ‘lingua de traballo’ ou ‘lingua de comunicación’ sêvenlle á ideoloxía monolingüista no ámbito da UE para impedir a presenza das linguas minorizadas e para presentar o plurilingüismo como unha fonte constante de conflitos. A difusión internacional do inglés tamén ten detrás, segundo o autor, esta mesma ideoloxía, que Phillipson (1992) cualifica directamente de ‘imperialismo lingüístico’ e que para Moreno Cabrera é “una de las vertientes culturales del imperialismo postcolonial del que deriva la injusta situación actual de la mal llamada globalización” (p. 54).

Face aos anteriores, o capítulo cuarto e último (“El milagro de Pentecostés y el sesquilingüismo cooperativo”, p. 55-73) convértese no máis importante da obra por conter unha proposta concreta en contra do monolingüismo imperialista e da oligoglosia e en defensa da diversidade lingüística no mundo a partir do milagre de Pentecostés como solución aos problemas lingüísticos orixinados en Babel. Tal milagre consiste na comprensión mutua entre persoas que falan linguas diferentes e representa unha reivindicación do plurilingüismo. Os galileos falaban a súa propia lingua e eran entendidos

por persoas que o facían en linguas diferentes, de modo que aquí acha Moreno Cabrera o punto de partida para o seu ‘manifesto plurilingüista’ ou proposta de ‘plurilingüismo pasivo ou receptivo’ como alternativa á oligoglosia e ao dominio do inglés.

Para a designación deste tipo de plurilingüismo oposto ao ‘plurilingüismo activo’ –as persoas dunha comunidade con varias linguas serían capaces de falaren todas elas– introduce o autor o termo de ‘sesquilingüismo’, que rescata do que empregaron os tradutores do *Curso de Lingüística Moderna* de Hockett en 1971 para o termo inglés ‘semi-bilingualism’ a partir do latín *sesqui*, ‘metade’, por lle parecer mellor que o correspondente ‘semibilingüismo’ ao este transmitir a impresión de se tratar dunha capacidade incompleta. O sesquilingüismo é definido por Moreno Cabrera como a capacidade de entendermos unha lingua sen a falarmos ou sen a xesticularmos, quere dicir, un monolingüismo produtivo acompañado por bilingüismo ou plurilingüismo receptivo. Mais para que o sesquilingüismo se converta nun instrumento de intercomunicación máis eficaz propón desenvolvelo cara á vertente do que vai denominar ‘sesquilingüismo cooperativo’, que se logra cando quen fala a súa lingua ten en conta os seus coñecementos da lingua do ouvinte “para adecuarla en una dirección que facilite el entendimiento o al menos que no lo dificulte” (p. 63).

Así entendido, para o autor o sesquilingüismo cooperativo fomenta a convivencia de linguas nun plano de maior igualdade e parécelle especialmente axeitado para o aplicar no ámbito da UE, pois pode contribuír para equilibrar moito máis o uso dos diferentes idiomas. A partir do modelo de ‘sesquilingüismo cooperativo xenético’ –aquele que se dá entre os utentes de linguas pertencentes á mesma familia lingüística–, Moreno Cabrera fai un deseño de programa sesquilingüista, con fórmula matemática incluída, para as 21 linguas oficiais da UE en 2005, agrupadas en nove familias lingüísticas, ás que incorpora outras linguas daquela aínda non oficiais e as chamadas linguas minorizadas, entre elas o galego. Tamén fai algo similar para as linguas de signos das diversas comunidades xordas europeas. Con iso o autor pretende desbotar as “profecías agoreras de los apóstoles del monolingüismo sobre la inmanejabilidad, costo desorbitado e ineficacia” dunhas institucións europeas con tantas linguas (p. 72) e demostrar que o traballo dos intérpretes non só non se incrementaría como inclusive se tornaría máis doado e flexíbel.

A proposta de sesquilingüismo que realiza o profesor Moreno Cabrera tórnase especialmente proveitosa para a Galiza, pois con pouco esforzo pódense adquirir altas competencias nas variedades galega, portuguesa, brasileira e inclusive africana do mesmo sistema lingüístico galego-portugués, alén de logo ampliar a competencia pasiva ás outras linguas romances de Europa. Se a isto acrecentarmos o coñecemento, embora só fose pasivo, do inglés, a situación lingüística desta comunidade podía tornarse envexábel: dominio activo do galego-portugués e do castelán e pasivo dos outros romances e do inglés.

O modelo sesquilingüista pode, de certo, preservar a diversidade lingüística de Europa, incluídas as linguas minorizadas, e de facto xa se vén practicando nos países nórdicos (Suecia, Dinamarca e Noruega) ou mesmo en África, do que este libro recolle algún testemuño (p. 77). Presenta a vantaxe de que todas ou a maioría das persoas dunha comunidade política plurilingüe comprenden todas as linguas desa comunidade aínda que as non falen. Polo contrario, o concepto de plurilingüismo activo, en que todas as persoas desa comunidade falarían todas as linguas existentes nela, é un obxectivo pouco realista. O sesquilingüismo permitiría, por tanto, que nunha sociedade plurilingüe se puidesen usar realmente todas as linguas e promovería o plurilingüismo, pois dese xeito non habería falantes que tivesen de renunciar ao seu idioma por medo a non seren entendidos.

Mais tamén o sesquilingüismo pode contribuír para preservar a pluralidade lingüística dentro do Estado español, pois se no sistema educativo se incluíse a adquisición de competencias pasivas nas diferentes linguas, ninguén se vería forzado a utilizar outra distinta da súa. E na Galiza sen dúbida eliminaría obstáculos ou escusas para a plena normalización da lingua galega, pois ningunha persoa podería aducir o seu descoñecemento. Mesmo as universidades galegas podían aproveitar as vantaxes deste modelo se estivese estendido polo Estado e pola UE, pois así posibilitaría unha mellor integración do alumnado de intercambio e unha alta rendibilidade para este, en termos de coñecementos lingüísticos, na súa estadia nas nosas universidades. E tamén sería útil nos outros niveis do ensino.

A aposta en exclusiva polo inglés, ou o que é o mesmo, investir todo o esforzo, tamén económico, na aprendizaxe deste idioma, supón por unha parte unha rendición perante o imperialismo lingüístico, ligado sempre ao poder económico e militar dominante en cada momento, e por outra renunciarmos ao enriquecemento cultural que nos achegan as linguas próximas. Resulta lóxico ou razoábel, tanto en termos culturais como económicos, que un español, un francés, un italiano e un portugués, por exemplo, acudan ao inglés para se comunicaren entre si? Con canto menor esforzo o poderían facer nas súas respectivas linguas!..., contribuindo dese modo para a manutención da diversidade cultural e lingüística que caracteriza Europa e, en definitiva, para a defensa da biodiversidade e da ecoloxía, pois tamén as linguas forman parte dela. De facto, como o propio autor da obra nos informa, xa se publicou un libro que estuda comparativamente esas linguas nunha dirección que ben podemos cualificar de sesquilingüista (véxase Schmidely / Alvar / Hernández 2001). Nesta mesma liña apuntaba xa hai anos Umberto Eco (1994) ao afirmar que unha Europa de políglotas non consiste en que as persoas falen con facilidade moitas linguas, mais en que, no mellor dos casos, poidan falar cada unha a súa e entenderen a do seu interlocutor. Outra alternativa ao dominio imperialista do inglés sería a asunción como vehículo para a comunicación internacional dunha lingua artificial, o esperanto ou outra entre as diversas propostas existentes, como

moito ben estuda Teresa Moure (2005), aínda que o profesor Moreno Cabrera non analice en particular esta posibilidade –lembremos que o seu libro é un manifesto a favor do plurilingüismo–.

Con isto non se nega o valor do inglés como lingua para as relacións internacionais neste momento. Porén, a súa indubitábel importancia non debe contraponerse á defensa da diversidade lingüística nin debe servir como escusa para negar o papel doutras linguas. Tampouco se contradí coa necesidade e obriga primeira de usaren e potenciaren a súa lingua propia aquelas persoas e comunidades que posúen un patrimonio lingüístico singular que só elas poden e a elas corresponde principalmente preservar por fidelidade a si propias e ao legado histórico que recibiron, e como contributo para a ecoloxía das linguas no mundo e para a manutención do patrimonio cultural da humanidade. Aos galegos e galegas tócanos a defensa e conservación da nosa lingua propia, principal sinal da nosa identidade, que debe ser normalizada mediante unha planificación adecuada, a socialización dun modelo de lingua de calidade e o entusiasmo herdado dos nosos devanceiros (Sanmartín Rei 2009).

En síntese, como se dicía ao inicio, este libro-manifesto do profesor Moreno Cabrera é de grande interese e utilidade para nós como persoas depositarias dun herdo lingüístico singular que hoxe está nunha situación dificultosa, pois podemos tirar del proveitosas ensinanzas. Resulta especialmente reconfortante e aleccionador, por inusual, que unha persoa que ten o español como a súa lingua propia e que reside e exerce o seu maxisterio na capital dun Estado que non dá asumido o seu carácter plurilingüe (e plurinacional) defenda con tanta sabedoría, convicción e compromiso a diversidade de linguas e nomeadamente as minorizadas. Con ser este libro un manifesto apaixonado a favor do plurilingüismo e da dignidade de todas as linguas, non deixa de ser, porén, un traballo serio e rigoroso con información relevante a respecto da complexidade lingüística da humanidade. Nel combínase o carácter didáctico e de intervención social mediante a proposta sesquilingüista coa solvencia do competente investigador do fenómeno lingüístico que se pon en relevo sobre todo a través das extensas notas de rodapé, con acompañamento de interesantes textos e notas pendiculares. Unha obra, en definitiva, alén de breve e de fácil lectura no seu corpo de texto principal, suxestiva e ilusionante para aquelas persoas que aman as linguas e respectan a súa diversidade. Tamén para quen loita pola normalización da lingua galega.

Xosé Ramón Freixeiro Mato
Universidade da Coruña

Referencias

- Eco, U. (1994): *La Búsqueda de la Lengua Perfecta en la Cultura Europea* (Barcelona: Crítica).
- Moreno Cabrera, J. C. (2000): *La dignidad y la igualdad de las lenguas. Crítica de la discriminación lingüística* (Madrid: Alianza).
- Moreno Cabrera, J. C. (2006): *El nacionalismo lingüístico. Una ideología destructiva* (Barcelona: Horsori).
- Moure, T. (2005): *Outro idioma é posible. Na procura dunha lingua para a humanidade* (Vigo: Galaxia).
- Phillipson, R. (1992): *Linguistic Imperialism* (Oxford: Oxford University Press).
- Schmidely, J. (coord.), M. Alvar e C. Hernández (2001): *De una a cuatro lenguas: del español al portugués, al italiano y al francés* (Madrid: Arco Libros).
- Sanmartín Rei, G. (2009): *Nos camiños do entusiasmo. Calidade da lingua e planificación* (Vigo: Xerais).

Rodríguez, J. L., Torres Feijó, E. J. e Villarino Pardo, C. (eds.) (2008): *Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela. 2 Volumes (916 e 1006 pp.) e CD-ROM

À procura do (re)conhecimento

Somando-se à colecção “Cursos e congresos” do Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela (USC), saem do prelo em 2008 os dois volumes correspondentes ao VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (AIL), oferecendo-nos a possibilidade de nos achegar a grande parte das comunicações que se puderam ouvir em Santiago de Compostela entre 18 e 23 de Julho de 2005. Nas suas perto de duas mil páginas, encontramos contributos de investigadoras/es vinculadas/os a diversas universidades e instituições, principalmente do âmbito lusófono mas não só, já que estas actas respondem ao interesse que as diversas culturas dos países de língua portuguesa suscitam no mundo académico internacional.

Nascida em 1984 em Poitiers da mão do Prof. Doutor R. A. Lawton e com o objectivo de agrupar a pesquisadoras/es que trabalham neste campo comum, a AIL celebra trienalmente estes encontros que supõem, entre as suas actividades, a que goza duma maior visibilidade externa e que se une a outras iniciativas de carácter científico promovidas dentro desta entidade, como a publicação da revista *Veredas*, de periodicidade anual. Esta linha de trabalho pretende contribuir para o contacto e o conhecimento mútuo entre o variado pessoal investigador da lusitanística, isto é, aquele que foca nos seus estudos assuntos ligados a essa porção do planeta conhecida internacionalmente por lusofonia e que podemos definir como um intersistema cultural que compartilha um leque alargado de elementos repertoriais, principalmente (embora não unicamente) a língua (galego-)portuguesa.

A organização deste VIII Congresso da AIL tinha o objectivo de fazer dele um ponto de encontro e debate sobre a própria ideia de lusofonia e as possibilidades futuras que oferece para as comunidades de língua portuguesa. Não é alheia esta intenção ao facto de este evento se celebrar por primeira vez na Galiza, onde alguns grupos defendem a utilidade tanto política como para a planificação cultural da comunidade galega que se deriva do uso da lusofonia como potencial espaço de projecção exterior alternativo ao mundo hispânico e, inclusive, como via de reafirmação

identitária. Neste sentido, tal como podemos ler na lapela esquerda, a realidade galega é explicitamente incorporada a este âmbito comum:

Os contributos (...) abrangem aspectos que vam da raiz matricial galaica ao revigorado ramo timorense, focalizando assim, com mais ou menos intensidade, todos os membros desta dilatada lusofonia e os vínculos que dizem respeito a este espaço comum, a cujo conhecimento e afirmação este livro pretende contribuir.

Pode ser trazido aqui, ainda a este respeito, as críticas achegadas desde vários sectores ao conceito de lusofonia, nomeadamente pelo potencial neocolonial inerente a esta ideia. No entanto, constatamos nestas páginas a vontade por reforçar uma concepção deste construto formulada desde a periferia, nomeadamente galega –entidade nem sempre (re)conhecida dentro da lusofonia, quer polos seus pares quer polas próprias elites políticas e culturais da Galiza– mas também doutros espaços secundarizados, principalmente por razões políticas, e necessitados de enfrentar a capacidade monopolizante das duas grandes potências (Portugal e Brasil) para alcançar maior visibilidade nesta comunidade. Neste sentido, o discurso de integração da Galiza nesta colectividade vem apoiado por vários escritores que, originários de distintos pontos da realidade lusófona (Luiz Ruffato do Brasil, Ondjaki de Angola, Possidónio Cachapa e Adriana Lisboa de Portugal e Carlos Quiroga como representante da Galiza), incorporam a estas páginas reflexões sobre a sua estadia em Compostela e, desde o seu papel de criadores a partir das palavras, formulam um conceito alternativo ao de lusofonia, a *galeguia*, com o qual pretendem pôr de relevo a condição primigénia da Galiza neste intersistema cultural.

O facto de tratar-se dum encontro tão alargado e que reúne especialistas que centram o seu labor em aspectos muito diversos numa base comum é bom indicador do interesse desta miscelânea, tanto pelos avanços que achega aos diversos assuntos focados, como pelo seu papel como termómetro do estado actual da investigação em múltiplos campos, erigindo-se, por isso mesmo, em indicativo das linhas privilegiadas quanto aos temas, perspectivas ou agentes mais focados. Constatamos nestas actas a prevalência das grandes temáticas vinculadas com as humanidades, a língua e a literatura, mas também a abertura para outros assuntos de actualidade que conectam com a globalização ou as migrações, por exemplo. Enquadradas em sessões temáticas e comemorativas, estas comunicações procedem principalmente de pesquisadoras/es brasileiras/os e portuguesas/es, sendo os assuntos relativos à cultura de Portugal os que alcançam maior protagonismo.

No caso da literatura, tanto a etapa medieval/renascentista como a produção portuguesa contemporânea, representam, segundo observamos, pontos de alto interesse no circuito internacional. Para explicar em parte este facto, podemos apontar para a forte

projección internacional de agentes como Lobo Antunes e Saramago, ou mesmo de Mia Couto (o produtor de origem africano com maior presenza nestas páginas). Notamos a relativa escasseza de análises que se aproximem do fenómeno cultural brasileiro mais actual, se bem que, a partir do aqui presente, podemos anotar a centralidade no cânone da literatura brasileira de Machado de Assis e Mário de Andrade, assim como o funcionamento conjunto, em várias ocasiões, de duas produtoras também centrais no último século: Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles.

No caso dos estudos linguísticos, as pesquisas que despertam maior interesse são as ligadas à história da língua e as realizadas a partir da análise da língua literária, face outras linhas menos concorridas como a historiografia gramatical ou a que tem a ver com a ortografia, se bem que devemos matizar isto fazendo referência ao facto de que as secções em que foram arrumadas as comunicações são simples propostas entre as múltiplas possíveis e não se trata, em qualquer caso, de compartimentos estanques.

Por outra parte, a validez destes volumes para avaliar o interesse universitário por uns assuntos concretos e não outros deve ser colocada e relativizada à luz do impacto das indicações organizativas que, apesar de não colocarem limites, são sim marcadores importantes quanto às pautas e os modos de participação. Em relação à primeira circular enviada para este congresso, observamos propostas temáticas bem sucedidas (como as reflexões sobre a lusofonia e os processos de canonização inseridas no volume I), porém, não se chegassem a preencher de forma significativa as linhas que tinham a ver com assuntos mais afastados do âmbito linguístico-literário, como a música, a arquitectura, o cinema, o turismo, os media, a economia, o direito ou a antropologia. Nesta linha inovadora quanto aos conteúdos, destacamos as achegas feitas sobre a obra de Vinícius de Moraes, produtor central no campo musical brasileiro, que nem sempre teria lugar nas focagens mais tradicionais do fenómeno literário.

Também não foram acompanhadas as sugestões da organização deste evento sobre a maior parte dos produtores africanos nascidos na década de cinquenta e em cujas obras se animava a aprofundar, o qual nos situa novamente ante um vazio importante e nos convida a reflectir sobre o estado actual dos estudos sobre os PALOP, quem os faz e desde onde, tendo aliás em consideração o efeito açambarcador de determinados produtores (o já referido Mia Couto, mas também Pepetela) e países (nomeadamente, os respectivos destes dous autores: Moçambique e Angola).

Como já avançámos, a construção da lusofonia (e a visualização da inclusão da Galiza dentro dela) é um dos pontos nucleares deste VIII Congresso, facto que justifica que o primeiro dos apartados do volume I vá destinado precisamente a estudos reunidos sob esta epígrafe. Ao nível galego, este congresso da AIL vem dotar, pois, de suporte académico uma vontade integradora da Galiza dentro da lusofonia que tem certo cabimento nos campos culturais (podemos referir, neste sentido, desde o Encontro *Galego no Mundo. Latim em pó*, que reuniu em Compostela mais dum cento de

produtores lusófonos com ocasião da capitalidade europeia da cultura em 2000, até eventos localizados no campo musical como os *Cantos na maré. Festival Intenacional da Lusofonia*, celebrado com carácter anual na cidade de Ponte Vedra desde 2002).

Assim, são abundantes nestas páginas as achegas de pesquisadores, principalmente galegos mas também da outra margem do Minho, sobre o reintegracionismo linguístico e, em geral, sobre o papel da Galiza neste conjunto (vejam-se os trabalhos dos professores José Luís Rodríguez, Fernando Venâncio, Bernardo Penabade ou Freixeiro Mato). A eles devemos somar outros contributos que tencionam deitar luz sobre o relacionamento luso-galaico em diferentes épocas e âmbitos (pensemos nas comunicações dos investigadores Carlos Quiroga, Joel R. Gómez, Carlos Pazos Justo, Joám Evans Pim, Jorge Fernandes da Silveira, J. Cândido Martins ou Lucila Nogueira).

Ao longo destes dois volumes apreciamos como um dos motivos mais recorrentes o estudo de contactos entre os diversos territórios lusófonos, a modo de rede de vínculos tecida ao longo da história. Para além de alguns estudos sobre aspectos linguísticos, as análises relativas à Galiza centram-se, no caso da produção literária, na figura incontornável de Rosalia de Castro, muito mais atendida do que, por exemplo, as mudanças e o desenvolvimento dos campos culturais galegos desde a segunda metade do século XX. Juntamente com a autora de *Folhas Novas*, de cuja publicação passaram 125 anos, há outra marca identitária que funciona como referente do que é a Galiza no resto da lusofonia: o(s) Caminho(s) de Santiago, que consegue igualmente despertar o interesse nestes círculos de estudo por parte de pesquisadoras/es de Portugal, Brasil e a própria Galiza. Em ambos os dois casos, trata-se de linhas temáticas sugeridas pela organização e que alcançaram repercussão, face o que aconteceu com outras propostas de carácter comemorativo que propunham, por exemplo, achegas sobre a Academia Galega ou à obra *Saudades Gallegas* de Lamas Carvajal (em ocasião do centenário da sua fundação e de se cumprirem também os 125 anos da sua publicação, respectivamente). É pertinente assinalar aqui que as investigações de autoria galega não se centram exclusivamente em assuntos internos do Sistema Cultural Galego, senão que tendem a abrir pontos de contraste (principalmente com Portugal) e inclusive a abordar objectos de estudo vinculados a Portugal e a outros espaços lusófonos (neste sentido é significativo o contributo do professor da Universidade da Corunha Francisco Salinas Portugal sobre a literatura angolana).

Por outro lado, apesar da primazia das pesquisas de carácter individual, estas actas são igualmente significativas do progressivo auge de grupos de investigação, os quais vão abrindo caminho dentro dos estudos das ciências sociais e humanas como linha alternativa ao tradicional trabalho unipessoal, oferecendo como principal reclamo o facto de possibilitar, a partir do trabalho em equipa, o desenvolvimento de projectos mais sólidos e ambiciosos. Para exemplificar este ponto, podemos

mentonar alguns grupos de pesquisa com sede em universidades brasileiras, como o *Grupo de Estudos Oitocentistas* da Universidade de São Paulo, *Imagens, representações e resistência cultural* da Universidade Federal Fluminense, *NARRAdoR* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ou *(Des)construindo identidades (CNPq)* vinculado à Universidade Estadual de Campinas; assim como outras equipas sediadas nas instituições educativas superiores da Galiza (o grupo *Guilhade* da Universidade da Corunha e, com núcleo na USC, *Galabra e Graal*), ou uma das poucas referências portuguesas mas com vários contributos nestas páginas, o grupo de pesquisa *Madeira, século XX: literatura e cultura*, vinculado à universidade sediada no Funchal.

Por último, se a sua localização em Santiago de Compostela foi um passo importante à hora de fomentar o conhecimento da realidade galega no restante âmbito académico lusófono, este VIII Congresso da AIL serviu também para reafirmar as posições de investigadores galegos dentro desta instituição internacional, concretamente de Elias J. Torres Feijó, que foi nomeado vice-presidente, e de Carmen Villarino Pardo, que foi referendada como vogal (respectivamente presidente e secretária geral desde o IX congresso, celebrado na Universidade da Madeira em 2008); ambos os integrantes do Grupo Galabra e professores do Departamento de Filologia Galega da USC são responsáveis, juntamente com o catedrático José Luís Rodríguez, de reunir e editar umas actas que afixam também a vertente mais lúdica deste congresso no documento audiovisual que, ao lado da versão das comunicações em arquivos formato pdf, compõe o CD-ROM que acompanha estes dois volumes em papel. Coordenada pelo investigador Gonçalo Cordeiro Rua, a presente edição destaca, aliás, por incorporar numerosas fotografias do evento realizadas por Mónica Sant'Anna, Felisa R. Prado e Carlos Quiroga, responsável também pelo cuidado grafismo da obra.

Em síntese, para além dos congressos como acto académico com uma função clara de promoção de redes de relação e conhecimento, esta obra contribui para divulgar, principalmente entre o pessoal especializado, conclusões sobre assuntos em que estão a trabalhar equipas de universidades e centros de investigação, e igualmente serve para fazer públicas as características de alguns dos projectos que estão a ser desenvolvidos nestes âmbitos. Trata-se, em definitivo, dum produto miscelâneo, de acordo com a própria natureza do congresso do que é resultado, que recolhe achegas do variado pessoal investigador da lusitanística, contribuindo de forma efectiva a acrescentar o conhecimento sobre os diversos aspectos do saber que têm a ver com as culturas e comunidades unidas pela língua portuguesa. Tudo isto sem esquecermos que esta publicação faz parte, assim mesmo, duma estratégia promovida desde o âmbito académico e associativo para localizar culturalmente a Galiza dentro da lusofonia.

*Cristina Martínez Tejero
Grupo Galabra (USC)*

Post-scriptum: Em 2009 foi publicado o volume 3 (97 pp.) destas Actas que inclui as conferências de abertura e encerramento do Congresso (de Helder Macedo e Ramón Villares, respectivamente), três comunicações dobre leitura e intertextualidade de professoras brasileiras e duas do Grupo Galabra sobre o sistema cultural galego no tardofranquismo.

Xosé Ramón Freixeiro Mato, *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*. Monografía 3 da Revista Galega de Filoloxía, A Coruña, Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña, 2005, 283 páxinas

Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito, do profesor Xosé Ramón Freixeiro Mato, constitúe a terceira monografía da *Revista Galega de Filoloxía* publicada en 2005. Por ser a primeira obra que se introduce nun campo até o momento esquecido polos estudosos galegos –o dos marcadores discursivos– e pola súa rigorosidade científica foi galardoada na modalidade de Investigación no “XXIX Premio da Crítica de Galicia” no ano 2006.

Un dos obxectivos deste libro é o de comezar a encher o baleiro existente na lingüística galega no referente ás unidades lingüísticas que actúan fóra do marco puramente oracional. Así, Freixeiro Mato realiza unha exhaustiva investigación sobre os marcadores discursivos –centrándose primordialmente nos conectores contraargumentativos– a través da análise de distintos textos escritos, sendo consciente, tal e como sinala na “Nota preliminar” (p. 5), de que “un estudo profundo destas unidades lingüísticas precisaría da existencia dun corpus de galego oral importante, pois é no ámbito da oralidade onde estes marcadores máis son utilizados”. Con todo, os documentos analizados achegan información valiosa para realizar unha primeira aproximación ao estudo dos conectores contraargumentativos no galego. Algún tempo despois da súa publicación, segue a ser o traballo máis completo, aínda que tamén é certo que timidamente comezan a aflorar estudos sobre partículas concretas. Deste modo, entre outros, destacamos o realizado por Domínguez Portela (2006) sobre o marcador *pois*, que vén complementar algúns existentes antes da publicación desta monografía, así como tamén o desenvolvido por Fernández Ferreiro (2002) sobre os usos de *pero*. Alén destes, cómpre indicarmos que Freixeiro Mato xa sacara á luz un outro traballo pioneiro, *Gramática do Texto* (2003), que ao igual que a obra que aquí presentamos supuxo un grande avance no estudo da lingua galega, sen nos esquecermos dos artigos que publicou en diversas revistas sobre os marcadores discursivos (2005a) e (2005b).

O libro componse de seis capítulos, ao que seguen as “Referencias bibliográficas” (p. 263-278) e o “Desenvolvemento das abreviaturas utilizadas para os textos” (p. 279-283). Comeza a obra expondo as distintas e diversas perspectivas teóricas que impulsaron o estudo dos marcadores discursivos antes de nos mostrar, a través da análise dun extenso corpus de textos escritos, as partículas que actúan no galego. Finalmente, introdúcenos nas unidades protagonistas deste libro, os

conectores contraargumentativos, atendendo non só as funcións que na actualidade desenvolven, mais tamén as mudanzas que foron experimentando ao longo da nosa historia por diversos motivos.

Na primeira parte, “Introdución” (p. 7-12), o autor, alén de anunciar algunhas das cuestións que posteriormente serán tratadas, pon de relevo a necesidade de estudar e coñecer estas unidades lingüísticas que até o de agora foron practicamente invisíbeis na lingüística galega, ao contrario do que acontece en linguas da nosa contorna.

No segundo capítulo, “Perspectivas teóricas para o estudo dos marcadores discursivos” (p. 13-51), X. R. Freixeiro Mato mostra de modo rigoroso e accesíbel as investigacións que impeleron e contribuíron ao estudo dos marcadores discursivos, atendendo por tanto as teorías desenvolvidas dentro do ámbito da pragmática e da lingüística textual. Comeza coa presentación das achegas que Grice (1975) forneceu ao mundo da lingüística, entre as cales destacan o principio de cooperación e as máximas conversacionais, para nos levar até o concepto de implicatura, que é posto en relación cos marcadores discursivos (p. 13-19). A seguir analiza detalladamente a Teoría da Relevancia, expondo as bases en que en que esta asenta para a vincular, de novo, coas partículas protagonistas deste traballo (p. 21-32), ao igual que fai cos postulados achegados pola Teoría da Argumentación (p. 19-51). Cómpre sinalarmos, a este respecto, que Freixeiro Mato non se limita unicamente a realizar unha enumeración das principais investigacións lingüísticas, senón que a exposición destas é o punto de partida para vermos como contribuíron ao estudo dos marcadores discursivos.

Após o percorrido polas diferentes perspectivas lingüísticas, no terceiro capítulo “Os marcadores discursivos” (p. 53-83), focará a súa atención nas dificultades achadas para definir, delimitar e clasificar estas unidades lingüísticas. O título desta obra xa pon de manifesto a escolla terminolóxica de X. R. Freixeiro Mato, quen opta pola denominación “marcadores discursivos” a cal, como sinala na súa *Gramática do Texto* (2003: 140), tivo unha forte acollida desde a publicación de *Discourse Markers* da lingüista estadounidense Schifffrin (1987). Estes son definidos polo autor da monografía que comentamos aquí como “unidades lingüísticas invariábeis que, sen desempeñaren unha función sintáctica dentro da cláusula, guían o proceso inferencial que se produce na comunicación, posibilitando desta forma a adecuada interpretación do texto” (p. 58).

Unha outra dificultade a que se enfrontan os estudosos é a caracterización e adscrición gramatical destas partículas discursivas. Así o mostra Freixeiro Mato na epígrafe “3.2. Delimitación e caracterización” (p. 58-77), onde máis unha vez, após presentar a opinión que outros lingüistas verteron sobre o tema, describe porminoradamente os marcadores do discurso. Conclúe o capítulo ofrecendo as clasificacións que até a actualidade se ofreceron, destacando e adoptando “a clasificación de Portolés

para o estudo dos marcadores discursivos en galego, prestando tamén atención, por criterios pragmáticos, á clasificación que establece Montolío para os conectores contraargumentativos” (p. 83).

No cuarto capítulo centra a súa atención nos marcadores discursivos galegos (p. 85-170). Inicia este apartado cunha viaxe pola nosa historia gramatical para nos mostrar a problemática que os estudosos acharon para tentaren ofrecer unha caracterización destas partículas, a comezar pola análise da *Gramática Gallega* de Saco Arce (1868) e terminando coa *Gramática da Lingua galega* de Álvarez / Xove (2002). A través das palabras que aparecen baixo a epígrafe “4.1. Marcadores e outras unidades extraoracionais na tradición lingüística galega” (p. 85-94) observamos como os gramáticos galegos, aínda sen se referiren explicitamente aos marcadores discursivos, atribúen usos pragmáticos a moitas unidades lingüísticas, especialmente a aquelas palabras que desde a tradición latina suscitaron unha maior diversidade de pareceres: interxeccións, conxuncións e adverbios.

A seguir, ofrécenos unha clasificación dos marcadores discursivos galegos, reunidos en cinco grandes grupos: Estruturadores da información, Conectores, Reformuladores, Operadores discursivos e Marcadores discursivos de control de contacto. Cómpre destacarmos non só a acertada definición e clasificación de cada un destes, senón tamén os exemplos propostos, pois son máis unha mostra da vitalidade que estas partículas teñen —e tiñan— no discurso galego.

Termina este capítulo atendendo as interferencias (p. 110-170) que debido ás vicisitudes da nosa historia se producen neste ámbito. Distingue entre os marcadores discursivos tirados directamente do español (*bueno, o sea, vamos, sin embargo, hombre, en primer lugar, de todas formas* etc.), os parcialmente adaptados ao galego (*é decir* ou *quere decir, de todos xeitos, mentras, aunque* etc.), os marcadores de dubidosa galeguidade (*entonces, sen embargo, en cambio, esto é, pero* etc.), os marcadores que alternan formas coincidentes co castelán de uso maioritario e outras diferencialistas (*en efecto/con efecto, con respecto a/a respecto de, en realidade/na realidade* etc.), os marcadores plenamente galegos mais preteridos no uso normal (*porén, en canto, até* etc.) e os sinais conversacionais calcados do español (*veña, vale* etc.) (p. 111). De todas estas partículas discursivas analiza a seguir as que infelizmente maior presenza teñen na nosa lingua: *bueno/boeno, entonces, vamos (a) ver* etc. Este tema ten sido protagonista dalgún outro traballo do propio Freixeiro Mato (2006), así como doutros estudosos como, por exemplo, Thomas (2008) que estuda os usos do “castelanismo pragmático” *bueno*.

O seguinte capítulo, o máis breve do libro, funciona de ponte para nos introducir nos conectores contraargumentativos que, xunto cos aditivos e consecutivos, conforman o conxunto dos conectores galegos. Estes son definidos por Freixeiro Mato como “grupo particular de marcadores discursivos cuxa función específica é a

de vincularen, ou conectaren, semántica e pragmaticamente un membro do discurso con outro anterior ou cunha situación textual facilmente accesíbel” (p. 171).

Na sexta e última parte, “Os conectores contraargumentativos” (p. 183-261), alén de completar a información exposta na epígrafe 4.2. (p. 100-104), realiza un estudo das unidades que constitúen este grupo. Comeza atendendo as partículas *mais*, *pero*, *pro* e *porén*, das que fai unha análise do punto de vista diacrónico, desde as súas orixes no galego-portugués medieval até a etapa actual. Baixo a epígrafe “6.2. Outros conectores introdutores de argumentos fortes” (p. 198-238) inclúe Freixeiro Mato partículas como *non obstante*, *sen embargo* e *nembargantes*; *antes (ben)*, *ora (ben)* e *máis (ben)*; *así e todo*, *con todo*, *aínda así*, *no entanto*, *iso si e emporiso*; *en troca* ou *en troques*. Non realiza unicamente a súa descrición pragmática, senón que a través do percorrido por distintos textos escritos fai referencia ás mudanzas de uso que estes sufriron ao longo da historia debido á presión do español. “Conectores que introducen argumentos fracos” (p. 238-257) é o seguinte grupo analizado tras unha caracterización das estruturas adversativas e concesivas. Examinanse nesta epígrafe as seguintes partículas: *aínda que* e *anque*; *a pesar de (que)* e *pese a (que)*; e outros conectores concesivos como *mais que*, *se ben*, *malia (que)* ou *embora*. Xa por último, cerran este capítulo os conectores que funcionan como “supresores de relevancia”: *de todas as maneiras*, *de todas as formas* etc. (p. 257-261).

Por todo o exposto consideramos que esta obra é de interese especial para todas aquelas persoas que pretenderen achegarse aos marcadores discursivos, que até o de agora foron os “parentes pobres” da lingüística galega. Grazas a traballos como o de Freixeiro Mato estas lagoas comezan a se encher e máis unha vez este autor contribúe á nosa historia lingüística cun traballo imprescindible que debe supor o punto de partida de calquera pesquisa sobre os marcadores discursivos do galego. Esta obra supuxo, e supón, un antes e un despois no estudo da lingua desde a perspectiva extraoracional, pois a lingua é un instrumento de comunicación en que, alén doutros elementos, os marcadores discursivos xogan un papel relevante que non debe ficar no esquecemento. Só se estudamos e coñecemos cal é a función de cada unha destas partículas, poderemos “erradicar” da nosa lingua o emprego das interferencias lingüísticas que non fan máis que empobreceren e desvalorizaren o galego.

Marisa Moreda Leirado
Universidade da Coruña

Referencias bibliográficas

- Álvarez, R. / Xove, X. (2002): *Gramática da Lingua Galega* (Vigo: Galaxia).
- Domínguez Portela, S. (2006): “*Pois*: dende a conxunción ó marcador discursivo”. *Cadernos de lingua*, 28: 145-174.
- Fernández Ferreiro, M. (2002): “Marcadores do discurso e cognición: o caso de *pero*”, en Fernández Roca, X. A. / Martínez López, M. J. (eds.), *Vir bonus docendi peritus. Homenaxe a José Pérez Riesco*: 65-83 (A Coruña: Facultade de Filoloxía / Universidade da Coruña).
- Freixeiro Mato, X. R. (2003): *Gramática da Lingua Galega*. IV. *Gramática do Texto* (Vigo: A Nosa Terra).
- Freixeiro Mato, X. R. (2005a): “Mudanzas e interferencia no sistema de conectores concesivos do galego escrito moderno”, *Revista Galega de Filoloxía*, 6: 169-180.
- Freixeiro Mato, X. R. (2005b): “*Non obstante, sen embargo, nembargante(s)* e outros adverbios conectores do galego escrito: perspectiva diacrónica e uso actual”, *Verba*, 32: 247-274.
- Freixeiro Mato, X. R. (2006): “A interferencia nos marcadores discursivos do galego”, *Actes del VII Congrés de Lingüística General (del 18 al 21 d'abril de 2006)* (Barcelona: Universitat de Barcelona) [dispoñíbel en www.ub.edu/ling/clg7].
- Grice, P. (1975): “Logic and conversation”, en Cold, P. / Morgan, J. (eds.), *Syntax and Semantics*. Vol. 3: 41-58 (New York: Academic Press).
- Saco Arce, J. A. (1868): *Gramática Gallega* (Lugo: Imprenta de Soto Freire).
- Schiffrin, D. (1987): *Discourse markers* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Thomas, J. A. (2008): “«Bueno», a Pragmatic Castilianism in Galician”, en Westmoreland, M. / Thomas, J. A. (eds.), *Selected Proceedings of the 4th Workshop on Spanish Sociolinguistics*: 131-139 (Somerville: Cascadilla Proceedings Project).

Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, 2 vols., 922 páxinas

Coa organización da Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Universidade de Porto, felizmente representada pola profesoras Graça Maria Rio-Torto, Olívia Maria Figueiredo e Fátima Silva, é que saíu do prelo, no decembrar do ano 2005, unha interesante obra de homenaxe ao egrexio lingüista trasmontano Mário Vilela, que leccionou, como catedrático, Língua e Lingüística portuguesas. As súas aulas tiveron lugar non só na institución portuense, a que pertence, mais noutras universidades de Portugal, da Galiza ou do mundo. Nestas, quer como profesor convidado, quer como responsábel de cursos monográficos, de mestrado ou de doutoramento, partillou o seu saber e as súas investigacións con colegas e co estudantado. E esas universidades souberon retribuír, coas pesquisas que foron publicadas nos *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela* (en adiante EH), aquelas aulas e explicacións: a Galiza, Portugal, a España, o Brasil, a Finlandia etc. están presentes nas páxinas da colectánea a través tanto das persoas que participan nela canto das diferentes institucións en que desenvolven o seu traballo docente ou investigador.

Non resulta tarefa doada recensionarmos unha obra que é formada por máis de setenta traballos e que aborda diferentes asuntos ou temáticas á volta da especulación en lingüística. Porén, séndomos totalmente conscientes deste grao de conflituosidade, queríamos ponderar algúns aspectos que, ao noso ver, merecen seren salientados no conxunto dos EH. A primeira cuestión ten que ver coa(s) lingua(s) en que, en xeral, están centrados eses contributos: embora non falten algúns artigos dedicados a outra, a lingua portuguesa focaliza a maior parte desas pesquisas, o que resulta lóxico a termos en conta que foi ese idioma o preferencialmente estudado e empregado por Mário Vilela nas súas investigacións. A este respecto, a obra contén algúns textos escritos en galego ou centrados nesta lingua ou na situación lingüística da Galiza, cal é o caso, por exemplo, de Alexandre Rodríguez Guerra (“Parámetros (co)implicados na ordenación de constituíntes oracionais en latín”, vol. I, p. 51-70), de Iago Bragado Trigo (“Marcadores explícitos de tópico em Galego e Português: equivalências e divergências”, vol. I, p. 253-262), de Júlio Diéguez (“A condição de *Portuguesa* da língua da Galiza”, vol. II, p. 469-478), de Ramón Mariño Paz (“Cronoloxía da desaparición dos participios verbais terminados en *-udo* en fontes galegas medievais”, vol. II, p. 795-809) ou de Xosé Ramón Freixeiro Mato (“O uso dos conectores contraargumentativos *mais*, *pero*, *pro* e *porén* no galego escrito actual en confronto co galego-portugués medieval”, vol. II, p. 901-913).

Obviamente, o feito de os artigos estaren escritos na norma portuguesa ou na da Galiza non resta validade e aproveitamento á maior parte de todos eles para as pesquisas desenvolvidas no noso país e para a súa aplicación ao galego, pois a maior parte dos fenómenos lingüísticos do sistema galego-portugués ten correspondencia nas dúas ribeiras miñotas.

O segundo aspecto que queremos pór en relevo é o protagonizado pola presenza dos eixos sincrónico e diacrónico no conxunto dos textos publicados nos EH. Certo é que o predominio se inclina a favor da investigación no plano sincrónico, de acordo coas tendencias da lingüística moderna e en confronto coas liñas pesquisadoras doutras épocas, como o século XIX. Mais, a pesar desa lóxica orientación maioritaria dos traballos, non faltan algúns en que o eixo cronolóxico optou decididamente pola lingüística histórica ou pola historiografía gramatical. Así acontece cos contributos de Amadeu Torres (“Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical”, vol. I, p. 71-78), de José Barbosa Machado (“O léxico obsceno na prosa medieval portuguesa”, vol. I, p. 377-386), de Maria Carmen de Frias e Gouveia (“A categoría gramatical de género do portugués antigo ao portugués actual”, vol. II, p. 527-544) ou de Rogelio Ponce de León (“Para uma gramaticografia antijesuítica: o *Exame da syntaxe e reflexoens sobre as suas regras* (Lisboa, 1729) de Manuel Coelho de Sousa”, vol. II, p. 811-822).

Máis de setenta artigos implica, como se poderá presupor, unha grande diversidade e unha notoria gama de correntes, escolas ou disciplinas lingüísticas. Precisamente a tal variedade leva a nosa pena a sobrancear o seguinte aspecto, o terceiro, como é a presenza na colectánea de diferentes orientacións teóricas ou disciplinares. Así as cousas, a lingüística cognitiva (de que expomos, a modo de exemplo, o traballo de Augusto Soares da Silva, “Palabra e conceptos no tempo: para uma onomasiologia diacrónica e cognitiva do portugués, vol. I, p. 121-139), a dialectoloxía (de que serve como mostra o artigo de Brian Franklin Head, “Características das variedades populares e rurais do portugués brasileiro contemporâneo que correspondem à documentação dos primeiros dicionários portugueses, vol. I, p. 147-159), o aprendizado da lingua por parte das crianzas (cal o traballo de José Ramón Blánquez Vico, intitulado “La adquisición de la preposición *de* en niños bilingües catalano-castellanos: separación de códigos lingüísticos y adquisición similar a los monolingües”, vol. I, p. 439-448), a psicolingüística (como Maria da Graça L. Castro Pinto e o seu artigo “Da Psicolinguística: um verbete que se tornou ensaio”, vol. II, p. 751-583), a lingüística comparada (no contributo de Killpatrick Campelo, “Um estudo contrastivo dos demonstrativos em português, japonês e tupi”, vol. II, p. 479-491), o estudo do léxico (cal é o caso do texto de Manuel G. Gericota co título “Da criação tecnológica à invenção das palavras numa perspectiva da engenharia electrotécnica, vol. II, p. 507-525), a sintaxe (como por exemplo o texto de Leonel Figueiredo de Alencar, “A discrepância entre valência sintática e semântica

nas construcións anticausativas alemás”, vol. II, p., 493-506), a fonoloxía (como o contributo de Maria Elisete Almeida, “A dupla tendencia do portugués para a oxitonización e a monossilabação em comparación com o francés”, vol. II, p. 611-818) etc., aparecen, ao longo das case mil páxinas que enforman os EH, representadas en varios artigos que contribúen para unhas enriquecedoras e louvábais politemática e multiperspectivación do fenómeno lingüístico.

Mais, a pesar de ter a obra unha elementar orientación lingüística e filolóxica, figuran nela algúns traballos a que mellor lles acaería o cualificativo de estudos literarios. Lonxe de esta circunstancia perturbar no mínimo a estrutura da *Homenagem* ou de lle restar coherencia, serve para ponderar, máis nunha ocasión, a diversidade de temáticas e de orientacións disciplinares. Deste modo, os traballos de Ana Paula Coutinho (“O portugués migrante: uma leitura da revista *Peregrinação*”, vol. I, p. 79-88), de Marie Graciete Vilela (“Sobre o ensino da literatura: os ensinamentos de Xerezade”, vol. II, p. 633-641) ou de Maria Manuela da Costa Santos (“A escrita opaca de Invenção de Orfeu de Jorge de Lima”, vol. II, p. 721-730), poñamos por caso, eríxense en excelentes testemuños desoutros percursos, dos literarios, que tamén figuran nas páxinas da colectánea dedicada a Mário Vilela.

O cuarto aspecto que desexariamos salientar e que fica moito unido ao punto anterior consiste na harmonía con que son combinadas as máis recentes correntes na lingüística moderna, como a orientación cognitiva, da cal o propio Mário Vilela leva editado ou publicado interesantes e referentes traballos (*Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva* (Porto, 29/30-5-98), 1999, Porto, Faculdade de Letras do Porto, en colaboración con Fátima Silva; *Metáforas do Nosso Tempo*, 2002, Coimbra, Livraria Almedina), coas disciplinas ou nortamentos considerados máis ou menos clásicos, cal a lingüística diacrónica. Pensamos que o acerto desa maridaxe é debido tanto ao número de contributos canto á súa calidade, tanto á diversidade de orientacións como ao percurso investigador de cada persoa que participa nos EH. Por este motivo, a rigorosidade da obra, no seu conxunto, resulta ser acorde co homenaxeado, que, mercé aos seus traballos, se converteu nunha das referencias da lingüística portuguesa do século XX (e tamén do XXI).

Finalmente, e xa como derradeira cuestión, debemos ter, igualmente, unhas merecidas palabras coas organizadoras, isto é, coas profesoras a que xa fixemos referencia ao comezo destas páxinas, Graça Maria Rio-Torto, Olívia Maria Figueiredo e Fátima Silva, todas tres pertencentes á Faculdade de Letras da Universidade do Porto e cuxas publicacións seguimos na nosa práctica docente e investigadora. Con efecto, as tres persoas encargadas da edición e da organización dos EH fixeron un labor certamente louvável, serio e elegante, que concluíu en dous volumes pulcramente presentados e maquetados e cuxos artigos son coherentemente dispostos por orde alfabética. Aínda que noutras obras de similares finalidades e características se opta por unha ordenación suxeita quer á temática, quer ás liñas pesquisadoras, o

que tamén resulta perfecta e totalmente lexítimo, a estruturación partindo da orde alfabética ofrece, ao noso ver, a vantaxe da facilidade na consulta e a clareza dos criterios da disposición.

Somos da opinión de que o principal protagonista desas case mil páxinas, o Profesor Doutor Mário Vilela, se sentirá honrado con esta colectánea de contributos na súa homenaxe. Parabéns, pois, para a entidade responsábel da organización, a Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Universidade de Porto, exemplarmente representada polas tres profesoras da institución portuense.

Xosé Manuel Sánchez Rei
sanrei@udc.es